

ISSN 2318-1478

Cruz Alta, RS | Vol. 4 | nº 1

2016



O Adjunto

Revista Pedagógica da
Escola de Aperfeiçoamento
de Sargentos das Armas



Artigos Científicos de Militares da EASA

- As ações internas de Duque de Caxias na Pacificação do Brasil à luz da Doutrina das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)
- Ideias em prol da Inteligência Brasileira
- Reflexões sobre a Teoria da Aprendizagem Significativa
- Propostas de Melhoria nos procedimentos nas Fases de Incorporação, Gestão e Licenciamento de Militares do Exército
- 1932: Quando São Paulo foi à luta
- Inovação nas Escolas com a utilização do Design Thinking - o fim das velhas ideias
- Sucessão do Cônjuge e do Companheiro: a (in) existência de tratamento diferenciado à luz do Código Civil
- Pânico e Labor: aspectos que afetam na Qualidade de Vida do Trabalho
- Moral, Ética e Cidadania no contexto escolar: perspectiva de um trabalho transversal em alunos do PROFESP como Prática Sociocultural
- Uma abordagem geral dos efeitos dos Recursos admitidos na esfera disciplinar militar do Exército Brasileiro

Projetos Interdisciplinares de Sargentos Alunos do CAS / 2015

- A importância das Batalhas da Força Expedicionária Brasileira
- A utilização de técnicas de Defesa Pessoal para um Pelotão Fuzileiro a serem desencadeados no Combate Aproximado
- Técnicas de detecção de minas com emprego de animais aplicadas em Desminagem Humanitária e seu possível emprego nas Missões de Desminagem Militar

Artigos do V Seminário de Educação da EASA

- A Família Militar e uma missão no Exterior
- Heróis na Sala de Aula
- Análise de como ocorre a adaptação e a formação de Vínculos na Família do Militar das Forças Armadas
- Cinoterapia: uma Terapia para Pessoas com Necessidades Especiais como forma de Reabilitação
- História da Medicina Veterinária Militar no Brasil

SUMÁRIO

CONSELHO EDITORIAL

COMANDANTE DA EASA

UMBERTO RAMOS DE VASCONCELOS - Cel

EDITORES

GEORGE PEREIRA SANTA ROSA - Maj

VALDIR DONISETE NICIOLI - 1º Ten

KARINE DE OLIVEIRA LUNARDI - 1º Ten

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL

JONAS ERTEL COSTA - 2º Ten

FELIPE DA VEIGA - Sd

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

EASA - Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas

Rua Benjamim Constant, nº 1217 - Cruz Alta - RS

CEP: 98025-110

Tel: (55) 33227655

www.easa.ensino.eb.br

Cabe salientar que todos os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A235 O Adjunto: Revista Pedagógica da Escola de
Aperfeiçoamento dos Sargentos das Armas / Escola de
Aperfeiçoamento dos Sargentos das Armas. – v.4,
n.1(set. 2016). – Cruz Alta: EASA, 2016.
v. il. ; 28 cm.

Anual.
ISSN 2318-1478

1. Educação – periódicos. 2. Ciências Militares. I.
Escola de Aperfeiçoamento dos Sargentos das Armas.

CDD 370
CDU 37

Bibliotecária Responsável:
Francine Couto de Oliveira CRB10/2183

Caros leitores!

A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA) constitui-se em um renomado e respeitado Estabelecimento de Ensino do Exército Brasileiro, que vem ao longo de seus 23 anos de existência, aperfeiçoando os Sargentos das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações da nossa Força Terrestre e também de Nações Amigas sul-americanas e africanas, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Moçambique e Namíbia, dentre outras. Com isso, a EASA já aperfeiçoou quase 19.000 (dezenove mil) Sargentos do Exército Brasileiro e de Nações Amigas.

O Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) é dividido em duas fases, sendo a primeira na modalidade de Ensino a Distância (EAD) com 30 (trinta) semanas e segunda na modalidade de Ensino Presencial com 11 (onze) semanas. Desta forma, a EASA recebe ao longo do ano em suas instalações três turmas de Sargentos-Alunos para realizarem a fase da modalidade de Ensino Presencial, onde cada turma tem cerca de 230 (duzentos e trinta) militares, vindo das diferentes Organizações Militares (OM) de todos os Estados da Federação.

Alinhada com o processo de transformação do Exército, a EASA vem buscando incessantemente modernizar o processo ensino-aprendizagem, implementando o ensino por competência, bem como acompanhar a evolução da Doutrina Militar Terrestre e adotar efetivamente a melhoria de seus processos de gestão, a fim de permitir que os recursos sejam aplicados de forma judiciosa para que se possa alcançar maior eficiência, eficácia e efetividade nas áreas de ensino e administrativa. Portanto, todo o esforço da EASA tem sido canalizado para o cumprimento de sua precípua missão: Aperfeiçoar os Sargentos das Armas do Exército Brasileiro.

A fim de permitir que o leitor tenha uma visão holística sobre o trabalho escolar que vem sendo desenvolvido pela EASA, esta Revista apresentará alguns dos mais diferentes e diversificados temas produzidos pelos Sargentos-Alunos, Quadros do Corpo Permanente da Escola e Professores palestrantes do Seminário de Educação da EASA, entre outros.

Assim sendo, o leitor poderá constatar o excelente nível dos trabalhos apresentados nesta Revista, que sintetiza uma visão plural da busca incessante da construção do conhecimento, que jamais poderá ser tolhida, conduzida e engessada, tendo em vista que o declínio da literatura, indica o declínio de uma nação, segundo o Escritor e Cientista alemão Johann Goethe.

Diante disso, gostaria de finalizar este pequeno texto com a seguinte reflexão de Confúcio:” Há três métodos para ganhar sabedoria: primeiro, por reflexão, que é o mais nobre; segundo, por imitação, que é o mais fácil; e terceiro, por experiência, que é o mais amargo.

Desfrutem de uma excelente leitura. Muito obrigado!

Coronel Umberto Ramos de Vasconcelos-Comandante da EASA.

APRESENTAÇÃO

ARTIGOS CIENTÍFICOS DE MILITARES DA EASA



AS AÇÕES INTERNAS DE DUQUE DE CAXIAS NA PACIFICAÇÃO DO BRASIL À LUZ DA DOCTRINA DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

UMBERTO RAMOS de Vasconcelos¹

RESUMO

Ao longo do século XIX, ocorreram no Brasil-Império inúmeros conflitos internos como a Balaiada, Movimentos Liberais de São Paulo e Minas Gerais e Farrapos, que além de terem comprometido a paz social, chegaram a ameaçar as estruturas político-administrativas do País e a fragmentação do território nacional, o que obrigou o Governo Central a empregar energicamente a Força Terrestre para pacificar as províncias rebeldes, a fim de restabelecer a garantia da lei e da ordem nas províncias insurgentes. Neste contexto histórico, surgiu a figura de Luiz Alves Lima e Silva, Duque de Caxias, que de forma inteligente, tolerante, diplomática e contemporizadora empregou adequadamente a Força Terrestre como um instrumento pacificador. Nas campanhas internas de pacificação, Caxias desenvolveu uma doutrina genui-

namente brasileira sobre Operações de Garantia da Lei e da Ordem, que até hoje as táticas empregadas por ele estão sendo largamente utilizadas pela doutrina atual de Operações de GLO. Ao ser estudado as ações internas de Caxias nas campanhas de pacificação, verifica-se que este insigne brasileiro além de ter sido um excepcional militar e estrategista, foi um grande administrador e político, que soube como ninguém entender perfeitamente a nobreza do emprego da Força Terrestre em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), cujo objetivo maior era a pacificação, a fim de que a integridade do território nacional se mantivesse incólume para as gerações futuras.

Palavras-chave: Caxias. Força Terrestre. Garantia da Lei e da Ordem.

¹ O autor é Coronel do Exército Brasileiro, Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Mestrado em Operações Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Mestrado Estudos Estratégicas e de Alta Defesa pela Escola de Defesa Nacional da Nigéria, Bacharel em História pela Universidade Federal do Mato Grosso e Pós-Graduação em História Militar pela Unisul e atual Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, após a Independência em 1822, o Brasil passou a ter inúmeros conflitos de ordem interna (Guerras da Independência na Bahia, Maranhão e Piauí em 1823, Confederação do Equador em 1824, Cabanagem no Pará em 1835, Balaiada no Maranhão de 1838 a 1841, Movimentos Liberais em São Paulo e Minas Gerais em 1842 e Farrapos no Rio Grande do Sul de 1835 a 1845, entre outros) e externa (Guerra da Cisplatina em 1824, Guerra Contra Oribes e Rosas de 1851 a 1852 e a Guerra da Tríplice Aliança de 1865 a 1870).

Desta forma, o Império Brasileiro, que teve a duração de 1822 a 1889, passou por várias crises político e econômica, que ameaçaram fragmentar o território nacional, o que obrigou o Governo Central a empregar energicamente as Forças Armadas, em especial o Exército, para restabelecer a garantia da lei e da ordem em diversas províncias.

Dentre os vários chefes militares, como Antônio de Sampaio, Mallet, Tamandaré e Osório, entre outros, que heroicamente participaram das campanhas externas e também internas, as quais restabeleceram a lei e a ordem nas diversas províncias insurgentes, certamente nenhum chefe militar se destacou tanto nos conflitos internos de pacificação como o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Luiz Alves de Lima e Silva nasceu em 25 de agosto de 1803, na Fazenda de São Paulo, Vila do Porto da Estrela, no atual município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro e morreu em 7 de maio de 1880, na fazenda de Santa Mônica, em Valença no Rio de Janeiro.

Por mais de sessenta anos, Caxias prestou relevantes serviços ao Exército e à Nação, já que além de ter atuado nas Guerras de Independência, na Bahia, em 1823, venceu quatro campanhas internas (Balaiada, Movimentos Liberais de São Paulo e de Minas Gerais e Farrapos) e duas campanhas externas (Guerra Contra Oribes e

Rosas e a Guerra da Tríplice Aliança).

Exerceu, ainda, as funções políticas, como Deputado, Senador e Presidente do Conselho de Ministros e Encarregado dos Negócios da Guerra por três vezes nos anos de 1855, 1861 e 1876. Desta forma, Caxias se notabilizou como um excepcional militar, estrategista, estadista, administrador e político.

O Exército Brasileiro ainda não tinha uma Doutrina Militar própria e com isso pautava-se na Doutrina Militar lusitana, o que incomodava bastante Caxias, já que a realidade vivida pelo recém formado Exército nacional era bastante distinta da Força Terrestre lusitana, que se apresentava bastante estruturada, organizada e com vasta experiência em guerra convencional.

Caxias buscou desenvolver uma Doutrina Militar genuína, passou com isso a abaixar as ordenanças do Exército Imperial do Brasil, realizando as adaptações necessárias das Ordenanças do Exército de Portugal, já que ele como ninguém, conhecia efetivamente as possibilidades, vulnerabilidades e limitações da nossa Força Terrestre, bem como as características operacionais do nosso País e a cultura do povo brasileiro.

Assim sendo, foi paulatinamente desenvolvida uma Doutrina Militar no Brasil-Império voltada para as especificidades das crises internas e externas, que ocorreram ao longo do século XIX no País.

O Governo do Império atribuiu a Caxias as maiores responsabilidades para pacificar as Províncias do Maranhão (1839), São Paulo e Minas Gerais (1842) e Rio Grande do Sul (1843) e posteriormente o comando da Guerra da Tríplice Aliança (1868), já que ele se constituía no mais notável e respeitado chefe militar daquela época.

Não obstante, as ações de Caxias foram sempre pautadas dentro dos preceitos legais previstos na Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, a qual tinha sido outorgada por Dom Pedro I.

No artigo 148 da supracitada Constituição constava que competia ao Poder Exe-

cutivo empregar as Forças Armadas como bem lhe parecesse conveniente para a segurança e defesa do Império, o que se constata que desde a primeira Constituição brasileira se havia a preocupação do Estado de legitimar o emprego do Exército em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

A vasta extensão territorial do País somado às expressivas diferenças socioeconômicas existentes na população, desde o período do Brasil-Império já geravam preocupações para o Governo Central, tendo em vista que se constituíam em elementos que poderiam contribuir para a ocorrência de conflitos internos, que comprometeriam a paz social e ainda ameaçariam a fragmentação da Nação.

Tal preocupação procedia por parte do Império já que a nossa vizinha América Hispânica se fragmentou, após a sua independência em relação à Espanha em inúmeros países, como Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru, entre outros.

Ao se estudar a História Militar brasileira, constata-se que a nossa Doutrina Militar vem evoluindo significativamente, buscando-se adaptar aos cenários nacional e internacional existentes, o que vem permitindo balizar e orientar a preparação e o emprego da Força Terrestre frente às diversas possibilidades que podem se apresentar e comprometer a paz social e a incolumidade do território nacional.

Não obstante, o conceito e a doutrina das Operações de Garantia da Lei e da Ordem são modernos e somente vieram a ganhar importância e ter uma base doutrinária a partir do século XX, sendo inclusive esta questão tratada na atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, no artigo 142, do capítulo II, que estabelece a base legal para o emprego da Força Terrestre.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garan-

tia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1989, p. 69).

Observando-se os atuais aspectos doutrinários das Operações de Garantia da Lei e da Ordem e estudando-se as ações internas de Caxias, provavelmente há pontos comuns, já que as operações militares durante os conflitos internos, comandadas por Luiz Alves de Lima e Silva culminaram com a restauração da paz social.

Certamente, as ações internas de Caxias poderão contribuir significativamente para ampliar a base doutrinária atual das Operações de Garantia da Lei e da Ordem, permitindo com isso realizar uma importante “ponte” entre o presente e o passado, que poderá ser um terreno muito fértil para a História Militar.

Embora se tenha um enorme espaço temporal entre o período das campanhas de pacificação de Caxias e o momento atual vivido em que o Brasil apresenta um outro cenário e atores dentro de uma nova ordem política, social, econômica e militar bastante diferenciada do século XIX, certamente não há como o Estado brasileiro não se manter permanentemente preparado para empregar as forças legais no contexto da garantia da lei e da ordem.

O vertiginoso crescimento do crime organizado e o aprofundamento dos bolsões de miséria nos grandes centros urbanos, somado às rotineiras instabilidades no meio rural em face das crescentes ocupações das propriedades pública e privada e o aumento generalizado da corrupção nos diversos segmentos institucionais, poderão ameaçar as Expressões dos Campos do Poder Nacional (político, econômico, militar e psicossocial), produzindo resultados nefastos e culminar com profundas, generalizadas e intensas instabilidades sociais e econômicas, que poderão comprometer a paz social e a democracia, o que provavelmente poderá levar as autoridades competentes a empregar constitucionalmente a Força Terrestre em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

2. ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

A doutrina de Operações de Garantia da Lei e da Ordem vem permanentemente sendo atualizada, tendo em vista a permanente necessidade de acompanhar a dinâmica dos atuais cenários nacional e internacional.

O crescimento da violência urbana, o aumento dos conflitos rurais, a profunda crise econômica que assola o País, levando a ampliação do desemprego e da miséria na população, somado às crescentes denúncias de corrupção envolvendo autoridades governamentais podem desencadear intensa instabilidade nas Expressões dos Campos do Poder Nacional, que poderá ameaçar a paz social e resultar no emprego da Força Terrestre em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

A Escola Superior de Guerra (ESG) define que o “Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto interagente dos homens e dos meios que constituem a Nação, atuando na conformidade da vontade nacional, de alcançar e manter os Objetivos Nacionais” (ESG, 1998, p. 48).

Desta forma, a dinâmica que move a Força Terrestre para o preparo e emprego das tropas em todo território nacional é calcada por uma densa documentação cuja base legal encontra-se no artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Ainda o artigo 142 da Constituição da República Federativa do Brasil descreve que além da defesa da Pátria e dos poderes constitucionais, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica podem ser empregadas na garantia da lei e da ordem.

As Operações de GLO poderão ser empregadas dentro de situações de normalidade ou anormalidade, desde que devidamente autorizadas pelo Presidente da República, que constitucionalmente é o Chefe Supremo das Forças Armadas.

Com a finalidade de regular o emprego da Força Terrestre em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, o Comandante do Exército, por intermédio da Portaria nº 736, de 29 de outubro de 2004, aprovou a Diretriz Estratégica do Exército (SIPLEX 5) e revogou a Portaria nº 006, de junho de 2002. Para isso, tomou como base legal os seguintes documentos: a Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 e o Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001.

Assim sendo, colocou como premissas básicas que a atuação da Força Terrestre nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem somente ocorrerá após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônio, relacionados no artigo 144, da Constituição Federal do Brasil.

Na supracitada Diretriz foi ressaltado que se consideram esgotados os instrumentos relacionados no artigo 144, da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

Desta forma, uma vez determinado o emprego da Força Terrestre nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, a Força Terrestre será empregada de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, ações de caráter preventivo e operativo necessárias para garantir o resultado das operações.

Verifica-se no artigo 144, da Constituição Federal, que a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Desta forma constitucionalmente, não é de responsabilidade das Forças Armadas, particularmente da Força Terrestre a segurança pública, mas sim dos Órgãos de

Segurança Pública (OSP) descritos no parágrafo anterior.

Contudo, as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, conforme consta na Lei Complementar nº 97, alterada pela Lei Complementar nº 117 e regulada pelo Decreto nº 3.897 caracterizam-se: pela inexistência ou insuficiência dos OSP listados no artigo 144 da Constituição Federal e com o posterior pedido formal do Governador da Unidade da Federação para o Governo Federal, solicitando o apoio das Forças Armadas para restabelecer a lei e a ordem dentro de um quadro de normalidade.

Não obstante, dentro de um quadro de não normalidade em que se caracteriza pelo grave comprometimento da ordem pública, conforme consta no artigo 34 da Constituição Federal, a União poderá intervir nos Estados e conforme consta nos artigos 136 e 137 da aludida Constituição decretar respectivamente o Estado de Defesa e o Estado de Sítio para restabelecer a lei e a ordem.

Diante do que foi descrito acima, pode-se constatar que há um arcabouço jurídico denso, que normatiza o emprego da Força Terrestre nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, o que ressalta de importância o permanente conhecimento e atualização da Doutrina de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, ajustando-a aos impositivos legais e ao desenvolvimento de novas tecnologias.

Ao ser realizado um planejamento para Operações de Garantia da Lei e da Ordem, deve ser elaborado no contexto da Segurança Integrada, devendo ser prevista a participação dos OSP na execução ou no apoio às Operações conduzidas pela Força Terrestre.

As ações preventivas são de caráter permanente e abrangem basicamente as atividades de preparo da tropa, de inteligência e de comunicação social, já as operativas são episódicas e devem se ter uma especial atenção a um minucioso e integrado sistema de inteligência, a fim de produzir uma plêiade de dados fundamentais para

subsidiar as tomadas de decisões.

Ressalta-se que atualmente a Comunicação Social no Exército compreende tanto as atividades de Relações Públicas e de Informações Públicas, que são desenvolvidas de forma harmônica e integrada pelo Sistema de Comunicação Social do Exército.

Desta forma, o uso intensivo e adequado da Comunicação Social é fundamental para a conquista e a manutenção do apoio da população.

Assim sendo, o máximo emprego da Comunicação Social se constitui em um aspecto decisivo para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, já que a conquista do apoio da população e da opinião pública é imprescindível para o sucesso das Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

A realização de ações comunitárias por parte da Força Terrestre como a Ação Cívico-Social (ACISO), que consiste na assistência às populações carentes, com o emprego dos médicos, dentistas e farmacêuticos, entre outros deve ser largamente utilizada durante as Operações de GLO, já que contribui para a conquista do apoio da população para as ações operativas.

Não obstante, o êxito das Operações de GLO somente será duradouro se as condições sociais e econômicas da população tiverem expressivas melhorias, pois a presença do poder militar cria as condições necessárias e suficientes, provendo a segurança, para que o Estado desenvolva a infraestrutura social e econômica. Contudo, caso isto não aconteça, provavelmente os resultados conquistados pelas Operações de Garantia da Lei e da Ordem desaparecerão rapidamente.

Outro aspecto que há de se considerar nas Operações de GLO é a interdição do apoio externo. Para isso, delimita-se a faixa do terreno por intermédio de uma Zona de Operações (Z Op), onde as ações e as medidas operativas são, normalmente, conduzidas visando à pacificação da área conturbada.

Deve-se buscar limitar o uso da força e

às restrições à população, já que gera um desgaste muito grande à Força Terrestre a adoção de tais medidas que certamente serão exploradas negativamente e poderá comprometer a imagem da Força Terrestre perante a opinião pública.

Portanto, o emprego da força deve ser bem estudado e deve-se privilegiar o poder de dissuasão por intermédio de uma ampla superioridade de meios (armamento, aeronaves, blindados, tropas e viaturas, entre outros).

Deste modo, é lícito depreender que para a Força Terrestre cumprir sua missão constitucional relativa às Operações de Garantia da Lei e da Ordem, deve permanentemente manter-se preparada ao longo de todo o ano para atuar de modo preventivo e operativo contra qualquer ameaça, que possa comprometer a paz social, a democracia e os poderes constitucionais.

3. AS AÇÕES INTERNAS PACIFICADORAS DE CAXIAS

Duque de Caxias teve seu “batismo de fogo” ainda como jovem tenente quando participou da Guerra da Independência em 1823 na Bahia, já que esta Província não tinha aceitado a emancipação política e administrativa do Brasil em relação ao jugo lusitano, o que obrigou Dom Pedro I empregar o recém criado Exército Brasileiro para restaurar a paz social, a autoridade governamental, a lei e a ordem, bem como assegurar a unidade nacional.

Não obstante, em 1831, em face do agravamento da instabilidade política e a grande tensão social do Brasil-Império, somado a perda do apoio do Exército, Dom Pedro I foi obrigado a abdicar do trono e partiu para Portugal. Com isso, o País passou a ser governado até 1840 por regentes.

Dentre as inúmeras revoltas sociais ocorridas no período regencial e no início do Segundo Império (1840-1889), Caxias liderou a campanha de pacificação de quatro províncias, no período de 1839 a 1845, restabelecendo a garantia da lei e da or-

dem no Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Conforme se pode observar na página 7 do discurso do Presidente da Província do Maranhão, Manoel Felisardo de Sousa e Mello, realizado no dia 3 de maio de 1839, por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa a situação da segurança pública estava muito conturbada, já que malfeitores organizados em bandos levavam o terror, a morte, a insegurança e a desordem ao interior daquela Província e ameaçavam a capital São Luís.

Mas espero, Senhores com as providências, que não tenho cessado de dar, e com os socorros que pedi ao Pará terminar em breve esta desordem, e tenho a honra de asseverar-vos, que não há sacrifício, que não esteja prompto à fazer, não ha recurso, que não esteja disposto à exaurir, a fim de restituir o socego a esta Província, digna por todos os títulos das vantagens, que dimanão da paz, e tranqüillidade (MELLO, 1839, p. 7).

Os sucessivos fracassos do Governo Provincial, após dezoito meses de luta contra os balaíos, aniquilaram as tropas, o que levou o Maranhão a pedir apoio ao Governo Central, sendo atendido pelo Conde de Lajes, Ministro da Guerra.

Desta forma, o Ministro da Guerra enviou Caxias para pacificar a Província, dizendo-o: “Coronel, são necessários os seus serviços nesta hora. O fanatismo do cangaço com a luta dos partidos ameaça tragar o Maranhão. É preciso estancar esse sangue de qualquer forma. E já” (MONJARDIN, 1967, p. 18).

Caxias em quarenta e quatro dias chegava ao Maranhão assumindo os cargos de Presidente da Província e Comandante das Armas, o que permitiu concentrar os poderes militar e político necessários para a pacificação.

No dia 7 de fevereiro de 1840, Caxias lançou um manifesto, que demonstrou sua neutralidade em relação aos partidos políticos liberal (bem-te-vis) e conservador (cabano), que brigavam pela luta do poder. Com isso, Luiz Alves conquistou o apoio do povo maranhense, com o emprego

adequado das técnicas de Comunicação Social e Operações de Apoio à Informação (OAI), as quais são largamente utilizadas atualmente nas Operações de GLO, já que o sucesso deste tipo de Operação depende do apoio popular.

Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que, por desgraça, entre vós existem. Deveis conhecer as necessidades e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos, e confiando na Divina Providência, que tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós tudo o que for mister para o triunfo da nossa santa causa (MONJARDIN, 1967, p. 18).

No dia três de maio de 1840, Caxias discursou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial reiterando à classe política que não mediria sacrifício para cumprir a sua missão de pacificar a Província maranhense e assegurar a unidade nacional. Com isso, findou seu discurso dizendo o seguinte trecho:

Agora, Senhores, vos certifico que estou disposto a não poupar-me a sacrifício algum para restituir a paz a esta bella Província; que minha unica ambição como Cidadão e Militar he de concorrer para sustentar a Integridade do Império, e grandeza do Trono de Sua Magestade o Senhor D. Pedro Segundo; por contar com a minha cooperação, por isso que vos julgo dos mesmos sentimentos (DE LIMA, 1840, p.9)

Caxias ao chegar ao Maranhão, constatou a precariedade vivida pelas tropas legais daquela Província, já que elas se encontravam com os soldos atrasados, despreparadas técnico-profissionalmente e desprovidas logisticamente, conforme se pode contar na afirmação do Historiador Eugênio Vilhena de Moraes “Vinham companhias inteiras só com calças ou de camisas, e com correame de couro cru sobre a pele; uns só com as espadas e outros só com as armas de caça, e bem condizia a disciplina com o grotesco dos uniformes” (DE MORAES, 2003, p. 61)

Desta forma, Caxias buscou instruir, reorganizar e motivar as tropas legais antes

de empregá-las efetivamente nas operações militares para torná-las vencedoras.

Tendo em vista que os cerca de três mil balaios não tinham bases fixas e adotavam as táticas de guerrilha rural, atacando as tropas nos pontos fracos, Caxias passou a guarnecer as vilas e cidades, que poderiam ser alvos dos insurgentes com a Divisão Pacificadora, a qual foi fracionada em três colunas.

A primeira coluna, comandada pelo Tenente Coronel Sérgio de Oliveira, ocupou as comarcas de Caxias e Pastos Bons, enquanto a segunda coluna, comandada pelo Tenente Coronel Thomaz Henrique, foi empregada nas regiões de Vargem Grande e Brejo e a terceira Coluna, comandada pelo Coronel Souza Pinto Magalhães, atuou nas regiões de Icatu e as margens do rio Mearim.

Esta Divisão Pacificadora apresentava um escalão de ataque e o outro de ocupação. Com isso, enquanto o escalão de ataque mantinha o contato e a pressão constante com os balaios, reconquistando o terreno, sem se preocupar em apoiar a população, o escalão de ocupação prestava apoio à população e restabelecia a garantia da lei e da ordem.

Assim sendo, uma a uma as localidades ocupadas pelos rebeldes foram retomadas pelas forças legais e com isso foram restabelecidas a lei e a ordem, a restauração da paz social e a manutenção da unidade nacional.

Ressalta-se que Caxias não se limitou a ficar apenas na capital São Luís. De um modo geral, Caxias sempre buscava conduzir as operações militares pessoalmente, na Zona de Operações, junto com suas tropas.

Caxias tomava as iniciativas das ações. Com isso, partia dos pontos fortes (cidades ou vilas) para realizar os sucessivos cercos aos balaios e aniquilá-los.

Outro aspecto adotado por Caxias e que atualmente consta na atual doutrina de GLO é o isolamento da força a se combater em relação ao apoio externo, pois os sediciosos foram isolados, já que Luiz Alves

determinou que se guarnecesse a fronteira da divisa do Maranhão com o Piauí, a fim de impedir o apoio externo para os balaíos.

Para a pacificação do Maranhão, além de ter empregado os conhecimentos táticos, Caxias empregou largamente técnicas de Operações de Apoio à Informação (OAI) e de Comunicação Social, as quais contribuíram consideravelmente na conquista do apoio total da população, o que facilitou o êxito das Operações de Pacificação, resultando na derrota de mais de três mil balaíos.

Não obstante, Caxias não somente pacificou a Província do Maranhão no campo militar, mas também no “espinhoso” campo político, já que a luta partidária existente entre os partidos políticos era muito intensa e a corrupção na classe política era generalizada, o que contribuía para o recrudescimento da divisão da sociedade e o fortalecimento da organização criminosa dos balaíos.

Pacificada a Província maranhense, Caxias buscou anistiar boa parte dos rebeldes, a fim de permitir que os antagonismos e os ressentimentos fossem superados e o Maranhão retornasse ao curso do desenvolvimento político e social.

Assim sendo, Caxias entregou o cargo para o seu sucessor em 3 de maio de 1841 e retornou para o Rio de Janeiro para exercer o Comando das Armas da Corte, onde recebeu do Imperador Dom Pedro II o título de Barão de Caxias e ainda a promoção de Brigadeiro.

Ao transmitir o cargo ao seu sucessor, João Antonio de Miranda, Caxias despediu-se com a certeza do dever cumprido dentro dos limites da lei, reiterou sua imparcialidade nas questões político-partidárias e a sua permanente preocupação no trato com os recursos públicos.

Tomando posse no dia 7 de fevereiro de 1840, estabeleci como regra de fiscalizar e economizar as despesas de guerra, cumprir e fazer cumprir sem discrepância todas as leis do Estado, e não me envolver, de modo algum, em questões de partidos, distinguido os homens pelos seus merecimentos e qualidades, sem

me importar com suas opiniões: servindo de paradeiro ás exigências dos partidos, quebrei-lhes a força e ambos me coadjuvaram (DE MORAES, 2003, p. 59)

Em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao povo maranhense, o Presidente da Província do Maranhão, sucessor de Luiz Alves, discursou na Assembleia Legislativa Provincial, no dia 3 de julho de 1841, destacando a tranquilidade pública.

Cabe-me a gloria, Senhores, de comunicar-vos a pacificação da Província, que, completamente restituída ao-socego,-recebi das mãos do Exm. Coronel Luiz Alves de Lima no dia 13 de Maio próximo findo. Depois de dous annos de devastadora guerra civil, sua perícia, bravura e incontestável actividade lhe conquistão a paz (DE MIRANDA, 1840, p.3)

Ao longo do segundo semestre de 1841, as Províncias de São Paulo e Minas Gerais sinalizavam uma crescente instabilidade política, que passou a preocupar Dom Pedro II, já que a eleição para a Câmara ocorrida em 3 de outubro tinha sido realizada de forma irregular e com intensos atos de violências entre os partidos liberal e conservador.

Em São Paulo se destacaram os líderes liberais o Padre Diogo Antônio Feijó e o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e em Minas Gerais Teófilo Otoni, os quais se insurgiram contra o Governo Central em face das medidas centralizadoras adotadas por Dom Pedro II.

O Presidente da Província de São Paulo, José da Costa Carvalho, nomeado pelo Governo Central, foi deposto pelos liberais e substituído pelo Coronel da Guarda Nacional Rafael Tobias de Aguiar, que passou a governar Sorocaba, local onde se instalara o foco da rebelião, a qual teve adesão das cidades de Taubaté, Pindamonhangaba, Silveiras, Campinas, Areias e Lorena.

Desta forma, no dia 17 de maio de 1841, eclodiu a revolução em Sorocaba, tendo a Câmara Municipal proclamado Tobias de Aguiar como Presidente e o ex-regente Padre Feijó como Vice-Presidente interinos da Província de São Paulo.

Ressalta-se que o objetivo militar dos revoltosos era atacar a capital paulista para assumir o controle do poder político e administrativo.

Não obstante, os revoltosos se encontravam com suas tropas despreparadas, já que existia uma grande carência de material de emprego militar (armamento, equipamento e munição, entre outros), o que certamente sinalizava que não teriam boas condições para sustentar um longo período de combate com as forças legais.

Diante destas vulnerabilidades apresentadas pelos liberais, o Governo Central buscou aproveitá-las e com isso empregou imediatamente a Força Terrestre e a Guarda Nacional para pacificar São Paulo e Minas Gerais antes que o movimento se espalhasse para outras províncias.

O Barão de Caxias, que tinha terminado de pacificar o Maranhão, foi designado pelo Ministro da Guerra, José Clemente Pereira, para pacificar São Paulo e posteriormente Minas, tendo incondicional apoio do Governo Central.

Luiz Alves soube muito bem empregar os principais fatores de sucesso para a conquista de uma guerra: a mobilidade e a surpresa. Tomou a iniciativa das ações, organizou com muita brevidade o efetivo que dispunha (dois batalhões de caçadores e um corpo de artilharia) e embarcou-o no navio Todos os Santos, no dia 19 de maio de 1842, desembarcando em Santos no dia seguinte e chegando a capital no dia 22 de maio de 1842.

São Paulo foi ocupada pelas forças legais com muita rapidez, o que a colocou fora do alcance dos sediciosos, que se surpreenderam com esta ação de Caxias.

Salienta-se que para a defesa de São Paulo, os pontos estratégicos foram ocupados, isolando a província de possíveis ameaças vindas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

Um dos postos ocupados foi Mogi das Cruzes e a ponte de Pinheiros, que davam acesso à capital.

Além disso, foram ocupadas as regiões de Itararé, Lorena, Guaratinguetá, e Re-

sende, sendo posteriormente incorporadas Guará, Cunha, Queluz, Silveiras, Areias e Bananal.

Desta forma, os revolucionários foram efetivamente isolados e não tiveram condições de receber auxílio externo, particularmente dos farroupilhas, que lutavam pelos mesmos ideais.

Interessante que Caxias empregava com muita maestria as técnicas de Operações de Apoio a Informação (OAI), como se pode verificar no trecho da carta abaixo que ele enviou para o Major Francisco Galvão de Barros França, Comandante dos rebeldes em Pinheiro na Província de São Paulo. Observa-se um forte conteúdo psicológico:

Amigo Sr. Major Galvão. Que pretende? Quer com efeito, empunhar armas contra o governo legítimo do nosso Imperador? Não o creio, porque o conheço de muito tempo, sempre trilhando a carreira do dever e da honra. Eu aqui estou, e não lhe menciono minhas forças para que não julgue que exagero. Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias. Acampamento de Pinheiros, 26 de maio de 1842. Seu amigo e camarada- Barão de Caxias (C45-4, 1999, p. 2-1).

Diante desta situação bastante vantajosa para as forças legais, Caxias realizou dois ataques sucessivos sobre os rebeldes, obrigando-os a realizar uma retirada. Com isso, as forças legais aproveitaram o êxito e realizaram uma perseguição ao longo do eixo São Paulo-Campinas, que culminou com o combate de Venda Grande, em sete de junho.

Nesta batalha, os revoltosos mesmo dispondo de um efetivo maior do que as tropas legalistas não tiveram sucesso, o que contribuiu para que Caxias prosseguisse na conquista de Sorocaba, no dia vinte de junho de 1842.

Tobias de Aguiar não foi encontrado em Sorocaba, já que tinha ido buscar apoio no Rio Grande do Sul com os farroupilhas.

Não obstante, Caxias encontrou Feijó no comando da resistência e tentou negociar a rendição dos revolucionários, enviando-lhe o seguinte comunicado.

Que pretendes? Quer V.S. empunhar as armas contra o governo legítimo de nosso Imperador? Não o creio porque o conheço de muito tempo, sempre trilhando o caminho do dever e da honra... Acabo de chegar da Corte munido de autoridade para tudo aplanar. Não tenho sede de sangue dos meus patrícios, porém não deixarei de cumprir os meus deveres como militar. Ainda é tempo, não ensanguentemos o solo que nos viu nascer e não acendamos a guerra civil nesta bela província para não a vemos reduzida ao estado do Rio Grande de Pedro do Sul e sua vizinha. Responda-me e não deixe fascinar por vinganças alheias (COLETÂNEA DA ECEME, 1998, p.50)

Todavia, Feijó mesmo estando em uma situação muito desfavorável não atendeu ao apelo de Caxias, o que o obrigou a cumprir com seu dever de forma enérgica como a situação assim o exigia.

O ex-regente foi preso juntamente com o Senador Vergueiro e demais revolucionários, sendo tratado com toda a dignidade humana e posteriormente Feijó foi exilado para o Espírito Santo.

Segundo consta na coletânea de publicações de Geografia e História da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no capítulo lutas internas no período monárquico e ação de Caxias, na página 35, do ano de 1998, o seguinte diálogo entre Feijó, ao ser preso em Sorocaba, por Caxias: “E então General, ontem ao lado do povo e hoje contra ele?” Caxias o respondeu: “Não Senhor! Ontem ao lado da lei e hoje do lado da lei!” (COLETÂNEA DA ECEME, 1998, p. 35)

Com a conquista de Sorocaba e a prisão dos principais líderes da revolução, toda Província de São Paulo foi pacificada, garantindo-se a lei e a ordem e a manutenção da unidade nacional.

Verifica-se que cerca de um mês após ter sido irrompida, a Revolução Liberal de São Paulo tinha sido debelada, constatando-se que Caxias realizou uma guerra relâmpago, empregando com grande rapidez as ações táticas, que atualmente são utilizadas na doutrina de GLO, como: interdição do apoio externo e bloqueios de estradas.

Caxias também empregou largamente as técnicas de Comunicação Social e Operações de Apoio à Informação (OAI) como se pode verificar nas cartas enviadas para o Major Francisco Galvão de Barros França e para Feijó, as quais tinham fortes apelos psicológicos, que certamente influíram no comportamento destes insurgentes.

Além disso, Caxias sempre fez questão de salientar que estava atuando em conformidade da lei, obedecendo à Constituição vigente, o que assegurava a legalidade de suas ações.

Na abertura da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, no dia 7 de janeiro de 1843, o Presidente da Província, José Carlos Pereira D’Almeida Torres, mencionou em um dos trechos de seu discurso a restauração da garantia da lei e da ordem na supracitada Província.

Essa medida pois, que reputo de capital, e que foi approvada pelo Governo Imperial, o emprêgo da força militar necessária à disposição das autoridades Policiaes nos lugares que soffrêrão as convulsões da revolta, tem sido bastantes para restabelecer a confiança em toda parte, e fazer com que os pacíficos e industriosos habitantes da Província voltem às suas ordinarias occupações; e dão-me emfim o prazer de poder-vos annunciar que a Província está perfeitamente tranqüilla. Antes de passar a outro objecto, devo tambem communicar-vos que na occurrencia das desgraçadas circunstancias, em que n’aquelle tempo se achou a Província, forão suspensas pelo Decreto nº 168 de 7 de maio algumas das formalidades das garantias individuaes, cujo effeito cessou pelo outro Decreto nº 225 de 25 de setembro do dito anno; e, para honra do Governo, e das diversas autoridades da Província, nem-um abuso (ao menos que me conste) se fez d’esta medida (TORRES, 1843, p.5)

Caxias estava ainda em São Paulo quando em 11 de junho de 1842, foi nomeado Comandante das Forças Pacificadoras de Minas Gerais, já que esta Província também tinha se insurgido, tendo as mesmas motivações político-partidárias que levaram São Paulo à sublevação.

Os revolucionários liderados por Teófilo

Otoni depuseram o Presidente da Província, Bernardo Jacinto da Veiga, e cooptaram a Guarda Nacional para a revolução.

A Província mineira passou a ficar dividida, já que muitas cidades acabaram aderindo ao movimento e outras se mantiveram fiéis ao Império, o que poderia levar a uma guerra civil de proporções imprevisíveis se Dom Pedro II não tivesse enviado Caxias para pacificar Minas Gerais.

Dentre as cidades que resistiram à revolução, destaca-se Ouro Preto, que sob o comando do Presidente Bernardo Veiga rechaçou os rebeldes e os derrotou em Medanha e Presídio, tornando-se exemplo para que outras cidades também resistissem.

Embora não tendo plenos êxitos nas investidas, os rebeldes tinham controle na maior parte da população mineira e também controlavam as comunicações com a Província do Rio de Janeiro.

Ressalta-se que a vitória na cidade de Queluz, atual cidade de Conselheiro Lafaiete, fortaleceu o moral dos revolucionários e os animaram a prosseguir com o movimento.

A cidade de São João Del Rei foi transformada na capital do movimento, tendo pleno controle em relação ao poder político e administrativo de Minas Gerais.

O Governo Central, a exemplo do que tinha acontecido em São Paulo, ficou temeroso de que o movimento mineiro se espalhasse pelas outras províncias.

Com isso, adotou uma série de medidas para neutralizar o movimento, como: decretou estado de sítio no Rio de Janeiro para ter um maior controle na população, mobilizou a Guarda Nacional, que se encontrava em licença ou em férias e ainda mobilizou os funcionários públicos em disponibilidade e tornou obrigatório o salvo conduto para viagens para Minas Gerais.

Os rebeldes ficaram bastante preocupados e temerosos ao saberem da derrota da Província de São Paulo e que seus líderes tinham sido presos e exilados.

A preocupação dos rebeldes aumentou ao saberem que Caxias tinha sido nome-

ado o Comandante das forças legais que atuariam na pacificação de Minas Gerais.

Caxias buscou novamente empregar o princípio da surpresa e ter a iniciativa das ações no combate. Para isso, suas tropas foram desdobradas em três colunas para invadir Minas Gerais, sendo a primeira por Sapucaia, objetivando Pomba; a segunda e mais importante para Paraibuna e a terceira para Ouro Preto, avançando contra Barbacena.

De um modo geral, Caxias buscou adotar as mesmas táticas empregadas na Balaia-da e em São Paulo, ou seja, ocupou com a máxima brevidade os pontos estratégicos para isolar e impedir o apoio externo e interno para os rebeldes.

Luiz Alves determinou que o Coronel José Joaquim de Lima e Silva ocupasse São João D'el Rei, o Coronel José Feliciano de Moraes Cid fosse nomeado Comandante Militar de Barbacena e ele em marcha forçada foi ocupar Ouro Preto, em 6 de agosto de 1842.

Ressalta-se que rápida ocupação de Ouro Preto além de ter contribuído para desestimular os revolucionários a atacarem esta cidade, contribuiu também para que Queluz fosse rapidamente evacuada pelos rebeldes, já que não tinham poder de combate suficiente para enfrentar as experientes e organizadas tropas pacificadoras de Caxias.

Em face dos desesperos dos revolucionários em decorrência da pequena possibilidade de sucesso do movimento, começaram a ter divergências entre as lideranças, o que contribuiu para enfraquecer ainda mais os revolucionários.

Os rebeldes conseguiram conquistar a cidade de Sabará e buscaram negociar com Caxias uma rendição condicional, mas não foi aceita. Com isso, os insurgentes foram se homiziar na serra do Arraial de Santa Luzia, que apresentava condições geográficas favoráveis ao estabelecimento de uma defesa e a realização de táticas de guerrilhas.

Não obstante, em 20 de agosto, após terem sido isoladas as vias de acesso da

região de Santa Luzia, Caxias conduziu um vigoroso ataque contra as posições rebeldes, os quais por despreparo militar não souberam tirar vantagem tática do terreno para realizar a defesa.

As forças legais facilmente derrotaram os revolucionários e prenderam vários rebeldes, dentre eles Teófilo Otoni, que posteriormente foi anistiado.

Não obstante, verifica-se que Caxias repudiava os maus tratos e abominava qualquer tipo de violência e injustiça, pois ao presenciar as perseguições das autoridades locais contra os revolucionários mineiros, reprovou os procedimentos desumanos e informou ao Ministro da Guerra sua indignação.

Consita V. Exa que como amigo lhe diga, que espero seja esta a última vez que me encarregue de pacificar alguma Província que tenha por Presidente pessoa que nela tenha estado na ocasião da revolta, muito principalmente sendo paisano, que quase sempre tanto têm de poltrões durante o perigo, como de vingativos depois dele passado (salvo as honrosas exceções) (MONJARDIN, 1967, p. 62).

Durante a exposição realizada pelo Presidente da Província de Minas Gerais, Bernardo Jacintho da Veiga, no dia 23 de março de 1843, a seu sucessor, Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa se constata logo no início da aludida exposição que Minas Gerais se encontrava pacificada.

Tendo a honra de passar a V. Exa. a administração desta Província, para qual S.M. o Imperador houve por bem nomear a V.Ex., julguei conveniente fazer uma exposição, ainda que muito sucinta, dos principaes negócios a cargo desta presidência.

Entre todos estes objectos, merece certamente particular atenção a tranquillidade publica, que ainda se resente do extraordinário abalo que sofreu com a desastrosa rebelião de 10 de junho do anno próximo passado. Posto que se não devão receiar novas perturbações da ordem publica, porque os Mineiros tem ainda bem presentes os males que lhes causarão os promotores da guerra civil (DA VEIGA, 1843, p. 14).

A Guerra dos Farrapos, ocorrida no Rio Grande do Sul, constituiu-se na última revolução enfrentada pela Monarquia. Foi a mais longa das revoluções ocorridas no País, já que começou no período regencial, no dia 20 de setembro de 1835 e findou no início do Segundo Império.

Nesta Guerra Caxias consolidou sua fama de insigne militar, estadista e pacificador da Nação brasileira e demonstrou sua irrefutável capacidade de Comandante e conciliador.

Assim como as revoluções anteriores que Caxias pacificou, a Revolução Farroupilha não foi diferente no que tange ao campo político, já que suas motivações estão calcadas no descontentamento dos liberais sulistas em relação às medidas centralizadoras adotadas pelo Governo Central, que resultaram na redução do poder político das províncias e prejuízos econômicos em face do aumento dos impostos.

Bento Gonçalves, um dos principais líderes do movimento, lançou um manifesto, que embora reconhecesse a autoridade do Império, não aceitava o controle direto do Governo e a perda da autonomia política da Província.

Em face disso, os rebeldes ocuparam Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, dando início a longa Guerra dos Farrapos, que segundo Bento Gonçalves “Visava a sustentar os princípios políticos que conduziram o povo ao 7 de abril e afastar de nós um administrador faccioso e inepto, sustentando o trono de nosso jovem Monarca e a integridade do Império” (HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA I, 2009, p. 178)

Os farrapos ao retirar do poder o Presidente da Província, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, que tinha sido nomeado pelo Governo Central, não deixaram dúvidas que estavam dispostos a lutar pela manutenção das liberdades locais e não aceitariam a forma intolerante e arrogante de qualquer outro presidente.

A Revolução, que inicialmente não tinha o caráter separatista, adotou o caráter separatista a partir de 1836, após a vitória de Seival, onde os rebeldes derrotaram as

forças legais.

Salienta-se que Feijó ao assumir a Regência, como um dos seus primeiros atos, concitou os sediciosos à pacificação, mas não teve qualquer sucesso, já que os rebeldes tinham passado a adotar uma total intolerância às medidas centralizadoras do Governo.

Antônio Souza Pinto, líder farroupilha, aproveitou o êxito de Seival e proclamou a independência da Província, a qual passou a chamar-se República Rio-Grandense, desligando-se assim do Império.

Os rio-grandenses não mais suportariam a prepotência do governo tirânico e desligava-se das demais Províncias, formando um Estado livre sob o nome de República Riograndense, a qual se poderiam ligar as Províncias que quisessem se federar ao novo Estado (HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA I, 2009, p. 178).

Outro aspecto que preocupava o Império era a estreita ligação que os farrapos tinham com o Uruguai e Argentina, já que estes países poderiam apoiar os rebeldes, o que poderia dificultar sobremaneira a pacificação da Província.

À medida que o tempo passava, aprofundavam-se os antagonismos e ressentimentos entre os farrapos e o Império, gerando-se assim um grande prejuízo à Nação, já que os custos financeiros e o número de vidas humanas ceifadas se tornavam cada vez mais expressivos.

No período compreendido de 1836 a 1842, a situação do Império foi muito preocupante, já que os rebeldes gozaram de ampla liberdade (exceção no mar que a Marinha teve total controle).

Ressalta-se que neste período, passaram doze presidentes de províncias no Governo do Rio Grande do Sul, o que se constata o clima de total instabilidade política na região.

Em 1839, o líder farroupilha Davi Canabarro além de ter tomado Laguna, fundou a República Catarinense e impôs às forças legais a derrota de Santa Vitória.

Contudo quatro meses depois as forças legais reconquistaram a região e repeliram os rebeldes para o Rio Grande, onde pas-

saram a ficar confinados.

A partir de 1839, os rebeldes passaram a se esquivar das lutas e adotaram os combates irregulares empregando largamente as emboscadas, pois aproveitavam o amplo conhecimento que tinham sobre a região.

Outra vantagem que os rebeldes tinham em relação às forças legais era mobilidade, já que dispunham de um número de cavalos muito superior aos imperiais.

Desta forma, os rebeldes não se fixavam em nenhum local, não se vinculavam à linha de comunicações e se supriam com os meios que encontravam por onde passavam, o que tornava o combate bastante difícil para os imperiais.

Em 28 de setembro de 1842, Luiz Alves foi nomeado por Dom Pedro II Governador e Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul.

No dia 22 de maio de 1843, o Ministro da Justiça, José Clemente Pereira, escreveu para Caxias uma carta com o seguinte trecho “A guerra dessa Província dura, há já muitos anos; e se continua por mais dois, pode conduzir-nos à bancarrota, e talvez à dissolução” (DE MORAES, 2003, p. 69).

Ao assumir o exercício de suas funções, em 12 de novembro de 1843, Caxias se dirigiu ao povo do Rio Grande do Sul, exortando-o a um esforço comum para a paz, demonstrando em sua proclamação um elevado espírito cristão e de tolerância, como se pode constatar no final de seu discurso.

Lembrai-vos, que, a poucos passos de nós, está o inimigo de todos os tempos, o inimigo da raça e da tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e Oribe: guardemos para então, nossas espadas e nosso sangue. Abracemo-nos; unamo-nos para marcharmos não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é a nossa mãe comum (HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA I, 2009, p. 182).

Não há dúvidas que nesta proclamação, Caxias empregou as técnicas de Operações de Apoio à Informação (OAI), já que havia um forte apelo psicológico quando

solicitou a união de todos para a defesa da Pátria contra o inimigo comum.

Caxias era sabedor da extremada sensibilidade, dignidade e brio do povo sulista, o que o fez empregar o seu senso psicológico. Com isso, angariou a simpatia dos gaúchos.

Além disso, anistiu os farroupilhas que assim solicitassem, dinamizou o comércio local, retirando os entraves burocráticos, o que permitiu a geração de empregos locais, pois determinou que os uniformes das forças legais fossem comprados das mãos dos farroupilhas.

Outra medida pacificadora foi proibir qualquer atentado à honra e o respeito à propriedade privada. Mandou, ainda, distribuir alimentos às famílias dos revolucionários, já que elas se encontravam famintas.

Assim como fizera nas campanhas pacificadoras anteriores, buscou reorganizar suas tropas, estudar detalhadamente o inimigo e o terreno, a fim de empregar de forma judiciosa os meios de que dispunha.

Primeiramente, buscou restringir a área de atuação dos farroupilhas, ocupando efetivamente as principais localidades, bem como tratou de interditar o apoio externo, cortando as ligações dos rebeldes com o Uruguai e Argentina por intermédio do estabelecimento de destacamentos ao longo das fronteiras.

Em fevereiro de 1843, Caxias tinha organizado as forças legais com três divisões: a 1ª comandada pelo Brigadeiro Felipe Néri de Oliveira, a 2ª comandada pelo Coronel Jacinto Pinto de Araújo Correa e a 3ª por João da Silva Tavares, totalizando cerca de sete mil homens.

Os rebeldes contavam com cerca de três mil e quinhentos homens a comando de Antônio Neto e Canabarro, que se concentravam em Passo do Rosário e Santa Maria.

Uma vez realizado o estudo pormenorizado dos fatores da decisão, ou seja, o estudo detalhado da missão, inimigo, terreno e meios colocados à sua disposição e realizado o estudo do poder relativo de combate tanto de suas tropas como as dos

rebeldes, Caxias decidiu partir efetivamente para o combate, tomando a iniciativa das ações.

Para isso, empregou de forma judiciosa e bem articulada as três Armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia em três linhas sucessivas e fortificadas, sendo priorizado o emprego da Infantaria.

Com isso, os imperiais atacaram como um rolo compressor, já que foram palmo a palmo reconquistando as localidades dominadas pelos farroupilhas, obrigando-os a abandonarem as localidades de onde eram apoiados logisticamente.

Em maio de 1843, ocorreu a Batalha de Ponche Verde, onde as forças rebeldes foram derrotadas, o que demonstrou a superioridade das táticas da Infantaria adotadas por Caxias em relação às táticas de Cavalaria de Davi Canabarro e Antônio Neto, os quais normalmente tiravam vantagens nos combates em face de terem uma maior mobilidade.

Ponche Verde se constituiu no declínio dos farroupilhas, o prenúncio do fim da Guerra dos Farrapos, que vinha devastando a Província do Rio Grande do Sul e a ameaçava separá-la do Império.

Nesta Batalha, os principais líderes da revolução foram derrotados (Bento Gonçalves, Antônio Neto, Davi Canabarro e João Antônio junto com cerca de 2.500 homens), mas mesmo em situação bastante desvantajosas os farrapos continuaram ainda combatendo realizando pequenas incursões.

Como a Guerra dos Farrapos ainda não tinha chegado ao fim, Caxias novamente reorganizou as forças legais.

Para isso, colocou diretamente sob seu comando cerca de 2.000 homens que ocuparam as localidades de Bagé e São Gabriel; em torno de 3.500 homens a comando de Bento Manoel, ocupando Alegrete e aproximadamente 1.000 homens sob o comando de Chico Pedro, ocupando todo território entre os rios Camocim, São Gonçalo e Jaguarão, o que permitiu realizar intensas perseguições aos rebeldes.

Desta forma, em Porongos se deu final-

mente o fim da Guerra dos Farrapos, quando no dia 14 de fevereiro de 1844, o Barão de Jacuí surpreendeu e derrotou Canabarro, Bento Gonçalves e Antônio Neto e aprisionou-os junto com suas tropas.

Assim sendo, a Guerra dos Farrapos não durou mais dois anos depois que Caxias foi incumbido de pacificar a Província sulista, a qual foi considerada pacificada por Caxias em 1º de março de 1845.

Finalmente em 19 de março de 1845 foi assinada a paz de Ponche Verde, o que permitiu que o Rio Grande do Sul fosse reintegrado efetivamente ao Império.

A fim de que fosse anulado qualquer ressentimento ou antagonismo, Caxias buscou diretamente negociar a paz com os líderes farroupilhas.

Assim sendo, promoveu anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião, isentou do serviço militar todas as pessoas que tinham prestado serviço militar aos farrapos e permitiu aos chefes farroupilhas que mantivessem os seus postos militares.

Ressalta-se que Caxias foi mantido Presidente da Província e no Comando da 3ª Região Militar para atender à solicitação dos revolucionários, os quais o ovacionaram de Ponche Verde a Bagé e posteriormente em Porto Alegre.

Em 3 de março de 1846, Caxias passa a Presidência da Província ao Comendador Correa da Câmara e regressa a Corte, findando assim sua participação na pacificação da última revolução do Brasil-Império, a qual foi sob o ponto de vista militar e político a mais interessante, pois permitiu Caxias evidenciar sua genialidade como soldado, estadista, administrador e diplomata.

4. ASPECTOS COMUNS DAS AÇÕES PACIFICADORAS DE CAXIAS COM A DOCTRINA DE OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

As Operações conduzidas por Caxias tanto na Balaiada, Movimentos Liberais de São Paulo e Minas Gerais e Rio Grande

do Sul foram realizadas dentro do território brasileiro, restauraram a paz social e reconquistaram a garantia da lei e da ordem nas províncias rebeldes.

Ressalta-se que Caxias esteve devidamente amparado pela Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, já que no artigo 145, do capítulo VIII, que tratava da força militar, previa que “Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e a integridade do Império, e defende-lo dos seus inimigos internos, ou externos.”

Neste mesmo capítulo, no artigo 148 previa que “Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente à segurança, e defesa do Império.”

Verificou-se que na atual Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 142 também há o amparo do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Assim sendo, observa-se que a Constituição tem sido a base legal para o emprego da Força Terrestre nas Operações de restabelecimento da Lei e da Ordem, tanto nas campanhas de pacificação conduzidas por Caxias até na elaboração da atual doutrina de Operações de GLO.

De um modo geral, Caxias empregou largamente aspectos táticos da atual doutrina de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, já que era comum ele buscar a interdição do apoio externo para a força rebelde, isolando-a no interior de uma Zona de Operações (Z Op).

Outro aspecto que era muito empregado por Caxias, que é preconizado pela a atual doutrina das Operações de GLO, foi a conquista do apoio da população para as suas ações pacificadoras.

Para isso, ele empregou largamente as atividades de Comunicação Social, Operações de Apoio à Informação (OAI) e Ações Cívico-Sociais (ACISO), conforme foi o caso na Guerra dos Farrapos, onde ele distribuiu alimentos para as famílias dos

farroupilhas.

Não obstante, a atual doutrina de Operações de GLO ainda ensina que não basta apenas o emprego da expressão do poder militar para a pacificação, já que para ser duradoura e ter total êxito é necessário que as Expressões dos Campos do Poder Político, Econômico e Psicossocial também se envolvam, pois somente assim poderão ser anulados efetivamente os motivos que levaram o emprego da Força Terrestre.

Como se pode verificar em páginas anteriores, já no século XIX se tinha este entendimento, pois quando o Governo Central nomeava Caxias para pacificar uma determinada província, ele era nomeado ao mesmo tempo Presidente da província e Comandante das Armas, o que lhe conferia poderes militar e civil com ampla liberdade de atuação para realizar as Operações de Pacificação.

Após ser verificado os aspectos doutrinários das Operações de Garantia da Lei e da Ordem e as ações internas pacificadoras de Caxias é lícito depreender que as ações internas pacificadoras de Caxias podem ser consideradas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, já que houve a pacificação das províncias e a retomada do pleno desenvolvimento político, econômico e social.

Além disso, observou-se que foram anulados os ressentimentos e antagonismos por parte da população em relação ao Governo do Império, o que permitiu a restauração da autoridade central.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho analisou se as ações internas de pacificação empreendidas por Duque de Caxias poderiam ser consideradas Operações de Garantia da Lei e da Ordem e se caso possam ser quais os ensinamentos que estas ações poderiam repassar para a Doutrina atual.

Assim sendo, verifica-se que Caxias durante a condução das campanhas pacificadoras, deu início a uma doutrina genuína de Operações de Garantia da Lei e da Or-

dem, que vem evoluindo até os dias atuais.

Salienta-se que Caxias empregou com grande maestria as Operações de Apoio à Informação nas campanhas pacificadoras, levando os revoltosos a perderem a vontade de lutar, o que contribuiu expressivamente para a vitória das forças legais, assegurando com isso a paz social.

Há que ressaltar que a atual doutrina de Operações de GLO está bastante ampla e certamente se constitui no resultado de constantes estudos desenvolvidos pela Força Terrestre ao longo de sua atuação pacificadora na História do País, o que vem permitindo uma permanente atualização em face das mudanças de cenários e atores motivados pela dinâmica da sociedade brasileira.

Não há dúvidas de que o Governo Central no século XIX não poderia deixar de ter empregado energicamente a Força Terrestre na pacificação das províncias rebeldes, pois se assim não o fizesse provavelmente o Brasil teria se fragmentado e atualmente não teríamos um País de dimensão continental.

É lícito depreender que os aspectos táticos empregados por Caxias nas campanhas pacificadoras não apresentou qualquer novidade, que pudesse contribuir para aperfeiçoar a atual Doutrina de Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Por último, não há como negar que é muito relevante se estudar as campanhas pacificadoras de Caxias, a fim de permitir a ampliação do conhecimento no que tange à evolução das Operações de GLO.

FONTES E REFERÊNCIAS

6.1 FONTES

Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

Constituição Federal Brasileira. São Paulo: Saraiva, 1989.

Caderno de Instrução de Pelotão de Fuzileiros, Comando de Operações Ter-

restre, 2009.

Coletânea de publicações de Geografia e História da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Lutas internas no período monárquico e ação de Caxias. Rio de Janeiro, 1998.

Discurso que recitou o Presidente da Província do Maranhão, Manoel Felisardo de Sousa e Mello, na abertura da Assembleia Legislativa, dia 3 de maio de 1839. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazi>> Acesso em: 5 julho 2010.

Discurso recitado pelo Doutor João Antonio Miranda na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, 1840. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazi>> Acesso em: 5 julho 2010.

Discurso do Coronel Luiz Alves de Lima na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, 1840. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazi>> Acesso em: 10 julho 2010.

Discurso recitado pelo Presidente José Carlos Pereira D'Almeida Torres na abertura da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, 1843. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazi>> Acesso em: 20 julho 2010.

Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Relatório com que Caxias abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1846. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazi>> Acesso em: 22 julho 2010.

6.2 REFERÊNCIAS

BARRETO, Flamarion. **Caxias, o Comandante em Chefe.** Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exér-

cito, 1956.

BENTO, Cláudio Moreira. **Caxias e a Unidade Nacional.** Porto alegre: Gênese, 2009.

_____. **Os patronos das Forças Armadas.** Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br>> Acesso em: 31 maio 2010.

_____. **Brasil lutas internas 1500-2001.** Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br>> Acesso em: 31 maio 2010.

DE MORAES, Eugênio Vilhena. **O Pacificador das consciências: sua unidade e integridade moral.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. **O Duque de Ferro novos aspectos da figura de Caxias.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra, 1998.

LANNING, Michael Lee. **Chefes, líderes e pensadores militares.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército: 1999.

MATTOS, Carlos de Meira. **Ensaio sobre a doutrina política da revolução.** Brasília: Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, 1968.

MONJARDIN, Adelpho Poli. **Bolívar e Caxias paralelo entre duas vidas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

PEIXOTO, Paula Mattos. **Caxias nome tutelar da nacionalidade.** Rio de Janeiro: Édipo, 1973.

PILAR, Olinto. **Duque de Caxias: Patrono das Forças Armadas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

RAPOSO, Amerino Filho. **Caxias e a doutrina militar brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

SILVA, João Manuel Lima. **O exército farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

TINOCO, Brigido. **As duas paixões de Caxias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1954.

Universidade do Sul de Santa Catarina, História Militar I, Palhoça, 2009.

IDEIAS EM PROL DA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA

George Pereira SANTA ROSA - Maj Inf
Chefe da Divisão de Ensino - EASA

UMA CONVERSA INICIAL

A respeito das chamadas ciências humanas, é lamentável verificar na atual conjuntura da educação parco conhecimento, total ignorância ou mesmo preconceito infundado, acerca de historiadores, filósofos, sociólogos e economistas dotados de notável erudição que são secundarizados propositalmente pela medíocre inteligência tupiniquim, seja por parte dos discentes (o que é aceitável, dependendo do nível de escolaridade considerado), seja por parte dos docentes.

Na esteira de tal raciocínio e diante de um quadro perigoso oriundo do gradativo processo desconstrucionista da civilização ocidental marcado pela inversão cognitiva associada à concomitante inversão de ordem axiológica, urge evocar tais estudiosos a favor do advento de horizontes mais salutares, de maneira a propiciar o descortinamento de ideias imunes ao asfixiante discurso monocórdico em voga nos meios acadêmicos.

Correlato ao exposto, o presente artigo tem por objetivo precípuo trazer à tona reflexões voltadas para a realidade contemporânea que fomentem profícuas e arejadas discussões no interior da sala de aula contrárias à rotulação mental imposta pelo nefando “politicamente correto”. Nesse sentido, houve-se por bem selecionar tópicos atinentes ao repertório epistemo-

lógico de determinados intelectuais não vinculados a ideologismos. Dessa forma, serão abordados, em ordem alfabética, os seguintes nomes: Alexis de Tocqueville, Edmund Burke e Eric Voegelin.

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Quando se fala sobre o nascimento do pensamento sociológico em virtude das profundas mudanças geradas pela Revolução Francesa e Revolução Industrial, os livros didáticos procuram levar o aluno ao conhecimento dos chamados “clássicos” da Sociologia, normalmente nesta sequência: Comte, Durkheim, Marx e Weber.

Não obstante a relevância dos citados autores para o afloramento crítico do discente, verifica-se um nítido descaso no tocante à genialidade do francês Alexis de Tocqueville, na medida em que se destaca nele, dentre outros temas, sua análise arguta e equilibrada acerca das nuances democráticas inerentes aos Estados Unidos da América da primeira metade do século XIX que, de maneira irrefutável, influenciariam a civilização ocidental como imprescindíveis contrapontos às nocivas ideologias propaladas no conturbado século XX. Para isso serão abordados aqui dois pontos tocquevilleanos, a saber: os instintos da democracia e a doutrina do interesse bem compreendido.

A respeito dos aspectos instintivos, o eminente intelectual, longe de se prender a elogios, considera o caráter prático da

sociedade norte-americana e, com isso, não se deixa levar pelo “canto da sereia” oriundo da utópica visão igualitária predominante em muitos países europeus, em particular na França. Assim sendo, Tocqueville não vê nos Estados Unidos um modelo democrático perfeito, porém, no mínimo, o considera superior em audácia e simplicidade comparativamente às paixões revolucionárias europeias. Nesse escopo, ele expõe a verdadeira faceta da igualdade, consoante uma coerente acepção moderna e ocidental desse termo que os doutrinadores libertários procuram esquivar-se e esconder dos mais incautos. Em outras palavras:

[...] Não se deve dissimular que as instituições democráticas desenvolvem em altíssimo grau o sentimento de inveja no coração humano. Não é tanto porque elas fornecem a cada um meios de se igualar aos outros, mas porque esses meios fracassam sem cessar para os que os empregam. As instituições democráticas despertam e afofagam a paixão da igualdade sem nunca poder satisfazê-la inteiramente. Essa igualdade completa escapa todos os dias das mãos do povo no momento em que ele pensa agarrá-la, e foge, como diz Pascal, uma fuga eterna; o povo se inflama em busca desse bem tanto mais precioso por estar perto o bastante para ser conhecido, longe o bastante para não ser provado [...] (TOCQUEVILLE, 1998, p. 231 e 232).

Tal realidade também pode ser compreendida de acordo com o segundo tópico, ou seja, a denominada doutrina do interesse bem compreendido que, uma vez evocando Montaigne, pode ser conceituada como o ato de seguir um caminho reto que, baseado na experiência, se constitui no mais útil e feliz para o corpo social (sem apelar para exacerbações originárias de utilitarismos materialistas ou escatologias fomentadoras de um paraíso terrenalizado). Ao raciocinar em cima desta teoria geral, o homem norte-americano percebe com nitidez cristalina resultados práticos que podem ser resumidos conforme segue:

[...] é uma doutrina pouco elevada, mas clara e segura. Não procura alcançar grandes objetivos, mas atinge sem grandes esforços aos que visa. Como está ao alcance de todas as inteligências, todos a captam facilmente e a retêm sem problemas [...] não

produz grandes devoções, mas sugere todos os dias pequenos sacrifícios; ela sozinha não seria capaz de fazer virtuoso um homem, mas forma uma multidão de cidadãos regrados, temperantes, moderados, previdentes, senhores de si [...] as virtudes extraordinárias seriam sem dúvida mais raras. Mas penso também que, então, as grosseiras depravações seriam menos comuns [...] me parece, de todas as teorias filosóficas, a mais apropriada às necessidades dos homens de nosso tempo e que vejo nela a mais poderosa garantia que lhes resta contra si mesmos [...] (TOCQUEVILLE, 2000, p. 149).

EDMUND BURKE

Ao publicar em novembro de 1790 sua célebre obra Reflexões sobre a Revolução na França, Edmund Burke se apresenta não somente como mero expectador do processo revolucionário francês. Assim sendo, o aludido autor inaugura o conservadorismo político que, além de trazer à tona uma contundente crítica historiográfica a um assunto de tamanha magnitude, alerta para o advento de posturas totalitárias disfarçadas de eflúvios democrático-libertários. Dessa forma, ao abordar o Estado como entidade abstrata, Burke mostra em “cores vivas” que o mesmo não tem o direito de regular ao seu bel prazer o cidadão. Dito isso, cabe salientar que o eminente filósofo aborda vários pontos significativos que não são estranhos aos tempos hodiernos.

Em primeiro lugar, o Estado, na medida em que favorece o presente, não pode deixar no ostracismo os pilares oriundos do passado nem tão pouco lidar o futuro como um mero exercício probabilístico. Isso é perfeitamente compreensível, uma vez que a história sempre será a história das pessoas e, num sentido mais estrito, da figura do cidadão dotado de autonomia que emerge das gerações pretéritas e, ao mesmo tempo, prenuncia as vindouras. Em linhas gerais:

[...] O Estado é uma associação que participa de todas as ciências, todas as artes, todas as virtudes e todas as per-

feições. Como os fins dessa associação não podem ser obtidos em muitas gerações, torna-se uma parceria não só entre os vivos, mas também entre os mortos e os que hão de nascer [...] (BURKE, 2014, p. 115).

Outro aspecto importante a ser levado em conta é a pretensa autoridade estatal no seio da sociedade civil no que diz respeito à propriedade privada. Perante a atual conjuntura em que se advoga a licitude de invasões de terras que, a bem da verdade, escamoteiam interesses escusos ligados a altos escalões do governo, e de fundamental importância que não se perca de vista o salutar individualismo propiciador de direitos inalienáveis do cidadão como, por exemplo, o de adquirir um pedaço de terra mediante seus próprios esforços. Dessa maneira, Burke deixa um recado para a posteridade:

[...] Os professores dos Direitos do Homem ocupam-se tanto em ensinar os outros, que não encontram tempo para aprender alguma coisa; do contrário saberiam que a propriedade dos cidadãos, e não as exigências do credor do Estado, é a primeira e original devoção da sociedade civil. A reivindicação do cidadão é anterior no tempo, suprema no direito e superior em equidade [...] (BURKE, 2014, p. 125).

Por fim, não menos relevante e com uma conexão direta com o primeiro tópico, cabe ressaltar que nenhum estadista pode sentir-se à vontade para manobrar vis interesses por intermédio de “canetaços” que fazem do cidadão uma espécie de ser desprovido de inteligência. Assim sendo, torna-se imperativo que o lídimo estadista, sendo perfeito conhecedor do potencial humano do povo que comanda, seja igualmente conhecedor do paralelismo existente entre mudanças e permanências, conforme abaixo colocado:

[...] Não posso conceber como algum homem possa chegar a ser tão pretensioso a ponto de considerar seu país como nada além de uma tábula rasa onde pu-

desse escrever o que mais lhe aprouvesse [...] Meu tipo ideal de estadista seria aquele que reunisse uma tendência para conservar e uma capacidade para aperfeiçoar. Fora disso, há apenas vulgaridade na concepção e perigos na execução [...] (BURKE, 2014, p. 171 e 172).

ERIC VOEGELIN

Falar sobre a inescusável riqueza da obra voegelianiana significa não negligenciar as análises do insigne filósofo ao sentido que ele dá à restauração da ordem, estando ambas direcionadas ao legado civilizatório do ocidente, seja por intermédio de suas lições mais sublimes, seja pela concretização de indescritíveis monstruosidades.

Como um exemplo emblemático da ordem, é válido voltar os olhos para uma interpretação básica do vasto conhecimento de Voegelin acerca do mundo da pólis, com especial destaque para o posicionamento filosófico de Platão, além de uma breve alusão ao pensamento tomista.

Ao superar as experiências de ordem cósmica (típica dos egípcios) e histórica (típica dos israelitas) sem menoscabá-las, mas antes compartilhando-as segundo as diferenças, a hélade soube atingir o estágio filosófico. Nesse viés, pensar filosoficamente consiste em remontar à valiosa contribuição de precursores como Homero e Hesíodo, os quais proporcionaram um salto experiencial sem o correspondente salto simbólico, uma vez que seus escritos estavam eixados a ideias míticas. Assim sendo, para que se tenha uma real e básica noção sobre isso, basta citar a seguinte passagem, em particular voltada para as obras homéricas:

[...] Homero penetra no âmago do problema etiológico: a desordem social e política são causadas pela desordem da alma. Embora a Homero falte a compreensão mais profunda de Platão e Aristóteles, ele está a par de haver uma parte da alma humana que é orientada para o uno, o bom e o universal. A habilidade de perceber a vida como ela é depende da abertura existencial nesse sentido. De acordo com Voegelin, Homero estava ta-

teando em direção à ideia da psique como o sensorium da transcendência [...] (FEDE-
RICI, 2011, p. 124).

Em se tratando de Platão como coetâneo a uma Atenas corrompida, Voegelin prossegue na sua filosofia da ordem, verificando no eminente filósofo sua priorização do viés ético em detrimento de artificialismos políticos. Percebe-se, assim, a perspicaz visão voegelianas que propicia a ligação daquele contexto vivido pelos habitantes da pólis com a doentia ideologização de massa característica do mundo contemporâneo. Tal problema, seja hoje ou na hélade clássica, desenha os contornos de uma fé metastática, ou seja, a transformação radical do ser e, em consequência disso, da estrutura da realidade. Em síntese, Platão:

[...] escolhe a vida da filosofia porque “compreendeu que a participação na política de Atenas era sem sentido se o propósito da política era o estabelecimento de uma ordem justa”. Platão, como Sócrates, Tucídides e outros reconhecem que o nível de corrupção espiritual em Atenas é muito avançado para fazer da política uma prescrição eficaz [...] (FEDERICI, 2011, p. 127).

Corroborando com o exposto, cabe aqui frisar que o sentido de ordem no tocante à verdade e ao ser, conforme a genialidade de São Tomás de Aquino, se caracteriza pela realização da existência humana direcionada para um fim último e transcendente, a saber, Deus. Nesse contexto filosófico-religioso, vê-se que na função intelectual tomista:

[...] A vontade de ordenamento, sozinha, poderia ter produzido um sistema mais admirável por sua coerência do que pela captação da realidade. A extraordinária receptividade às coisas do mundo poderia ter originado uma enciclopédia. Mas as duas faculdades combinaram-se para criar um sistema que assinala o impulso dinâmico de Deus para o mundo, através da causalidade criadora, e do mundo para Deus, através do desiderium naturale [...] (VOEGELIN, 2012, p. 241 e 242).

Por intermédio da abertura dessa “via de mão de dupla”, São Tomás funde fé e razão num sistema tal que a ordem estabelecida,

longe de tornar fechado o binômio teoria-prática cristão, possibilita o advento de um pensamento movido por uma transcendência voltada para uma autêntica existência na verdade. Diante de tal ótica:

[...] Fé e razão não podem estar em conflito porque o intelecto humano detém a marca do intelecto divino [...] Segue-se que o intelecto humano, embora capaz de errar, chegará a verdades aonde quer que vá [...] (VOEGELIN, 2012, p. 243 e 244).

À GUIA DE UMA INCONCLUSÃO

Trazer à baila ideias que normalmente não aparecem nos distintos níveis de escolaridade é uma tarefa destinada a profissionais comprometidos com a tarefa de educar as futuras gerações sem se amarrar a rótulos ideológicos que, por si mesmos, subestimam a inteligência humana em prol de idiotizações massificadoras inseridas num contexto marcado pela homogeneização de procedimentos que celebram ismos norteados pela manutenção de uma menoridade autoimposta que, conforme o conceito de Kant, diz respeito à insistência de algumas pessoas em permanecer eternamente na condição de tuteladas.

Contrário a tal paradigma, percebe-se nas brevíssimas linhas acima colocadas que algumas contribuições de Tocqueville (instintos da democracia e a doutrina do interesse bem compreendido), Burke (compreensão acerca do papel do Estado e os perigos do totalitarismo) e Voegelin (a concepção de ordem na pólis e segundo a ótica tomista) são alguns exemplos eixados por um irrepreensível senso de honestidade intelectual unido a uma sóbria compreensão da realidade. Ademais, outros pensadores menos privilegiados na seara nacional poderiam aparecer aqui e certamente enriqueceriam este artigo com suas linhas de pensamento isentas de dogmatismos. Assim sendo, deixa-se ao leitor a possibilidade de entrar em contato com outros autores que, ao serem estudados, exalam conhecimento associado à sabedoria. Enfim:

[...] Dificilmente se encontrará algum capítulo vergonhoso na biografia de Pascal, de Leibniz, de Bossuet, de Donato Cortés, de Joseph de Maistre, de John Henry Newman,

de Edmund Burke, de Vladimir Soloviev, de Nikolai Berdiaev, de Alexis de Tocqueville, de Edmund Husserl, de Ludwig von Mises, de Benjamin Disraeli, de Russel Kirk, de Xavier Zubiri, de Louis Lavelle, de Garrigou-Lagrange, de Joseph Maréchal, de Viktor Frankl, Marcel De Corte e de tantos outros. Ao contrário, essas vidas transbordavam de exemplos de grandeza, generosidade, coragem e humildade [...] (CARVALHO, 2013, p.150).

REFERÊNCIAS

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução na França. São Paulo: Edipro, 2014.

CARVALHO, Olavo de. O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FEDERICI, Michael P. Eric Voegelin – a restauração da ordem. São Paulo: É Realizações, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América – Leis e Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. A democracia na América – Opiniões e Sentimentos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VOEGELIN, Eric. História das Ideias Políticas – Vol. II - Idade Média até Tomás de Aquino. São Paulo: É Realizações, 2012.

REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Pedro Fernando Rosa do AMARAL - Cap Int
Ch SCP Div Ens

RESUMO

Melhorar a eficiência do processo ensino-aprendizagem é uma constante, mas entender como nosso cérebro apropria-se do conhecimento é um grande desafio. David Ausubel trouxe teorias que vieram a agregar para uma melhor compreensão da práxis pedagógica, sua contribuição foi ímpar, com a chamada Teoria da Aprendizagem Significativa, quando o mesmo defende a importância de uma preparação prévia para “ancorar” o conhecimento (subsunçores).

Palavras-chave: Ensino; Aprendizagem Significativa; Ausubel; e Subsunçores.

I- INTRODUÇÃO

A aprendizagem significativa como um conceito subjacente a subsunçores, esquemas de assimilação, internalização de instrumentos e signos, construtos pessoais e modelos mentais, significados compartilhados e integração construtiva de pensamentos, sentimentos e ações. O conhecimento humano é construído; a aprendizagem significativa subjaz essa construção. (J.D. Novak)

A educação é fundamental para a transformação e melhoria da qualidade de vida de qualquer sociedade. Assim sendo, o Exército Brasileiro sempre priorizou o

Ensino, elegendo-o como um dos vetores do Processo de Transformação da Força (PROFORÇA) marcando a passagem da Era Industrial para a Era do Conhecimento.

Entender como aprendemos é fundamental para a melhoria do processo de ensino. E por que alguns conhecimentos, mesmo após muitos anos, ainda estão acessíveis na nossa memória?

Assim sendo, faremos algumas reflexões sobre a Teoria da Aprendizagem Significativa, do psicólogo americano e pesquisador em educação David Paul Ausubel (1918-2008) que deixou uma contribuição extremamente relevante e ainda contemporânea para o ensino.

Motivado por uma demanda pessoal, Ausubel, filho de família judia e pobre, de imigrantes da Europa Central, cresceu insatisfeito com a educação que recebera. Revoltado contra os castigos e humilhações pelos quais passara na escola, afirmava que a educação era violenta e reacionária, relatando um dos episódios que o marcou profundamente nesse período:

“Escandalizou-se com um palavrão que eu, patife de seis anos, empreguei certo dia. Com sabão de lixívia lavou-me a boca. Submeti-me. Fiquei de pé num canto o dia inteiro, para servir de escarmento a uma classe de cinquenta meninos assustados (...)”. Para ele, “A escola é um cárcere para meninos. O crime de todos é a pouca idade e por isso os carcereiros lhes dão castigos.”

Após sua formação acadêmica, em território canadense resolve dedicar-se à educação no intuito de buscar as melhorias necessárias ao verdadeiro aprendizado. Totalmente contra a aprendizagem puramente mecânica, torna-se um representante do cognitivismo, e propõe uma aprendizagem que tenha uma “estrutura cognitivista”, de modo a intensificar a aprendizagem como um processo de armazenamento de informações que, ao agrupar-se no âmbito mental do indivíduo, seja manipulada e utilizada adequadamente no futuro, através da organização e integração dos conteúdos aprendidos significativamente.

Segundo Ausubel, a aprendizagem significativa no processo de ensino necessita fazer algum sentido para o aluno e, nesse processo, a informação deverá interagir e ancorar-se nos conceitos relevantes já existentes na estrutura do aluno. O autor entende que a aprendizagem significativa se verifica quando o banco de informações no plano mental do aluno se revela, através da aprendizagem por descoberta e por recepção. O processo utilizado para as crianças menores é o de formação de conceito, envolvendo generalizações de interesses específicos para que, na idade escolar já tenham desenvolvido um conjunto de conceitos, de modo a favorecer o desenvolvimento da aprendizagem significativa. Esses conceitos deverão ser adquiridos através de assimilação, diferenciação progressiva e reconciliação integrativos de conceitos. Para tanto, Ausubel sugere para esse processo, a utilização de organizadores prévios para, de fato, ancorar a nova aprendizagem, levando o aluno ao desenvolvimento de conceitos **subsunçores**, de modo a facilitar a aprendizagem subsequente.

Segundo o autor, os organizadores prévios são informações e recursos introdutórios, que devem ser apresentados antes dos conteúdos da matriz curricular, uma vez que tem a função de servir de ponte entre o que o aluno já sabe e o que ele deve saber para que o conteúdo possa ser realmente aprendido de forma significati-

va. Os organizadores se tornarão mais eficazes se forem apresentados no início das tarefas de aprendizagem para que suas propriedades possam integrar-se como elemento atrativo para o aluno, visando provocar o interesse e desejo de aprender. Sua formulação deve contar com um vocabulário bastante familiar ao aluno, de modo que, sua organização, bem como a aprendizagem sejam consideradas como material de elevado valor pedagógico.

II- DESENVOLVIMENTO

Atualmente quase não se fala mais em estímulo, resposta, reforço positivo, objetivos operacionais, instrução programada e tecnologia educacional. Estes conceitos fazem parte do discurso usado em uma época na qual a influência comportamentalista na educação estava no auge e transparecia explicitamente nas estratégias de ensino e nos materiais educativos. Nessa época, o ensino e a aprendizagem eram enfocados em termos de estímulos, respostas e reforços, não de significados, com destaque para a corrente behaviorista de Skinner e Pavlov, que teve um ápice na Era Industrial com a metodologia da Taxionomia de Benjamim Bloom, da hierarquização do conhecimento.

Na Era do Conhecimento, na aldeia global, interligada pelas redes sociais, as palavras de ordem são aprendizagem significativa, mudança conceitual e construtivismo. Um bom ensino deve ser construtivista, promover a mudança conceitual e facilitar a aprendizagem significativa. No entanto, a prática docente ainda parece estar presa ao behaviorismo, mas o discurso contemporâneo é cognitivista/construtivista/significativo.

Aprendizagem significativa segundo Ausubel é o processo através do qual uma nova informação (um novo conhecimento) se relaciona de maneira não arbitrária e substantiva (não literal) à estrutura cognitiva do aprendiz. É no curso da aprendizagem significativa que o significado lógico do material de aprendizagem se transfor-

ma em significado psicológico para o sujeito. No entanto, as ideias de Ausubel (1968) foram aproveitadas, mais tarde, por Novak (1984) e Gowin (1996).

Não arbitrariedade e substantividade são as características básicas da aprendizagem significativa. Não arbitrariedade quer dizer que o material potencialmente significativo se relaciona de maneira não arbitrária com o conhecimento já existente na estrutura cognitiva do aprendiz. Ou seja, o relacionamento não é com qualquer aspecto, mas sim com tópicos especificamente relevantes, os quais Ausubel chama subsunçores. O conhecimento prévio serve de matriz ideacional e organizacional para a incorporação, compreensão e fixação de novos conhecimentos quando estes “se ancoram” em conhecimentos especificamente relevantes (subsunçores) preexistentes na estrutura cognitiva.

Substantividade significa que o que é incorporado à estrutura cognitiva é a substância do novo conhecimento, das novas ideias, não as palavras precisas usadas para expressá-las. O mesmo conceito ou a mesma proposição podem ser expressos de diferentes maneiras, através de distintos signos ou grupos de signos, equivalentes em termos de significados. Assim, uma aprendizagem significativa não pode depender do uso exclusivo de determinados signos em particular.

A essência do processo da aprendizagem significativa está, portanto, no relacionamento não-arbitrário e substantivo de ideias simbolicamente expressas a algum aspecto relevante da estrutura de conhecimento do sujeito, isto é, a algum conceito ou proposição que já lhe é significativo e adequado para interagir com a nova informação. É desta interação que emergem, para o aprendiz, os significados dos materiais potencialmente significativos (ou seja, suficientemente não arbitrários e relacionáveis de maneira não arbitrária e substantiva a sua estrutura cognitiva). É também nesta interação que o conhecimento prévio se modifica pela aquisição de novos significados e é crucial para a aprendiza-

gem significativa.

Segundo Ausubel, a estrutura cognitiva tende a organizar-se hierarquicamente em termos de nível de abstração, generalidade e inclusividade de seus conteúdos. A emergência de significados para os materiais de aprendizagem tipicamente reflete uma relação de subordinação à estrutura cognitiva. Conceitos e proposições potencialmente significativos ficam subordinados ou, na linguagem de Ausubel, são “subsumidos” sob ideias mais abstratas, gerais e inclusivas (os “subsunçores”). Este tipo de aprendizagem é denominado aprendizagem significativa subordinada. É o tipo mais comum. Se o novo material é apenas corroborante ou diretamente derivável de algum conceito ou proposição já existente, com estabilidade e inclusividade, na estrutura cognitiva, a aprendizagem subordinada é dita derivativa. Quando o novo material é uma extensão, elaboração, modificação ou quantificação de conceitos ou proposições previamente aprendidos significativamente, a aprendizagem subordinada é considerada correlativa.

Quando o material de aprendizagem não é potencialmente significativo (não relacionável de maneira substantiva e não arbitrária à estrutura cognitiva), não é possível a aprendizagem significativa. De maneira análoga, quando o desequilíbrio cognitivo gerado pela experiência não assimilável é muito grande, não ocorre a acomodação. Tanto em um caso como no outro, a mente fica como estava; do ponto de vista ausubeliano não foram modificados os subsunçores existentes e do piagetiano não foram construídos novos esquemas de assimilação. Portanto, interpretar a assimilação, a acomodação e a equilíbrio piagetianas em termos de aprendizagem significativa, desde que haja a devida maturação biológica do instruendo. Assimilar e acomodar podem ser interpretados em termos de dar significados por subordinação ou por superordenação.

A interação social implica um mínimo de duas pessoas intercambiando significados. Implica também um certo grau de re-

ciprocidade e bidirecionalidade, um envolvimento ativo, de ambos os participantes. A aquisição de significados e a interação social são inseparáveis (Vygotsky). As palavras, por exemplo, são signos linguísticos. Certos gestos também são signos. E para internalizar signos, o ser humano tem que captar os significados já compartilhados socialmente. Ou seja, tem que passar a compartilhar significados já aceitos no contexto social em que se encontra. E é através da interação social que isso ocorre. É só através dela que a pessoa pode captar significados e confirmar que os que está captando são aqueles compartilhados socialmente para os signos em questão.

Para Ausubel, o ser humano tem a grande capacidade de aprender sem ter que descobrir. Exceto em crianças pequenas, aprender por recepção é o mecanismo humano por excelência para aprender. As novas informações, ou os novos significados, podem ser dados diretamente, em sua forma final, ao aprendiz. É a existência de uma estrutura cognitiva prévia adequada (subsúcores especificamente relevantes) que vai permitir a aprendizagem significativa (relacionamento não arbitrário e substantivo ao conhecimento prévio). Mas a aprendizagem por recepção não é instantânea, requer intercâmbio de significados.

Na ótica vygotskyana, a internalização de significados depende da interação social, mas, assim como na visão ausubeliana, eles podem ser apresentados ao aprendiz em sua forma final. O indivíduo não tem que descobrir o que significam os signos ou como são usados os instrumentos. Ele se apropria (reconstrói internamente) dessas construções via interação social. Outro argumento em favor da relevância da interação social para a aprendizagem significativa é a importância que Ausubel atribui à linguagem (à língua, rigorosamente falando) na aprendizagem significativa:

“Para todas as finalidades práticas, a aquisição de conhecimento na matéria de ensino depende da aprendizagem verbal e de outras formas de aprendizagem simbólica. De fato, é em grande par-

te devido à linguagem e à simbolização que a maioria das formas complexas de funcionamento cognitivo se torna possível.”

Pode-se distinguir entre representações mentais analógicas e proposicionais. As imagens visuais exemplificam tipicamente as representações analógicas, mas há outras como as auditivas, as olfativas, as tácteis. As representações proposicionais são “tipo-linguagem”, mas trata-se de uma linguagem que não tem a ver com a língua que falamos nem com a modalidade de percepção, é uma linguagem própria da mente que poderíamos chamar de “mentalês”, uma espécie de “linguagem de máquina”.

Há psicólogos cognitivos para os quais a cognição deve ser analisada exclusivamente em termos de representações proposicionais, ou seja, não há necessidade de supor que as imagens são um tipo especial de representação mental. Para eles, os “proposicionalistas”, as imagens podem ser reduzidas a representações proposicionais; seriam também processadas no “mentalês”. Mas existem outros, os “imagistas” que não aceitam esta posição e argumentam que as imagens têm identidade própria, tanto é que podem ser rotadas, transladadas e esquadrihadas mentalmente. Mas há uma terceira via, uma síntese, uma terceira forma de construto representacional, chamada modelos mentais, proposta por Philip Johnson-Laird (1983). Para ele, proposições são representações de significados, totalmente abstraídas, que são verbalmente expressáveis. O critério de expressabilidade verbal distingue Johnson-Laird de outros psicólogos cognitivos. Imagens são representações bastante específicas que retêm muitos dos aspectos perceptivos de determinados objetos ou eventos, vistos de um ângulo particular, com detalhes de uma certa instância do objeto ou evento. Modelos mentais são representações analógicas, um tanto quanto abstraídas, de conceitos, objetos ou eventos que são espacial e temporalmente análogos a impressões sensoriais, mas

que podem ser vistos de qualquer ângulo (Sternberg, 1996, p. 181).

Para Johnson-Laird, ao invés de uma lógica mental, as pessoas usam modelos mentais para raciocinar. Modelos mentais são como blocos de construção cognitivos que podem ser combinados e recombina-dos conforme necessário. Como quaisquer outros modelos, eles representam o objeto ou a situação em si; sua estrutura capta a essência (se parece analogicamente) desta situação ou objeto. O aspecto essencial do raciocínio através de modelos mentais não está só na construção de modelos adequados para representar distintos estados de coisas, mas também na habilidade de testar quaisquer conclusões a que se chegue usando tais modelos. A lógica, se é que aparece em algum lugar, não está na construção de modelos mentais e sim na testagem das conclusões pois esta implica que o sujeito saiba apreciar a importância lógica de falsear uma conclusão, e não apenas buscar evidência positiva que a apoie (Hampson e Morris, 1996, p. 243).

Contrariamente a modelos conceituais, que são representações precisas, consistentes e completas de eventos ou objetos e que são projetadas como ferramentas para facilitar compreensão ou o ensino, modelos mentais podem ser deficientes em vários aspectos, confusos, instáveis, incompletos, mas devem ser funcionais. Eles evoluem naturalmente. Testando seu modelo mental, a pessoa continuamente o modifica a fim de chegar a uma funcionalidade que lhe satisfaça. É claro que os modelos mentais de uma pessoa são limitados por fatores tais como seu conhecimento e sua experiência prévia com estados de coisas similares e pela própria estrutura do sistema de processamento humano (Norman, apud Gentner e Stevens, 1983, p. 7).

Aprendizagem significativa em uma visão humanista: na teoria de Novak a aprendizagem significativa foi focalizada de um ponto de vista basicamente cognitivo. Obviamente, todos sabemos que o ser humano não é só cognição. Ausubel, ao explicitar as condições para a aprendizagem

significativa (1968, pp. 37 e 38), de certa forma leva em consideração o lado afetivo da questão: a aprendizagem significativa requer não só que o material de aprendizagem seja potencialmente significativo (i.e., relacionável à estrutura cognitiva de maneira não arbitrária e não literal), mas também que o aprendiz manifeste uma disposição para relacionar o novo material de modo substantivo e não-arbitrário a sua estrutura de conhecimento.

Independente de quão potencialmente significativa é a nova informação (um conceito ou uma proposição, por exemplo), se a intenção do sujeito for apenas a de memorizá-la de maneira arbitrária e literal, a aprendizagem só poderá ser mecânica. Nessa disposição para aprender pode-se perceber a importância do domínio afetivo na aprendizagem significativa já na formulação original de Ausubel. Mas foi Joseph D. Novak (1977, 1981) quem deu um toque humanista à aprendizagem significativa. Novak é co-autor da segunda edição da obra "Educational psychology: a cognitive view" (1978, 1980, 1983) e durante muito tempo trabalhou no refinamento, testagem e divulgação da teoria da aprendizagem significativa, a tal ponto que esta teoria deveria ser, hoje, a teoria de Ausubel e Novak. Porém Novak tem o que ele chama de sua teoria de educação (ibid.):

A aprendizagem significativa subjaz à integração construtiva entre pensamento, sentimento e ação que conduz ao engrandecimento ("empowerment") humano. Para Novak, uma teoria de educação deve considerar que seres humanos pensam, sentem e agem e deve ajudar a explicar com se pode melhorar as maneiras através das quais as pessoas fazem isso. Qualquer evento educativo é, de acordo com Novak, uma ação para trocar significados (pensar) e sentimentos entre aprendiz e professor.

A questão da troca de significados já apareceu quando se falou em Vygotsky e será retomada mais adiante na teoria de ensino de Gowin (1981). Aqui, basta considerar que o objetivo dessa troca é a aprendizagem significativa de um novo co-

nhocimento contextualmente aceito. Mas Novak se refere também a uma troca de sentimentos. Um evento educativo, segundo ele, é também acompanhado de uma experiência afetiva. A predisposição para aprender, colocada por Ausubel como uma das condições para a aprendizagem significativa, está, para Novak, intimamente relacionada com a experiência afetiva que o aprendiz tem no evento educativo. Sua hipótese é que a experiência afetiva é positiva e intelectualmente construtiva quando o aprendiz tem ganhos em compreensão; reciprocidade, a sensação afetiva é negativa e gera sentimentos de inadequação quando o aprendiz não sente que está aprendendo o novo conhecimento. Predisposição para aprender e aprendizagem significativa guardam entre si uma relação praticamente circular: a aprendizagem significativa requer predisposição para aprender e, ao mesmo tempo, gera este tipo de experiência afetiva.

Todas estas teorias são construtivistas e a aprendizagem significativa subjaz à construção humana. Novak vai além e diz, em sua teoria de educação, que a aprendizagem significativa subjaz também a integração construtiva de pensamentos, sentimentos e ações. Tudo isso leva a considerar a aprendizagem significativa como um conceito subjacente, subentendido, nas teorias construtivistas, sejam elas cognitivistas ou humanistas. Seria um conceito supra-teórico.

Para Vygotsky, o único bom ensino é aquele que está à frente do desenvolvimento cognitivo e o dirige. Analogamente, a única boa aprendizagem é aquela que está avançada em relação ao desenvolvimento. A interação social que leva à aprendizagem deve ocorrer dentro daquilo que ele chama de zona de desenvolvimento proximal, i.e., a distância entre o nível de desenvolvimento cognitivo real do indivíduo, tal como poderia ser medido por sua capacidade de resolver problemas sozinho e seu nível de desenvolvimento potencial, tal como seria medido por sua capacidade de resolver problemas sob orientação ou

em colaboração com companheiros mais capazes. O ensino, portanto, deve acontecer na zona de desenvolvimento proximal e, de certa forma, determinar o limite superior desta zona. Na interação social que deve caracterizar este ensino, o professor é o participante que já internalizou significados socialmente compartilhados para os materiais educativos do currículo e procura fazer com que o aprendiz também venha a compartilhá-los. O processo de troca de significados aí implícito está muito claro no modelo de ensino de Gowin, descrito a seguir.

Gowin é um autor muito conhecido por um instrumento heurístico que desenvolveu para analisar a estrutura do processo de produção do conhecimento ou para “desempacotar” conhecimentos documentados (por exemplo, em artigos de pesquisa), o chamado “Vê de Gowin” ou “Vê epistemológico” (Novak e Gowin, 1984, 1988, 1996; Moreira, 1993b). Mas sua teoria de educação, apresentada na obra *Educating* (Gowin, 1981), é muito mais do que o Vê. Desta teoria, há uma parte que poderia ser chamada de “modelo de ensino de Gowin” e que se assemelha muito a uma abordagem vygostkyana. Ele vê uma relação triádica entre professor, materiais educativos e aprendiz. O ensino-aprendizagem caracteriza-se pelo compartilhar significados entre aluno e professor, a respeito de conhecimentos veiculados por materiais educativos do currículo. Usando materiais educativos do currículo, aluno e professor buscam congruência de significados.

Em uma situação de ensino, o professor atua de maneira intencional para mudar significados da experiência do aluno, utilizando materiais educativos do currículo. Se o aluno manifesta uma disposição para aprender, ele/ela também atua intencionalmente para captar o significado dos materiais educativos. O objetivo é compartilhar significados.

O professor apresenta ao aluno os significados já compartilhados pela comunidade a respeito dos materiais educativos do currículo. O aluno, por sua vez, deve

devolver ao professor os significados que captou. Se o compartilhar significados não é alcançado, o professor deve, outra vez, apresentar, de outro modo, os significados aceitos no contexto da matéria de ensino. O aluno, que alguma maneira, deve externalizar novamente os significados que captou.

O professor é responsável por verificar se os significados que o aluno capta são aqueles compartilhados pela comunidade de usuários da matéria de ensino. O aluno é responsável por verificar se os significados que captou são aqueles que o professor pretendia que ele captasse, os significados compartilhados no contexto da matéria de ensino. Se é alcançado o compartilhar significados, o aluno está pronto para decidir se quer aprender significativamente ou não. O ensino requer reciprocidade de responsabilidades, porém aprender de maneira significativa é uma responsabilidade do aluno que não poder ser compartilhada pelo professor. Para aprender significativamente, o aluno tem que manifestar uma disposição para relacionar, de maneira não arbitrária e não literal (substantiva), à sua estrutura cognitiva, os significados que capta a respeito dos materiais educativos, potencialmente significativos, do currículo.

A manipulação deliberada de atributos relevantes da estrutura cognitiva para fins pedagógicos é levada a efeito de duas formas (Ausubel, 1968, p. 147; Moreira e Masini, 1982, pp. 41 e 42):

1. Substantivamente, com propósitos organizacionais e integrativos, usando os conceitos e proposições unificadores do conteúdo da matéria de ensino que têm maior poder explanatório, inclusividade, generalidade e relacionabilidade nesse conteúdo.

2. Programaticamente, empregando princípios programáticos para ordenar seqüencialmente a matéria de ensino, respeitando sua organização e lógica internas e planejando a realização de atividades práticas.

Em termos substantivos, o que Ausubel

está dizendo é que para facilitar a aprendizagem significativa é preciso dar atenção ao conteúdo e à estrutura cognitiva, procurando “manipular” os dois. É necessário fazer uma análise conceitual do conteúdo para identificar conceitos, idéias, procedimentos básicos e concentrar neles o esforço instrucional.

É importante não sobrecarregar o aluno com informações desnecessárias, dificultando a organização cognitiva. É preciso buscar a melhor maneira de relacionar, explicitamente, os aspectos mais importantes do conteúdo da matéria de ensino aos aspectos especificamente relevantes de estrutura cognitiva do aprendiz. E organizadores prévios podem ser usados também para “reativar” significados obliterados (isso é perfeitamente possível se a aprendizagem foi significativa), para “buscar” na estrutura cognitiva do aluno significados que existem mas que não estão sendo usados a algum tempo no contexto da matéria de ensino.

A diferenciação progressiva é o princípio segundo o qual as ideias e conceitos mais gerais e inclusivos do conteúdo da matéria de ensino devem ser apresentados no início da instrução e, progressivamente, diferenciados em termos de detalhe e especificidade. Ausubel propõe este princípio programático do conteúdo baseado em duas hipóteses (1978, p. 190): 1) é menos difícil para o ser humano captar aspectos diferenciados de um todo mais inclusivo previamente aprendido do que chegar ao todo a partir de suas partes diferenciadas previamente aprendidas; 2) a organização do conteúdo de um corpo de conhecimento na mente de um indivíduo é uma estrutura hierárquica na qual as ideias mais inclusivas estão no topo da estrutura e, progressivamente, incorporam proposições, conceitos e fatos menos inclusivos e mais diferenciados.

Portanto, uma vez que a estrutura cognitiva é, por hipótese, organizada hierarquicamente e a aquisição do conhecimento é menos difícil se ocorrer de acordo com a diferenciação progressiva, nada mais na-

tural do que deliberadamente programar a apresentação do conteúdo de maneira análoga, a fim de facilitar a aprendizagem significativa. Por outro lado, a programação do conteúdo deve não só proporcionar a diferenciação progressiva, mas também explorar, explicitamente, relações entre conceitos e proposições, chamar atenção para diferenças e similaridades relevantes e reconciliar inconsistências reais ou aparentes. Isso deve ser feito para se atingir o que Ausubel chama de reconciliação integrativa.

A reconciliação integrativa é, então, o princípio programático segundo o qual a instrução deve também explorar relações entre idéias, apontar similaridades e diferenças importantes e reconciliar discrepâncias reais ou aparentes.

A diferenciação progressiva e a reconciliação integrativa são processos da dinâmica da estrutura cognitiva, mas aqui estão sendo tratados como princípios programáticos instrucionais potencialmente facilitadores da aprendizagem significativa.

A organização sequencial, como princípio a ser observado na programação do conteúdo para fins instrucionais, consiste em sequenciar os tópicos, ou unidades de estudo, de maneira tão coerente quanto possível (observados os princípios da diferenciação progressiva e da reconciliação integrativa) com as relações de dependência naturalmente existentes na matéria de ensino.

O princípio da consolidação, por sua vez, é aquele segundo o qual insistindo-se no domínio (ou mestria) do que está sendo estudado, antes que novos materiais sejam introduzidos, assegura-se contínua prontidão na matéria de ensino e alta probabilidade de êxito na aprendizagem sequencialmente organizada. O fato de Ausubel chamar atenção para a consolidação é coerente com sua premissa básica de que o fator isolado mais importante influenciando a aprendizagem é o que o aprendiz já sabe.

No entanto, a aprendizagem que mais ocorre na escola é outra: a aprendiza-

gem mecânica, aquela praticamente sem significado, puramente memorística, que serve para as provas e é esquecida, apagada, logo após. Em linguagem coloquial, a aprendizagem mecânica é a conhecida “decoreba”, tão utilizada pelos alunos e tão incentivada na escola. Cabe, no entanto, destacar que aprendizagem significativa e aprendizagem mecânica não constituem uma dicotomia: estão ao longo de um mesmo contínuo, existindo uma “zona cinza” entre elas.

III- CONCLUSÃO

Concluindo, por fim, a existência de um processo integrador e contínuo entre aprendizagem significativa e mecânica, que demanda alguns esclarecimentos:

- a passagem da aprendizagem mecânica para a aprendizagem significativa não é natural, ou automática; é uma ilusão pensar que o aluno pode inicialmente aprender de forma mecânica, pois ao final do processo a aprendizagem acabará sendo significativa; isto pode ocorrer, mas depende da existência de subsunçores adequados, da predisposição do aluno para aprender, de materiais potencialmente significativos e da mediação do professor; na prática, tais condições muitas vezes não são satisfeitas e o que predomina é a aprendizagem mecânica;
- a aprendizagem significativa é progressiva, de forma intermediária na “zona cinza”, via construção de um subsunçor, em um processo de captação, internalização, diferenciação e reconciliação de significados que não é imediato, necessitando de tempo para uma construção efetiva até o domínio de um campo conceitual;
- aprendizagem significativa depende da captação de significados (Gowin, 1981), um processo que envolve uma negociação de significados entre discente e docente e que pode ser longo. É também uma ilusão pensar que uma boa explicação, uma aula “bem dada” e um aluno “aplicado” são condições suficientes para uma aprendizagem significativa. O significado é a parte mais estável do sentido e

este depende do domínio progressivo de situações-problema, situações de aprendizagem. No caso da aprendizagem de conceitos, tendo como premissa as situações-problema, que dão sentido ao conceitos e que a conceitualização vai ocorrendo à medida que o aprendiz vai dominando situações progressivamente mais complexas, dentro de uma dialética entre conceitos e situações.

Para que a aprendizagem significativa ocorra, o pensador da educação (Ausubel) apresenta duas condições primordiais para o êxito do processo:

- 1) disposição do aluno para aprender;
- 2) O material didático desenvolvido, que deve ser, sobretudo, significativo para o aluno.

Somente dessa forma é que se dará a verdadeira compreensão de conceitos e proposições, o que implica na posse de significados claros e intransferíveis. Para a avaliação consistente da aprendizagem significativa, o método válido e prático, segundo Ausubel, consiste em buscar soluções de problemas diversos através de testes de compreensão, utilizando-se de recursos diferentes daqueles, utilizados anteriormente no material instrucional. Para que se possa constatar, de fato, se o aluno desenvolveu ou não, às habilidades necessárias à aquisição da aprendizagem significativa.

A Teoria da Aprendizagem de Ausubel objetiva, portanto, facilitar a aprendizagem do aluno, através da psicologia da aprendizagem significativa. Diz ele, que:

“Se eu tivesse que reduzir toda a psicologia educacional a um único princípio, diria isto: o fato isolado mais importante que informação na aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece. Descubra o que ele sabe e baseie isso nos seus ensinamentos”.

A aprendizagem significativa é uma ferramenta essencial ao ensino, para que ocorra a devida apropriação do conhecimento por parte do instruído, bem como traz como consequência um novo papel para o professor e para a função social da escola.



Foto: flagrante da instrução de Organização e Emprego da Arma (CAS/EASA), trabalho em grupo de estudo do terreno na carta topográfica, onde o instruído já traz uma base para a aprendizagem significativa, conforme Ausubel: disposição em aprender (profissionalismo/entusiasmo) e excelente material didático (uso de ferramentas de TIC), além dos subsunçores (ancoragem do aprendido) oriundos da formação e da experiência profissional de cada Sgt Alu.

IV- REFERÊNCIAS:

AUSUBEL, D.P. (1963). *The psychology of meaningful verbal learning*. New York, Grune and Stratton.

AUSUBEL, D.P.; NOVAK, J.D. and HANESIAN, H. (1978). *Educational psychology: a cognitive view*. 2nd. ed. New York, Holt Rinehart and Winston.

AUSUBEL, D.P.; NOVAK, J.D. e HANESIAN, H. (1980). *Psicologia educacional*. Rio de Janeiro, Interamericana. Tradução para português, de Eva Nick et al., da segunda edição de *Educational psychology: a cognitive view*.

EISENCK, M.W. e KEANE, M.T. (1994). *Psicologia cognitiva: um manual introdutório*. Porto Alegre, RS, Artes Médicas.

GENTNER and STEVENS, A.L. (Eds.) (1983). *Mental models*. Hillsdale, NJ, Lawrence Erlbaum Associates.

GOWIN, D.B. (1981). *Educating*. Ithaca, NY, Cornell University Press.

GRECA, I.M. e MOREIRA, M.A. (1997a). *The kinds of mental representations -- models, propositions and images -- used by college physics students regarding the concept of field*. *International Journal of*

Science Education, Inglaterra.

HAMPSON, P.J. and MORRIS, P.E. (1996). Understanding cognition. Cambridge, MA. Blackwell Publishers Inc.

Martins Fontes. JOHNSON-LAIRD, P.N. (1983). Mental models. Cambridge, MA, Harvard University.

MOREIRA, M.A. e GRECA, I.M. (1996). Concept mapping and mental models.

MOREIRA, M.A. (1993c). O Vê epistemológico de Gowin como recurso instrucional e curricular em ciências. Porto Alegre, RS, Instituto de Física da UFRGS, Monografias do Grupo de Ensino, Série Enfoques Didáticos, nº 3.

MOREIRA, M.A. e SOUSA, C.M.S.G. (1996). Organizadores prévios como recurso didático. Porto Alegre, RS, Instituto de Física da UFRGS, Monografias do Grupo de Ensino, Série Enfoques Didáticos, nº 5.

NOVAK, J.D. and GOWIN, D.B. (1984). Learning how to learn. Cambridge, Cambridge University Press.

NOVAK, J.D. e GOWIN, D.B. (1996). Aprender a aprender. Lisboa, Plátano Edições Técnicas. Tradução para o português de Carla Valadares, do original Learning how to learn.

NOVAK, J.D. (1981). Uma teoria de educação. São Paulo, Pioneira. Tradução de M.A.

NOVAK, J.D. (1991). Clarify with concept maps. The Science Teacher, 58(7):45-49.

PIAGET, J. (1971). O nascimento da inteligência na criança. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

PIAGET, J. (1973). A epistemologia genética. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

PIAGET, J. (1977). Psicologia da inteligência. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

STERNBERG, R.J. (1996). Cognitive psychology. Forth Worth, TX, Harcourt Brace College.

VYGOTSKY, L.S. (1988). A formação social da mente. 2º ed. brasileira. São Paulo.

PROPOSTAS DE MELHORIA NOS PROCEDIMENTOS NAS FASES DE INCORPORAÇÃO, GESTÃO E LICENCIAMENTO DE MILITARES DO EXÉRCITO

Daniel Gelatti Sampaio¹
Marcelo Figueiredo²

RESUMO

Este trabalho aborda os casos de incorporação, gestão e licenciamento de militares do Exército reintegrados por via judicial para tratamento de saúde, bem como propostas de melhoria nesses procedimentos. Tal abordagem se justifica pelo número de casos de militares reintegrados ao Exército anualmente por determinação da Justiça. O objetivo desta pesquisa é apontar uma vulnerabilidade e uma proposta de solução correspondente nas fases de seleção, gestão e licenciamento de pessoal, respectivamente, a fim de diminuir os custos adminis-

tra-tivos despendidos com as demandas judiciais. Este propósito foi atingido através de pesquisa bibliográfica e documental. Por fim, a pesquisa indicou possíveis melhorias na legislação e normas de procedimentos do Exército relacionadas à saúde do pessoal que implementadas poderiam diminuir os problemas administrativos e jurídicos relativos ao pessoal enfrentados pelos comandantes militares nos diversos níveis de comando.

Palavras-chave: Reintegração. Militares. Atos Administrativos. Incorporação. Gestão. Licenciamento. Saúde.

1 Bacharel em Ciências Militares, Academia Militar das Agulhas Negras, Pós-Graduado em Direito Militar, Universidade do Sul de Minas. Email: danielgsampaio@hotmail.com

2 Graduação em Direito, Faculdade de Direito de Varginha, Brasil. Email: marcelof@unis.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Os casos de militares reintegrados ao Exército por via judicial tem-se tornado uma realidade constante nos últimos anos, demandando atenção dos comandantes militares em todos os níveis da cadeia de comando, seja pelos problemas administrativos que essa questão acarreta, ou pela exposição dos comandantes frente ao Poder Judiciário.

Anualmente, milhares de jovens ingressam no Exército Brasileiro, seja mediante concurso público, ou através do serviço militar obrigatório. Ambas as formas possuem processos seletivos, cada qual com suas especificidades. Além do processo seletivo, existe gestão de pessoal propriamente dita, que contempla procedimentos nos diversos aspectos da vida profissional do militar até sua aposentadoria ou licenciamento, conforme o caso.

Portanto, quando há falhas nesses processos, a Justiça pode ser acionada pelo prejudicado. Um dos problemas mais comuns atualmente dentro dos quartéis são os casos dos militares reintegrados ao Exército por força de ordem judicial. Tais casos existem por erros pontuais ou sistêmicos que possibilitaram o questionamento judicial de sua lisura. Esses problemas podem ser minorados pela contínua melhoria nas normas que regem os diversos processos envolvendo pessoal no Exército Brasileiro.

O presente artigo se propõe a apontar as principais falhas e propor possíveis melhorias nos procedimentos nas fases de incorporação, gestão e licenciamento de militares do Exército no que tange à saúde de pessoal que motiva a intervenção da Justiça nos assuntos administrativos.

Para isso, o trabalho pesquisará documentos, legislações e decisões judiciais relacionados ao tema. Tudo isso, no intuito de apontar as falhas existentes na legislação e formas de adequá-las para as necessidades dos gestores de pessoal do Exército.

2. ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL NO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro é formado por soldados preparados para sacrificar a própria vida. Esse é o ensinamento aprendido nos quartéis de norte a sul do País. A fim de manter as boas condições de combate dos militares, existe a busca constante no aperfeiçoamento técnico-profissional, entre eles o vigor físico do pessoal militar, de modo a estarem sempre prontos a atender qualquer tipo de convocação (BRASIL, 1980).

A profissão militar possui certas características peculiares em relação a outras profissões. A saber:

O militar do Exército brasileiro tem de obedecer a inúmeras normas disciplinares e a princípios hierárquicos descritos na Lei do Serviço Militar de 1964, que condicionam a sua vida pessoal e profissional. Durante toda a sua carreira, o militar convive com riscos decorrentes dos treinamentos a que é submetido, na sua vida diária ou em situação de guerra. A possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é um fato permanente de sua profissão. O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida, gerando estresse, periculosidade perene e muitas vezes situações adversas insalubres (TURATTI, 2013, p. 11).

Por todas essas características supracitadas, os gestores de pessoal no Exército possuem um papel relevante para manter um grau adequado de prontidão, com o propósito de melhor atender as necessidades do País.

Três são as fases na administração do pessoal no Exército: incorporação do pessoal, gestão do pessoal e licenciamento do pessoal. A fim de conhecermos cada um deles, os abordaremos separadamente.

2.1 INCORPORAÇÃO DE PESSOAL

A Constituição da República de 1988 prevê o serviço militar obrigatório nos termos da lei, de acordo com o art. 143, em seu caput. Para isso, existem procedimen-

tos que são cum-primidos de modo a incorporar jovens para o serviço militar.

A convocação à incorporação ou matrículas dos brasileiros se dá após julgados aptos em seleção a fim de prestarem o Serviço Militar, quer inicial, quer sob outra forma ou fase (BRASIL, 1966).

Porém, os exames de saúde dos jovens convocados a se alistarem são bem limitados, consistindo tão somente em exames: odontológico, acuidade visual e auditiva e físico, aferindo o perímetro cefálico e da cintura, tamanho do pé, peso, altura e aferição da força muscular (BRASIL, 2009).

Tais exames são insuficientes para detectar algum problema mais grave no alistado. Uma quantidade maior de exames complementares de saúde ajudariam a diagnosticar potenciais problemas físicos nos jovens alistados, prevenindo um possível agravamento de tais problemas em função da atividade militar.

Já os candidatos a seguirem carreira no Exército passam por um escrutínio mais rigoroso, com exames mais específicos de posse obrigatória, cuja realização é responsabilidade do próprio candidato. São eles:

(...)

I – radiografia dos campos pleuro-pulmonares (com laudo); II – teste ergométrico (com laudo);

III. – eletroencefalograma (com laudo);

IV. – radiografia panorâmica das arcadas dentárias (com laudo); V – audiometria (com laudo);

VI. – sorologia para Lues e HIV;

VII. – exame de detecção de Doença de Chagas, utilizando um dos métodos a seguir: hemoaglutinação; imunofluorescência; ELISA (ou imunoenensaio enzimático) ou reação de Machado-Guerreiro;

VIII. – hemograma completo, tipagem sanguínea e fator RH, e coagulograma completo (tempo de sangramento - TS; tempo de coagulação - TC; índice de normalização internacional - INR; tempo de ativação da protrombina - TAP; atividade de protrombina; tempo de ativação parcial da tromboplastina - KPTT ou TTPA);

IX. – parasitologia de fezes; X – sumário de urina;

XI. – sorologia para hepatite B (contendo, no mínimo, HbsAg, e Anti-HBc – IgG e IgM) e hepatite C (Anti-HCV);

XII. – exame oftalmológico (com laudo, incluindo motilidade; acuidade visual; fundoscopia; tonometria; teste de Ishihara, relatando quais as cores em déficit);

XIII. – glicemia em jejum; XIV – ureia e creatinina;

XV. – radiografia de coluna cervical, torácica e lombar (com laudo incluindo a indicação dos ângulos de Cobb e Ferguson); e

XVI. – exame toxicológico, baseado em matriz biológica (queratina, cabelo ou pelo) com janela de detecção mínima de 90 dias (com laudo). (...) (BRASIL, 2015, p. 11).

Apesar desses exames apresentarem custos razoáveis para a União, caso fossem cobertos pelo Estado, visto que, diferentemente dos candidatos de concurso, o alistado está cumprindo uma obrigação constitucional, sua implantação nos processos de incorporação ao serviço militar obrigatório poderia evitar o ingresso de jovens inaptos para as atividades peculiares da profissão militar.

Já há jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça no sentido de:

(...) que o militar acometido de doença, moléstia ou enfermidade incapacitante, cuja eclosão se deu no período de prestação do serviço, faz jus à reforma, independentemente da existência de relação de causa e efeito entre a doença e a atividade desenvolvida, nos termos do art. 108, VI, c/c o 111, II, da Lei 6.880/80. (BRASIL, 2010).

Assim, a ausência de diagnóstico de doença preexistente à época da incorporação gerará o benefício da dúvida em favor do militar incorporado, cabendo à União arcar com o tratamento deste militar.

3. GESTÃO DE PESSOAL

O gestor público é aquele designado, nomeado formalmente, conforme previs-

to em lei e/ou em regulamento específico, para exercer a administração superior de órgão ou entidade integrante da Administração Pública, visando ao atendimento dos objetivos e das finalidades definidas nas normas legais reguladoras da sua atuação (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

No Exército, os comandantes nos diferentes níveis são os responsáveis pela gestão de pessoal sob seu comando, sendo uma prerrogativa impessoal. Assessorado por oficiais de

estado-maior, o comandante irá planejar, orientar, coordenar, acompanhar, controlar, fiscalizar e apurar todos os aspectos da vida vegetativa de uma organização militar (OM) (BRASIL, 2003).

O comandante de unidade é o responsável último pela saúde de seus subordinados, tendo em vista seu papel fiscalizador do trabalho do pessoal de saúde dentro dos quartéis.

3.1. AGENTE MÉDICO PERICIAL

Entre suas atribuições no aspecto de gestão de pessoal, o comandante de OM nomeia em Boletim Interno o agente médico pericial (AMP) do quartel, ou médico perito, responsável pelas revistas sanitárias da tropa, bem como recebe para consulta os militares e familiares com problemas de saúde, visita os doentes em casa ou nos hospitais e orienta o público interno quanto a medidas de preservação da saúde da família militar (BRASIL, 2003).

A assistência médico-hospitalar é garantida para os militares e seus familiares relacionadas à prevenção, conservação ou recuperação da saúde, incluindo serviços médicos, farmacêuticos e odontológicos. Dentro de uma OM, tal assistência médica é feita ou tem origem através do médico perito (BRASIL, 1980).

Outra função importante do médico perito da OM são as inspeções de saúde realizadas nos militares em primeira instância, podendo conceder dispensas para tratamento de até trinta dias, incluindo as prorrogações (TURATTI, 2013, p. 14).

3.2. INSPEÇÃO DE SAÚDE

Inspeção de Saúde é uma perícia médica ou médico-legal, de interesse do Exército, re-alizada por AMP, por determinação formal de autoridade competente, destinada a verificar o estado de saúde física ou mental do inspecionado (BRASIL, 2009).

Se o problema persistir além dos trinta dias prescritos pelo médico perito da OM, o militar é encaminhado às juntas de inspeções de saúde, geralmente sediadas em organizações mil-itares de saúde (OMS), responsáveis pelas licenças para tratamento de saúde dos militares, de-talhando as condições da dispensa, prazos e do tratamento em publicação em boletim interno regional, no qual a OM de origem do militar terá acesso (TURATTI, 2013, p. 14).

Existem também as juntas de inspeção de saúde em grau de recurso, às quais o inspecionado ou o seu representante legal poderá requerer nova inspeção por AMP de instância superior àquele que exarou o parecer recorrido no prazo máximo de quinze dias a contar da data de publicação do ato administrativo do resultado recorrido. Tal solicitação não gera efeito suspensivo sobre as consequências administrativas, cabendo somente efeito devolutivo, caso haja alteração no parecer exarado na inspeção de saúde recorrida (BRASIL, 2009).

O prazo para a instância superior emitir seu parecer é de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta, mediante justificativa à autoridade que determinou a inspeção de saúde em grau de recurso (BRASIL, 2009).

A não suspensão dos efeitos da inspeção de saúde recorrida pode causar prejuízo de difícil reparação, como consequência da suspensão de tratamento de saúde enquanto o prejudicado ainda não esgotou os recursos administrativos previstos e posteriormente ser reformada a decisão em instância superior de inspeção de saúde.

Tal situação obriga o prejudicado a interromper seu tratamento enquanto recorre

da decisão, podendo agravar ainda mais sua enfermidade.

Neste caso, a lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que disciplina os recursos administrativos, em seu art. 61, parágrafo único, permite o efeito suspensivo se houver “receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução” da decisão recorrida.

3.3. ATESTADO DE ORIGEM

Quando um militar sofre acidente, o comandante, chefe ou diretor determina a instauração de uma sindicância ou inquérito policial militar, a fim de apurar as circunstâncias em que ocorreu tal fato e se este configura acidente de serviço. Entende-se como acidente de serviço todo aquele que se verifica em consequência de ato de serviço (BRASIL, 2009).

A apuração esclarecerá se houve “transgressão disciplinar, imprudência, imperícia ou desídia por parte do acidentado ou de subordinado do mesmo, com a sua aquiescência”. Caso haja quaisquer dessas características supracitadas, descaracteriza-se o acidente de serviço (BRASIL, 2009).

Comprovada a ocorrência de acidente de serviço, o médico perito será ouvido sobre a necessidade ou não da lavratura de Atestado de Origem. Tal documento de caráter administrativo-militar consiste em comprovar onexo causal entre o acidente e lesões ou sequelas no acidentado. Serve de amparo ao militar caso o problema se agrave no futuro (BRASIL, 2009).

O Atestado de Origem consiste em quatro partes essenciais: Prova Testemunhal, Prova Técnica, Prova de Autenticidade e Exame de Controle de Atestado de Origem (BRASIL, 2009).

A Prova Testemunhal demanda duas testemunhas conhecedoras dos fatos presenciados com exatidão, tais como, local, data, hora, circunstâncias que cercaram o acidente e natureza do serviço que o acidentado desempenhava (BRASIL, 2009).

A Prova Técnica é preenchida pelo médico militar que primeiro atender ao aciden-

tado e consta de uma descrição objetiva e detalhada das lesões ou perturbações mórbidas, tal como se fora um auto de exame de corpo de delito (BRASIL, 2009).

A Prova de Autenticidade é preenchida e assinada pelo comandante, chefe ou diretor de OM a que pertence a vítima do acidente, que deverá reconhecer como autênticas as firmas das testemunhas e do médico, bem como a natureza do serviço realizado pela vítima no acidente e que não houve nenhuma das características que descaracterizem o fato como acidente de serviço (BRASIL, 2009).

O Exame de Controle de Atestado de Origem será procedido pelo AMP, até trinta dias após o preenchimento completo das três primeiras partes e constará a identificação e a observação clínica minuciosa do acidentado, entre outras informações relacionadas objetivamente com o acidente (BRASIL, 2009).

3.4. INQUÉRITO SANITÁRIO DE ORIGEM

O Inquérito Sanitário de Origem (ISO) é a perícia médico-administrativa realizada para comprovar se a incapacidade física temporária ou definitiva é resultado de doença aguda, de acidente em serviço, caso haja falhas ou irregularidades insanáveis no Atestado de Origem ou que este não tenha sido lavrado, com a devida justificativa do comandante, chefe ou diretor de OM, ou ainda em caso de doença endêmica (BRASIL, 2009).

O inquérito poderá ser instaurado a pedido mediante requerimento do interessado ao Comandante da Região Militar à qual estiver subordinada a organização militar a que pertence, com toda a documentação necessária (BRASIL, 2009).

Também poderá ser instaurada por determinação do Comandante do Exército, Comandante de Operações Terrestres, Comandante Militar de Área, Chefe de Órgão de Direção Setorial, Diretor de Saúde, além do Comandante de Região Militar, citado anteriormente (BRASIL, 2009).

O inquérito será conduzido por um médico militar de carreira, o qual terá sessenta dias de prazo para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogados uma única vez pelo prazo máximo de vinte dias. A conclusão constará do parecer definitivo se há relação de causa e efeito, ou seja, se a incapacidade do paciente resultou de ato de serviço (BRASIL, 2009).

Após conclusão do inquérito, o encarregado encaminhará à autoridade que determinou a instauração do mesmo, o qual solicitará providências no sentido de que o interessado passe por uma Inspeção de Saúde de Controle, ante um Médico Perito de Guarnição (MPGu). Após a Inspeção de Saúde, o diagnóstico e o parecer pelo MPGu serão transcritos no inquérito (BRASIL, 2009).

Após homologado pela Diretoria de Saúde do Exército, o Inquérito Sanitário de Origem será remetido pela região militar para a OM em que serve ou serviu o interessado, onde ficará arquivado permanentemente. Também ao interessado será enviada uma cópia, mediante recibo (BRASIL, 2009).

Haverá o prazo de um ano, relativo à prescrição de qualquer direito à reclamação administrativa, contado da data do ato ou fato do qual a mesma se originar. Findo tal prazo, será arquivado o requerimento do interessado, por falta de amparo legal (BRASIL, 2009).

Tal prazo encontra respaldo no Art. 6º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, que estabelece os prazos gerais da Administração Pública. No entanto, decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça indicam uma mudança nesse entendimento:

O autor, no dia 12 de fevereiro de 1990, quando se transportava em avião operado pela ré, sofreu grave lesão na medula em consequência de trágica aterrisagem da aeronave, a 400m da pista do aeroporto de Bauru-SP (...) Submetido a intervenção cirúrgica para redução da fratura de que foi vítima (doc. 3), foi, depois da convalescença de um ano, dado como curado em 25 de fevereiro de 1.991(...)Embora o quadro pós cirúrgi-

co fosse positivo, gerando expectativas de total recuperação (doc. 5), a partir do mês de setembro do ano passado (1994), sequelas se manifestaram (doc. 6) e se confirmaram em exame a que o autor se submeteu em 27 de janeiro próximo passado (1995), conforme relatório médico (BRASIL, 2013).

Como observa-se nesse trecho da sentença, o problema supracitado demorou em torno de quatro anos para se manifestar, mesmo após a declaração de cura feita pelos médicos em fevereiro de 1991. Em setembro de 2012, o Superior Tribunal de Justiça decidiu em favor do réu quanto a não prescrição do prazo de reclamação:

Dessa forma, o marco temporal a quo da prescrição somente ocorreu a partir de quando o titular do direito tomou conhecimento da relação de causalidade das lesões, (...) o acidente (...) ocorrido em 12 de fevereiro de 1990, os danos na coluna cervical protraíram-se no tempo, de maneira que se foram agravando e, somente em julho de 1994, pode ser aferida a incapacidade laboral parcial e definitiva do autor da ação indenizatória (BRASIL, 2013).

Assim sendo, como existem lesões cujas sequelas manifestam-se tardiamente, a previsão prescricional de um requerimento, no sentido de negar direitos, tratando-se de casos de saúde, em regulamentos, normas e até mesmo leis têm encontrado resistência do Judiciário.

3.3. LICENCIAMENTO DE PESSOAL

Licenciamento consiste na exclusão de militar do serviço ativo de uma Força Armada, passando este para a reserva. Existem duas formas de licenciamento: a pedido e ex officio. As hipóteses para o licenciamento ex officio consistem na: conclusão de tempo de serviço ou de estágio, por conveniência do serviço e a bem da disciplina (BRASIL, 1980).

Porém, os militares em tratamento de saúde ou baixados em unidades de saúde, ao término do tempo de serviço, mesmo depois de licenciados, desincorporados,

desligados ou reformados, permanecerão em tratamento até a efetivação da ata, por restabelecimento ou a pedido (BRASIL, 1966).

Mesmo após efetivada a licença, desincorporação, desligamento ou reforma, a situação do militar poderá modificar-se caso ele apresente recurso em instância superior. Tal consideração baseia-se no duplo grau de jurisdição, presente implicitamente na nossa Carta Magna, em seu art. 5º, LIV, que diz que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. Ora, não há “ampla defesa” sem o uso de todos os recursos disponíveis, em todas as instâncias existentes, seja em processo judicial, seja em processo administrativo.

No caso do soldado no período de serviço militar inicial, já há jurisprudência no sentido de que “sendo o serviço militar de caráter obrigatório, deve o Exército assumir a obrigação de prestar assistência médica aos militares que venham a sofrer acidente durante o período de prestação deste serviço público” (BRASIL, 2006).

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça se posicionou no sentido que:

(...) o militar acometido de doença, moléstia ou enfermidade incapacitante, cuja eclosão se deu no período de prestação do serviço, faz jus à reforma, independentemente da existência de relação de causa e efeito entre a doença e a atividade desenvolvida, nos termos do art. 108, VI, c/c o 111, II, da Lei 6.880/80.” (REsp 886204 / SC, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 07/02/2008. 2. Agravo de instrumento desprovido (BRASIL, 2010).

Por essas palavras supracitadas, o Poder Judiciário considera que o Exército é responsável por devolver à sociedade o militar licenciado em condições físicas de buscar seu desenvolvimento profissional e pessoal após a prestação do serviço militar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exército, como instituição nacional permanente, deve zelar pela qualidade dos seus recursos humanos, a fim de cumprir da melhor maneira sua obrigação constitucional de receber milhares de jovens anualmente para a prestação do serviço militar obrigatório.

Uma proposta de melhoria nos procedimentos de incorporação seria submeter esses jovens a exames complementares na fase de seleção, a exemplo do que já se faz nos concursos militares de carreira.

Adotando a medida proposta, selecionaria os mais capacitados para a incorporação ao Exército para a prestação do serviço militar inicial, já que normalmente o universo de seleção é maior que a capacidade dos quartéis de receber novos recrutas. O único óbice seria o custo de tais exames, os quais seriam custeados pela União, já que os alistados estão cumprindo um dever legal.

No caso da gestão de pessoal, poderia haver a supressão dos prazos prescricionais, levando-se em conta que existem lesões que geram sequelas tardiamente, muitas vezes anos depois da causa da lesão e que já foi objeto de manifestações do Poder Judiciário no sentido de que o reclamante tenha seus direitos assegurados, mesmo fora dos prazos estabelecidos na norma legal.

Ainda na gestão de pessoal, o melhor seria a suspensão dos efeitos administrativos em caso de recurso do militar contra parecer de inspeção de saúde. Caso isso ocorresse, poderia haver a diminuição dos transtornos de gestão de pessoal para reverter atos administrativos em caso de mudança de parecer.

O mesmo efeito suspensivo poderia ser aplicado na fase de licenciamento do militar, caso este recorresse de parecer de inspeção de saúde desfavorável a sua permanência no serviço militar para tratamento.

Evita-se, assim, a interrupção de tratamento de saúde em processo de licencia-

mento e considerado apto em inspeção de saúde, permitindo sua baixa do Exército, mesmo ainda havendo recurso contra o parecer que o liberou.

No caso dos já incorporados ao Exército que apresentem problemas de saúde e considerando a legislação atual e os casos citados no presente artigo, há espaço para o

aperfeiçoamento da legislação e normas, no que se refere à gestão de pessoas no âmbito do Exército, especialmente nos casos em que a saúde e a integridade física do militar estão em questão.

Um dos possíveis aperfeiçoamentos seria o efeito suspensivo dos atos administrativos referente ao licenciamento de militar considerado apto por inspeção de saúde, mas que teve sua decisão questionada através de recurso administrativo impetrado pelo militar na junta de inspeção de saúde em grau de recurso. Tal medida evitaria interrupções indesejadas no tratamento de saúde do militar, possibilitando o encurtamento desse tratamento, visto que sua interrupção poderia agravar o problema.

Por fim, tais sugestões visam dar uma maior segurança jurídica nos atos do Exército relativos ao pessoal frente a uma dinâmica de sociedade onde as questões cada vez mais são resolvidas pela Justiça.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui-cao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 junho 2015.

_____. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. **Normas e processos para a aplicação da Lei do Serviço Militar**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d57654.htm>. Acesso em: 19 outubro 2015.

_____. Exército Brasileiro. **Normas periciais médicas do Exército**. Portaria n. 247-DGP, de 07 de outubro de 2009. Lex:

Normas Periciais Médicas do Exército. 1 ed. Brasília.

_____. Gabinete do Comandante do Exército. **Regulamento Interno e dos Serviços Gerais**. Portaria n. 816, de 19 de dezembro de 2003. Lex: Separata ao Boletim do Exército n. 51/2003, de 19 de dezembro de 2003, Brasília.

_____. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. **Estatuto dos Militares**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm>. Acesso em: 22 junho 2015.

_____. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. **Lei do Serviço Militar**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4375.htm>. Acesso em: 09 maio 2015.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Edital nº 01/SONC, de 07 de maio de 2015. **Concurso de Admissão à Escola Preparatória de Cadetes do Exército**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 maio 2015.

_____. Tribunal Regional Federal (4. Região) **Apelação cível nº 2600-RS** (71.05.002600-5). Relator: VÂNIA HACK DE ALMEIDA, de 20 de março de 2006, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 16/08/2006 p. 424. Disponível em: <<http://trf-4.jusbrasil.com.br/juris-prudencia/1223448/apelacao-civel-ac-2600>>. Acesso em: 19 out 2015.

_____. Tribunal Regional Federal (1. Região) **Ação de agravo nº 10547-AM** (27.2006.4.01.0000). Relator: NEUZA MARIA ALVES DA SILVA, de 07 de julho de 2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: 16/07/2010 p. 73. Disponível em: <<http://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/15440411/agravo-de-instrumento-ag-10547-am-0010547-2720064010000>>. Acesso em: 19 out 2015.

_____. Tribunal Regional Federal (2. Região) - **Ação cível nº 200651020046420**, Relator: Desembargador Federal ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, Data de Julgamento: 01/04/2014, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, Data

de Publicação: 14/04/2014. Disponível em: <<http://trf-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25091013/ac-apela-cao-civel-ac-200651020046420-trf2>>. Acesso em: 09 dez 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça - **Recurso Especial nº 687.071/RJ**, Relator Exmo. Sr. Ministro RAUL ARAÚJO, Data de julgamento: 12/09/2012, QUARTA TURMA, Data de Publicação 11/04/2013. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23539555/recurso-especial-resp-687071-rj-2004-0110434-1-stj/inteiro-teor-23539556>>. Acesso em 12 fev 2016.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria da Fazenda. **Manual do Gestor Público**. 2. ed. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011.

TURATTI, Bárbara de Oliveira. **Afastamento por problemas de saúde de militares do Exército em serviço no estado do Amazonas, 2001 - 2011**, 2013 64f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia) - UFAM/FIOCRUZ/USPA, Manaus. p. 14.

1932: QUANDO SÃO PAULO FOI À LUTA

“(...)verás que um filho teu não foge à luta(...)”

GUSTAVO de Freitas Araújo ¹

RESUMO

O presente artigo analisará a Revolução Constitucionalista de 1932, ocorrida em diversas regiões do estado de São Paulo. Os insurgentes buscavam com o movimento o fim do Governo Provisório instituído por Getúlio Vargas com o golpe ocorrido em 1930. Apesar da derrota militar dos paulistas, a luta serviu para a reconstitucionalização do país e hoje é um dos marcos históricos do estado.

Palavras-chave: História do Brasil, História Militar, Era Vargas, Batalhas.

1. INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos que se seguiram à Proclamação da República, o Brasil viveu uma sequência de presidentes que eram oriundos, basicamente, dos estados de São Paulo e Minas Gerais e se alternavam no poder através dos respectivos Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Republicano Mineiro (PRM). Essa situação, marcou o domínio exercido pelas oligarquias cafeeiras e por práticas de autoritarismo e fraudes eleitorais. Os historiadores denominaram a esse período da história nacional, que se estendeu até 1930, de República do Café com Leite.

O ano de 1929 foi marcado pelo rompimento da aliança entre paulistas e mineiros e serviu para iniciar a crise que acabaria

com a política do café-com-leite. O presidente da época, o paulista Washington Luís, ao se aproximar do término de seu mandato, resolveu lançar outro candidato de São Paulo, Júlio Prestes, para sucedê-lo nas eleições que ocorreriam no ano seguinte. Os integrantes do PRM, inconformados com a decisão do PRP de vetar um candidato mineiro à presidência, lançaram Getúlio Dornelles Vargas, gaúcho natural da cidade de São Borja, para se candidatar ao cargo.

As eleições ocorreram em 1º de março de 1930. O paulista Júlio Prestes saiu vitorioso do pleito, com 1 milhão de votos contra 700 mil conquistados por Getúlio Vargas (BUENO, 2003). Entretanto, um fato causou uma reviravolta no cenário: o candidato a vice-presidente da chapa de Vargas, João Pessoa, foi assassinado. Apesar de o crime ter sido motivado por questões políticas locais, a morte de João Pessoa foi utilizada para provocar uma conspiração, que desencadeou o golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas no poder.

O Decreto de Lei nº 19.398 (BRASIL, 1930), de 11 de novembro de 1930, instituiu o Governo Provisório tendo o político gaúcho como presidente da República Federativa do Brasil. No aspecto político, destacaram-se as seguintes ações realizadas por Vargas no Período: a nomeação de interventores² nos estados brasileiros, exceto Minas Gerais, a dissolução do Congresso Nacional e a suspensão da Constituição de 1891 (NETO, 2013). Além

1 O autor é 1º Tenente do Exército, formado na Academia Militar das Agulhas Negras em 2012 e membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS.

2 Interventores - Foram substitutos provisórios dos governadores depostos após o golpe que levou Getúlio Vargas ao poder.

disso, procurou eliminar a influência das antigas oligarquias estaduais, particularmente a paulista. No campo econômico, buscou controlar a política do café (FAUSTO, 2012). Dessa forma, evidentemente, o estado de São Paulo foi o que mais se prejudicou com o novo governo instituído. A insatisfação paulista contra Vargas resultou em uma Guerra Civil que veio à tona no ano de 1932.

A Revolução de 1932 teve vários aspectos notáveis, contudo analisaremos com ênfase, no campo militar, a Batalha do Túnel da Mantiqueira. Esse episódio destacou-se dentro do contexto da revolução devido à localização estratégica onde ocorreram os embates, à duração relativamente longa que teve, às inovações militares ocorridas e à importância para a rendição dos insurgentes.

A pesquisa está desenvolvida da seguinte maneira: iniciaremos apresentando aspectos gerais sobre a guerra civil paulista. Em seguida, buscaremos detalhar a frente do Vale do Paraíba, local onde ocorreram os fatos mais importantes do movimento, em especial a Batalha do Túnel da Mantiqueira. Posteriormente, abordaremos os principais aspectos militares e, por fim, as consequências que a revolução trouxe para o Brasil.

2. A GUERRA CIVIL DE SÃO PAULO

Meses após a tomada do poder por Vargas, manifestações em prol da reconstitucionalização do país eram cada vez mais frequentes. Milhares de pessoas iam às ruas exigir do governo a elaboração de uma nova Carta-Magna para o Brasil. Os paulistas eram os mais inconformados com os rumos da situação política e econômica do chefe do Governo Provisório, particularmente depois da nomeação de um pernambucano, João Alberto, como interventor do estado (Ibidem).

Nesse sentido, o PRP aliou-se ao Partido Democrático, formando a Frente Única Paulista. Outros estados também se mos-

traram insatisfeitos com o a política centralizadora varguista, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais (DARÓZ, 2013). Em uma das sublevações populares ocorridas nas ruas de São Paulo, no dia 23 de maio de 1932, durante o confronto contra uma multidão de manifestantes, quatro estudantes foram mortos pelas forças legalistas: Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo. Esse fato os transformou em símbolos da insatisfação contra o governo e, com base nas iniciais dos rebeldes assassinados, originou-se a sigla MMDC, representando o movimento para retirar Vargas do poder (FEIJÓ & MARTEL, 1998).

O início da Revolução não tardou em acontecer: no dia 09 de julho de 1932, liderados pelos Generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger e pelo Coronel Euclides de Figueiredo, eclodiu o movimento armado. Buscou-se recrutar a juventude paulista em massa, além de industriais, associações civis, intelectuais e profissionais liberais que, dentre outros, foram engajados na luta, totalizando cerca de 40 mil combatentes. Em sua quase totalidade, consistiam de civis voluntários que não estavam devidamente preparados. Fato curioso é que, para superar a escassez de armamentos, os constitucionalistas simulavam metralhadoras utilizando pranchetas de madeira que, ao serem sacudidas, o barulho que seus dentes de metal fazia era semelhante ao som de uma rajada de metralhadora.

No comando das tropas federais estava o General Góis Monteiro, que contava com a 1ª Divisão de Infantaria (Rio de Janeiro) e com a 4ª Divisão de Infantaria (Minas Gerais), além de integrantes da Força Militar de Minas Gerais. Os efetivos eram de cerca de 100 mil soldados que, em relação aos seus opositores, eram mais adestrados e possuíam armamentos mais desenvolvidos (Id).

Os paulistas esperavam contar com o apoio dos demais estados, e por isso, supunham que suas forças lutariam apenas na zona de ação balizada pelo rio Paraíba do Sul. Entretanto, o apoio inicial espera-

do pelos revoltosos dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul não veio. As tropas do Mato Grosso não conseguiram chegar à São Paulo, tendo vindo apenas o seu comandante, o General Bertoldo Klinger. Devido a isso, os paulistas se viram praticamente sozinhos na luta, precisando colocar todos os seus meios de produção em favor da revolta. Prova incontestável disso, é o fato de diversas pessoas terem doado joias e ouro para angariar fundos (Id).

O historiador Carlos Daróz (2013), em sua obra sobre a utilização da aviação na Revolução de 1932³, afirma que existiram seis frentes de combate na guerra civil paulista, a saber: frente do Vale do Paraíba, frente Paranaense, frente Mineira, frente Costeira, frente do Rio Grande do Sul e frente do Mato Grosso. Dessas, o esforço principal dos constitucionalistas



Figura 01: Saída do Túnel da Mantiqueira. Disponível em: <<https://www.facebook.com/VilaDaNossaSenhoraDaConceicaoDoCruzeiro/timeline>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

foi dirigido para o Vale do Paraíba. Nessa frente ocorreu o combate mais importante do movimento de 1932: A Batalha do Túnel da Mantiqueira.

2.1. A BATALHA DO TÚNEL DA MANTIQUEIRA

O plano dos insurgentes era ocupar a região do vale do Paraíba, no interior do estado de São Paulo, e realizar uma marcha com destino à cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Desse modo, dispunham da 2ª Divisão de Infantaria, a comando do Coronel Euclides de Figueiredo, integrada pelo 4º, 5º e 6º Regimentos de Infantaria (RI). Os deslocamentos ocorreriam através da Rodovia Rio - São Paulo (atual Rodovia Presidente Dutra) e da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Uma vez estando sozinhos na luta, os paulistas foram obrigados a permanecer imobilizados no Vale do Paraíba, tendo como limites a Serra da Mantiqueira ao norte e a Serra do Mar a sul. Estabeleceram uma linha de resistência em local situado na divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Mais precisamente, foi entre as cidades de Passa Quatro (MG) e Cruzeiro (SP) que as forças instalaram sua base de combate na antiga “estação túnel”



Figura 02: Soldados paulistas ocupando o túnel. Disponível em: <<http://tudoporsaopaulo1932.blogspot.com.br/search?q=t%C3%BAnel+da+mantiqueira>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

3 DARÓZ, Carlos. Roberto Carvalho. Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932.

4 Este autor, recém-formado da Academia Militar das Agulhas Negras, teve a honra de servir no período de 2013/2014 no 5º Batalhão de Infantaria Leve (5º BIL), herdeiro das instalações e das tradições do 5º RI.

da linha férrea, daí o nome Batalha do Túnel da Mantiqueira. Os primeiros combates ocorreram em 10 de julho de 1932 entre as forças do 5º RI⁴ que, localizado na cidade de Lorena, era o mais próximo daquela zona de ação e as forças federais compostas pelos 10º e 11º RI (Juiz de Fora e São João del Rei, respectivamente) e elementos das Força Pública de Minas Gerais.

À época, São Paulo já possuía estradas de ferro que lhe possibilitava integrar todo o seu território. Por esse motivo, o transporte ferroviário foi largamente empregado, particularmente no Vale do Paraíba. Inclusive, adaptou-se uma locomotiva com camuflagem militar e dotada de canhão 75 milímetros e metralhadoras nos flancos, a qual foi apelidada de “fantasma da morte”.

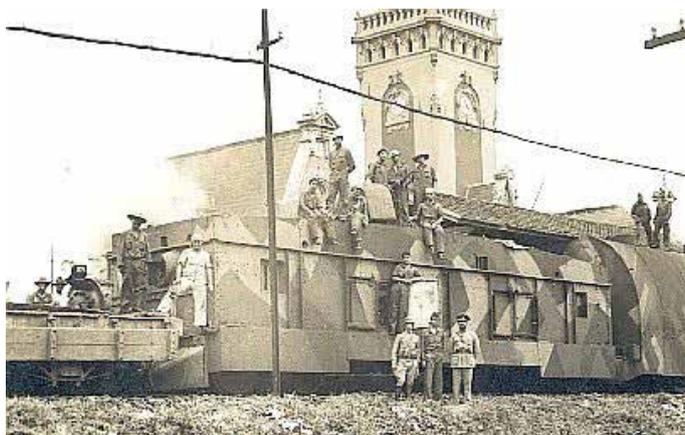


Figura 03: Soldados paulistas no trem “fantasma da morte”, durante as ações na Serra da Mantiqueira. Disponível em: <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/search?q=1932>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

Sobre os aspectos topográficos das imediações do túnel, o terreno era caracterizado por grandes elevações ao redor, como o Pico da Gomeira e o Pico do Itaguaré, além de ser marcado por grandes ravinas⁵. As temperaturas, durante a noite, chegavam próximo a zero graus. Para o período do ano, é comum chuvas abundantes naquela região. Todos esses fatores dificultaram as atividades logísticas, como a reposição de munição e de suprimentos em geral, isolando cada vez mais os paulistas no combate.

Utilizando o terreno de maneira mais adequada, de acordo com o biógrafo de Getúlio Vargas, o cearense Lira Neto (2013), a estratégia das forças do governo era cercar a região do Túnel da Mantiqueira, de modo a se esgotarem os meios de suprimento dos constitucionalistas de tal forma a levá-los à rendição, evitando, dessa forma, mortes desnecessárias.

Durante os combates, houve baixas de ambos os lados. Autores como Guilherme Frota (2000), comparam à situação estratégica com a guerra de trincheiras ocorrida na I Guerra Mundial⁶. Três dias após o início do confronto, aviões governistas bom-



Figura 04: Soldados paulistas no Vale do Paraíba, na cidade de Cruzeiro (SP). Disponível em: <<https://www.facebook.com/VilaDaNossaSenhoraDaConceicaoDoCruzeiro/timeline>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

bardearam a cidade de Cachoeira Paulista, no que foi o primeiro ataque aéreo da América Latina.

Aos poucos, os revoltosos foram sendo cada vez mais pressionados. Percebendo que uma vitória militar seria praticamente

5 Ravinas - Depressões no solo causada pela erosão.

6 Guerra de trincheiras - Fase da I Guerra Mundial em que os exércitos ficavam estacionados em trincheiras e com pouco avanço durante as operações.

impossível, um dos líderes do movimento, Borges de Medeiros, propôs um primeiro cessar-fogo em 20 de julho. Porém, as condições impostas não foram aceitas pelo governo provisório.

Os paulistas não conseguiram resistir por muito tempo. Em meados de setembro, sob o comando do General Hipólito Trigueirinho, recuaram até a cidade de Guaratinguetá. No dia 29 do mesmo mês, mais um cessar-fogo foi proposto pelos rebeldes. A rendição efetivou-se no dia 03 de outubro, na cidade de Cruzeiro. Estima-se que tombaram em combate, pelo menos, 200 soldados paulistas nos arredores do Túnel da Mantiqueira.

2.2. ASPECTOS MILITARES DA LUTA DE 1932

A guerra civil, em que São Paulo lutou por uma nova constituição, contou com diversas inovações no aspecto militar. O engajamento dos diversos setores da sociedade fez com que fossem envidados esforços para fabricação de materiais de emprego militar, tanto das forças insurgentes, quanto das forças legalistas. Utilizou-se largamente canhões, metralhadoras, granadas de mão e carros de combate blindados. Foi bastante relevante, nesse sentido, a atuação da Escola Politécnica de São Paulo, que realizou vários projetos para a construção de novos armamentos, até então inexistentes. O caso mais famoso foi o morteiro de artilharia, utilizado largamente pelas tropas paulistas, fruto dos estudos da Escola Politécnica.

A maior inovação técnica e tática, no entanto, deu-se com a utilização de aviões nas frentes de batalha, particularmente, nas ações no setor do Vale do Paraíba, nas imediações do Túnel. Tanto o Exército quanto a Marinha empregaram a aviação. A aviação naval, inclusive, conseguiu realizar um ataque contra o navio Rio Grande do Sul, que estava ancorado no porto de Santos. Nesse episódio morreram um tenente aviador e um piloto civil abatidos pela artilharia antiaérea da embarcação.

As forças federais pintavam de vermelho suas aeronaves, que foram apelidadas de “vermelhinhos”, cumprindo ao todo mais de 2500 horas de voo, sob o comando do então Major Eduardo Gomes, que viria a se tornar, anos mais tarde, Patrono da Força Aérea Brasileira (NETO, 2013). Entre os paulistas, o meio aéreo também foi utilizado, apesar de ter sido de maneira improvisada, com a aquisição de algumas poucas unidades pilotadas por civis (FROTA, 2000).



Figura 05: “Vermelhinho”, utilizado pelas tropas legalistas na revolução de 1932. Exemplar pertencente ao MUSAL, situado na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/AV1932.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Vale ressaltar, também, o poder persuasivo dos dois lados para recrutar diversos voluntários para a luta. Para isso, foi empregada uma forte campanha publicitária, de forma a conseguir trazer a população para o lado desejado. Do lado paulista, cartazes eram colocados nas ruas convocando a população às armas. O cidadão que não participasse de alguma forma dos esforços de guerra sentia-se pressionado psicologicamente para ir ao combate. A mobilização tornou-se viável, em grande parte, devido à facilidade de locomoção possibilitadas pelas linhas férreas e pelas estradas que o estado de São Paulo contava. Do outro lado da luta, as forças do governo buscavam difundir a ideia de que os paulistas queriam se separar do restante do país e que era, portanto, um movimento

contra a unidade nacional. Possivelmente, foi uma das primeiras vezes, no país, em que se utilizou de maneira tão intensa instrumentos de apoio à informação, como a propaganda e a contrapropaganda.

titucionalista de 1932 tornou-se símbolo do Estado de São Paulo, que comemora anualmente os feitos de seus heróis no dia 09 de julho. Um grande monumento foi erigido no bairro do Ibirapuera, na capital



Figura 06: Propaganda dos constitucionalistas, conclamando a população a pegar em armas. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/o-papel-da-propaganda-na-revolucao-constitucionalista>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

2.3. CONSEQUÊNCIAS DE 32

Ao todo, estima-se que 634 combatentes paulistas vieram a falecer com a Revolução de 1932. Desse total, quase um terço foi na Batalha do Túnel da Mantiqueira, que se tornou um dos símbolos da luta. Do lado dos legalistas, não existem estatísticas oficiais sobre os números de baixas.

Ao fim dos conflitos, o governo passou a levar mais em conta os interesses dos cafeicultores paulistas, ajudando os produtores através de medidas econômicas. Por outro lado, representou o fim do domínio das oligarquias cafeeiras e o início efetivo da industrialização do país.

Apesar de derrotados militarmente, a luta conseguiu obter o seu maior propósito, que foi o fim do Governo Provisório e a criação de uma nova constituição para o país, concretizada em 1934.

No aspecto cultural, a Revolução Cons-

paulista, com os nomes de todos os tomados nas ações de combate. O poder de envolvimento de quase toda a população em prol de uma causa comum é motivo, ainda hoje, de orgulho de todos os filhos de 1932. Curiosamente, conforme percebido por Carlos Daróz (2013), a luta paulista é mais comemorada na capital do que no interior o estado, onde de fato ocorreram os combates.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como tema a Revolução Constitucionalista de 1932. Percebemos, ao longo do trabalho, que o assunto carece de maior quantidade de publicações históricas imparciais sobre o assunto, sendo pouco explorada a importância que o movimento teve para os novos rumos que tomaria a neófito República.

Nos aspectos militares, a luta apresentou inovações nos armamentos e o advento da aviação como meio de combate. A utiliza-

ção maciça da publicidade foi o embrião para a doutrina empregada nas operações de apoio à informação.

A Batalha do Túnel da Mantiqueira, dentro do contexto do movimento, foi de grande importância estratégica. A queda dos paulistas nessa frente representou o fim das esperanças dos constitucionalistas em conquistar uma vitória militar.

Se, por um lado, as forças insurgentes fracassaram em seus planos de combate, a bandeira política por eles defendida, do fim do governo provisório e da reconstitucionalização do país, foi alcançada e representou o maior legado da luta.

4. REFERÊNCIAS

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Aviação paulista na Revolução Constitucionalista de 1932**: Luta aérea nos céus. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/AV1932.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BRASIL. Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História**. São Paulo: Ática, 2003.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. O fantasma da morte - **O trem blindado paulista de 1932**. Disponível em: <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2010/05/o-fantasma-da-morte-o-trem-blindado.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. **Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932**. Pernambuco: UFPE, 2013.

EXAME. **O papel da propaganda na Revolução Constitucionalista**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/o-papel-da-propaganda-na-revolucao-constitucionalista>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed USP, 2012.

FEIJÓ, Martin Cezar & Gartel, Noé.

1932: **A guerra civil paulista**. São Paulo: Ática, 1998.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.

HORA DE PRESERVAR. **A Batalha do Túnel da Mantiqueira**. Disponível em: <<http://horadepreservar.blogspot.com.br/2010/12/batalha-do-tunel-da-mantiqueira.html>>. Acesso em

KOSHIBA, Luiz & PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. São Paulo: Atual, 2003.

MEMORIAL DO IMIGRANTE. História. Disponível em: <<http://www.memorialdoimigrante.org.br/1932/historia/>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O ESTADÃO. **Revolução de 1932**. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932,892,0.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

TUDO POR SÃO PAULO. **Capas de livros sobre a revolução de 32**. Disponível em: <<http://tudoporsaopaulo1932.blogspot.com.br>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

VILA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO CRUZEIRO. Disponível em: <<https://www.facebook.com/VilaDaNossa-SenhoraDaConceicaoDoCruzeiro/timeline>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

INOVAÇÃO NAS ESCOLAS COM A UTILIZAÇÃO DO DESIGN THINKING - O FIM DAS VELHAS IDEIAS

ELISETE Batista da Silva Medeiros - 1º Ten ¹

KARINE de Oliveira Lunardi - 1º Ten ²

RESUMO

A inovação é caracterizada pelo valor percebido às partes interessadas, as organizações atualmente tem consciência de que a construção de uma cultura interna que incentive práticas que direcionem a inovação constitui em um diferencial. Neste contexto, as Escolas precisam compreender o ser humano, conciliar com o envolvimento dos interessados no processo educacional as soluções e experimentar essas soluções, sendo possível realizar esse processo com o uso da metodologia do Design Thinking. Caracterizado por ser um modelo mental, ele e seus processos podem ser apreendidos e utilizados pelos educadores e gestores educacionais. O processo ocorre percorrendo seis etapas: observar, idealizar, prototipar, testar e implementar. Na etapa de observação busca-se o amplo entendimento do contexto, é realizada uma reflexão da situação a ser abordada. Na fase de idealização é o momento de pensar em soluções inovadoras,

disruptivas de forma criativa e colaborativa. A etapa seguinte é o momento de testar as ideias e verificar sua efetividade e receber feedback. Na fase de teste ocorre a validação de acordo com os requisitos de conformidade. A última etapa consiste na implementação, onde a inovação é colocada em prática e são coletadas informações que podem ser utilizadas para retroalimentar o processo.

Palavras-chave: Inovação - Escolas - Design Thinking - Metodologia

PALAVRAS INICIAIS

O conceito de inovação envolve renovação e/ou introdução de novidade. Schumpeter (1982) contribuiu com o processo de evolução do conceito apontando que a inovação está relacionada com: a introdução de um novo produto ou mudança qualitativa ou de funcionamento de produto existente, a introdução de um novo método, abertura de um novo mercado, desenvolvi-

1 Graduada em Administração, Especialista em Administração Pública, Especialista em Gestão Educacional, Especialista em Controle da Gestão Pública, Mestre em Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. elisetebsmedeiros@bol.com.br

2 Graduada em Pedagogia, Psicopedagoga Clínica e Institucional e Mestre em Educação nas Ciências do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. karinelunardi@yahoo.com.br

mento de novas fontes de suprimentos e o estabelecimento de uma nova organização do negócio.

Peter Drucker (2002) ressalta que a inovação é a criação de novos valores e novas satisfações para o cliente, é a capacidade da empresa criar um novo consumidor. De acordo com o Manual de Oslo, uma inovação é a implementação de um produto novo, ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método. Para a Fundação Nacional da Qualidade - FNQ (2013) a inovação é representada por características originais, diferenciadas ou incomuns, desenvolvidas e incorporadas em produtos e processos da organização que são capazes de gerar valor.

Depreende-se que a essência da inovação é o seu compromisso com o valor percebido pelas partes interessadas. O processo de inovação deverá partir de uma intenção estratégica, coloca como tema específico para geração de novas ideias, uma vez implementada o resultado obtido deverá gerar diferencial para clientes e partes interessadas, além de ser sustentável. No contexto da inovação as dimensões da sustentabilidade devem funcionar como critério de seleção de inventos, modelos e planos a serem implementados (BARBIE-RI e SIMANTOB, 2007).

Um dos fatores mais relevantes em termos de inovação é a cultura criativa, essa é manifestada quando se transmite interesse e proatividade em inovação, está no ar, as ideias nascem por toda parte, em toda a organização e em todos os níveis de responsabilidade, as pessoas mostram interesse em contribuir com ideias, a atitude inovadora é contagiosa, a preocupação está em fazer as coisas melhor, as pessoas têm consciência das mudanças que são implementadas e dos resultados percebidos (TRÍAS DE BES, KOTLER, 2011, p. 289).

Pensar sobre inovação nas esco-

las geralmente nos remete a ideia de aparelhos cheios de recursos tecnológicos, como modernos computadores e tablets, mas a inovação deve ir além, deve representar uma abordagem poderosa, eficaz e acessível, que integre os processos, os professores, os pais, os alunos, a sociedade e as demais partes interessadas no processo educacional, para gerar ideias inovadoras que sejam implementadas e façam a diferença, a proposta aqui é a de utilização Design Thinking como metodologia de inovação para as escolas.

CONCEITO E METODOLOGIA

Os termos derivam-se do inglês, Design pode ter significados diferentes conforme o propósito de uso, como por exemplo, webdesign, design de interiores, design gráfico. E Thinking? Do verbo em inglês "to think", significa "pensar" ou "achar" em alguns casos. E agora, os dois juntos, "Design Thinking"? Se você digitar num tradutor on-line, provavelmente vai aparecer: "Pensamento de Design", mas o termo Design Thinking (DT) original é uma expressão idiomática que vem ganhando notoriedade em todo o mundo. Como definição, DT é uma abordagem que inicia com as habilidades dos designers e a correspondência entre as necessidades humanas para a criação de produtos que usufruímos atualmente, é assumir o papel do usuário para inovar.

Tim Bronw (2010) em seu livro Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias, ressalta que:

O design thinking se beneficia da capacidade que todos nós temos, mas que são negligenciadas por práticas mais convencionais de resolução de problemas. Não se trata de uma proposta apenas centrada no ser humano; ela é profundamente humana pela própria natureza. O design thinking se baseia em nossa capacidade de ser intuitivos, reconhecer padrões, desenvolver ideias que tenham um significado emocional além do fun-

cional, nos expressar em mídias além de palavras ou símbolos. Ninguém quer gerir uma empresa com base apenas em sentimento, intuição e inspiração,mas fundamentar-se demais no racional e no analítico também pode ser perigoso. A abordagem integrada que reside no centro do processo de design sugere um “terceiro caminho” (BROWN, 2010, p. 4).

Brown (2011) aponta que há pontos de partida e pontos de referência úteis no processo de inovação, afirma também que a continuidade da inovação é um sistema de espaços que se sobrepõem mais do que uma sequência de passos ordenados. As referências apontadas pelo autor evidenciam três aspectos a serem considerados: inspiração, idealização e implementação. A inspiração é considerada como o problema ou a oportunidade que tem por objetivo ser solucionada. A idealização é o processo de gerar, desenvolver e testar as ideias. A implementação é o caminho entre o novo e a prática do novo. Essas etapas podem ser percorridas mais de uma vez, pois na medida que a equipe aprimora suas ideias e explora novos direcionamentos poderá ser necessário iniciar as etapas novamente.

A metodologia é uma etapa presente em

diversos projetos, em diversos espaços e traduz o realizar, como serão colocadas em ação as ideias para o bem comum.

Vejamos as fases do Design Thinking que podem ser utilizadas nas escolas:

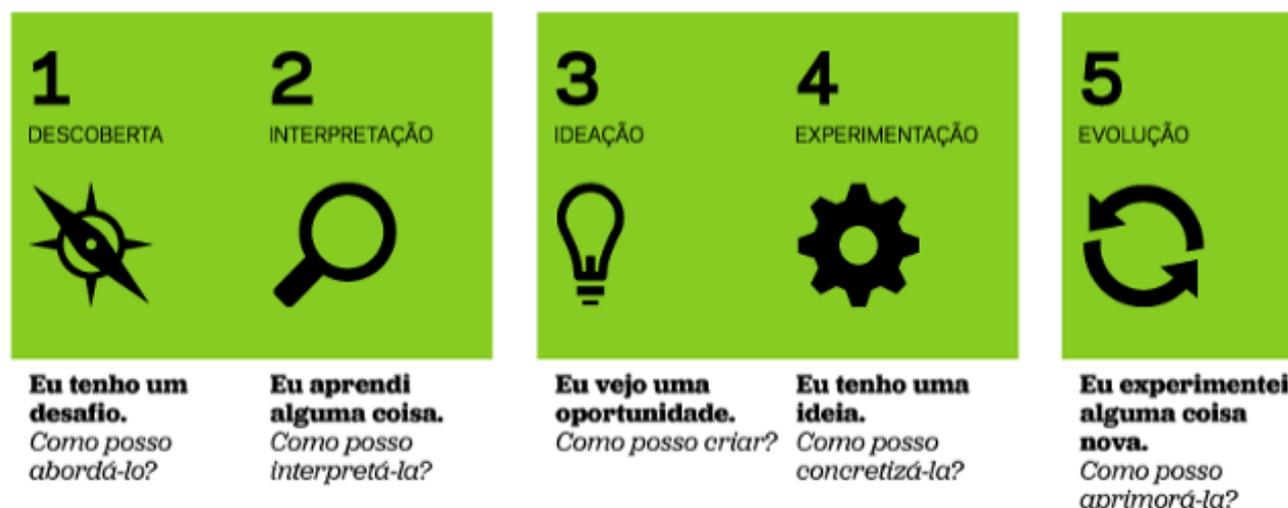
1ª Descoberta: Todo processo de DT começa com uma observação das pessoas envolvidas no desafio para que possamos entender quais são suas necessidades antes de começar a pensar em um projeto. Suscintamente esta fase consiste em: Observar, conversar e entrevistar;

2ª Interpretação: Nessa fase você precisa deixar as percepções (insights) surgirem na conversa com o grupo envolvido. Compartilhar anotações e registros de pensamentos, observações e histórias é fundamental. Suscintamente esta fase consiste em: Contar histórias, descrever situações e perceber oportunidades;

3ª Ideação: Aqui acontece a geração de ideias. Momento conhecido como “brainstorming” em que todos os participantes apresentam suas ideias por meio de palavras ou desenhos. Sem a preocupação com a seleção ainda, o importante é a quantidade. Suscintamente esta fase consiste em: Registrar e Refinar;

4ª Experimentação: Essa é a fase de dar

Figura 1 - Fases do processo Design Thinking



Fonte: Design Thinking para Educadores.³

3 Disponível em: <http://www.dtparaeducadores.org.br/site/?page_id=7> Acesso em ago. 2015.

vida às ideias. Criar protótipos para tornar as ideias tangíveis e depois apresentar a pessoas que possam analisar e dar sugestões para refinar a ideia. Suscintamente esta fase consiste em: Desenhar, encenar e construir um material digital;

5ª Evolução: Uma vez criado o projeto, é importante planejar os próximos passos para que ele seja realizado e também acompanhado e avaliado. A construção e o aprendizado são permanentes. Suscintamente esta fase consiste em: Receber sugestões e aprimorar.

O Design Thinking é uma alternativa inovadora para as escolas, pensar sobre as demandas do processo educativo, as necessidades dos professores, dos alunos e comunidade traz consigo a união dos conceitos de desejabilidade, viabilidade e praticabilidade. Salientamos que o site DT para educadores, referência utilizada neste trabalho traz cada fase do processo detalhadamente, convoque sua equipe e sugira este novo desafio. Mãos à obra!!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo empresarial tem vários exemplos de histórias de sucesso, onde as marcas reúnem suas equipes e pensam e re-pensam suas estratégias, seus produtos visando atingir com qualidade, preço, praticidade e tantos outros fatores relevantes aos clientes. As empresas que se preocupam em trazer produtos inovadores e com isto ter lucratividade em seus negócios, procuram instituir uma cultura criativa e consolidar equipes responsáveis por pesquisas de inovação e conhecimento.

Atualmente inovar é essencial, os mais diversos estabelecimentos de ensino e seus gestores podem utilizar a metodologia do DT, inserir e disseminar a cultura criativa é fundamental para que todos os níveis sejam participantes e autores da melhoria comum nos espaços escolares. Cabe salientar que aumentar a qualidade supõe optar pela qualidade das aprendizagens, entretanto, não significa optar entre

qualidade e a quantidade e, sim encontrar uma igualdade nestes fatores, onde a base mínima dos conhecimentos seja potencializada para gerar novas aquisições e utilizações.

De acordo com De Bono, 1999

a) o ensino da criatividade deve dar ênfase ao aspecto prático, porque, embora seja menos necessário fazer compreender a lógica da criatividade, é indispensável que os alunos consigam aplicar com precisão as diferentes técnicas criativas.

b) A habilidade para aplicar técnicas criativas é a mais necessária; as pessoas devem receber uma informação para aplicar a técnica necessária de pensamento criativo.

c) O ensino do pensamento criativo equivale ao ensino das técnicas. Isso supõe aprender a usar ferramentas simples, mas eficientes, dentro dessa simplicidade. A prática deve incluir sempre certa dose de informação “de fora”, sem ligação direta com o que está sendo ensinado, com a finalidade de centrar a atenção no próprio processo de pensamento e permitir que seja adquirida segurança no uso das técnicas.

d) É melhor praticar a criatividade em temas concretos, porque estes permitem reconhecer imediatamente o valor de uma ideia.

e) O ensino da criatividade sempre é um ensaio “a partir do centro”, diferente do ensino normal, que o faz “a partir da margem”, preocupado em distinguir uma situação de outra e dando ênfase às “áreas cinzentas” ou confusas (DE BONO, 1999 apud YUS, 2002, p. 78).

Depreende-se que a metodologia de inovação baseada no Design Thinking pode trazer benefícios para todas as partes integrantes do processo educacional, oportunizando um ensino que atenda às necessidades e expectativas da nova sociedade, favorecendo o envolvimento das pessoas em soluções de problemas e na construção de soluções. Para atender aos novos desafios é necessário que sejamos inovadores criativos, capazes de pensar e fazer um mundo melhor, esse mundo sem

dúvidas passa pela educação.

REFERÊNCIAS

BROWN, Tim. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Design Thinking para Educadores. Disponível em: <<http://www.dtparaeducadores.org.br/site/>> Acesso em: 24 ago 2015.

DRUCKER, P. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

SCHUMPETER, J. A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TRÍAS DE BES, Fernando; KOTLER, Philip. A Bíblia da Inovação. São Paulo: Leya, 2011.

YUS, Rafael. Educação integral: uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SUCCESSÃO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO: A (IN)EXISTÊNCIA DE TRATAMENTO DIFERENCIADO À LUZ DO CÓDIGO CIVIL

PAIVA, Karine Nogueira¹

SELL, Cleiton Lixieski²

HAMMARSTRÖN, Fátima Fagundes Barasuol³

RESUMO

A equiparação do casamento e da união estável trazidos pelos institutos da Constituição Federal e pelo Código Civil de 2002, demonstram divergências no que concerne ao direito sucessório do cônjuge e do companheiro. A CF/88 equipara a união estável ao casamento, afirmando que para efeito da proteção do Estado é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. No entanto, o CC/02, ao regular o direito de

sucessão do cônjuge e do companheiro, dispõe de um tratamento diferenciado entre ambos, sendo a não equiparação dos institutos, ocorrendo uma disparidade no tocante aos direitos sucessórios, uma vez que o texto constitucional vigente no Brasil decretou a igualdade entre união estável e o casamento, conferindo praticamente os mesmos direitos para os companheiros e cônjuges. Assim, o presente artigo traz uma discussão entre o que está tipificado na Constituição Federal e a forma como tais direitos são abordados pelo Código Civil.

1 Acadêmica do curso de Graduação em Direito da Universidade de Cruz Alta. karine.pai-va.17@hotmail.com

2 Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduado em Direito pela Universidade de Cruz Alta UNICRUZ. Integrante dos Grupos de Pesquisa do Trabalho (GPT) da UFSM, bem como do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos - (GPJUR) da UNICRUZ, ambos registrados no Diretório de Grupos do CNPq. Colaborador do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX). cleitonls.direito@gmail.com

3 Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; pesquisadora da CAPES; membro do grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos – GPJUR - UNICRUZ; Docente da Graduação e Pós Graduação da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. fatima.advocacia@hotmail.com

Palavras-chave: Sucessão. Casamento. União Estável

ABSTRACT

The marriage equality and common-law marriage brought by the institutes of the Federal Constitution and the Civil Code of 2002 show divergences with regard to inheritance law spouse and companion. The CF/88 equates the stable union of marriage, saying to state protection effect is recognized stable union between man and woman as a family unit, and the law shall facilitate the conversion of marriage. However, the DC/02, to regulate the succession rights of the spouse and companion, has a different treatment between the two, and not assimilation of the institutes, causing a disparity in regard to inheritance rights, since the Constitution prevailing in Brazil decreed equality between stable union and marriage, providing virtually the same rights for spouses and companions. Thus, this article presents a discussion between what is typified in the Constitution and how those rights are covered by the Civil Code.

Keywords: Succession. Marriage. Stable Union

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Este trabalho tem o anseio de abordar questionamentos, ainda hoje presentes, desde a entrada em vigor do Código Civil no ano de 2002, no que diz respeito ao direito sucessório do cônjuge e do companheiro. Tal pesquisa se justifica pelo interesse direto no tema sucessão do cônjuge e do companheiro, uma vez que, em não raras vezes vislumbra-se dúvidas acerca da possível diferenciação do tratamento dos direitos sucessórios trazidos pelo CC/2002 em face dos que vivem em união estável e dos que são casados.

Igualmente, o tema apresentado possui grande relevância no ordenamento jurídico

pátrio, tendo em vista os atuais conceitos de família e entidade familiar, tornando-se necessária uma ampla e merecida discussão acerca do tratamento diferenciado no que concerne às disposições legais que regulam e onde se situam os direitos sucessórios do companheiro e do cônjuge.

A análise conjunta desses fatos encaminhará a uma interessante abordagem e facilitará o entendimento do tema no contexto social contemporâneo. Assim posta à questão, mostrar-se-á a pertinência e a importância do contínuo estudo do tema para o aprimoramento do Direito, uma vez que será possível identificar as nuances dogmáticas que envolvem tal instituto, tendo-se em apreço o texto constitucional e os demais dispositivos legais, de forma mais objetiva o CC/2002.

O presente trabalho terá como método o dedutivo e como instrumento a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, estando nos limites dos objetivos propostos. A pesquisa foi essencialmente exploratória, utilizando-se da legislação nacional pertinente, estudos jurídicos existentes e jurisprudências relevantes, o que foi obtido através de livros, artigos publicados em revistas especializadas, textos pertinentes ao tema, bem como a doutrina relacionada ao estudo.

DISCUSSÃO HERMENÊUTICA ACERCA DA PROBLEMÁTICA DO TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE O CÔNJUGE E O COMPANHEIRO

Inicialmente, cabe discorrer a respeito da concepção de família atual, uma vez que se percebe que ela poderá abranger muitos outros integrantes, além do cônjuge e filhos, conforme a situação ensejar. Nesse sentido, seguem-se os ensinamentos de Venosa (2014, p. 120) para quem a conceituação de família oferece um inegável paradoxo para sua compreensão, pois “[...] o Código Civil não a define. [...] Não bastasse ainda a flutuação de seu conceito, como todo fenômeno social, no tempo e no espaço, a extensão dessa compreensão nos difere diversos ramos do próprio

Direito”.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, expandiu-se o conceito de família, uma vez que inclui a união estável, equiparando-lhes. Portanto, a união estável foi reconhecida como entidade familiar, conforme prevê o artigo 226, parágrafo 3º da Constituição Federal⁴. Neste contexto, Pereira (2001, p. 06) aduz que:

A ideia tradicional de família, para o Direito brasileiro, é de que ela se constitui de pais e filhos unidos a partir de um casamento regulado pelo Estado. Mas a partir de 1988, a Constituição Federal (art.226) ampliou esse conceito, reconhecendo “como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, bem como a união estável entre homem e mulher.

Reconhecido esse instituto, fica cumprido o dever do Estado de permitir que as pessoas sejam livres para optar pela união estável ou o casamento como forma de constituição de família. Para melhor compreensão, faz-se necessário, primeiramente, conceituar o termo família, sendo que este pode ser entendido como um conjunto de pessoas ligadas pelo vínculo consanguíneo, cuja eficácia se estende ora mais larga, ora mais restritamente (BEVILANCA, 2001).

A Constituição procura distinguir a família do casamento, tendo em vista a família ser um fato social e casamento ser um ato da vida civil. O termo família no mundo jurídico possui inúmeros sentidos, no entanto é imprescindível a delimitação desse termo para maior entendimento. Dessa forma, Dias (2012) destaca que sua extensão não é coincidente no direito penal e fiscal, por exemplo. Nos diversos direitos positivos dos povos e mesmo em diferentes ramos

do direito de um mesmo ordenamento, podem coexistir diversos significados de família.

Em um segundo momento, é pertinente conceituar o instituto do casamento, que tanto significa o ato de celebração do matrimônio, como a relação jurídica que dele se origina, ou seja, a relação matrimonial (DIAS, 2012).

Para exemplificar, Diniz (2013, p.51) frisa que “o casamento é, tecnicamente, o vínculo jurídico entre o homem e a mulher que visa o auxílio mútuo material e espiritual, de modo que haja uma integração fisiopsíquica e a constituição de uma família”. Nesse viés, Lôbo (2011, p. 79) complementa que o “casamento é um ato jurídico negocial solene, público e complexo, mediante o qual um homem e uma mulher constituem família, pela livre manifestação de vontade e pelo reconhecimento do Estado”.

Desse modo, o casamento consiste na entidade familiar constituída com base no atendimento das solenidades legais. A nova abrangência da família conforme o disposto do art. 226 da Constituição Federal⁵, e de acordo com o Código Civil de 2002, acabaram com expressões discriminatórias do Código de 1916 que se referia a “família legítima” como sendo aquelas formadas pelo casamento, deixando transparecer que esta usufruía de uma proteção especial do Estado. Como consequência, utilizou-se a expressão “família” ou “entidade familiar” para designar aquelas formadas pelo casamento civil ou religioso com efeitos civis, pela união estável, e àquela formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BERTOLINI, 2005).

No tocante a união estável, o próprio di-

4 Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
[...].

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

5 Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

6 Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

ploma civil em seu art. 1.723⁶, esquematizou o conceito dispondo sobre a entidade familiar, que futuramente dará origem à família, bem como os filhos e seus descendentes. Isto posto, configura-se tal união quando presentes os requisitos de diversidade de sexos, notoriedade, estabilidade ou duração prolongada, continuidade, inexistência de impedimentos matrimoniais e relação monogâmica (GONÇALVES, 2013).

Neste norte, Muniz (1993, apud VENOSA 2013, p. 125) comenta o § 4º do artigo 226 do Código Civil, destacando que:

A família a margem do casamento é uma formação social merecedora da tutela constitucional porque apresenta as condições de sentimento da personalidade de seus membros e á execução de tarefa de educação dos filhos. As formas de vida familiar à margem dos quadros legais revelam não ser essencial o nexó família-matrimônio: a família se funda necessariamente no casamento, o que significa que casamento e família são para a Constituição realidades distintas. A Constituição apreende a família por seu aspecto social (família sociológica). E do ponto de vista sociológico inexistente um conceito unitário de família.

Portanto, é protegida pelo amparo estatal a comunidade formada por aqueles que, por afinidade se reúnem, como por exemplo, a união estável declarada entidade familiar, pelo art. 1723 CC/02.

Sucintamente, nesse sentido, Gama (2001, p.145) conceitua a união estável como sendo a “união extramatrimonial monogâmica entre o homem e a mulher desimpedidos, como vínculo formador e mantenedor da família, estabelecendo uma comunhão de vida e d’almas, de forma duradoura, contínua, notória e estável”.

Segundo Pereira (2004, p.28-29), “é a relação afetivo-amorosa entre um homem e uma mulher, não adúlterina e não incestuosa, com estabilidade e durabilidade, vivendo sob o mesmo teto ou não, constituindo família sendo o vínculo do casamento civil”.

Para Venosa (2014, p. 132) “a união estável passará a existir desde quando hou-

ver a formação de uma família, e é por isso que o legislador desejou proteger as uniões que se apresentam com os elementos norteadores do casamento”. Nessa concepção, como célula familiar, tanto união estável como casamento se equivalem, mesmo que se constituindo aquela sem forma exigida por lei e sem formalidades.

De outra banda, verifica-se que a Constituição Federal de 1988 equipara, para fins jurídicos, a união estável ao casamento, garantindo a esta, inclusive, total proteção do Estado. Ocorre que o mesmo não faz o CC/02 ao tratar do direito de sucessão.

Seguindo neste mesmo, norte acerca da divergência doutrinária no que tange a equiparação da união estável ao casamento, faz-se necessário destacar as palavras de Veloso (2010, p.55):

A Constituição de 1988 deu dignidade, mandou proteger, reconheceu a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, respeitável a todos os títulos, merecedora de amparo, deferência consideração. Mas a carta magna sinalizou claramente a sua preferência pelo modelo de família formalmente constituída pelas sociedades matrimoniais, ao determinar que a lei deva facilitar a conversão da união estável em casamento.

Entretanto, há doutrinadores que, contrariamente a esta posição, refutando a ideia de equiparação ocorrida na Constituição Federal, como é o caso de Moreira (2003, p.07), que afirma que “não ocorreu, porém, equiparação entre os dois institutos, ao contrário do que se apressaram a sustentar alguns: a família resultante da união estável coexiste com a fundada no casamento, mas aquela não se identifica com este”.

Com o advento do Código Civil de 2002, grandes inovações ocorreram no que diz respeito às regras de sucessão com relação ao cônjuge, que teve sua situação em muito melhorada, e ao companheiro, que com relação a este último, ainda exige aditamentos (DINIZ, 2013).

Para uma melhor compreensão sobre o tema, traz-se à baila os dizeres de Di-

niz (2013, p. 156) acerca do conceito de direito das sucessões, que “[...] vem a ser o conjunto de normas que disciplinam a transferência do patrimônio de alguém, para depois de sua morte, ao herdeiro, em virtude de lei ou testamento [...] no complexo de disposições jurídicas que regem a transmissão do ativo e do passivo do de cujus ao herdeiro.

Para Rodrigues (2007, p. 153) “[...] a ideia de sucessão sugere, genericamente, a transmissão de bens, pois implica a existência de um adquirente de valores, que substitui o antigo titular. Operando, em tese, a título gratuito ou oneroso, inter vivos ou causa mortis”. Entretanto, quando se fala em direito das sucessões entende-se apenas a transmissão em decorrência de morte, excluindo-se do alcance da expressão, a transmissão de bens por ato entre vivos.

O CC/02 reconheceu direitos sucessórios ao companheiro, entretanto, não o incluiu no Título II – Da Sucessão Legítima, especialmente no art. 1.829⁷, ao apresentar a ordem de vocação hereditária, preferindo referir ao companheiro em dispositivo isolado, ou seja, no art. 1.790, ao tratar das Disposições Gerais.

Nesse contexto, Diniz (2014, p. 78) assevera:

O Código Civil reconheceu direitos sucessórios ao companheiro, mas não o incluiu no Título II o que, além de discriminar, não é de boa técnica. Foi ainda omissa no caso de participação do companheiro na sucessão se for meeiro de todos os bens, necessitando completar a norma com as disposições previstas nos arts. 1.725 e 1.829, I, parte final, que referem-se ao cônjuge casado no regime de comunhão parcial de bens.

Logo, suceder significa substituir, tomar

o lugar de outrem, no campo dos fenômenos jurídicos, existindo dessa forma, uma substituição do titular do direito, onde este tomará para si tal titularidade.

No que diz respeito aos direitos sucessórios dos companheiros após a Constituição de 1988, Dias (2011, p. 65) faz uma análise histórica, afirmando que “[...] mesmo com o advento da norma constitucional, que reconheceu a união estável como entidade familiar (CF, art. 226, § 3º), a jurisprudência resistiu em conceder direito sucessório aos companheiros”, tratando-se portanto de uma questão de decisão dos tribunais. Contudo, a doutrinadora ainda conclui que, como havia essa lacuna técnica e divergente, “[...] foi somente com o advento da legislação que regulou a norma constitucional que a união estável foi admitida como família, com direitos sucessórios iguais ao casamento”.

Desta maneira, no que se refere ao companheiro, ignorado no antigo Código Civil de 1916, passou a figurar como herdeiro dos bens do de cujus, porém só terá direito à meação dos bens adquiridos de forma onerosa ao tempo da convivência.

Trazendo a ressalva da diferença da sucessão do companheiro em relação ao cônjuge, Diniz (2013, p.147) destaca tamanha diferença no ordenamento jurídico, pois “o companheiro supérstite não é herdeiro necessário, nem tem direito à legítima, mas participa da sucessão do de cujus, na qualidade de sucessor regular, sendo herdeiro sui generis, ou seja, sucessor regular [...]”.

No que diz respeito à meação, Dias (2011, p. 67) ensina que:

Quando do falecimento de um deles, o outro tem direito à meação dos bens comuns, chamados de aquestos. Ainda que a meação não integre o acervo hereditá-

7 Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais.

rio, necessariamente acaba arrolada no inventário, pois a separação dos bens do parceiro sobrevivente ocorre quando da partilha (CPC 1023 II). Quando se pensa na divisão da herança, é necessário antes excluir a meação do companheiro sobrevivente, que se constitui da metade dos bens adquiridos onerosamente no período de convivência. A outra metade é o acervo hereditário, integrado pela meação do falecido, seus bens particulares e os recebidos por doação ou herança. Aos herdeiros necessários é reservada a legítima, que corresponde à metade deste patrimônio. A outra metade é a parte disponível que seu titular pode dispor por meio de testamento. Como o companheiro não é herdeiro necessário – por injustificadamente não ter sido inserido na ordem de vocação hereditária, não tem direito à legítima.

Deste modo, em caso de rompimento da união estável, ao companheiro é assegurado direito de concorrência somente sobre os bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável. Dessa forma, se o de cujus tem herdeiros, o companheiro não resta em total desamparo se foi constituído patrimônio durante o período da vida em comum. No entanto, recebe somente a terça parte dos aquestos (DIAS, 2011).

Isso posto, se durante a vigência da união estável houve a aquisição onerosa de bens, é preciso assegurar ao companheiro o direito à metade do patrimônio adquirido durante a sua vigência, ou seja, o companheiro sobrevivente tem direito a metade dos bens adquiridos onerosamente durante a união estável. Destarte, a outra metade, junto com os bens particulares do falecido e os recebidos por doação ou herança.

A respeito do art. 1.790 CC/02, Venosa (2013, p. 140) entende que, “[...] o legis-

lador teve reboços em classificar a companheira ou companheiro como herdeiros, procurando evitar percalços e críticas sociais, não os colocando definitivamente na disciplina da ordem de vocação hereditária”. Nesse aspecto, o doutrinador ainda faz uma crítica contundente a respeito da interpretação que está se tendo, pois, “[...] desse modo, afirma eufemisticamente que o consorte da união estável ‘participará’ da sucessão, como se pudesse haver um meio-termo entre herdeiro e mero ‘participante’ da herança. Que figura híbrida seria essa senão a de herdeiro”.

Destarte, o enunciado do art. 1.790 CC/02 limitou a sucessão do companheiro aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, prevendo a sua concorrência não só com os descendentes e ascendentes do de cujus, como também com os seus colaterais, cabendo ao companheiro sobrevivente à totalidade da herança, apenas quando não houver nenhum outro parente sucessível⁸.

Em arremate, convém gizar que a análise e o estudo desses fatos fica nítida a divergência de tratamento feito ao companheiro e ao cônjuge por parte do CC/2002, em claro desrespeito ao preceito de igualdade trazido pela Carta Magna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais argumentos, cresce de importância abordar as mudanças trazidas pelo Código Civil de 2002 em relação aos direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro, identificando a forma diferenciada entre ambos, onde o conceito de família, de entidade familiar, casamento e união estável não foram contemplados igualmente, atrelando-se breves conside-

8 Art. 1.790. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes:

I - se concorrer com filhos comuns terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho;

II - se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles;

III - se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança;

IV - não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.

rações sobre o direito sucessório na Carta Magna e no Código Civil.

Todavia, o CC/02 ao tratar do direito das sucessões dá ao cônjuge capítulo próprio e o considera como herdeiro necessário, em contrapartida, no que tange a sucessão do companheiro, o tema está situado nas disposições gerais do Título I (Da sucessão em geral), no art. 1.790, colocando-o como participante da herança do de cujus e não como herdeiro necessário, ou seja, o companheiro ainda recebe tratamento diferenciado frente aos demais entes constituintes da família que disputam a sua fração na herança.

Essa identificação que trouxe a possibilidade de tratamento diferenciado acerca dos direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro à luz do CC/02, demonstra um dos conflitos que ocorre no ordenamento jurídico, levando a aspectos controvertidos que a doutrina e a jurisprudência vêm trazendo acerca dos direitos sucessórios do cônjuge e companheiro, pois identifica-se que na prática vem sendo utilizada apenas uma análise dogmática legal, não havendo um aprofundamento hermenêutico e social em cada caso concreto.

De tal sorte, torna-se imprescindível analisar o caso concreto para fins de julgamento de situações onde ocorre essa multi interpretação, pois da mesma forma que há divergência doutrinária, deve-se manter uma posição sólida no sentido do tratamento igualitário, uma vez que, o que está sendo discutido é texto Constitucional, implicando uma força única e maior sobre as demais legislações inseridas no ordenamento jurídico.

Nessa perspectiva Constitucional, cresce de importância desse tratamento igualitário para não se ferir um princípio humano fundamental, que é o da igualdade dos seres humanos, que vai além do conceito de família.

REFERÊNCIAS

BERTOLINI, Wagner. **A união estável e seus efeitos patrimoniais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

BEVILÁQUA. Clóvis. **Direito de Família**. Recife, novembro de 1895. Campinas: Red Livros Editora e Distribuidora, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2 maio. 2016.

_____. **Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Palácio do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 2 maio. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessões**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. **Manual de direito das famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Sucessão do Cônjuge, do Companheiro e Outras Histórias**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões**. Vol. 6. São Paulo: Saraiva, 2014.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **O companheirismo, uma espécie de família**. 2 ed. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: direito de família**. Vol.6. São Paulo: Saraiva, 2013.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O novo Código Civil e a união estável**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Porto Alegre: Síntese Ltda, 2003.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Concubinato e união estável- de acordo com o novo código civil**. 6. Ed. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2007.

VELOSO, Zeno. **Direito hereditário do cônjuge e do companheiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Direito Civil: Direito de Família**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PÂNICO E LABOR: ASPECTOS QUE AFETAM NA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHO

GIMÉLI Guerra de Guerra - Asp Of

RESUMO

O Transtorno do Pânico (TP) caracteriza-se por episódios repentinos e recorrentes de forte ansiedade e medo, acompanhados de uma série de sintomas físicos e cognitivos intensos e muito desagradáveis. Alguns episódios podem ocorrer espontaneamente, sem um gatilho motivacional aparente, enquanto outros aparentam estar predispostos por determinadas motivações situacionais, como por exemplo, alguma ocasião de entrada de indivíduos ameaçadores no ambiente de trabalho. A ansiedade é muito presente nos sujeitos que apresentam o Transtorno do Pânico. Para Gabbard (2006) a ansiedade pode estar ligada a um medo consciente e aceitável que mascara uma preocupação mais profunda e menos aceitável. Neste texto irei decorrer questões que assolam o trabalho relacionadas ao Pânico e a Ansiedade, em especial.

Palavras-chave: Pânico, Ansiedade, Qualidade de vida.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é a atividade central da vida do ser humano, seja ele qual for. A legislação brasileira, ainda que não seja a ideal, tem avançado no que diz respeito à coesão entre o desenvolvimento de doenças psíquicas e trabalho. Conforme dados do Centro de Referência Técnica em Psicol-

gia e Políticas Públicas do Conselho Federal de Psicologia (CREPOP), o Ministério da Saúde define como critérios para tal relação a “natureza da exposição, história ocupacional, grau ou intensidade da exposição, tempo de exposição, tempo de latência, evidências epidemiológicas e tipo de relação causal com o trabalho”.

O labor na contemporaneidade, através de seus estudos tem comprovado sua participação como gerador de sofrimento psíquico e, mais ainda, determinadas categorias de trabalho estariam propiciando uma maior incidência em casos de Transtornos de Ansiedade, em especial o de Pânico.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Qualidade de Vida no Trabalho: Conceitos e Cenários

Segundo Vasconcelos (2001) a qualidade de vida no trabalho constitui-se peça chave do desenvolvimento humano e profissional, pois são nas organizações que o indivíduo, trabalhador, encontra seu sucesso ou sua frustração, situações estas que interferem diretamente no seu bem estar psicossocial, assim como no seu rendimento e desempenho profissional.

Walton apud Vasconcelos (2001) considera que a expressão Qualidade de Vida tem sido usada com crescente frequência para descrever certos valores ambientais e humanos, negligenciados pelas sociedades industriais em favor do avanço tecno-

lógico, da produtividade e do crescimento econômico.

No âmbito organizacional a Qualidade de Vida é uma temática de extrema relevância, pois interfere diretamente nas questões de produtividade, espaço físico e competitividade de mercado. A Qualidade de Vida no Trabalho também tem sido alvo de pesquisas, principalmente na área da Psicologia, em função de tratar-se de questões relacionadas à saúde dos trabalhadores, em especial, à saúde psíquica e emocional, com possíveis relações de aparecimento de doenças de ordem da saúde mental.

Quanto maior a satisfação dos funcionários, mais alta é a qualidade de vida no trabalho. Os funcionários podem estar mais ou menos satisfeitos, não apenas com os fatores motivacionais e higiênicos, mas também com outros fatores, como a sua própria educação formal, vida familiar e oportunidades para desfrutar de atividades culturais e sociais. Estes dois últimos estão claramente fora do ambiente de trabalho. No entanto, é inegável seu papel na saúde psicológica e na produtividade dos funcionários de todos os níveis.

(MAXIMIANO, 2001, p.272).

O termo QVT é bastante complexo, existem muitas conceituações e formas metodológicas de abordagem. Sob a ótica de facilitar e proporcionar satisfação e bem estar ao trabalhador no desenvolvimento de sua tarefa, a QVT pode ser dita como uma preocupação do homem desde os primórdios de sua existência, envolvendo tanto aspectos físicos e ambientais, como os aspectos psicológicos do local de trabalho.

2.2. Transtorno do Pânico: Características

Segundo Gentil (1997), o Transtorno de Pânico é definido como crises recorrentes de forte ansiedade ou medo. As crises de pânico são entendidas como intensas repentinas e inesperadas que provocam nas pessoas, sensação de mal estar físico e

mental, somado a isso um comportamento de fuga do local onde se encontram.

O Transtorno do Pânico caracteriza-se por breves períodos de ansiedade excepcionalmente intensa. É um quadro clínico no qual ocorrem crises agudas de ansiedade, sem que haja um estímulo disparador compatível com a intensidade das crises. Essas crises desencadeiam diversas respostas, que variam de sintomas somáticos a sentimento de morte e/ou perda de controle (BAKER, 2000). O TP está associado a sensações de ansiedade, bem como ao prejuízo na qualidade de vida do indivíduo.

O Transtorno de Pânico é uma psicopatologia bastante comum em consultórios e clínicas nos dias atuais. É caracterizado por ataques recorrentes e inesperados de pânico, acompanhados por um estado de ansiedade que se estende por pelo menos um mês acerca da possibilidade de novos ataques e das possíveis implicações ou consequências desagradáveis decorrentes dessas reações. O ataque de pânico é definido por terror ou medo intenso na presença de sintomas como taquicardia, hiperventilação, pressão arterial elevada, asfixia, náusea, desconforto abdominal, tontura, dores no peito e sensações subjetivas de pavor e morte iminente (Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais, DSM-IV-TR, 2002).

Conforme SCARPATO (2001) o Transtorno do Pânico (TP) atinge, atualmente, cerca de 4% a 5% da população mundial, na maioria pessoas jovens, na faixa etária de 21 a 40 anos, sendo observado um grau de incidência maior nas mulheres, na proporção de três mulheres para cada homem.

2.3. Ansiedade: Conceitos

Pelo Código Internacional de Doenças (CID) a Ansiedade está catalogada no item F.41. Segundo Ballone (2002), encontramos não apenas uma sintomatologia psíquica, mas, sobretudo, física. Associada ao Pânico podemos observar alguns sintomas presentes no transtorno, tais como:

tremores ou sensação de fraqueza; tensão ou dor muscular; inquietação; fadiga; falta de ar ou sensação de fôlego curto; palpitações; sudorese, mãos frias e úmidas; boca seca; tonturas; náuseas, diarreia; rubor ou calafrios; polaciúria (aumento de número de urinadas); impaciência; resposta exagerada à surpresa; dificuldade de concentração ou memória prejudicada; dificuldade em conciliar e manter o sono; irritabilidade, dentre outros. “Ansiedade, é quando sempre faltam muitos minutos para o que quer que seja” (BALLONE, 2002).

A ansiedade tem extrema relação com a insegurança. Nos ataques de pânico a pessoa experimenta ansiedade e medo de apresentar próximos episódios da crise. É como se a pessoa ficasse ansiosa diante da possibilidade de ficar ansiosa. Por causa disso, os pacientes passam a evitar situações possivelmente facilitadoras da crise, prejudicando-se socialmente e/ou ocupacionalmente em graus variados, como por exemplo, nas suas funções, no seu trabalho, nas suas relações, tanto pessoais, familiares, quanto profissionais.

2.4. Psicodinâmica do Trabalho: Características

Cabe ressaltar que a Psicodinâmica do Trabalho visa à coletividade do trabalho e não aos indivíduos isoladamente. Após diagnosticar o sofrimento psíquico em situações de trabalho, ela não busca atos terapêuticos individuais, mas intervenções voltadas para a organização do trabalho à qual os indivíduos estejam submetidos. Ela tem como uma de suas vertentes fundamentais as categorias da Psicanálise.

Para DEJOURS (1992), o trabalho contém vários elementos que influenciam a formação da autoimagem do trabalhador que, por sua vez, é razão de sofrimento. As implicações do trabalho na identidade pessoal e social do trabalhador podem atingir também outras relações como as familiares e as demais formas de inserção social dos indivíduos. Para esse autor, o

trabalho é um elemento central na construção da saúde e identidade dos indivíduos e sua influência ultrapassa o tempo da jornada de trabalho, estendendo-se para a vida familiar e tempo livre.

2.4.1. Sofrimento psíquico e trabalho

Aqui, a Psicanálise nos ajuda a compreender como a Psicodinâmica do Trabalho pensa e apreende essa vivência no trabalho. Vai ser por meio do conceito psicanalítico de angústia que Dejours (1992) irá pensar a gênese do sofrimento que pré-existe ao trabalho. Vale lembrar que no sofrimento é possível encontrar uma mesclagem de prazer e dor, simultaneamente, porém, não vamos nos deter nesta questão, pois não faz parte do foco de nossa temática.

O trabalho, não somente em nossos dias, mas há longo tempo, desempenha uma função importante na vida do ser humano. Em virtude de sua relevância, grande parte de estudiosos tem dedicado vários anos de pesquisa na tentativa de melhor elucidar esse tema.

O trabalho abarca um significado maior do que o ato de trabalhar ou de vender sua força de trabalho em busca de remuneração. Além disso, o trabalho tem uma função psíquica: é um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados.

Neste sentido, é importante reconhecer que o sofrimento (não só no trabalho, mas de uma forma geral), não tem uma manifestação igual para todos os sujeitos. O que é sofrimento para um, não é, necessariamente, para outro, mesmo quando submetidos às mesmas condições ambientais adversas. Ou ainda, aquilo que é sofrimento para alguém, pode ser prazer para outro e vice-versa. Um acontecimento, como algo capaz de provocar um espanto, em um determinado momento pode significar sofrimento; em outro, pode ser vivenciado como satisfação.

Para a apreensão das angústias vividas no ambiente de trabalho, Dejours (1992),

propõe uma atividade de escuta, sendo esta de fundamental importância à fala dos trabalhadores. Não só a fala individual, mas principalmente a coletiva. Isso porque, para a Psicodinâmica do Trabalho, se o sofrimento é da ordem do singular, sua solução é coletiva. Para tanto, é fundamental que se crie o que o autor chama de espaço público, um espaço de circulação onde a palavra pode ser dita coletivamente. É na escuta do que é expresso que se cria a possibilidade do sofrimento emergir e sua solução e, assim, ser refletida e analisada por todos.

Quando o sofrimento é manifestado na empresa, trabalhadores e gestores não sabem como lidar, ficam sem ação e referencial. Algumas vezes, representam o manifestado como perturbação mental ou desequilíbrio, uma vez que a ordem médica já se encontra interiorizada.

O grande mérito de Dejours, ao considerar a significação e o sentido do sofrimento como dimensões essenciais no entendimento da relação saúde-trabalho, foi colocar-se à escuta do trabalhador para compreender o que lhe ocorria. Assim, a fala do trabalhador passou a configurar um privilegiado instrumento de pesquisa e de intervenção (Uchida, 1996).

Para Dejours (1997), o sofrimento, além de ter origem na mecanização e robotização das tarefas, nas pressões e imposições da organização do trabalho, na adaptação à cultura ou ideologia organizacional, representada nas pressões do mercado, nas relações com os clientes e com o público, é também causado pela criação das incompetências, significando que o trabalhador se sente incapaz de fazer face às situações convencionais, inabituais ou erradas, quando acontece a retenção da informação que destrói a cooperação. Ainda para o autor, as novas formas de sofrimento estão associadas às atuais formas de organização do trabalho.

Para Júnior (2000), o trabalho de hoje é fisicamente mais leve devido ao desenvolvimento tecnológico, mas psicologicamente as pessoas sofrem mais, porque há me-

nos solidariedade. Para Oliveira (2004), os trabalhadores estão cada dia mais vulneráveis, ameaçados, perdidos e vazios, sem saber a quem recorrer e confiar.

Uma vez que a ansiedade está estreitamente relacionada com o transtorno do pânico, faz-se necessário defini-la. Segundo BARLOW (1999) e HOLMES (1997), a ansiedade é um estado de desassossego e agitação, sendo uma manifestação afetiva. É uma vivência de um estado singular de cada sujeito, diante de uma alguma situação. Quando a ansiedade deixa de ser motivadora de mudanças, ela se converte em um problema que só provoca respostas de recusa ou de inibição, fazendo com que o sujeito esteja sempre em estado de alerta.

De acordo com Castillo (2000) a ansiedade é um sentimento vago e desagradável de medo, apreensão, caracterizado por tensão ou desconforto derivado de antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho. A ansiedade e o medo passam a ser considerados como patológicos, na medida em que são exagerados.

Neste contexto, o Transtorno do Pânico é um dos mais comuns Transtornos de Ansiedade. O TP caracteriza-se por episódios repentinos e recorrentes de forte ansiedade e medo, acompanhados de uma série de sintomas físicos e cognitivos intensos e muito desagradáveis. Alguns episódios podem ocorrer espontaneamente, sem um gatilho motivacional aparente, enquanto outros aparentam estar predispostos por determinadas motivações situacionais, como por exemplo, alguma ocasião de entrada de indivíduos ameaçadores no ambiente de trabalho.

Conforme alude o tema desta pesquisa, a questão da qualidade de vida no trabalho também está inserida na mesma. França (1997) esclarece que a origem do termo qualidade de vida vem da medicina psicossomática, que propõe uma visão integrada do ser humano, diferentemente da abordagem cartesiana, onde o ser humano é visto em partes.

Para França (1997:80),

“Qualidade de vida no trabalho (QVT) é o conjunto as ações de uma empresa que

envolve a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho. A construção da qualidade de vida no trabalho ocorre a partir do momento em que se olha a empresa e as pessoas como um todo, o que chamamos de enfoque biopsicossocial. O posicionamento biopsicossocial representa o fator diferencial para a realização de diagnóstico, campanhas, criação de serviços e implantação de projetos voltados para a preservação e desenvolvimento das pessoas, durante o trabalho na empresa.”

A discussão teórica foi a partir de alguns eixos de reflexão: Transtorno de Pânico, Ansiedade, Qualidade de vida no Trabalho e Psicodinâmica do Trabalho. Dessa forma, foi possível delinear algumas destas marcas e relacioná-las ao foco dessa problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é um dos desafios do cenário atual das Organizações como um todo. Essas precisam estar atentas no que diz respeito à qualidade de vida das pessoas que dela fazem parte, pois só estando bem, com saúde física e psíquica é que o colaborador irá exercer suas atividades com menos sofrimento.

Para concluir, podemos destacar que o trabalho pode ser fonte de prazer e sofrimento, provocando uma contradição, que é norteadada por um movimento de luta do trabalhador pela busca constante do prazer e pela evitação do sofrimento, com a finalidade de manter seu equilíbrio psíquico.

Cabe mencionar aqui também, o quão importante a Psicologia se fazer presente em espaços como esse, e buscar auxiliar na saúde desse trabalhador, que tem uma função tão importante e valorizada na sociedade, mas que, por outro lado, passa por situações estressantes, ansiogênicas e até mesmo de risco de vida no seu dia a dia, e, por isso, pode estar mais predisposto ao processo de adoecimento psíquico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV**. Tradução de Cláudia Dornelles. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BAKER, Roger. **Ataque de Pânico e Medo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BALLONE, Geraldo J. CID.10 **Classificação das doenças mentais**. 2002. Disponível em: <<http://www.psiquiweb.med.br/cursos/stress1.html>> Acesso em: 25 de março de 2012.

BARLOW, David H. **Tratamento psicológico do pânico**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CASTILLO, A. R. R. et al. **Transtornos de ansiedade**. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 22, n. 2, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DEJOURS, C. P. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho**, 5.ed, São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **O fator humano**. Tradução Maria Irene Stocco Betiol, Maria José Tonelli. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEJOURS, C. P. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho**. 1998. São Paulo: Cortez, 1998.

FRANÇA, A. C. Limongi. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras**. Revista Brasileira de Medicina Psicossomática. Rio de Janeiro, volume 1, número 2, p. 79-83, 1997.

GENTIL, Valenti, LOTUFO-NETO, Francisco; BERNIK, Márcio Antonini (Org). **Pânico, Fobias e Obsessões: A experiência do projeto AMBAN**, EdUSP, 3. ed. São Paulo, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNIOR, Mario Ferreira. **Saúde no trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores**. São Paulo: Editora Rocca Ltda, 2000.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINEIRO, Fernando. **Transtorno do pânico: cuidar, sim. Excluir, não!** Belo Horizonte: Grupan, 1999.

SCARPATO, Artur. **O estranho que me habita: a Síndrome do Pânico numa perspectiva formativa**, Revista Reichiana, São Paulo, número 10, 2001.

VASCONCELOS, A. F. **Qualidade de Vida no Trabalho: Origem, Evolução e Perspectivas**. São Paulo, v. 08, nº 1, p. 24-35, mar. 2001.

VASCONCELOS, Ancelmo F. **Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v. 08. n 1. jan/mar. 2001. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/v08-1art03.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2012.

UCHIDA, S. **Temporalidade e subjetividade no trabalho informatizado**. Tese de doutorado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1996.

MORAL, ÉTICA E CIDADANIA NO CONTEXTO ESCOLAR: PERSPECTIVA DE UM TRABALHO TRANSVERSAL EM ALUNOS DO PROFESP COMO PRÁTICA SOCIOCULTURAL

Ramon VILAS BOAS Ferreira ¹

RESUMO

O Presente estudo visa levantar a perspectiva dos resultados do trabalho transversal da temática: Ética, Moral e Cidadania, realizado pelo Programa Forças no Esporte gerido pelo 53º Batalhão de Infantaria de Selva, no Município de Itaituba/PA em 2015, e de que forma o mesmo contribuiu com a disciplinarização e melhor inserção social de crianças e adolescentes, moradores de áreas de risco da Rede Pública de Educação. Este Programa tem como objetivo desenvolver ações que permitam a inclusão de crianças e adolescentes através da valorização de suas experiências e do despertar de valores morais e éticos, por vezes esquecidos no currículo da escola regular, permitindo desenvolver estas habilidades de forma construtiva. Contando com uma equipe multidisciplinar

composta por um professor de Educação Física, Português, História, Pedagoga, Militares (Oficiais e Sargentos) bem como suporte Médico, o qual vem buscando a amenização de problemas como evasão escolar, bullying, indisciplina, higiene, e mal rendimento escolar deste público atendido, que em grande parte apresentam uma série de problemas sociais, tais como abandono, violência doméstica, gravidez prematura e drogas. Dessa forma, apresentaremos aqui, juntamente com o prospecto do cenário indisciplinar nacional, a forma que desenvolvemos esta pesquisa e relataremos os resultados obtidos.

Palavras-chave: educação, indisciplina, prática sociocultural, cidadania.

¹ 2º Sgt Inf – Licenciado em História - UEPG e Pós Graduando em Neuroaprendizagem - AVM Faculdades Integradas. (ramonvboas@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO

A indisciplina é um assunto muito debatido nas escolas. Atualmente lemos corriqueiramente nos jornais, notícias de violência bem como casos de professores que deixam as salas de aula por temerem agressões quer sejam verbais e até mesmo físicas. A indisciplina escolar apresenta-se hoje, como um desafio aos educadores por ser intensamente vivenciada nas Instituições. Mostrando-se também, segundo Garcia (1999), como fonte de estresse nas relações interpessoais, particularmente quando associada a conflitos em sala de aula.

Não se descarta que a indisciplina além de gerar vários problemas à escola também prejudica o meio social e a vida particular do indivíduo.

Este trabalho, por sua vez, foi realizado a partir da observação com alunos matriculados no Programa Forças no Esporte com duração de 3 (três) meses, gerido pelo 53º Batalhão de Infantaria de Selva na cidade de Itaituba-PA, com crianças da Rede Municipal de Ensino Fundamental moradores de áreas de risco, às quais foram ministradas a disciplina Moral, Ética e Cidadania, com o objetivo de ensinar valores como responsabilidade, cumprimento de horários, rigores militares, boa apresentação, asseio corporal, disciplina e principalmente respeito aos docentes, objetivando observar e discutir como a inserção destas temáticas aliadas ao Esporte favoreceram a percepção destes alunos como seres atuantes na sociedade, responsáveis pelo seu futuro e no seu rendimento escolar ao final do Programa.

Na observação dos dados colhidos, chegou-se a entender que é um grande desafio aos professores conviverem com alunos indisciplinados, ocorrendo tanto na rede pública como também na privada. O que nos leva a questionar o que realmente está levando jovens e crianças a serem indisciplinados. E por que Moral, Ética, Cidadania deve sim ser ensinada e incluída na grade curricular como disciplina ou te-

mática transversal.

Para aprofundamento do tema, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa a partir de leituras e fichamento de textos, livros, artigos e revistas, enfocando-se autores como: Tiba (1996), De La Taille (2006), Piaget (1977) Aquino (1998), entre outros. Subsidiando também este trabalho, desenvolveu-se uma pesquisa de campo enfocando-se a temática em estudo na realidade escolar.

INDISCIPLINA ESCOLAR E A FAMÍLIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A palavra indisciplina no dicionário elaborado por Ferreira (2008) define o termo como um procedimento, ato ou dito contrário à disciplina. Complementando a explicação o autor define a palavra disciplina como: (1) regime de ordem imposta ou mesmo consentida, (2) ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização, (3) relações de subordinação do aluno ao mestre, (4) submissão a um regulamento, etc.

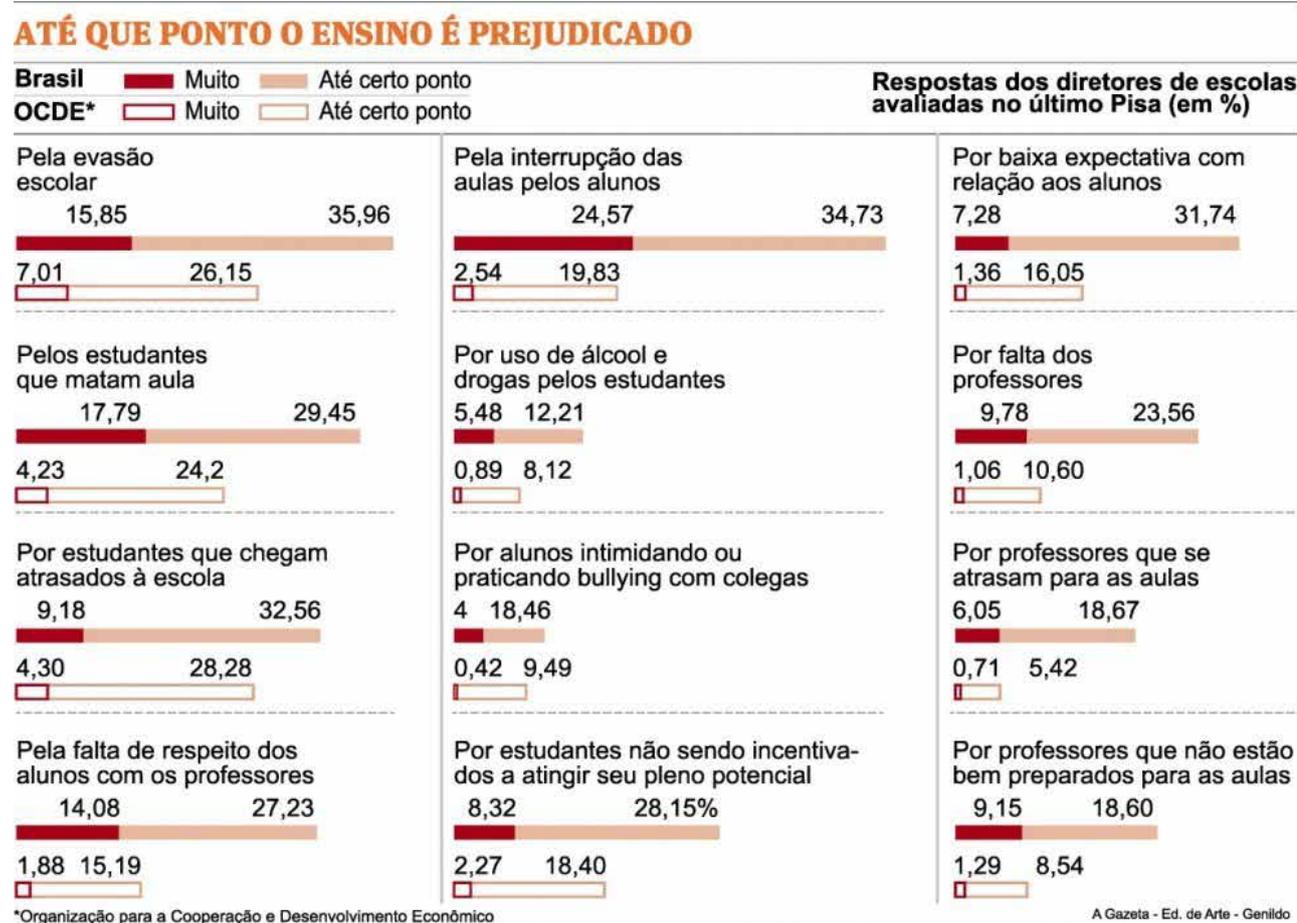
Garcia (2002) afirma que a indisciplina na escola tem algo a dizer sobre o ambiente escolar e sobre a própria necessidade de avanço pedagógico e institucional. Trata-se, portanto, de uma questão que deve ser amplamente debatido e investigado. As expressões de indisciplina na escola são marcadas por uma variedade de causas, que fazem deste conceito, uma questão intrigante do âmbito social e educacional. A discussão desta problemática está cada vez mais presente nas pesquisas e debates em educação, objetivando sua compreensão e as melhores formas de intervenção e prevenção, apesar dos muitos avanços realizados neste início de século nos depararmos com o questionamento de que mesmo com tantas pesquisas e novas estratégias, a escola ainda encontra-se despreparada para este fenômeno. De uma coisa estamos certos: o mundo de hoje está implacável com aqueles sem escolaridade. É só olharmos à nossa volta e atentar para a quantidade de pessoas desempregadas e

desqualificadas, por exemplo.

Uma pesquisa com diretores de escolas que participaram da última edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)², de 2012 iluminam o mau desempenho do Brasil, o qual ficou entre as 10 últimas posições na lista de 65 países pesquisados e componentes da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde cerca de 800 diretores responderam 19 perguntas. Dados

computados pela Fundação Lemann para O GLOBO mostram até que ponto, dezoito fatores sobre clima escolar atrapalham o aprendizado de matemática, leitura e ciências, disciplinas avaliadas na prova aplicada a alunos de 15 anos. Entre esses fatores estão: evasão, atraso e falta a aulas por alunos e professores, uso de álcool e drogas por estudantes, bullying e falta de respeito com os docentes, conforme segue:

Figura 1 - Os reflexos da indisciplina sobre a qualidade do ensino



Fonte: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ate-que-ponto-ensino-prejudicado-12185362>

Para a pergunta: Até que ponto a interrupção de aulas por alunos impede a aprendizagem, o Brasil é o último do ranking, para 24,57% dos diretores de escolas nacionais, interrupções de estudantes atrapalham muito o aprendizado. Já a média dos países participantes da OCDE é

de apenas 2,54%.

A pesquisa também aponta que 14,08% das escolas brasileiras consideram que a aprendizagem dos alunos é muito dificultada pela falta de respeito com docentes. Na média dos países da OCDE, a alta frequência desse problema é de 1,88%.

2 <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pesquisa-mostra-prejuizo-ao-ensino-causado-pela-indisciplina-no-pais-12185516>

Ao analisar estes dados percebe-se que a indisciplina tem forte influência na escolarização brasileira, ao passo que muitos alunos concluem os níveis básicos de escolaridade e quando o fazem, não apresentam resultados satisfatórios, despejando a escola, verdadeiros analfabetos funcionais.

Para AQUINO(2003) apud VALA a maioria dos educadores não sabe ao certo como administrar o ato indisciplinado, bem como não sabe como geri-lo e, a partir daí entram em cena várias suspeitas:

Suspeita-se que a indisciplina discente seja um fenômeno típico da adolescência, e esta caracterizada pelo questionamento das normas e dos valores impingidos pelo mundo adulto. Uma rebeldia típica dessa fase passageira. Suspeita-se também que, em certas circunstâncias, o ato indisciplinado seria a manifestação de uma agressividade latente dirigida contra as figuras de autoridade, agressividade essa gerada pela “desestruturação” do ambiente familiar... de modo genérico, supõe-se que as condutas dos alunos envolvidos em situações disciplinares sejam resultado de prejuízos psíquicos difusos, mormente ligados à primeira infância e ao modo permissivo como tais crianças e jovens foram criados por suas famílias. (AQUINO, 2003, p. 10).

Portanto, podemos afirmar que a família é um fator chave nesse processo uma vez que ela é responsável pela primeira educação, ou seja, os filhos vão para a escola com uma carga cultural pretérita, quanto ao comportamento que terão e inclusive as influências que os jovens atualmente estão expostos pela mídia e nas ruas, juntamente com todos os seus excessos. Esta situação certamente traz conflitos à escola e fugindo do controle dos professores causam transtornos no âmbito escolar e comprometem o processo ensino-aprendizagem. Contudo, é muito difícil exigir da família uma estrutura moral, ética e psicológica, pais que não ensinam aos filhos os sentimentos de gratidão, de pedir permissão, de pedir favor, que não cobram dos filhos as suas obrigações caseiras não veem

motivo para sequer para estudar, mesmo que seja por obrigação.

Tiba nos diz que estes comportamentos, mencionados acima, ligados gestores pioneiros da educação (família), ao invés de contribuir com a sociedade, financiam a ignorância e não o aprendizado, além de tornarem seus filhos indisciplinados e arrogantes. “Por que iriam respeitar os professores? Estes por sua vez serão os primeiros a terem que ensinar o que os pais não ensinaram, inclusive como se comportar na escola.”

PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE

Desenvolvido pelo Ministério da Defesa juntamente com outros órgãos federais, o programa Forças no Esporte busca promover a integração social e o desenvolvimento humano por meio da prática esportiva.

O Programa concentra-se na inclusão social, valorização da cidadania, inserção no trabalho e na realização de atividades físicas, esportivas e de lazer.

O projeto está presente em 74 cidades de 25 estados, em instituições vinculadas à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica. Além disso, as Forças Armadas oferecem serviço médico, odontológico e de assistência social, coordenadores, transporte e monitores das organizações militares.

O Ministério dos Esportes é responsável pelo material esportivo e pelo pagamento de professores e estagiários. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por sua vez, responde pela alimentação. As atividades do Forças no Esporte beneficiam anualmente cerca de 16 mil crianças e adolescentes com idade entre 7 e 17 anos.

Na letra d) do Nr 4) da Diretriz para o Programa Segundo Tempo: Forças no Esporte – 2016 nos diz que a contrapartida para o Exército é a oportunidade de contribuir com o Estado na formação de cidadãos de bem, comprometidos com os ideais de patriotismo e de valores da democracia.

Logo com o objetivo de inclusão social, o Profesp busca complementar o trabalho da

família, albergando crianças e adolescentes no contraturno escolar, desenvolvendo neles a disciplina e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida com acesso à prática esportiva educacional orientada, focando no desenvolvimento e acompanhamento de novos talentos e a aproximação das Forças Armadas com a comunidade.

O polo Itaituba conta com uma equipe de 01 (um) Pedagogo, 01 (um) Professor de Educação Física, 01 (uma) Professora de Português, e 03 (tres) Estagiários de Edc Física, 01 (uma) Enfermeira, 01 (um) Tenente e 02 (dois) Sargentos, e a equipe discente é composta de 45 (quarenta e cinco) alunos.

METODOLOGIA

Este trabalho apoiou-se em uma pesquisa qualitativa, uma vez que os dados coletados refletem também a forma como os sujeitos envolvidos analisam o tema e portanto não podem ser mensurados. Foi desenvolvido também através de pesquisa bibliográfica mediante leituras e fichamentos de obras subsidiadas por uma pesquisa de campo para coleta de dados referentes ao tema pesquisado.

A investigação ocorreu em 1 (uma) Unidade do Programa Forças no Esporte na cidade de Itaituba-PA.

A pesquisa de campo foi desenvolvida envolvendo 36 (trinta e seis) alunos de 4 (quatro) escolas diferentes da rede pública

municipal matriculados nos 6º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental do turno vespertino.

Para coleta de dados, foi utilizado um questionário composto por 5 questões abertas para que os alunos pudessem expor seus questionamentos e posicionamentos em relação ao Estatuto Disciplinar/ Código de Conduta ao qual eram submetidos durante o Programa, sob penas de Advertência Verbal até Exclusão a bem da disciplina, e sobre o trabalho transversal da disciplina Ética, Moral e Cidadania.

O referido instrumento de coleta de dados foi entregue e, posteriormente, recebido, sendo oferecido um tempo de 30 minutos para as respostas, ressaltando que os alunos foram orientados a identificarem-se caso desejassem.

Esta pesquisa foi desenvolvida baseada na inserção do trabalho transversal Matéria Moral, Ética e Cidadania, bem como no estatuto disciplinar empregado, tentando assim identificar ou até mesmo nortear a respeito deste princípio, uma vez que, estes são deixados de lado e até mesmo combatido no meio educacional corrente.

Foi possível detectar de acordo com as respostas obtidas dos próprios alunos, que tanto a Inserção do trabalho transversal, quanto a aplicação normativa do código de conduta foram de fundamental importância para o bom andamento do projeto e para construção de indivíduos mais conscientes:

Tabela 1 - Respostas normatizadas em RUÍM – BOM – ÓTIMO, sobre o questionamento conforme

	RUÍM	BOM	ÓTIMO
Qual sua opinião sobre o estatuto disciplinar aplicado?	11%	41%	47%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no PROFESP Itaituba

Ao serem questionados em qual aspecto o trabalho transversal sobre cidadania, quesitos morais e éticos os ajudou no dia a dia: 30% mencionaram a palavra “respeito” em suas respostas, referenciando a inclusão desta “habilidade” as suas relações interpessoais, quer sejam em casa com os familiares, na escola ou nos círculos so-

ciais aos quais pertencem, 25% relataram que aprenderam a seguir regras com mais facilidade como: cumprir horários, executar atividades domésticas, (ressalto que os alunos eram orientados a lavarem os pratos, talheres e copos que usavam nas refeições, bem como limparem as mesas diariamente, ao terminarem o consumo) ou

deixar de falar palavrões, 13% relataram que apresentaram melhoras no rendimento escolar em algumas disciplinas, 15% fizeram observações diversas como melhorias na timidez, nas práticas esportivas e etc, e os outros 18% não opinaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indisciplina nasce em casa, segundo Yves de La Taille, especialista em Psicologia Moral³, em entrevista a Revista Nova Escola, nove em cada dez educadores reclamam que as salas de aula estão cada vez mais incivilizadas e nove entre dez escolas recorrem a regras de controle e punição, e afirma: “É legítimo, mas é pouco. É preciso criar uma lei para coibir algo que o bom senso por si só deveria banir”.

Percebemos, então, que ao mesmo tempo que a família deve entregar à sociedade/escola crianças e jovens mais sensatos e educados, com conceitos e valores morais pré-concebidos (mesmo que seja embrionário), a escola por sua vez não pode crer que este pontos, caso haja uma falha na educação doméstica, sejam naturais e fluam de todos indivíduos (educandos) sem precisar que sejam ensinados.

De posse do resultado dessa pesquisa, comprova-se que a Escola é corresponsável por esta disciplinarização discente, e corroborando a tese de La Taille, sobre a inserção de aulas de cidadania e bons modos:

Se ela for considerada inviável numa determinada instituição, então que se proponha uma aula. Mas, se essas discussões não encontrarem eco nas próprias relações da escola, o trabalho em sala terá pouco efeito. É preciso que o conteúdo seja inseparável do convívio. Não adianta falar das belas virtudes da justiça e da generosidade e ter um ambiente de desrespeito e indiferença. O trabalho pode ser feito de forma simples ou sofisticada, não importa: o que a escola não

pode é silenciar. Décadas atrás, tiraram a disciplina Educação Moral e Cívica do currículo. É bom que ela tenha sido eliminada por causa de sua ligação com a didatura militar, mas o problema é que não colocaram nada no lugar. Moral, ética e cidadania se aprendem, não são espontâneas DE LA TAILLE⁴ (2006).

Devemos tratar as questões ligadas à moral e à vida em grupo como conteúdos de ensino, ou de outra forma, arrisca-se em permitir que as crianças se tornem adultos indisciplinados em qualquer situação, inabilitados de dialogar e cooperar. Segundo Ramos (2012) em pesquisa de 2002 com 120 universitários, de Montserrat Moreno e Genoveva Sastre, da Universidade de Barcelona foi indagado sobre a utilidade do que eles aprenderam na escola para a resolução de conflitos na vida adulta. Apenas 3% apontaram que os professores lhes ensinaram atitudes e formas específicas de agir. Sobre esta pesquisa, Luciene Tognetta, do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp, apud Ramos (2012) afirma que: “Esses resultados certamente são próximos da realidade brasileira. Nosso estilo de ensinar é parecido, pois joga pouca luz sobre o currículo oculto, aquele que leva em conta o sentimento do estudante, seus desejos, suas incompreensões”.

Inserido no microsistema PROFESP pudemos avaliar como estes alunos, segundo suas propriocepções, foram auxiliados em seu “processo de educação e disciplina” quando enxergamos o espaço escolar como propício para a vivência de relações interpessoais e segundo os postulados de Vygotsky (1984) encarando a família e a escola como as principais agências educativas, no combate a indisciplina.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. Confrontos na sala de aula: Uma leitura institucional da

3 Ciência que investiga os processos mentais que levam alguém a obedecer ou não a regras e valores.

4 <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/fala-mestre-yves-la-taille-466838.shtml>

relação professor-aluno, São Paulo, Summus, 1996.

DE LA TAILLE, Yves. (2006). Moral e ética: Dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 189 p

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio. 7. Ed. Curitiba: Positivo, 2008.

GARCIA, J. Indisciplina na escola. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr. 1999.

PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

RAMOS, Adriana. O que é indisciplina, Publicação NOVA ESCOLA Edição 226, Outubro 2009. Atualizada em outubro de 2012. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/imprima-essa-pagina.shtml?http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/indisciplina-503228.shtml?page=all>, acessado em 18/04/2016

TIBA, Içami. Disciplina, limite na medida certa. 67 ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

VALA, Cleusa Luiza dos Santos. INDISCIPLINA: UM DIÁLOGO ENTRE PROFESSORES E PAIS, Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria Estadual de Educação do estado do Paraná. UEL, 2008, Londrina-PR.

VITALE. Paulo. O que é Indisciplina. Nova Escola, São Paulo n. 226, p.78, out. 2009. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/indisciplina-503228.shtml?page=1>

VIGOTSKY, L.S.A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE, São Paulo - SP 1991, Fontes Editora Ltda, 4ª edição brasileira.

UMA ABORDAGEM GERAL DOS EFEITOS DOS RECURSOS ADMITIDOS NA ESFERA DISCIPLINAR MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Daniel REZER Vargas - 1º Sgt Com

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é abordar os efeitos dos recursos no âmbito da esfera disciplinar militar do Exército Brasileiro. Este artigo tem o propósito de analisar a importância dos efeitos, quanto ao recebimento dos recursos disciplinares pela administração. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica considerando as contribuições de autores como ASSIS (2013) e CAMPOS JUNIOR (2001), entre outros, com a intenção de demonstrar o alcance do tema abordado, especificando a atitude a ser tomada pela administração quando do recebimento deste remédio jurídico, bem como os limites da discricionariedade dos militares que exercem o poder disciplinar sobre seus comandados.

Palavra-Chave: Hierarquia. Poder. Disciplina. Recursos. Efeitos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo tratar dos recursos utilizados na esfera militar disciplinar do Exército Brasileiro, bem

como especificar os efeitos destes recursos.

Nesta análise, abordaremos questões que norteiam este trabalho:

- Princípio da Hierarquia e disciplina que é o pilar que garante a sobrevivência desta instituição chamada Exército Brasileiro. Não há como se falar em processo disciplinar militar e recursos disciplinares, sem falarmos em hierarquia e disciplina;

- O funcionamento do processo disciplinar militar, o respeito deste ao princípio constitucional da ampla defesa e o contraditório até chegarmos no objetivo principal e problemática deste trabalho que são os recursos e seus efeitos.

Os recursos tanto na esfera jurídica como na esfera administrativa, que é nosso caso, podem ter efeito devolutivo e efeito suspensivo. Esses efeitos têm grande relevância na esfera disciplinar, uma vez que, de acordo com o efeito, o militar pode ser prontamente sancionado ou dependendo do efeito, a administração deve dar a solução do recurso e somente depois aplicar a sanção.

Vários autores são taxativos em dizer

que os efeitos dos recursos na esfera disciplinar são meramente devolutivo, porém há situações que dependem de uma análise mais acurada, uma vez que, na imposição de determinadas sanções, não existe possibilidade de reverter o mal sofrido pela sanção.

São estes pontos os quais serão analisados, com o objetivo de esclarecer de forma bastante objetiva, sem intenção de esgotar o tema, os pontos controvertidos na atitude dos detentores do poder disciplinar em receber os recursos disciplinares militares e o efeito concedido a estes.

DESENVOLVIMENTO

O processo disciplinar militar segue regras diferentes das dos cidadãos e a de outros servidores públicos. Os atributos, direitos e deveres dos militares têm suas peculiaridades, tendo em vista a função que realizam. Uma instituição que se utiliza de armas, com o objetivo de garantir a defesa da Pátria e a preservação da ordem pública, o Exército Brasileiro tem regras próprias, alicerçadas em princípios Constitucionais.

Não há possibilidade de tratarmos sobre processo disciplinar e seus desdobramentos, como é o caso dos recursos e suas peculiaridades, sem antes falarmos sobre os pilares que sustentam esta instituição chamada Exército Brasileiro, a hierarquia e disciplina.

No que concerne à hierarquia e disciplina há de se observar que são institutos constitucionalizados em favor das Forças Armadas e Forças Auxiliares (Carta Magna, arts 42 e 142).

O princípio maior na vida militar e que norteia o dia a dia da caserna é o princípio da Hierarquia e Disciplina, sem o qual ocorre a dissolução da ordem e do serviço militar (CAMPOS JUNIOR, 2001; p 132).

O artigo 7º do Decreto Nr 4.346, de 26 de agosto de 2002, que aprovou o Regulamento Disciplinar do exército (RDE), tratando sobre hierarquia diz:

Art. 7º - A hierarquia militar é a ordenação

da autoridade, em níveis diferentes, por postos e graduações. Parágrafo único. A ordenação dos postos e graduações se faz conforme preceitua o Estatuto dos Militares.

Diferente da vida civil, os militares possuem atributos os quais revestem a relação destes profissionais, tais como, o dever de obediência e subordinação. A obediência hierárquica no âmbito do Direito Militar, diferente de outros ramos do Direito, como Direito Penal e Direito Administrativo, deve ser diversamente considerada, uma vez que, no âmbito militar os superiores contam com faculdades e poderes de punir atos que julgue contrários a disciplina (VALLA, 2003; p 117).

Tomaz Pará, falando sobre hierarquia diz que:

“A hierarquia é a base da instituição, e o mais graduado comanda tão somente porque se preparou e revelou qualidades de chefe. É tão nobre obedecer quanto comandar. O superior só conseguirá subordinação voluntária consciente e completa se for disciplinado, imparcial, sereno e enérgico: tornando-se exemplo pelas suas qualidades morais”.

Hierarquia é a qualidade que tem uma determinada pessoa dentro de uma coletividade humana, que lhe permite exigir de seus componentes determinada liderança, sendo que tal situação no âmbito militar está regulamentada em lei (ASSIS, 2013; p 102).

O superior baseado na hierarquia, em matéria de serviço, tem completa disponibilidade sobre os atos praticados pelo subordinado que, além de autoridade de fiscalização, de revisão, de dirimir controvérsias, tem a faculdade de aplicar punições. Tal disponibilidade sobre os atos do subordinado é exercida dentro dos limites da legalidade (VALLA, 2003; p 118).

O segundo pilar das Forças Armadas é a disciplina. O artigo 8º do Decreto Nr 4.346, de 26 de agosto de 2002, RDE, dispõe o seguinte:

Art. 8º - A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cum-

primento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar. § 1º São manifestações essenciais de disciplina: I - a correção de atitudes; II - a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos; III - a dedicação integral ao serviço; e IV - a colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência das Forças Armadas.

O militar disciplinado é aquele que, durante a sua vida militar, compreendeu as instruções a cerca do modo de vida dentro de um ambiente militar. Adquiriu conhecimento sobre as leis, regulamentos, normas e disposições que regem a vida militar e as colocou em prática em seu dia a dia dentro da Organização Militar a que pertence, bem com fora dela.

Uma das principais manifestações da disciplina militar é o acatamento às ordens de seus superiores hierárquicos, conforme inciso II do § 1º do Artigo 8º do RDE visto acima.

Disciplina é conhecer a legislação e os deveres militares e cumpri-los na íntegra, regrando-se a um comportamento diferente do meio civil. A falta de previsão da disciplina nas leis e regulamentos militares, seja por omissão ou má fé, faz com que a corporação fique capenga em um de seus pilares (ASSIS, 2013; p 106).

De forma a preservar a ordem e a manutenção da disciplina é de vital importância diferenciar um exército organizado de um mero bando de homens armados. Para compelir o subordinado a portar-se de forma disciplinada, os regulamentos militares preveem sanções as quais vão da simples advertência verbal até prisão ou processo para exclusão (FILHO, 2011; p 84).

O artigo 24 do RDE, da a previsão das sanções disciplinares:

Art. 24 - Segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão, as punições disciplinares a que estão sujeitos os militares são, em ordem de gravidade crescente: I - a advertência; II - o impedimento disciplinar; III - a repreensão; IV - a detenção disciplinar; V - a prisão disciplinar; e VI - o licenciamento e a exclusão a bem da disciplina.

Toda a conduta dos subordinados é fiscalizada por um superior hierárquico, que tem o poder para aplicação da medida disciplinar. A fiscalização exercida por este superior deve estar pautada no Estatuto dos militares e nos regulamentos do exército, tudo com o objetivo de, como vimos, preservar a disciplina militar (CARVALHO FILHO, 2008; p 104).

A competência não é definida pela pessoa ou pelo grau hierárquico, e sim, pelo cargo. Todo o militar possui um superior que, atua como seu chefe, o que determina quem pode punir (ASSIS, 2013; p 153).

No que diz respeito às Forças Armadas, o poder de punir vem definido em seus regulamentos. No âmbito do Exército Brasileiro esta previsão está no artigo 10 do RDE.

Resguardando os preceitos de hierarquia e disciplina, no momento que um militar comete uma transgressão disciplinar, nasce para a Administração Militar, o direito (dever) de punir o transgressor, nascendo a este o direito de se defender, tal previsão encontra-se na Constituição Federal de 1988, prevista no art. 5º, inciso LIV que: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

A administração militar tem como mecanismo legal o processo disciplinar militar para realizar o controle no que concerne ao descumprimento por parte dos militares de suas obrigações funcionais ou em relação ao cometimento de uma transgressão.

Quando se evidencia um fato que em tese seja uma transgressão disciplinar, com previsão no Anexo I do RDE, leva-se a situação a autoridade competente que, apresenta ao militar, o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar. Através deste, o militar tem a possibilidade de exercer a ampla defesa e o seu contraditório, uma vez que pode em três dias úteis apresentar suas justificativas (BRASIL. Decreto-lei n.4.346 de 26 de agosto de 2002).

Realizada as etapas acima, a autoridade competente para aplicar a punição, emite conclusão escrita quanto à procedência ou não das acusações e das alegações de de-

fesa, que subsidiará a análise para o julgamento da transgressão, lavrará, de próprio punho, sua decisão (BRASIL. Decreto-lei n.4.346 de 26 de agosto de 2002; p 30).

Lembrando sempre que, se a autoridade competente para aplicar a punição não tiver segurança quanto à materialidade e autoria do fato, pode solicitar a abertura de uma sindicância, com o intuito de produzir provas que venham elucidar o fato e, só depois desta, dar sua decisão (BRASIL Portaria Nº 107, de 13 de fevereiro de 2012).

Como foi possível observar, tanto na sindicância como no Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, o militar que porventura tenha cometido uma transgressão disciplinar tem o direito de se defender, uma vez que, estes processos, garantem a defesa do suposto transgressor. Tudo com respeito ao princípio constitucional da Ampla Defesa e do Contraditório, e o respeito ao devido processo legal.

Além de todas as etapas verificadas acima, advindo a decisão da autoridade competente em punir o militar, este ainda tem a seu dispor, diante do inconformismo da aplicação da punição, os recursos previstos no Regulamento Disciplinar do Exército. Sempre que o militar que se sentir prejudicado em relação a sua inocência ou quando achar que alguns de seus direitos constitucionais tenham sido violados pode ingressar com recurso, em respeito ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa.

Existem dois tipos de recursos previstos no âmbito do Exército Brasileiro, são eles: a) pedido de reconsideração de ato e o recurso disciplinar. Ambos estão previsto no Regulamento Disciplinar do Exército. Assim exposto:

Art. 52 - O militar que se julgue, ou julgue subordinado seu, prejudicado, ofendido ou injustiçado por superior hierárquico tem o direito de recorrer na esfera disciplinar. Parágrafo único. São cabíveis: I - pedido de reconsideração de ato; e II - recurso disciplinar.

O recurso de reconsideração de ato é re-

metido à autoridade que proferiu a primeira decisão. Tal recurso não pode ser renovado. Já o recurso disciplinar é dirigido por intermédio de requerimento à autoridade imediatamente superior à que tiver proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades, até o Comandante do Exército, observado o canal de comando da OM a que pertence o recorrente (BRASIL. Decreto-lei n.4.346 de 26 de agosto de 2002).

No que diz respeito ao pedido de reconsideração de ato, o prazo para o militar punido recorrer é de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia imediato a que tomar conhecimento oficial da decisão, publicada em Boletim Interno. Após protocolado o recurso pelo militar na OM de destino, este deverá ser decidido no prazo máximo de dez dias úteis. (BRASIL. Decreto-lei n.4.346 de 26 de agosto de 2002).

Quanto ao recurso disciplinar os prazos para recorrer e para a autoridade proferir a decisão são os mesmos do pedido de reconsideração de ato.

Chegamos, então, na problemática deste trabalho, que tem colocado em dúvida tanto os militares que pretendem recorrer às decisões de seus comandantes, quanto aos superiores que analisam os recursos. O efeito dos recursos é devolutivo ou suspensivo?

Os recursos disciplinares, à similitude dos recursos judiciais, podem ser dotados de duplo efeito: devolutivo e suspensivo.

O efeito devolutivo, que é a regra geral, ocorre quando o órgão julgador analisa o conhecimento de toda a matéria. Devolve-se àquele que irá julgar o recurso todas as questões discutidas no processo disciplinar, porém não impede a aplicação do cumprimento de punição disciplinar.

O efeito suspensivo caracteriza-se pela impossibilidade de cumprimento da punição disciplinar aplicada no processo original, até que haja um novo pronunciamento pelo órgão superior.

O comum a qualquer recurso é o efeito devolutivo, sendo o reexame da questão devolvida à autoridade que irá apreciar o

recurso. Quando o reexame é feito pela autoridade que praticou o ato contestado, temos o recurso interativo, ou seja, gera a possibilidade de que a autoridade se retrate (Coimbra Neves, 2005; p 232).

Já no recurso disciplinar, em que o reexame da matéria é enviado para autoridade superior, temos o efeito reiterativo, tratando-se de substituição da decisão prolatada inicialmente, confirmando ou reformando a medida disciplinar aplicada (ASSIS, 2013; p 181).

Para que haja efeito suspensivo em um recurso, este deve vir expresso em seu diploma legal, no silêncio o efeito é meramente devolutivo. Em aplicação subsidiária ao RDE, temos a lei 9.784/99, que, através de seu artigo 61 assim afirma:

Art. 61 - Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Assim também entende maciça doutrina, conforme se vê:

“Vale dizer, o efeito será meramente devolutivo, não alterando, portanto, a plena eficácia, a plena execução do ato punitivo, isto é, o recurso ou o pedido de reconsideração não suspendem a execução do ato punitivo, salvo se, ao contrário, dispuser lei ou o regulamento disciplinar.” (LAZZARINI, 1999, p. 408).

Nas Forças Armadas e na maioria dos regulamentos das forças auxiliares, os recursos têm efeito meramente devolutivo. Significa dizer que, uma vez decidida pela autoridade competente, a punição será automaticamente aplicada.

O efeito suspensivo é novidade no Direito Disciplinar pátrio. Tal efeito é previsto em pouquíssimos regulamentos, como é o caso da Polícia Militar de São Paulo, o da Brigada Militar gaúcha, e o Código de Ética e Disciplina Mineiro. No âmbito das Forças Armadas, mais especificamente, no âmbito do Exército Brasileiro, o efeito é meramente devolutivo.

Dentro do rol dos atos administrativos temos o ato punitivo disciplinar, que é informado pelos atributos que lhe são característicos: a presunção de legitimidade e a autoexecutoriedade. No caso das punições

disciplinares deve-se analisar em uma ótica ainda mais elevada, quanto ao seu cumprimento, tendo em vista a necessidade de observância dos princípios constitucionais da hierarquia e da disciplina (ASSIS, Jorge César de, 2013; p 182).

Sob pena de se inviabilizar o sistema, após concluído o processo apuratório, a aplicação da sanção disciplinar deve ser imediata, uma vez que esta visa assegurar o regular funcionamento das instituições militares, visando à eficácia e à eficiência operacional que deve regular as relações dos militares brasileiros com a sociedade a que servem (ASSIS, Jorge César de, 2013; p 182).

Uma punição que não possa ser imediatamente aplicada (em razão de interposição de recurso) é uma punição inexistente, impedindo que o Comandante exerça seu comando.

O Regulamento Disciplinar do Exército não deixa a menor sombra de dúvida, conforme o artigo 47 que diz:

Art. 47 - O início do cumprimento de punição disciplinar deve ocorrer com a distribuição do boletim interno, da OM a que pertence o transgressor, que publicar a aplicação da punição disciplinar, especificando-se as datas de início e término.

Ainda afirma no §1º do artigo 47 que:

Art. 47, § 1º - Nenhum militar deve ser recolhido ao local de cumprimento da punição disciplinar antes da distribuição do boletim que publicar a nota de punição.

Deve-se observar que o efeito suspensivo das punições acaba engessando o exercício da disciplina nas corporações em que existe, ao invés do que muitos pensam, ser uma medida salutar em prol dos direito do militar transgressor (ASSIS, 2013; p 184).

Porém existem sanções disciplinares que cerceiam o direito de liberdade individual, nestes casos, o militar até ver sua resposta em recurso interposto, já teria cumprido toda a sanção ou metade dela. Neste caso em que a punição acarreta a restrição da liberdade, nada impede do aplicador da pena, em ato discricionário, oferecer ao recurso efeito suspensivo (SALLES, 2012).

No artigo 61 da lei 9.784/99, lei utilizada

de forma subsidiária ao RDE, diz:

Art. 61 - Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

A autoridade aplicadora da sanção deve colocar em um lado da balança o princípio da hierarquia e disciplina e do outro o princípio da eficiência e da segurança jurídica e ver qual dos dois deve preponderar (VASCONCELOS, 2010).

Desta forma, e de salutar importância que o julgador, autoridade disciplinar, avalie caso a caso e, através de um critério de conveniência e oportunidade, verificar se o recurso é meramente protelatório ou se é caso em que o militar possa ser hostilizado e somente depois de punido verificar a ino-cência do mesmo.

CONCLUSÃO

Diante o exposto, concluiu-se que os recursos no âmbito da esfera disciplinar do Exército Brasileiro podem ter tanto o efeito devolutivo como efeito suspensivo.

No Regulamento Disciplinar do Exército, não há nenhum dispositivo que dê a possibilidade do efeito ser suspensivo, uma vez que o legislador tem a intenção de dar aos recursos disciplinares efeito meramente devolutivo. Isto porque, levando-se em conta as esferas em que o militar poderia recorrer, o objetivo na aplicabilidade das sanções perderia o seu objetivo, tendo em vista o tempo do fato e a aplicação da sanção. Como vimos, as sanções disciplinares tem como objetivo preservar a ordem e a manutenção da disciplina, compelindo o subordinado a portar-se de forma disciplinada.

Na dependência da solução dos recursos, o processo disciplinar militar estaria engessado, o que inviabilizaria o sistema e a eficácia da punição perderia o seu fim, o que poderia levar a uma crise institucional pelo desrespeito a hierarquia e disciplina.

Há casos, porém, que devem ser vistos

de forma diferente. Não podemos aplicar o direito de forma positivista, analisando somente o que diz a letra fria da lei. Como vimos há diferentes casos e diferentes sanções. Nos casos em que as sanções geram restrição da liberdade individual do militar e, verificado que o recurso não tem efeito meramente protelatório, pode-se dar ao recurso efeito suspensivo. O efeito suspensivo neste caso pode ser utilizado com objetivo de evitar prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução.

A autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso. Neste caso, age de forma discricionária, analisando caso a caso.

Pode-se observar que o efeito dado aos recursos disciplinares no âmbito do Exército Brasileiro deve ser aplicado de acordo com o caso. Não podemos aplicar o Regulamento Disciplinar do Exército de forma taxativa, no que diz respeito a recursos, uma vez que, se assim o fizermos estaremos aplicando uma fórmula como se todos os casos fossem os mesmos. Existem várias situações que geram punições (sanções) e para cada caso uma escala que vai de leve a grave. Naquelas situações que a liberdade individual do indivíduo está em jogo, os superiores que estão em posição de comando, devem agir de forma comedida, fazendo uma avaliação subjetiva do caso e do recurso interposto, para não agir com ímpeto, trazendo uma mancha na vida de um indivíduo a qual não pode ser removida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Jorge César de. **Curso de Direito Disciplinar Militar**: da simples transgressão ao processo administrativo. Curitiba: juruá, 2013;

BRASIL. **Decreto-lei n.4.346** de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4 e dá outras providências. In: Diário Oficial, Brasília, 27 agos. 2002;

BRASIL **Portaria Nº 107**, de 13 de feve-

reio de 2012. Aprova as Instruções Gerais para a Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-09.001) e dá outras providências;

CAMPOS JUNIOR, José Luiz Dias. **Direito Penal e Justiça Militar: inabaláveis princípios e fins**. Curitiba: Juruá;

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO**. 19ª Edição, Rio de Janeiro: Lúmen Iuris;

FILHO, Julio César Gaberel de Moraes, **Revista Consultor Jurídico**, 18 de dezembro de 2011;

SALLES, Alexsandro Souza de, **O efeito suspensivo nos recursos disciplinares militares**, artigo jurídico, JurisWay, 2012;

VASCONCELOS, Jocleber Rocha. **Recurso disciplinar militar: questões polêmicas**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 77, jun 2010. Disponível em: <http://www.ambito-uridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7572>. Acesso em maio 2015.

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia Policial Militar – Ética Profissional**.

PROJETOS
INTERDISCIPLINARES DE
SARGENTOS ALUNOS DO
CAS/2015



A IMPORTÂNCIA DAS BATALHAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

2º Sgt Inf Cipriano Antônio Oliveira Lima

2º Sgt Inf Nelson Serrão Reis

2º Sgt Cav André Ricardo Junqueira de Sousa

2º Sgt Art Mário Justino Nascimento dos Santos

2º Sgt Eng Luciano de Souza Borges

2º Sgt Com Francisco das Chagas Alves dos Santos Oliveira

Projeto Interdisciplinar apresentado por término de curso na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

Orientador: 1º Ten Joffre Ferreira Abdalla

1. INTRODUÇÃO

A maioria dos brasileiros não costuma lembrar ou comemorar feitos memoráveis de seus antepassados que marcaram a história do mundo, assim, foi feito, por muito tempo, com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Ainda hoje, depois de passados setenta anos do término desse grande confronto, as batalhas em que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) esteve empregada são pouco divulgadas e exploradas, para isso buscar-se-á neste trabalho apresentar quais foram às batalhas que às tropas brasileiras tomaram parte, seus resultados e sua importância para o desfecho vitorioso das Forças Aliadas.

Para que seja possível abordar as batalhas enfrentadas pelos soldados brasi-

leiros, cabe ressaltar inicialmente como era a situação do Brasil e sua posição aos Aliados e forças do Eixo (Alemanha, Itália e mais tarde o Japão). O país vivia à época do Estado Novo (1937-1945) da Era Vargas, onde o governo mantinha uma política que pendulava entre os dois lados. Porém entre fevereiro de 1942 e outubro de 1943, trinta e um navios mercantes brasileiros foram torpedeados pelos submarinos do Eixo, exaltando, ainda mais, a opinião pública que já cobrava uma posição do governo em favor dos aliados.

Com o forte ataque dos submarinos aos navios, o governo não teve outra opção a não ser declarar-se em guerra contra as potências do Eixo em 22 de agosto de 1942. Inicialmente, o Brasil dispôs às forças americanas as bases aéreas no Nordeste. Estas facilitavam o abasteci-

mento de suas tropas que enfrentavam os alemães no norte da África. E por fim, em 1943, o governo decidiu por uma participação mais efetiva no teatro de operações, resolvendo enviar à Itália um corpo expedicionário constituído de três divisões, das quais apenas a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) foi mobilizada e enviada para o combate.

Em 2 de julho de 1944, o 1º escalão da FEB partiu do Rio de Janeiro – RJ atracando no porto de Nápoles, na Itália, em 16 de julho de 1944. No total, foram cinco escalões de embarque levando ao Teatro de Operações (TO) italiano 25.344 homens e mulheres. A DIE brasileira foi incorporada ao IV Corpo de Exército pertencente ao V Exército Americano.

Os soldados brasileiros participaram de sete batalhas. A 1ª DIE combateu em Camaiore, Monte Prano, Monte Castelo, Castelnuovo-Soprassasso, Montese, Zocca e Collecchio-Fornovo di Taro. Entre todas, quatro se destacam: Monte Castelo, pelo valor moral; Castelnuovo-Soprassasso, devido ao valor estratégico; Montese, a mais sangrenta por causa do número elevado de baixas e Collecchio-Fornovo como a mais brilhante, em virtude da captura de uma divisão alemã. Após esses acontecimentos, os Aliados consolidaram sua vitória, assinando em 8 de maio de 1945, o tratado final da guerra.

2. INÍCIO DA GUERRA NA EUROPA

Após o término da Primeira Guerra Mundial, a assinatura do Tratado de Versalhes impôs aos derrotados várias sanções, com destaque à devolução de territórios, pagamento de indenização aos vencedores e diminuição do poderio bélico. Os alemães com essas imposições amargaram uma forte crise econômica, caracterizada pela alta inflação, desvalorização da moeda e aumento do desemprego. Na Itália, que estava entre os vencedores do primeiro grande conflito, também havia descontentamento por não ter recebido os territórios que desejava.

Nesse cenário surgiu um sentimento de revanchismo e revolta da população, fazendo com que na Alemanha, Adolf Hitler com sua ideologia nazista encontrasse espaço para ascensão ao poder. Ao mesmo tempo, na Itália, Benito Mussolini com suas ideias fascistas incentivava os trabalhadores a unir-se aos capitalistas a favor da nação.

A Segunda Grande Guerra teve seu marco inicial com a invasão da Polônia por parte dos alemães no ano de 1939. Fröhlich (2011, p. 7), acrescenta: “a semente da II Guerra foi plantada no Tratado de Versalhes, em 1919, e irrigada por tratados posteriores, ao final da I Guerra”.

No dia seguinte, 1º de setembro, uma sexta-feira, a Alemanha invadiria a Polônia, praticamente sem encontrar resistência. Quatro divisões alemãs atacariam o país pelo norte, centro e sul da fronteira. Em 3 de setembro, Inglaterra e França declaram guerra à Alemanha marcando o começo da II Guerra Mundial. Dez meses antes, a Alemanha já havia invadido os sudetos da Tchecoslováquia, uma região do país, na Boêmia, habitada por alemães. Em março, toda a Tchecoslováquia e a Áustria estavam anexadas à Alemanha. Os Aliados, seus futuros inimigos, não se manifestaram diante de tais desafios à soberania dessas nações. (ARANHA, 2015)

Alemanha e Itália firmaram um tratado chamado de Pacto de Aço (também conhecido como Eixo Berlim-Roma), o qual foi estendido ao Japão e deu origem ao termo Forças do Eixo. Para contrapô-las, a Inglaterra, a França, a União Soviética e Estados Unidos uniram-se formando as Forças Aliadas. O ataque japonês a Pearl Harbor foi o marco da entrada americana na guerra.

3. O BRASIL PRÉ-GUERRA

O Brasil desde 1930 estava sob o comando de Getúlio Vargas, que em 1937 sob a ameaça de um golpe comunista, promulgou uma nova Constituição, dando iní-

cio ao Estado Novo (1937-1945). Quando a guerra começou na Europa, o governo declarou neutralidade ao que acontecia no outro lado do Atlântico.

Barone (2013, p. 61), trata a política brasileira como “um pêndulo que procurava tirar proveito das relações comerciais com os Estados Unidos e com a Alemanha ao mesmo tempo, deixando de lado qualquer favoritismo político e contornando os perigos da dependência de apenas um parceiro comercial”.

Enquanto na Europa a guerra se desenvolvia, na América, os Estados Unidos articulavam os países para uma proteção do continente, que foi decidida em uma reunião em Havana, Cuba, da qual participaram vários chefes de Estado.

A situação político-militar da Europa e as ameaças existentes impuseram em julho de 1940, uma nova Reunião de Consulta dos Chanceleres, desta vez em Havana. Decorreu desse conclave a deliberação “de que todo atentado de Estado não-americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência política de um Estado americano será considerado como ato de agressão contra os estados que firmam esta declaração”. (MORAES, 2005, p. 23)

4. A ENTRADA DO BRASIL NA GUERRA

Após firmar o acordo de proteção aos países americanos, o Brasil mantinha-se na sua política de neutralidade, até que em 7 de dezembro de 1941, a base americana de Pearl Harbor sofre um ataque por parte do Japão. Para honrar os compromissos firmados em Havana, o governo brasileiro rompeu suas relações com os países do eixo.

Ao tomar essa medida, foi necessário reforçar a proteção do litoral; a Marinha e a Força Aérea começaram a realizar patrulhas costeiras e a escoltar comboios. Porém, em agosto de 1942, quase uma dezena de navios mercantes brasileiros já havia sido torpedeada por submarinos na-

zifascistas. De 15 a 17 de agosto de 1942, cinco embarcações foram torpedeadas na costa brasileira pelo submarino alemão U – 507 que levou a óbito, num período de 72 horas, mais brasileiros do que a Campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB), assim afirma Santos Junior (2012, p. 9):

Foram 670 mortos em 72 horas, e durante a campanha italiana perdemos 451 militares, incluindo oito oficiais da FAB (Força Aérea Brasileira). A população já manifestara a sua fúria contra os torpedeamentos de navios brasileiros em águas estrangeiras, mas desta vez os navios eram de navegação costeira, levavam civis e militares.

Com esses ataques, o clamor da população para que o Brasil apoiasse os Aliados aumentava, assim como afirma Moraes (2005, p. 25): “Tais atentados à nossa soberania avolumaram a onda de indignação popular e conduziram o nosso Governo a declarar guerra à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto de 1942”.

5. PREPARATIVOS DE GUERRA

Ao declarar guerra ao inimigo nazifascista e aliando-se aos Estados Unidos da América, o Brasil procurava uma maneira de melhorar seu poderio bélico. Aproveitando a visita do presidente americano Franklin Delano Roosevelt à base de Natal - RN, em fevereiro de 1943, Getúlio sugeriu a ideia de o Brasil participar efetivamente da frente de batalha.

Através da Portaria Ministerial nº 4744, de nove de agosto de 1943, o governo oficializou a criação da Força Expedicionária Brasileira, e a partir desse momento começaram os esforços para a mobilização e preparo da tropa. O contingente brasileiro, inicialmente, seria composto por três Divisões de Infantaria, deste modo, o alistamento e a seleção de pessoal deveriam entregar 75 mil homens aptos para seguir ao Teatro de Operações (TO).

As precárias condições de saúde, e o

baixo nível de instrução da população brasileira em geral, dificultaram sobre maneira o recrutamento dos soldados capacitados, principalmente no que diz respeito às funções mais técnicas como operadores de rádio, mecânicos, médicos, entre outros. (SANTOS, 2015)

Enquanto a seleção acontecia, os EUA não entregavam todo o material necessário ao preparo da tropa, o que dificultava o adestramento, pois a doutrina francesa, até então utilizada, estava em transição para a doutrina americana. Enfrentando essas dificuldades a FEB ia tomando forma e a 1ª Divisão que partiria para o confronto treinava como podia. Ao final de 1943, uma comissão brasileira viajou ao TO para ambientar-se com o combate; nela estava o General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB.

Mesmo com a deficiência de pessoal e com um treinamento longe do ideal para entrar em combate, a 2 de julho de 1944, embarcou rumo à Itália o primeiro escalão de FEB.

6. O BRASIL NA GUERRA

Após a chegada em solo italiano, o contingente brasileiro foi alçado ao comando do V Exército Americano, englobado pelo IV Corpo de Exército. O material necessário para a guerra foi liberado e distribuído após um esforço do comandante da FEB e dos meios políticos envolvidos, o que propiciou o contato e o treinamento com o material americano.

A missão da tropa brasileira se desenrolou no norte da Itália, com a missão inicial de ultrapassar a famosa Linha Gótica, importante linha defensiva alemã no solo italiano que desembocava na cidade de Bologna, importante nó rodoviário da época.

A missão brasileira era auxiliar o 5º Exército Americano, do general Clark, e o 8º Exército Britânico, do general Richard McCreery, a ultrapassar a quase intransponível Linha Gótica. Tratava-se da última grande linha de defesa nazista na Europa, situada ao Norte da Itália, nos Montes Apeninos. (HERMANN, 2015)

O norte italiano é uma região compos-

ta por montes com elevadas altitudes, que durante o inverno ficam cobertos de neve, a qual foi apresentada aos brasileiros durante a batalha de Monte Castelo, onde após quatro revezes e uma permanência durante o rigoroso inverno, foi vencida pelo Brasil em 21 de fevereiro de 1945.

Figura 1 – Roteiro da FEB na Itália



Fonte: MORAES, 2005, p. 43

6.1. CAPTURA DE CAMAIORE

Camaiore localiza-se na linha geral Camaiore - Monte Prano - M. Valimono - M. Acuto - M. Prano e despertava atenção por constituir uma base para ações futuras. Na região permaneciam apenas elementos de vigilância alemães que se retiraram quando perceberam a aproximação da tropa brasileira.

Para essa ocupação, estavam juntos à FEB alguns carros de combate americanos, que ficaram detidos em uma ponte destruída. O chefe do Destacamento FEB (1º escalão de embarque), General Zenóbio da Costa, decidiu então pela ocupação de Camaiore, efetivada em 18 de setembro de 1944.

Ele visou, com a ocupação, deslocar seu destacamento para o norte e articu-

lá-lo em frente às elevações que poderiam conter defesa inimiga. No dia seguinte a captura, ações foram realizadas na região, propiciando ao destacamento cerrar sobre os postos avançados da Linha Gótica.

6.2. CAPTURA DE MONTE PRANO

Após a conquista de Camaiore, o General Zenóbio resolveu que deveria atacar Monte Prano, pois este constituía um excelente observatório sobre as posições da tropa brasileira e a planície litorânea. Esse combate foi antecedido por seis jornadas, onde os canhões brasileiros e carros de combate americanos debruçaram sobre Monte Prano seus fogos, desestruturando a defensiva dos contrários, que sinalizava uma fração alemã, a 42ª Divisão de Infantaria (DI).

Durante esse apoio de fogo, foi lançada para a conquista do monte uma patrulha, constituída por um pelotão da 2ª Companhia do 6º Regimento de Infantaria. Esse grupamento, após dois dias, conseguiu atingir o terço superior de Monte Prano e com isso na jornada do dia 26 de setembro de 1944, o restante do destacamento vasculhou a elevação e certificou-se que o inimigo tinha se retirado.

Camaiore pode ser considerada a estreia da tropa brasileira em combate e Monte Prano, o fechamento dessa primeira manobra em solo italiano. Naqueles combates, apesar de ser uma tropa em formação e com um treinamento recente, os pracinhas brasileiros mostraram serem audazes e combativos frente a um adversário, por vezes, já experimentado em combate.

6.3. MONTE CASTELO

Após conquistar Camaiore e Monte Prano, a 1ª DIE, agora sob o comando operacional do General Mascarenhas de Moraes, foi roçada do Vale do Serchio para o Vale do Reno, onde junto a Task Force 45 (tropa americana), realizou os dois primeiros ataques a Monte Castelo, datados de 24 e 25 de novembro de 1944. Castelo constituía

uma linha composta por alturas do Monte Belvedere – Monte Castelo – Monte Della Torraccia onde somente o ataque frontal às posições alemãs era certeza de insucesso. Cabe ressaltar que nas duas primeiras derrotas sofridas, a tropa brasileira estava à disposição da Task Force 45, comandada pelo General Paul Rutledge.

Após os insucessos de 24 e 25, o comando da operação passou para as mãos do General Mascarenhas de Moraes (1984, p. 227), o qual destaca: “Segundo minha convicção os meios empregados não eram proporcionais às missões recebidas, e para o cumprimento das quais, devido ao mau tempo, não dispunha eu de suficiente apoio de artilharia e aviação”. Dito isto, pode-se notar que o comando brasileiro sabia que era necessário o apoio para a conquista de Monte Castelo, pois ali havia a 232ª DI alemã, desdobrada por todo o monte e com posições de comando sobre as tropas brasileiras.

Mesmo assim, os combatentes brasileiros foram empregados novamente em ataques sem sucesso contra o famigerado monte. No dia 29 de novembro de 1944, o 1º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria (1º/1º RI) e o 3º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria (3º/11º RI), começaram o terceiro assalto às alturas de Castelo às sete da manhã, debaixo de chuva e céu encoberto, progrediram e conseguiram algum avanço, sendo então contra-atacados e retornando às bases iniciais no meio da tarde.

Com as primeiras derrotas sofridas, aproximava-se também o frio rigoroso do inverno italiano, cenário diferente para os soldados brasileiros, que além do inimigo agora também combatiam a neve e os termômetros abaixo de zero. Antes que o frio acentua-se de vez, fora realizado o ataque de 12 de dezembro de 1944, onde, foram empregados o 2º e o 3º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria, respectivamente 2º/1º RI e 3º/1º RI, que também amargaram a derrota. Nesse ataque alguns mortos brasileiros permaneceram sobre a neve sendo recolhidos somente em 22

de fevereiro de 1945, após a conquista de Monte Castelo em 21 de fevereiro de 1945.

Esse período pós-revezes, compreendido entre 13 de dezembro de 1944 a 18 de fevereiro de 1945, foi de rigoroso frio onde a chuva e baixa temperatura calejaram os pracinhas, que logo se adaptaram e resistiram ao rigoroso inverno nos apeninos italianos. Nesta fase não foi realizada nenhuma operação de ataque de grande vulto, as tropas aliadas e os opositores realizavam intensas patrulhas entre as bases aliadas e a posição defensiva alemã, combinado aos fogos da artilharia e morteiro que inquietavam as tropas.

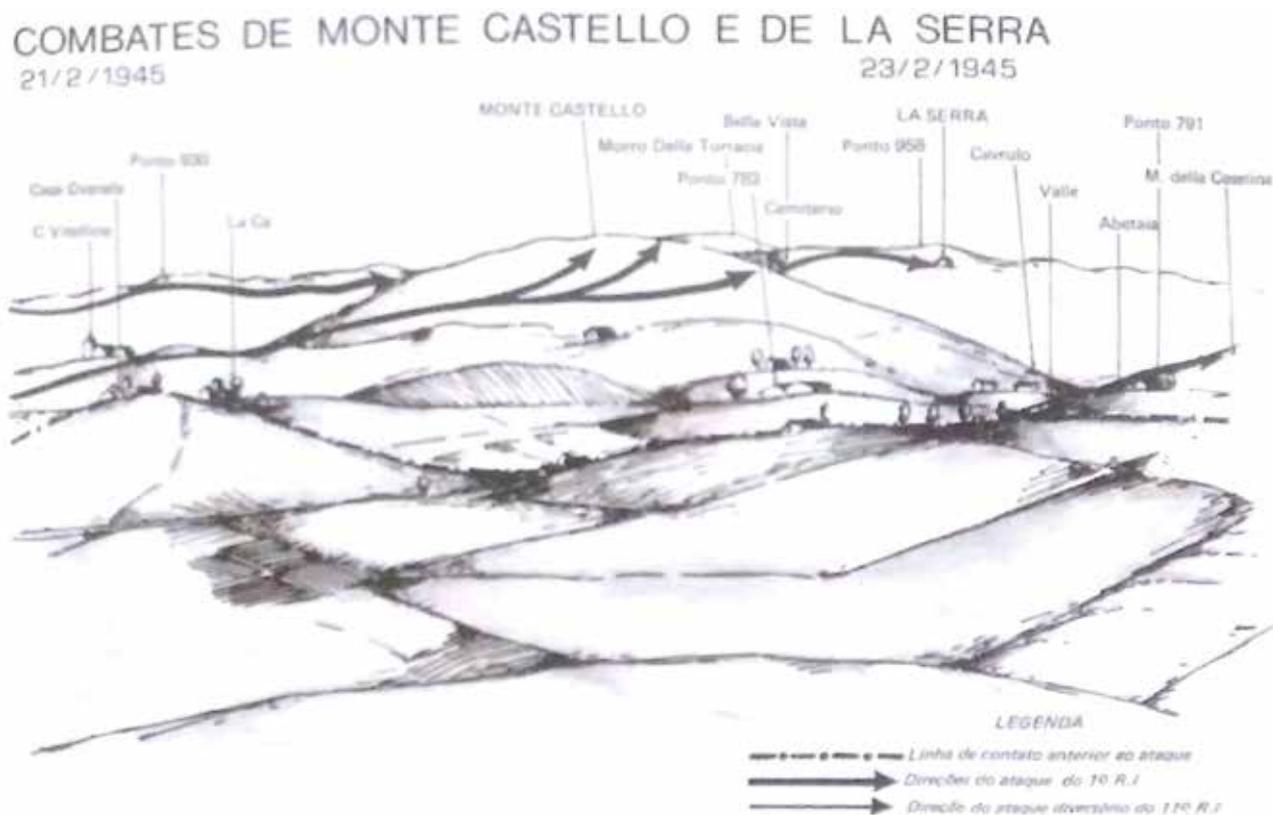
Após os rigores do inverno, e com certo descanso, visto que nos primeiros ataques alguns dos brasileiros já combatiam por aproximadamente 45 dias, o comando aliado resolve atacar novamente Monte Castelo. O comando brasileiro recebe o apoio da 10ª Divisão de Montanha e empregaria toda sua Divisão, como desejava

seu comandante. O planejamento era que a divisão americana tomasse Monte Della Torracia e que Monte Castelo fosse ocupado pelos brasileiros. Tal planejamento foi iniciado na noite de 19 de fevereiro de 1945, quando os montanheses americanos partiram sobre Monte Belvedere e Monte Gorgolesco e às 17 horas do dia 20 atingiram Mazzancana.

Na manhã de 21 de fevereiro de 1945, mais precisamente às cinco e meia, as tropas partiram para a conquista do baluarte que estava em poder dos alemães. A artilharia da FEB, reforçada com 18 obuses do IV Corpo, realizou intensa preparação de fogos que causou reações na defensiva alemã. Os batalhões protegidos por esse apoio de fogo progrediram durante todo o dia, causando baixas e fazendo com que os opositores retraíssem. No final da tarde foi silenciada a defesa inimiga e às 17h30min Monte Castelo foi tomado.

Para evitar os malfadados revezes do

Figura 2 – Combate de Monte Castelo e de La Serra



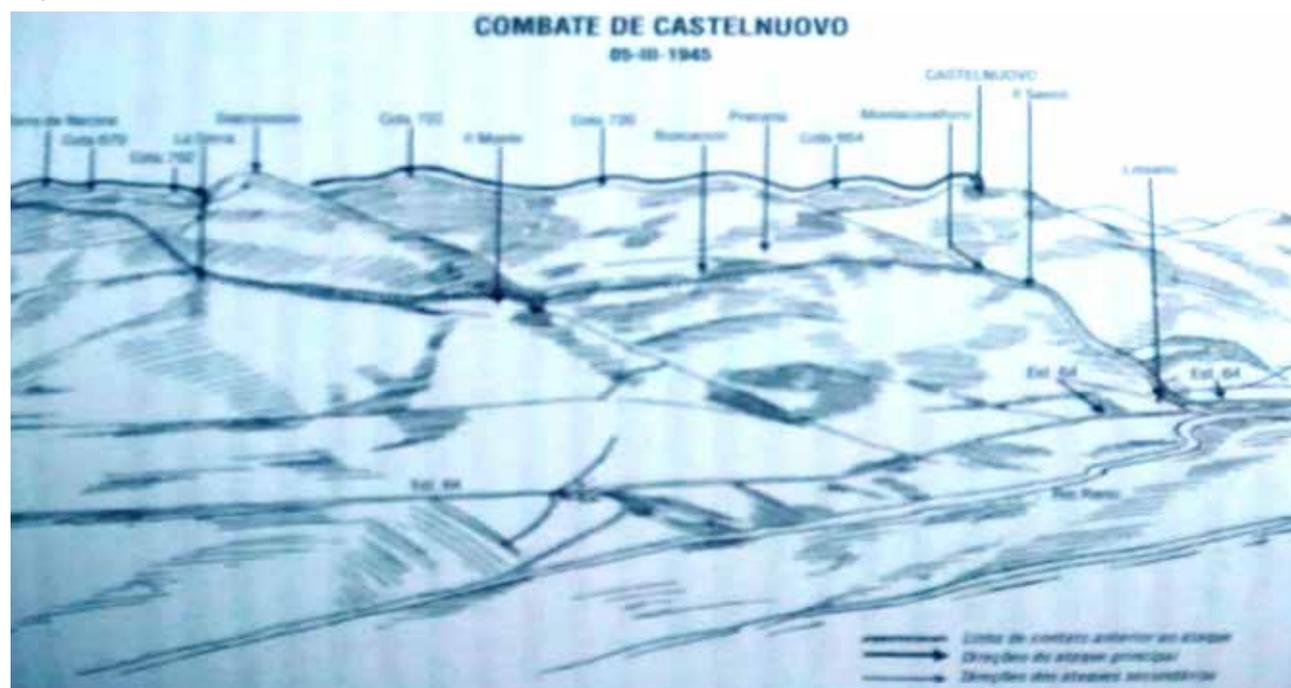
Fonte: SILVEIRA, 2001, p. 334

passado, os brasileiros do monte mobiliaram posições para fazer frente a um possível contra-ataque alemão, que não existiu. Conquistado Monte Castelo, as tropas brasileiras partiram em ajuda aos montanheses que ainda não tinham conquistado Monte Della Torracia.

Como já mencionado no texto introdutório, Monte Castelo é considerado pelo comando brasileiro da época e pelos que lá lutaram como sendo a batalha de maior valor moral, visto que antes da vitória consolidada, a tropa atacante sofreu revezes consideráveis, tendo o combate iniciado a 24 de novembro de 1944 e só sendo finalizado em 21 de fevereiro de 1945. Daí sua importância para o prosseguimento das ações brasileiras e aliadas na região.

Por isso, a vitória de Monte Castelo representou uma reviravolta das tropas brasileiras, que avançaram e imbuíram-se de otimismo partindo em conquista de outras mais cidades, além de mostrar aos norte-americanos que os brasileiros sabiam guerrear – um aprendizado também passado pelos brasileiros nos intervalos das lutas de conquista a Monte Castelo, quando eram submetidos às patrulhas de agressão. Foi preciso de muito esforço e muitas perdas militares, mas a superação do soldado da FEB na Itália é a principal marca da vitória de Monte Castelo, em que o pracinha deixou de ser apenas um mero jovem voluntário da FEB para tornar-se um importante soldado experiente e disposto a vingar todos os seus companheiros mortos em combate. (CARVALHO, 2015)

Figura 3 – Combate de Castelnuovo



Fonte: MORAES, 2005, p. 144

6.3.1. CONQUISTA DE LA SERRA

Era parte do planejamento que os americanos e brasileiros ocupassem Monte Castelo e Monte Della Torracia ao mesmo tempo. Tal fato não foi possível, pois, na tarde de 21 de fevereiro de 1945, os brasileiros conquistaram Castelo e os alemães ainda resistiam em Della Torracia. Devido a isso, os pracinhas partem em auxílio da

divisão americana, desbordando o monte e conquistando La Serra na madrugada de 23 para 24 de fevereiro de 1945, o que propiciou à 10ª Divisão de Montanha ocupar Monte Della Torracia na tarde de 24.

6.4. CASTELNUOVO-SOPRASSASSO

Acabados os combates de Monte Castelo, a tropa brasileira mudou de setor,

deixando de combater no Vale do Reno e sendo agora empregada no Vale do Rio Marano. No período de 25 de fevereiro a 4 de março de 1945, a FEB reorganizou seu dispositivo ao longo da rota 64 e planejou a execução do ataque. Novamente, os febianos estavam na companhia da 10ª Divisão de Montanha americana, com a qual, num planejamento minucioso atacariam a linha de montes que ligava Torre de Nerone – Castelnuovo.

A 10ª de Montanha americana tinha a missão de abrir um corredor entre Della Torraccia e Seneveglio e para isso contou com a DIE brasileira desdobrada em dois setores: o Grupamento Oeste, composto pela tropa do 1º RI e o Grupamento Leste, composto de elementos do 6º RI e 11º RI, estes com a missão de atingir Castelnuovo.

Às 12:30h do dia 5 de março de 1945 foi emanada a ordem de ataque e o 1º Batalhão do 6º RI (1º/6º RI) rompeu a linha de partida sofrendo impiedosos ataques das posições alemãs em Soprassasso, monte escarpado que penetrava as linhas brasileiras como uma cunha. Apesar dos ataques, o 1º/6º RI prosseguiu em direção a Castelnuovo, ficando o 2º/6º RI com a missão de desarticular e eliminar os alemães de Soprassasso. No outro flanco do ataque, os 1º e 2º Batalhões do 11º RI, com o apoio da artilharia e dos morteiros progrediram em direção a Castelnuovo.

Após desbordar Soprassaso e atacar o monte pela retaguarda, ao anoitecer, as forças brasileiras o conquistavam. Na outra direção do ataque, às 19:00 h, a 3ª Companhia do 1º/6º RI entra em Castelnuovo conquistando a localidade. Fruto de contra-ataques sofridos em Monte Castelo, a tropa preparou-se e consolidou a conquista. No dia 6 de março de 1945, patrulhas brasileiras realizam o aproveitamento do êxito e seguem buscando o contato com o inimigo.

Castelnuovo-Soprassasso representou a batalha de maior valor estratégico, dada à precisão do planejamento e a fidelidade de sua execução. O General Mascarenhas

de Moraes (1984, p. 260) resume assim a manobra da infantaria brasileira:

De um modo geral, a manobra consistiu no seguinte: o 6º Regimento, sob o comando do Coronel Néelson de Melo, atacaria o flanco direito inimigo, progredindo em seguida na direção oeste-leste, ao longo da crista das alturas que conduzem ao povoado de Castelnuovo; e o 11º Regimento de Infantaria, sob o comando do Coronel Delmiro de Andrade, atacaria o flanco esquerdo alemão, procurando contornar Castelnuovo e cortar a retirada dos contrários pela estrada que une essa localidade a Vergato.

Tal manobra realizada em Castelnuovo foi importante, pois impôs ao inimigo a desarticulação de sua linha defensiva, propiciando que as tropas do V Exército ficassem mais próximas de Bolonha.

6.5. MONTESE

A batalha de Montese demonstrou ser a mais sangrenta dentre as quais a FEB participou, pois o número de baixas foi alto e, além disso, ela mostrou uma nova modalidade de combate, chamada de combate urbano. No Total, foram 426 baixas, sendo 34 mortos, 382 feridos e 10 extraviados.

Montese estava situada no maciço de mesmo nome, junto à Cota 927 e Montelo, sua posição desenhava que o combate deveria atingir alturas mais baixas até que se chegasse à vila de Montese.

Nesse combate, os brasileiros tinham o apoio, além dos montanhesees americanos, do 371º Regimento de Infantaria da 92ª DI norte-americana. Essas duas forças não atacaram Montese, mas realizavam manobras de flanco em conjunto com o ataque brasileiro. O ataque começou em 14 de abril de 1945 e terminou em 17 de abril de 1945.

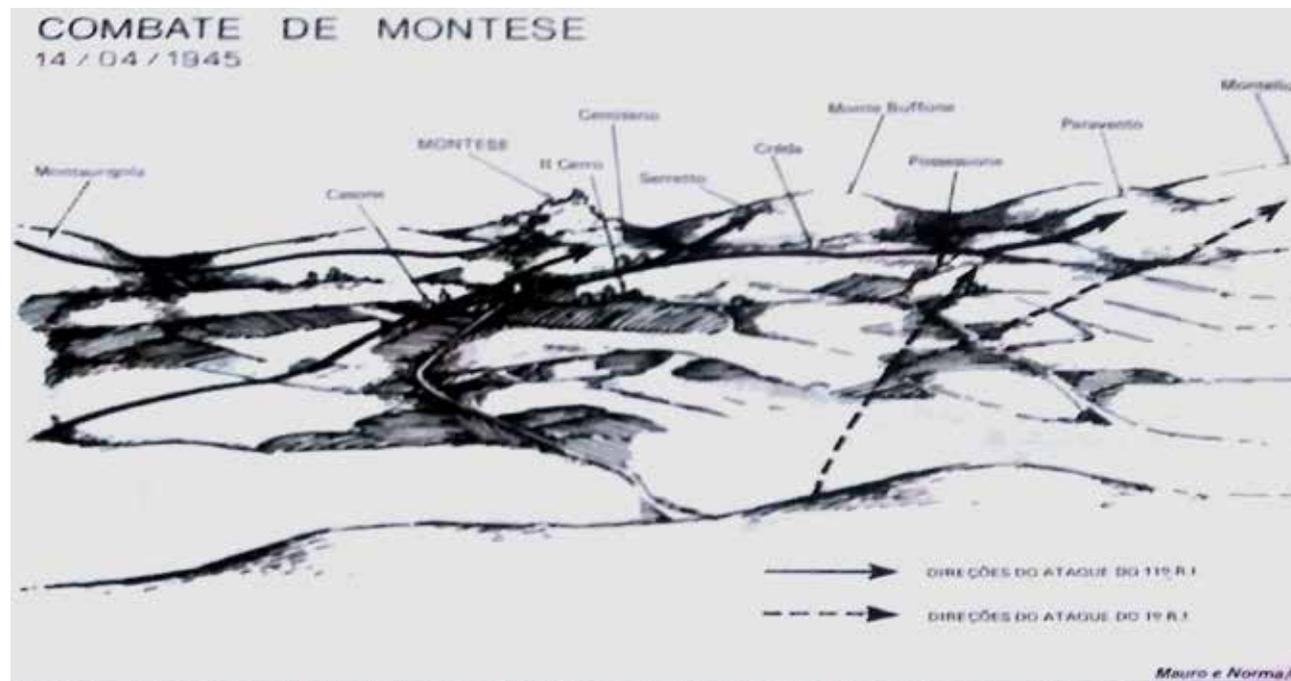
O ataque principal a Montese teve início às 13h30min do dia 14 de abril de 1945, com uma preparação intensa de fogos da artilharia febianas, após isso, desencadeou-se o ataque da infantaria com o 3º/11º RI pela frente, desbordando ao sul o 1º/11º RI

e ao norte pelo 2º/1º RI e por volta de 15 horas, o 1º/11º RI conquista Montese. Assim, essa jornada dos pracinhas tornou-se alvo de honrosas palavras do General Crittenberger, na manhã de 15 de abril: “Na jornada de ontem, só os brasileiros merecem

minhas irrestritas congratulações; com o brilho de seu feito e seu espírito ofensivo, a Divisão brasileira está em condições de ensinar às outras como se conquista uma cidade.” (CARVALHO, 1998, p. 159).

Nos dias que se seguiram, 15 e 16 de

Figura 4 – Combate de Montese



Fonte: SILVEIRA, 2001, p. 335

abril de 1945, a FEB já ocupava a Vila de Montese, e esse maciço foi intermitentemente batido por fogos da artilharia e morteiros alemães, o que não propiciava a articulação das forças para o prosseguimento do combate. Já a 10ª Divisão de Montanha, no dia 16 de abril de 1945, conseguiu capturar a pequena localidade de Tole, por onde, na sequência do combate, os Aliados se infiltrariam no dispositivo de defesa alemão.

Fruto dessa conquista americana, o ataque previsto para a manhã de 17 de abril de 1945 foi suspenso pelo Alto Comando Aliado, a fim de que se aproveitasse o êxito da ruptura da defesa alemã. O General Crittenberger, no início da batalha de Montese, escreveu o que se desencadearia: “Com o vale do Panaro em nosso poder, a continuada resistência contrária não poderia impedir nosso desembocar no vale do Pó” (MORAES, 1984, p. 279). E assim o foi, a importante conquista de Montese

abriu caminho para que a Ofensiva da Primavera (como foi denominada a operação que se desdobrou de nove de abril a dois de maio de 1945) desembocasse no vale do Rio Pó.

6.6. CAPTURA DE ZOCCA

Após a conquista de Montese, foi iniciada outra fase: a Ofensiva da Primavera, que era o aproveitamento do êxito, onde as tropas aliadas infiltraram-se na retaguarda nazista, e assim, não tendo outro recurso, os alemães retraíram.

Durante o dia 18 e 19 de abril, foi lançado, em busca ao inimigo, o Esquadrão de Reconhecimento, sob o comando do Capitão Plínio Pitaluga, que ao progredir encontrou inúmeros campos minados e armadilhas, o que exigiu muito trabalho dos engenheiros na abertura da brecha para o ataque. Cabe aqui ressaltar, que os engenheiros do 9º Batalhão de Engenharia (9º

BE) desempenharam papel importantíssimo durante toda campanha, desobstruindo e reparando estradas.

No dia 20 de abril, continuou a busca pelo inimigo, os três regimentos estavam empregados na perseguição aos alemães e no final da jornada o 11º RI recebeu obstinada reação alemã em Zocca, que era um entroncamento rodoviário que centralizava as estradas regionais, e, devido à ocupação alemã, barrava o progresso do 1º e do 6º RI na direção norte.

Organizados, os dois regimentos, em ação conjunta, se preparavam para atacar Zocca, porém na manhã de 21 de abril de 1945, foi constatado que o inimigo acudado havia retraído. Restaram em Zocca apenas alguns defensores com a finalidade de retardar o avanço. Assim, o 6º RI, mesmo sofrendo alguns ataques, avançou e ocupou a localidade, proporcionando a continuidade da ofensiva em busca do inimigo.

6.7. COLLECHIO-FORNOVO

Após o combate em Zocca, os alemães retiravam-se rapidamente em busca do Vale do Rio Pó, com isso, a FEB iniciou a perseguição em 23 de abril de 1945 e percorreu 75 Km passando por cidades como Parma, Fidenza e Piacenza até chegar a Collecchio. As informações sobre o valor e localização do inimigo em retirada eram inseguras, porém, eram quase que certas as dificuldades que estes enfrentavam para se reorganizar.

Com isso, a rapidez era fator preponderante para que se conseguisse cercar os fugitivos, todavia, os pracinhas já estavam sentindo o cansaço do combate, e marchar a pé para cercar o inimigo lhes trazia mais desgaste, então foi tomada a decisão pelo comando de estacionar alguns obuses da artilharia e usar suas viaturas para o transporte dos infantés.

Após esse apoio entre as armas, os batalhões chegaram às posições do Vale do Rio Pó onde havia o contato com o retirante alemão. Informes mostravam que estes se dirigiam ao norte em busca da cidade

de Parma na Itália, então, no dia 26 de abril de 1945, a FEB retomou a busca pelo contato. Nesse mesmo dia, o Esquadrão de Reconhecimento trava contato com a tropa inimiga, em Collecchio, recebendo o apoio do 2º/11º RI por volta das 18 horas.

Organizados os meios, começa o ataque que entra noite adentro em Collecchio, foram três horas de combates incisivos, para a destruição da vanguarda da 148ª Divisão alemã. Após a conquista, foi realizada a varredura do local, e na manhã seguinte, esta já estava sob o poder da tropa atacante. Essa conquista impossibilitou a retirada dos germânicos para Parma e proporcionou a concentração de esforços sobre Fornovo, onde estava o grosso da tropa retirante.

Com a vitória em Collecchio, foram aprisionados elementos da vanguarda da 148ª Divisão, estes passaram informações sobre os efetivos e a direção em que seguia o resto da Divisão. De posse desses dados foi planejado e organizado o ataque sobre Fornovo di Taro, uma manobra de cerco, onde seria empregado apenas o 6º RI completo, com o apoio da artilharia, engenharia, o Esquadrão de Reconhecimento e carros de combate americanos.

Montado o cerco e esperando pela manobra de 28 de abril de 1945, o 2º/6º RI surpreende os contrários em retirada para o norte pela estrada nº 62. Diante disso, o Comandante do Batalhão confia ao vigário de Neviano di Rossi, Dom Alessandro Cavalli, a missão de intimar à voz os alemães para que se rendessem. Tal rendição não se dá, porém, o vigário traz consigo a mensagem do lado intimado para que as condições sejam postas no papel. Com isso, foi assim redigido o ultimato, que segue:

Ao comando da tropa sitiada na região de Fornovo-Respicio.

Para poupar sacrifícios inúteis de vida, intimo-vos a render-vos incondicionalmente ao comando das tropas regulares do Exército Brasileiro, que estão prontas para atacar. Estais completamente cercados e impossibilitados de qualquer retirada quem vos intima é o comando da vanguarda brasileira, que vos cerca

aguardo, aguardo dentro do prazo de duas horas a resposta do presente ultimato.

(A) Coronel, Néelson de Melo (MORAES, 1984, p. 312)

Em resposta, os alemães enviaram ao comando brasileiro, mensagem onde diziam esperar instruções superiores para então responder ao ultimato. Sem resposta positiva, o comandante do 6º RI desencadeia o ataque convergente sobre Fornovo. Durante o ataque, as tropas sitiadas buscam o comando brasileiro para acertar os detalhes da rendição.

Assim, após as tratativas entre os enviados alemães e o comando brasileiro, deu-se início a épica rendição da 148ª Divisão de Infantaria Panzer alemã e remanescentes da Divisão Bersaglieri italiana. Tal feito reveste de glória a atuação brasileira na Itália, visto os números deste: 14.779 prisioneiros, 4.000 cavalos, 80 canhões de diferentes calibres, mais de 1.500 viaturas de todos os tipos, abundante quantidade de munições e centenas de veículos de tração animal. Após essa vitória, as tropas brasileiras não entraram mais em combate até que a guerra acabasse no Dia da Vitória, 8 de maio de 1945.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos narrados sobre as batalhas da FEB em terras italianas, concluiu-se que mais uma vez o Exército de Caxias conquistou as glórias que lhe couberam. Alguns desavisados ou que não estudaram a fundo os textos disponíveis sobre tal assunto podem querer denegrir a imagem dessa participação na Segunda Guerra Mundial, contudo, novamente, superando a falta de treinamento adequado, o material desconhecido pelo soldado e as intempéries do clima, os pracinhas brasileiros foram dignos de todas as honras do combate.

Observa-se em todas as participações durante a campanha que a bravura, o comprometimento, a coragem, a iniciativa, a criatividade, entre outras características evidentes do nosso soldado foram sobre-

maneira necessárias para o sucesso das missões atribuídas a essa tropa.

Ao estudar a conquista da FEB, nota-se que esta combateu em um terreno desvantajoso que prejudicava o auxílio dos carros de combate, onde as estradas eram constantemente batidas pelos fogos inimigos, o frio castigava, e nem por isso, essa força deixou de contribuir para o êxito das forças Aliadas. Em Monte Castelo, sua maior conquista moral, o contingente brasileiro permaneceu tenaz aos três meses do frígido inverno, mesmo após quatro assaltos mal sucedidos, e a 21 de fevereiro de 1945, conquistou o baluarte alemão que abriu caminho para o avanço das tropas.

Neste mesmo ímpeto seguiu lutando em busca dos ideais de liberdade e democracia, esta última, antagônica a situação política vivida no Brasil, assim, passou por Castelnuovo-Soprassasso executando com perfeição a estratégia; em Montese ensinou como se combatia dentro do ambiente urbano, para então, em Collecchio-Fornovo, coroar sua participação com a rendição de uma Divisão alemã e os remanescentes de uma Divisão italiana.

Não há como, após setenta anos, buscar desmerecer aqueles que partiram da pátria para o outro lado do mundo com a finalidade de combater um opositor já testado em combate. A única ressalva que pode ser feita a essa participação, foi a não utilização correta das lições apreendidas em combate, já que na própria Itália, o contingente foi desmobilizado. Nas páginas desses combates também foi importantíssimo o apoio entre as armas, quadros e serviços que lá estiveram destacando-se: o irrestrito apoio de fogo prestado pela artilharia aos infantes e a rápida reconstrução de estradas e eliminação de campos de minas pela engenharia.

Ao encerrar tão ilustre passagem somente resta agradecer àqueles que se afastaram de suas famílias e trilharam no solo italiano a liberdade e a democracia de hoje, sendo exemplos perenes a todos os brasileiros.

8. REFERÊNCIAS

ARANHA, Carla. 31 ago. 1939 – **A Europa antes da guerra**. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/31-ago-1939-europa-antes-guerra-452464.shtml>>. Acesso em: 24 maio 15.

BARONE, João. 1942: **O Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

CARVALHO, Olavo de (Org). **O Exército na História do Brasil**: República. Rio de Janeiro/Salvador: Biblioteca do Exército/Odebrecht, 1998.

CARVALHO, Waneska Lucena Nóbrega de. **A Batalha de Monte Castelo e a Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Disponível em: <http://www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC_2008_CFO_PDF/CD103%201%BA%20Ten%20AI%20WANESKA%20LUCENA%20N%D3BREGA%20DE%20CARVALHO.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

FRÖHLICH, Sírio Sebastião. **Longa Jornada** – Com a FEB na Itália. Brasília: EG-GCF, 2011.

HERRMANN, Eduardo. **O Brasil na 2ª Guerra Mundial**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/brasil-segunda-guerra-mundial/>>. Acesso em 24 maio 2015.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **Memórias**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 1, 1984.

_____. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ed., 2005.

SANTOS JUNIOR, José Martiniano dos. **1942: Atentado ao Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Baraúna, 2012.

SANTOS, Karine dos. **Os Bastidores das Batalhas: o cotidiano - os pracinhas brasileiros na segunda guerra mundial**. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2003/karine_santos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed.; Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura – Exped Ltda., 2001.

A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE DEFESA PESSOAL PARA UM PELOTÃO FUZILEIRO A SEREM DESENCADEADOS NO COMBATE APROXIMADO

2º Sgt Inf Silvio dos Anjos Freitas

2º Sgt Inf Rafael Carvalho Lopes

2º Sgt Inf Johnny de Almeida Santana

2º Sgt Cav Roberto Takashi Galdo Otani

2º Sgt Art Vitor da Silva Marques

2º Sgt Com Eduardo Rabelo de Paula

Projeto interdisciplinar apresentando por término de Curso do CAS, na Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas.

Orientador: 1º Ten Felipe Pinto dos Santos

1. INTRODUÇÃO

As técnicas de defesa pessoal historicamente trazem em seu contexto a solução para o embate entre dois indivíduos ou para fazer cessar uma agressão. São oriundas das artes marciais que por sua vez aprimoraram-se e hoje, praticamente, todas as técnicas de luta em defesa da própria pessoa advêm de algum tipo de arte marcial.

Esse assunto muito foi explorado pelo cinema em Hollywood e continua em voga com os eventos de Mixed Martial Arts

(MMA). Nos filmes, o mocinho sempre é dotado de uma notável técnica de luta. Muitos desses filmes e séries mostram elementos de unidades militares, geralmente das forças armadas americanas, sendo possuidores de conhecimentos inigualáveis de técnicas marciais necessárias a sua própria defesa como também no cumprimento de uma missão.

Segundo Soares (2002), o deus Greco-romano Marte, cultuado pelos guerreiros desta época, era possuidor de técnicas de batalha. Assim sendo, sua arte foi passada aos mortais, que passou a ser chamada de

Artes Marciais.

Não se sabe ao certo quando e onde as artes marciais surgiram, mas sua história remonta os templos budistas há 5000 a.C. Os monges praticavam meditação horas a fio e treinavam movimentos corporais chamado de Vajramushti que em Sânscrito significa Punho Real. Os monges seguiam diversas trilhas rumo às suas meditações e afazeres, em alguns casos se deparavam com ladrões e faziam uso do Vajramushti.

Com o passar do tempo, de acordo com SOARES (2007), o Vajramushti fundiu-se com outras práticas corporais e variantes destes movimentos. Essa prática deu origem aos diversos tipos de luta que hoje podemos ter contato como o jiu-jitsu, o caratê, o judô, o aikidô, etc. Todas essas artes contribuíram com a formação dos antigos samurais, como sistema de luta e autodefesa, difundindo-se na casta guerreira feudal japonesa.

O mundo evoluiu e com a tecnologia surgiram as armas de fogo. As artes marciais acabaram por cair em desuso nos campos de batalha, pois o combate agora se tornou distante e por vezes não se chega a ter contato direto com o inimigo. Seria o fim dessas técnicas de lutas? Como bem sabemos hoje, claro que não. Os mestres destas artes a desenvolveram de maneira a se tornar uma filosofia de vida, códigos de conduta, religião, trilha, caminho moral que o indivíduo escolhe para seguir com conduta correta. A procura cada vez mais pela perfeição destas artes, que primam por uma filosofia de paz, tem se tornado notável.

Com os novos cenários de guerras, onde o combate em localidade é quase uma certeza, os controles de turbas, protestos violentos com engajamento direto com as forças adversas, novamente têm o contato próximo. As armas de fogo podem causar baixas em civis se largamente usadas. Entra novamente em cena a figura do combatente especializado também em técnicas de defesa pessoal. As artes marciais estão, obviamente, intrinsecamente ligadas ao contexto da guerra, seja ela regular ou

irregular.

Com base nesse tipo de combate moderno, diversas nações têm desenvolvido programas voltados ao treinamento de seu militar utilizando as técnicas de defesa pessoal, um engajamento corpo a corpo com o inimigo. Como exemplo, podemos citar o treinamento dos Fuzileiros Navais Americano e das Forças de Defesa de Israel.

No Brasil, as artes marciais tem como ponto de partida a capoeira, uma dança africana trazida pelos escravos no período colonial e, que logo transformada em luta, numa maneira dos escravos se defenderem de seus algozes. É uma luta legitimamente brasileira. Foi utilizada por negros incorporados na Marinha na formação do Batalhão de Zuavos na Guerra do Paraguai.

O Exército Brasileiro possui o manual C 20-50, a fim de regular suas instruções de lutas na força, mas apesar de possuir uma diretriz tratando do assunto, dado o cenário atual, esse manual pouco é conhecido por seus militares. Tal atividade traz não só o preparo do combatente para bem desempenhar suas funções, mas também motivação profissional, aquisição de habilidades motoras e desenvolvimento da aptidão física.

O presente estudo visa salientar a importância das técnicas de defesa pessoal para tropas de fuzileiros no combate aproximado, dado o contexto dos novos conflitos; fazer uma comparação com outras forças de segurança que as utilizam; fazer uma observação das técnicas que são utilizadas nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO); ver o que diz o C 20-50 sobre o tema e como as Artes Marciais deveriam tomar maior escopo no treinamento dos militares do EB.

O problema que queremos apresentar, e, possivelmente encontrar alguma solução, está relacionado ao fato que no Exército Brasileiro as lutas corporais não têm as suas devidas atenções. Para melhor desenvolver esta pesquisa o trabalho será dividido em seis capítulos: a) As técnicas de defesa pessoal utilizada pelos Fuzilei-

ros Navais Americano (USMC); b) As técnicas de defesa pessoal utilizada pela Força de Defesa de Israel; c) As técnicas utilizadas nas operações de GLO; d) No quinto capítulo veremos o que diz o nosso C 20-50 sobre o assunto e seu uso; e) No sexto capítulo vamos abordar qual importância o Exército Brasileiro tem dado ao assunto; f) No sétimo capítulo, finalmente faremos as nossas considerações finais.

2. PROGRAMA DE ARTES MARCIAIS DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS AMERICANO

A missão do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos em combate é destruir o inimigo, pelo fogo e manobra, assalto pelo fogo e combate corpo a corpo. Os fuzileiros navais dos Estados Unidos (Marines) sempre foram temidos por sua agressividade e sua falta de medo de tudo ao seu redor, não importa o ambiente, o inimigo ou a tarefa que lhe for atribuída.

O Programa de Artes Marciais do Corpo de Fuzileiros Navais Americanos (MCMAP) passou por grandes transformações ao longo dos anos. O Corpo de Fuzileiros Navais nasceu durante as batalhas que criaram o seu país sobre as experiências dos primeiros fuzileiros navais. Dessa forma, eles têm desenvolvido um programa de artes marciais inigualável no mundo hoje. Este legado inclui não só a sua luta como também o caráter e a alma do que nos torna únicos como Marines.

Começando com os fuzileiros navais continentais que eram conhecidos como atiradores de elite no aparelhamento de na-

vios de guerra, às suas habilidades como embarque e desembarque, espada, e baionetas eram as ferramentas de seu comércio. Marines têm continuado a desenvolver e aprimorar suas habilidades através dos anos. Antes e durante a I Guerra Mundial, a habilidade da baioneta foi suplementada com o primeiro treinamento em técnicas desarmadas para enfrentar os desafios da guerra de trincheira. Marines como Drexel Biddle desenvolveu e ensinou baioneta e técnicas de combate corpo a corpo com base na esgrima, boxe e wrestling. Durante os anos entre-guerras, alguns Marines procuraram trabalhar em técnicas que visavam aprimorar e desenvolver programas eficazes de combate aproximado para as suas unidades. Muitos destes homens foram influenciados por suas experiências, enquanto estacionados com a China Marines em Xangai. Essa influência incluiu as técnicas de Fairbairn e Sykes (CORBIN, 2015 Tradução nossa)¹.

Figura 1 – Marines praticando técnicas com baioneta.



¹ Beginning with the Continental Marines who were renowned as sharpshooters in the rigging of Naval Ships, to their skills as boarding and landing parties where the rifle, sword, and bayonets were the tools of their trade. Marines have continued to develop and hone their skills through the years. Prior to and during World War I, the skill of the bayonet was supplemented with the first training in unarmed techniques to meet the challenges of trench Warfare. Marines such as Drexel Biddle developed and taught bayonet and close combat techniques based upon fencing, boxing and wrestling. During the inter-war years, Major Biddle and others such as Lieutenants Yeaton, Moore, and Taxis, Captains W.M. Greene and Samuel B. Griffith all trained Marines and worked on developing effective programs for their units. Many of these men were influenced by their experiences while stationed with China Marines in Shanghai. This influence included the techniques of Fairbairn and Sykes.

2.1. VALORES E LIDERANÇA

A liderança e os valores centrais de treinamento, que são a marca dos Marines hoje, foram desenvolvidos juntamente com as habilidades marciais. Guiada por líderes, o Corpo de Fuzileiros Navais desenvolveu um espírito que hoje se conhece como honra, coragem e compromisso.

Esta formação continuou a evoluir até a Segunda Guerra Mundial. Aqueles que haviam ensinado os anos entre guerras foram apensados por fuzileiros navais, tais como o capitão Stephen Stavers e Corporal John J. Styers. Como a Segunda Guerra Mundial estourou em cima das Corps, indivíduos e unidades estavam desenvolvendo formação especializada com base nas experiências dos Marines dos anos entre-guerras, isso inclui a exposição por fuzileiros navais que estavam estacionados no exterior, que tiveram a oportunidade de estudar sistemas de artes marciais do Extremo Oriente tais como judô, karatê, e jujitsu. Além disso, as técnicas do Major Dermot O'Neill e Tenente-coronel Rex Applegate foram introduzidos para unidades marinhas e todas elas foram empregadas por fuzileiros navais durante as Campanhas de ilha em ilha. Além disso, a rápida expansão do Corpo de Fuzileiros Navais viu um refinamento aos nossos programas de caráter e liderança (CORBIN, 2015 Tradução nossa)¹.

Após a Guerra do Vietnã o Corpo de Fuzileiros Navais sentiu que seria interessante fazer mudanças e desenvolver um novo sistema de artes marciais. Em 1980, o Corpo de Fuzileiros Navais desenvolveu o Sistema de LINE (Linear Infighting Neurological Overriding Engagement). O Sis-

tema de Linha foi uma resposta a um entendimento da necessidade de um sistema de combate corpo a corpo padronizado, foi um passo importante na evolução da arte marcial adotada pelos Marines. O conceito do sistema de LINE era que, quando atacasse o defensor, iria destruí-lo através da manipulação de articulações, quebrando articulações e nervos prejudiciais do inimigo. A dor que foi infligida ao inimigo faria com que seu sistema nervoso central entrasse em colapso, interrompendo todo o processo de pensamento contínuo.

O LINE e seus descendentes continuaram a crescer e se desenvolver ao longo dos últimos 20 anos. Em 1996, uma revisão do sistema foi realizada chegando à conclusão que ele foi eficaz nas lições aprendidas. Porém, com a constante mudança nas operações de combate do Corpo de Fuzileiros Navais para Missões de não-guerra (MOTW) e missões de manutenção da paz, houve a necessidade de um novo sistema que se adaptasse a diferentes situações. A Marinha não iria neutralizar um potencial conflito em tempo de paz da mesma forma que ele faria em um ambiente de combate hostil. General Jones o Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, na época, deu ordens específicas sobre sua visão de um programa de combate à arte marcial, assim como outros programas fora do Corpo de Fuzileiros Navais que melhor se adequam às necessidades do Corps. General Jones queria um Programa de Artes Marciais de Combate que pode ser usado em qualquer ambiente, terreno, ou situação. Ele queria algo que pudesse manter a natureza competitiva dos Marines abastecida. Sua visão era ter Marines qualificados em diferentes níveis técnicos de combate corpo a cor-

² This Training continued to evolve up to World War II. Those who had taught the inter-war years were joined by Marines such as Captain Stephen Stavers and Corporal John J. Styers. As World War II burst upon the Corps, individuals and units were developing specialized training based upon the experiences of Marines from the inter-war years, this included exposure by Marines that were stationed overseas, who had the opportunity to study far eastern martial arts systems such as judo, karate, and jujitsu. Additionally, the techniques of Major Dermot O'Neill and Lieutenant Colonel Rex Applegate were introduced to Marine units and all of these were employed by Marines during the Island Hopping Campaigns. Additionally, the rapid expansion of the Marine Corps saw a refinement to our character and leadership programs.

po. General Jones escolheu 10 especialistas no assunto de várias disciplinas de artes marciais para desenvolver o Marine Corps Close Combat Program atualmente utilizado pelo Corpo de Fuzileiros Navais. A partir deste teste e avaliação, esse é o programa de arte marcial usado atualmente pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CORBIN, 2015, tradução nossa)³.

2.2. O PROGRAMA MARINES CORPS

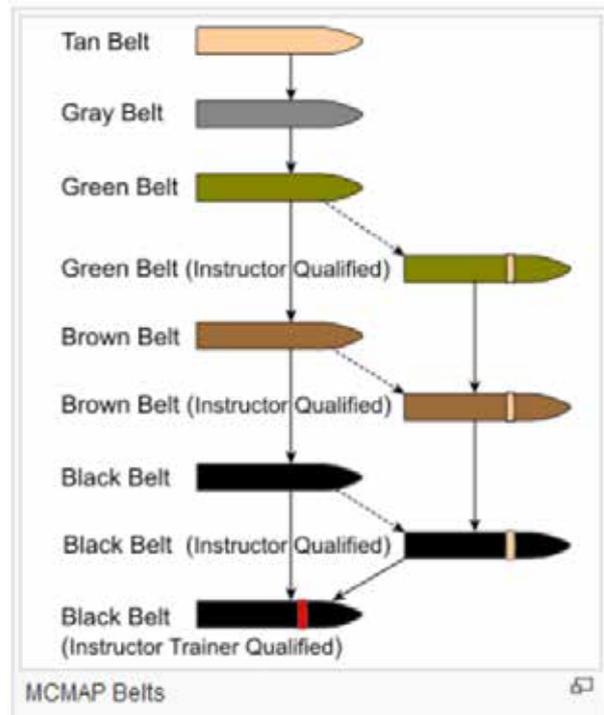
A partir de 2001, o Corpo de Fuzileiros Navais oferece um programa abrangente de artes marciais que mescla técnicas novas e antigas de combate corpo a corpo e de combate baseada em armas. O programa é chamado de Marine Corps Martial Art Program (MCMAP) e inclui combate desarmado, armas de oportunidade, as técnicas de baioneta, técnicas de fuzil e armas afiadas.

O MCMAP emprega um sistema de cintos para diferenciar os níveis de treinamento. Os cintos são: tan para fundamentos defensivos básicos; cinza para técnicas defensivas iniciante avançado; verde para o início de manobras ofensivas; marrom para as técnicas de baioneta avançada e faca, lança, o desarmamento de armas de fogo e retenção e luta de chão; faixa preta primeiro grau para baioneta e faca técnicas avançadas, a luta no chão, pontos de pressão, armas improvisadas, engasga, detém e lança; e segundo grau do cinturão negro para rifle contra rifle, desarmado

contra fuzil e arma curta contra técnicas de fuzil, de acordo com o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

Além de combater, a formação em téc-

Figura 2 - Estrutura e sistema de cintos do MCMAP



nicas de combate específicas, após o sistema de cintos, fuzileiros navais são treinados em força física geral e condicionamento. Os testes de treinamento de força e resistência base são combinados com a sobrevivência na água e formação em terrenos acidentados para criar um lutador Marine completo.

³ The LINE and its descendants continue to grow and develop over the past 20 years. In 1996, a review of the LINE system was conducted on how effective it was from lessons learned and due to the mission of the Marine Corps constantly changing from high tempo combat operations to Missions Other Than War (MOTW), and peace keeping missions, there was need for a new system that would adapt to different situations. A Marine would not defuse a potential conflict in peacetime the same way that he would in a hostile combat environment. General Jones the Commandant of the Marine Corps at that time, gave specific orders on his vision of a Martial Art Combat Program, as well as other programs outside the Marine Corps that would best fit the needs of the Corps. General Jones wanted a martial art program that could be used in any environment, terrain, or situation. His vision was also was that he wanted something that would keep the Marine natural competitive nature fueled. His vision was to have Marines qualify for different belt rankings from Tan, Grey, Green, Brown, and Black. General Jones chose 10 subject matter experts from numerous martial arts disciplines to develop the Marine Corps Close Combat Program currently used by the Marine Corps. From this testing and evaluation is the result of the martial art program currently used by the Marine Corps today.

2.3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O objetivo final do treinamento de luta MCMAP é atingir um equilíbrio entre o treinamento físico e mental para criar um indivíduo combatente completo. Grande parte do treinamento centra-se em inculcar valores, respeito, disciplina, força e patriotismo. A integração horizontal de todas essas habilidades não existia antes do programa MCMAP. Contudo, seu objetivo não é a defesa pessoal ou o exercício físico, e sim a morte do adversário.

Conclui-se que ao se comparar o MCMAP com as técnicas utilizadas pelo Exército Brasileiro encontra-se uma discrepância entre a sistematização dos treinamentos

Figura 3 - Treinamento Baseado no Manual C20-50.



e os tipos de artes marciais empregadas. Pressupõe-se, então, que o Exército Brasileiro ainda não dá a devida atenção aos seus homens quanto ao preparo para o combate corpo a corpo. Isso porque não sistematiza o treinamento em artes marciais do seu efetivo pessoal como um todo.

3. KRAV MAGÁ E O EXÉRCITO DE ISRAEL

Nascido em meados da década de 40, o Krav Magá foi criado pelo eslovaco Imi Lichtenfeld e etimologicamente quer dizer “combate aproximado”, rapidamente, já em 1.948, tornou-se filosofia de defesa adotada pela elite militar israelense, mas em 1964, foi estendido o ensino aos demais militares e a população civil de Israel.

Pela situação em que foi criado - diante da necessidade básica de se manter vivo, em meio à guerra, à violência e à morte - o Krav Magá se adaptou perfeitamente ao militarismo por suas peculiaridades. Não é uma arte marcial, mas sim uma técnica de defesa pessoal sem plástica que visa unicamente manter o seu utilizador a salvo e incapacitar qualquer ameaça utilizando todos os meios disponíveis. Não há regras para a prática, homens e mulheres recebem o mesmo treinamento e não há necessidade de qualquer uniforme ou equipamento para praticá-la.

Hoje, todos os soldados das Forças de Defesa de Israel, incluindo todas as Unidades de Forças Especiais Israelenses, aprendem Krav Magá como parte de seu treinamento básico. Também é utilizado pela Polícia de Israel, pela inteligência e por todas as Divisões de Segurança.

Não se espera que o Exército assuma a responsabilidade do domínio prático sobre uma arte marcial ou arte de defesa pessoal como é chamado o Krav Maga. Relatos mostram que nem mesmo um exército experimentado em guerra, com soldados experimentados em combate como o de Israel, consegue deixar todos aptos no combate desarmado. É uma questão que envolve muitos fatores como a pré-disposição do indivíduo a prática da luta, um programa de treinamento intensivo e a própria escolha das técnicas a serem utilizadas. É comum soldados israelenses sofrerem ataques por armas brancas ou golpes dos mais diversos objetos. Assim, o Krav Magá se mostra útil, pois o homem, a ponta da linha, sente a necessidade de ter um últi-

mo recurso no combate urbano que vive constantemente.

4. O USO DAS TÉCNICAS ESPECIAIS NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

A Garantia da Lei da Ordem (GLO) é aplicada com a necessidade de assegurar o cumprimento da lei e a manutenção da ordem pública. É de extrema importância para a tropa que for aplicar esta operação estar com o respaldo constitucional e respeitar as leis que houver.

Apesar de o militar ter uma formação tradicional direcionada para a guerra, onde as pessoas envolvidas são vistas como “amigos” e “inimigos”. Em um cenário urbano onde será aplicada a GLO, as características são bem diferentes como a presença de mulheres, de crianças e de idosos, dificultando assim as atividades. Mediante este cenário introduziu-se algumas adaptações como, por exemplo, nos equipamentos e nas atitudes. Em relação aos equipamentos, no primeiro podemos citar os armamentos, que saem de cena os letais e entram os não letais, como os lançadores de granadas lacrimogêneas, munições calibre 12 de borracha e spray de pimenta. Já no segundo, ocorre uma mudança na preparação da tropa, modificando sua atitude e implementando as técnicas de defesa pessoal, pois, mesmo com armamentos não letais, em diversas situações não poderão ser empregados, como por exemplo, naqueles momentos em que visa evitar os efeitos colaterais nas pessoas abordadas.

São utilizadas na defesa pessoal as técnicas de imobilização e de proteção do armamento oriundos do Krav Magá, que é uma forma de combate com origem em Israel com o objetivo de capturar o indivíduo sem danos colaterais.

O constante treinamento das técnicas de combate corpo a corpo é essencial para que o militar possa aplicar o que aprendeu com facilidade, executando movimentos naturais. Podemos considerar também

que na Publicação “Garantia da Lei e da Ordem-MD 33-M-10”, p. 33, “O preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento das doutrinas específicas, inteligência e logística”.

Os adestramentos devem ser em cenários similares aos que possam ser encontrados no dia a dia, com isso o stress produzido nos treinamentos será semelhante ao da realidade, permitindo assim com que o militar tenha uma maior facilidade em aplicar as técnicas aprendidas nas situações reais, preservando a segurança e a eficiência.

5. O QUE DIZ O NOSSO C 20-50 SOBRE O ASSUNTO E SEU USO

O Manual de Campanha C 20-50: Treinamento Físico Militar – Lutas traz em sua 3ª edição do ano de 2002, uma excelente técnica de aprendizagem. Muito embora ignorada pelas nossas organizações militares, este manual é uma excelente ferramenta para o treinamento das técnicas de defesa pessoal e de sobrevivência em situações de conflito.

Este tema é muito atual e nosso Exército, que passa por uma transformação, não pode deixar seus homens que atuarão nas linhas de frente em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) sem o adequado treinamento nessas técnicas. Nesse pensamento podemos perceber que o militar capacitado com essas técnicas de lutas torna-se mais uma arma não letal, empregando de maneira proporcional à força para imobilizar, defender-se ou realizar uma prisão sem precisar recorrer a algum armamento letal. Tal situação cabe muito bem nesse novo cenário de protestos violentos que o nosso país vive.

Nosso manual, no seu primeiro artigo, explica a finalidade, o objetivo e a necessidade do treinamento de lutas por parte dos militares; por desempenharem funções que são peculiares à profissão.

FINALIDADE DO MANUAL:

O presente manual estabelece bases e fornece elementos para organizar e conduzir o treinamento de todas as formas de ataque e defesa, em um combate corpo a corpo.

OBJETIVOS DO TREINAMENTO:

O treinamento do combate corpo a corpo visa capacitar o militar a defender-se contra agressões, com ou sem armas, e atacar a mãos livres, ou com arma branca, o seu oponente, desenvolvendo, assim, seu poder de combatividade, aperfeiçoando suas habilidades naturais e aumentando a rapidez de seus reflexos.

NECESSIDADE DO TREINAMENTO:

O combatente é geralmente treinado para fazer uso de suas armas de fogo, delas dependendo todas as suas ações. Não as possuindo, poderá deixar de cumprir sua missão, caso não tenha sido adestrado para o combate corpo a corpo. Para que os homens tenham confiança nas técnicas e para que as mesmas sejam eficientes, é necessária a prática constante, a fim de que os movimentos, pelas suas repetições, se tornem atos reflexos (C 20 50, 2002, p. 1-1).

O uso dessas técnicas no combate convencional, como nas operações ofensivas e defensivas, acaba por ser muito pequena. Por ser um tipo de combate que exige um poder de fogo muito superior ao inimigo, mas mesmo assim não é dispensável o seu treinamento para esse tipo de operação; pois serve até mesmo para ter um bom treinamento físico, autodisciplina, conhecimento do seu corpo e de suas capacidades.

No entanto, o uso do manual C 20-50 se dá mais no atual contexto, visto que a guerra convencional não é mais uma realidade; tem poucas chances de ocorrer. Porém, o mesmo já não pode ser dito das Operações de Apoio aos Órgãos Governamentais e as Operações de Pacificação que constantemente estão surgindo, que evidenciam muito o preparo dos militares que estarão atuando nessas operações.

Com bastantes ilustrações e bem didático o C 20-50 propõe treinamento de forma bem gradativa, ensinando desde como fazer uma boa base para a luta, educativos de quedas, imobilizações, passando

por golpes traumáticos aplicados somente com os punhos ou pés, até a defesa e ataque com armas brancas e defesa contra armas de fogo.

Podemos, então, perceber que se trata de uma literatura totalmente voltada para o condicionamento do militar em técnicas de defesa já testadas e aprovadas por algumas das melhores forças militares de todo o mundo. O manual, como já foi dito, é bastante didático e autoexplicativo: são as misturas de várias artes marciais já usadas pelo mundo como é discriminado no capítulo II.

O presente método de ataque e defesa corpo a corpo utiliza técnicas de diferentes modalidades de luta, tais como Judô, Karatê, Boxe e Aikidô, atendendo ao grau normal de capacidade física do nosso homem. Esse método procura proteger o praticante, evitando quedas e golpes perigosos, tendo em vista que, em sua execução, o instruído faz tanto o papel de defensor como o de atacante. A aplicação do método não necessita de especialistas e, sim, de instrutores e monitores com uma formação básica, complementada por desenhos e explicações contidas neste manual (C 20 50, 2002, p. 1-2).

Nosso sistema de aprendizagem é muito bom, diz também que as sessões devem acontecer periodicamente até que se obtenha um rendimento mínimo aceitável para a instrução básica. O problema é exatamente este, depois não há mais previsão da manutenção deste treinamento que

Figura 4 - Instrução de lutas das Forças Armadas.



Figura 5 - Estágio de Luta das Forças Armadas.



acaba caindo no esquecimento.

Há algumas iniciativas louváveis de algumas OM em procurar profissionais da área de defesa pessoal e ministrar um estágio de lutas (Figura 04), ou mesmo manter as instruções de lutas ao longo do ano (Figura 05). Infelizmente, não deveria ser exceção, mas sim a regra.

6. A IMPORTÂNCIA QUE O EXÉRCITO BRASILEIRO TEM DADO AO ASSUNTO

Para começar vamos ver o que prevê o manual de Campanha C 20-50 Lutas, em sua 3ª edição de 2002, que é a referência no Exército Brasileiro para o combate corpo a corpo. Ele traz métodos de ataque e defesa de diferentes Artes Marciais tais como o Judô, Karatê e Aikidô. A prática de Artes Marciais no Exército está aliada à programação do Treinamento Físico Militar (TFM).

O número de sessões por semana dependerá da programação do TFM[...]. Relevante afirmar que o próprio manual afirma que: “[...] imprescindível que se pratique tais técnicas toda semana, visando estar o homem sempre apto a empregá-las em situação real (C20-50, 2002, p10).

Mas não é isso que vemos na prática nas OM, sempre são ministradas instruções muito superficiais sobre técnicas de lutas no período básico conforme PPB:

17. LUTAS TEMPO ESTIMADO DIURNO: 6 h (OII) OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO TAREFA CONDI-

ÇÕES PADRÃO MÍNIMO SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS ASSUNTOS B- 101 (CF) Desenvolver a capacidade de executar os movimentos em uma sessão de lutas As condições são as previstas no C 20-50. Todas as atividades deverão ser precedidas de demonstração e realizadas de forma gradual. (este OII poderá ser complementada na Matéria TFM) O militar deverá realizar corretamente os movimentos descritos no C 20-50 De acordo com o C 20-50 e PIM. 1. A Sessão de Lutas: a. aquecimento; b. trabalho principal; e c. volta à calma (PPB/2 2010, p. 46).

6.1. A DEFESA PESSOAL E O COMBATE CORPO A CORPO

Independentemente das várias modalidades ou sistemas de defesa pessoal que se possam enumerar, é possível encontrar um ponto comum a todos eles, que se traduz também no objetivo principal para todas essas disciplinas. Ele não é, senão, a preservação da vida e o garantir da sobrevivência do indivíduo. A defesa pessoal não se traduz simplesmente na aprendizagem e aplicação de certo número de movimentos ou técnicas de combate. Esta implica um conhecimento das capacidades individuais, desenvolvimento da autoconfiança e autodisciplina, e também passa pela percepção e análise constante do meio envolvente, para evitar o risco e reagir da forma mais adequada a possíveis situações de risco. Tegner argumenta que:

A defesa pessoal é a preparação para minimizar o risco de agressão, envolvendo também aprendizagem e emprego de ações físicas apropriadas quando não há alternativa às mesmas. Ele conclui que é o processo de aprender a evitar tornar-se uma vítima, em contraste à ideia de que defesa pessoal é o processo de aprendizagem com vista a atingir uma elevada proficiência em técnicas de combate (TEGNER, 1965, p. n/d).

O objetivo de inserir técnicas de defesa pessoal para o pelotão de fuzileiros do Exército Brasileiro se torna cada vez mais importante, uma vez que nossas tropas são empregadas cada vez mais em Garan-

tia da Lei e da Ordem. Por ter que agir conforme a proporcionalidade se torna muito importante que nosso efetivo procure constante aperfeiçoamento e melhoria de toda a estrutura de ensino e tempo voltado às técnicas de defesa pessoal. A defesa pessoal é a área em que o treino é aproximado a situações reais. O nosso efetivo é preparado para situações que surjam no decorrer de missões reais, e esse treinamento poderá salvar a vida do soldado. É através desse mesmo treino que se procura dotar os soldados de um conjunto de capacidades físicas e mentais, tais como a autoconfiança, motivação, espírito de corpo, desembaraço físico, conhecimento das suas limitações, entre outras, que lhes vão permitir melhor lidar com situações e acontecimentos que possam colocar em risco a sua integridade física.

6.2. ASSIM AS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES SÃO AS SEGUINTEs

- Investir em estruturas, instalações, materiais necessários para o adestramento e especialização dos instrutores;
- Inserir em Quadro de trabalho semanal tempos destinados exclusivamente para prática de defesa pessoal;
- Desenvolver um programa de ensino em defesa pessoal progressivo, por um período mínimo de dois anos, que permita aos soldados melhorar gradualmente as suas capacidades;
- Fazer uma aposta numa só modalidade de forma que o soldado no passar do tempo possa dominar a técnicas de defesa pessoal que for escolhida.

6.2.1. SUGESTÃO DE MODALIDADE

A Sugestão de modalidade do presente trabalho foi o Krav Magá, não só porque é praticado por forças militares e policiais por todo o mundo mas por este não ser um desporto, mas um sistema de defesa pessoal e combate corpo a corpo que dá ên-

fase: à luta desarmada, à luta com facas, bastões, pistolas e espingardas. Neste, praticam-se também as situações o mais próximo da realidade, fazendo uso de armas improvisadas a partir de objetos do dia a dia.

No final de cada ano de instrução deveriam os soldados fazer provas, para obter algum tipo de graduação ou brevês contendo níveis do mais baixo ao mais alto nível de adestramento que os acreditasse como praticantes e conhecedores deste tipo de técnica. Esta seria também uma forma eficaz de, no final da formação, poder avaliar o desempenho dos mesmos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O militar deverá ser treinado para fazer uso de técnicas de defesa pessoal, delas dependendo muitas vezes o sucesso das suas ações para a defesa e manutenção de sua integridade física. Não possuindo e não dominando a técnica de defesa pessoal necessária, poderá colocar em risco o próprio cumprimento de qualquer missão da qual seja responsável. Para que o indivíduo adquira a confiança e eficiência necessárias, torna-se fundamental a prática constante, com a finalidade de saber aplicar a técnica adequada a cada situação particular.

As atividades físicas que visam dotar o militar de capacidade para, se necessário, travar o combate corpo a corpo, através do treino específico de técnicas de ataque e defesa, o habilitam para identificar os pontos vulneráveis do adversário. Além de poderem executar as formas de ataque, identificarem os pontos vulneráveis e conhecerem os efeitos causados por esses ataques. Também de defender-se de agressões à mão armada ou por adversário desarmado, protegendo os seus próprios pontos vulneráveis.

Não podemos almejar que nosso exército, em sua totalidade, tenha domínio prático sobre uma arte marcial ou arte de defesa pessoal. Porém muitos relatos mostram que nem mesmo um exército experimen-

tado em guerra, com soldados experimentados em combate como o de Israel, consegue deixar todos aptos no combate desarmado. É uma questão que envolve muitos fatores como a pré-disposição do indivíduo à prática da luta, um programa de treinamento intensivo e a própria escolha das técnicas a serem utilizadas.

Perceber que essas técnicas influenciam na melhoria da condição física e mental do combatente, proporcionando-lhe um desenvolvimento das capacidades de reação em situação de combate corpo a corpo ou no desempenho de missões que necessitam de habilidades corporais de defesa e ataque com ou sem armas.

8. REFERÊNCIAS

CORBIN, Mack. **History of the Marine Corps Martial Art Program. Fight Times.** Disponível em: <https://magazine.fighttimes.com/marine-corps-martial-art-program/>. Acesso em 27 out. 2015.

http://www.EFDEPORTES.com/EFD140/ARTES-MARCIAIS-NO-EXERCITO-UMA_ANALISE-HISTORIA.HTM. Acesso em 09 de out. 2015.

LICHTENSTEIN, Kobi. Krav Mag – **A filosofia da defesa israelense.** Rio de Janeiro: Editora Imago, 2006.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, **Manual de Campanha - C 20-50.** Treinamento físico militar – Lutas 3ª ed. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Garantia da Lei e da Ordem. MD33-M-10** 1ªed. Brasília, 2013.

PPB/2 2010. **Formação Básica do Combatente.** 6ªed. 2010.

SOARES, J. G. G. **Dicionário Técnico das Artes Marciais Japonesas.** Ícone São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd140/artes-marciais>.

TEGNER, Bruce. **Defesa pessoal para briga de rua.** Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965.

TÉCNICAS DE DETECÇÃO DE MINAS COM EMPREGO DE ANIMAIS APLICADAS EM DESMINAGEM HUMANITÁRIA E SEU POSSÍVEL EMPREGO NAS MISSÕES DE DESMINAGEM MILITAR

2ª Sgt Cav Cristiano Nunes Zago
2º Sgt Inf José Antônio da Silva Neto
2º Sgt Art Lair Roberto da Silva Pastorini
2º Sgt Com Luciano Mallmann Pereira
2º Sgt Art Marcelo Braga de Almeida
2º Sgt Eng Rafael Vollmer
2º Sgt Inf Ueder Antônio Coimbra

Projeto Interdisciplinar apresentado por término de curso na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas.

Orientador: 2º Sgt Cesar Rodrigo Carneiro

1. INTRODUÇÃO

A partir do Século XX, as minas terrestres¹ - particularmente as minas antipessoal - passaram a ser utilizadas de forma expressiva, sendo inicialmente utilizadas em larga escala na Segunda Guerra Mundial (NASCIMENTO, 2013, p.11). O emprego desses artefatos tem fundamento em sua eficiência e em seu baixo custo, o que expandiu seu uso por todas as partes do mundo.

Por essa razão, na última década do Século XX, campanhas internacionais contra a fabricação, uso, comercialização e armazenamento das minas antipessoal intensificaram-se. Nesse sentido, destacam-se a assinatura do Tratado de Ottawa² e a publicação das Normas Internacionais de Ações com Minas (International Mine Action Standards - IMAS³), dando início às missões de desminagem humanitária, que receberam o apoio da comunidade internacional e iniciaram suas atividades em diversas regiões do mundo.

Contudo, quando as técnicas tradicionais são aplicadas, a remoção de minas desenvolve-se de forma lenta, onerosa e perigosa. Em decorrência desses fatores, hodiernamente ainda existem vastas regiões do globo minadas que deixam de ser povoadas e cultivadas, afetando diretamente a economia de países e a vida de sua população.

Com o objetivo de acelerar o processo de desminagem humanitária, alguns organismos internacionais têm enfrentado o problema por meio de técnicas inovadoras.

Nesse mister, recentemente, algumas dessas entidades passaram a utilizar animais treinados para detectar minas terrestres.

Todo instrumento capaz de preservar vidas deve ser avaliado detalhadamente e, se possível, ter sua utilização difundida e aprimorada. O tema em exame não foge a essa regra, afinal, tem sido instrumento eficaz na tarefa de evitar desastres que ceifam diversas vidas.

Face ao exposto, este estudo partiu da seguinte indagação: as novas técnicas de detecção de minas utilizadas em ações de desminagem humanitária, nas quais são utilizados animais (em especial cães e ratos), podem ser adaptadas (se necessário) e aplicadas pelo Exército Brasileiro (EB) em missões de desminagem militar?

Em análise preliminar, entende-se que, se bem estudadas, as técnicas de detecção de minas realizadas com o emprego de animais, em ações de desminagem humanitária, podem representar fonte de evolução para a desminagem empregada pelo EB em combate.

Nesse contexto, o presente Projeto Interdisciplinar pretende analisar as modernas técnicas de detecção de minas utilizadas em missões humanitárias, bem como verificar a possibilidade de seu emprego por Exércitos, em especial, o brasileiro.

Ademais, para atingir o objetivo geral deste trabalho, faz-se necessário discorrer a respeito de outros pontos considerados relevantes. Assim, inicialmente, serão analisados os conceitos centrais do tema e que são de suma importância para a compreensão geral.

1 Conforme consta Portaria nº 004-EME, de 07 de janeiro de 2000, a qual aprova o Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas, mina terrestre “é uma carga explosiva com invólucro, dotada de um dispositivo acionador (ou mais de um), destinada a ser acionada por viatura ou pessoal.” (2000, p. 1-4). Segundo as IMAS 04.10 (2001, p.18), minas são “munições concebidas para serem localizadas abaixo, sobre, ou próximo ao solo ou outra área de superfície e para ser acionada pela presença, proximidade ou contato de uma pessoa ou veículo.” (tradução nossa).

2 Convenção ocorrida em Ottawa sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição, ratificada pelo Brasil em 5 de agosto de 1999, por meio do Decreto nº 3.128.

3 De acordo com as IMAS 09.40 (2005, iv), as IMAS são padrões internacionais para programas de desminagem humanitária e derivaram do desenvolvimento obtido por grupos de estudos que surgiram da conferência técnica internacional realizada na Dinamarca, em 1996.

Em seguida, serão referidas as técnicas de detecção comumente utilizadas nas ações de desminagem e, posteriormente, serão apresentados métodos modernos que encontraram, em animais, a fonte de desenvolvimento para ações de detecção de minas. O motivo dessa forma de apresentação é realizar um quadro que sirva de panorama comparativo entre os modelos antigos e os atuais, de modo que se possa avaliar se houve, realmente, evolução nas técnicas de detecção de artefatos explosivos terrestres que as tornem interessantes à Força Terrestre.

Por fim, realizar-se-á estudo a respeito da possibilidade de emprego dos métodos atuais de detecção de minas com animais em missões de desminagem militar. Nesse tópico, pretende-se avaliar qual método necessitaria de menores adaptações, caso sejam necessárias, para ser empregado pelo EB em situação de combate.

Para atingir esses objetivos, utilizou-se o método hipotético dedutivo. No decorrer do estudo, a hipótese elencada (qual seja, de que seria interessante o emprego de práticas de detecção de minas com animais pelo EB) foi submetida a falseamentos de modo a verificar sua consistência

2. DESMINAGEM MILITAR E DESMINAGEM HUMANITÁRIA

Para o adequado desenvolvimento do presente estudo, faz-se necessária a abordagem de conceitos que permeiam o tema e que, por sua relevância, exigem maior aprofundamento. Por esse motivo, serão

analisadas, em especial, as definições de desminagem militar e de desminagem humanitária, sendo que as demais serão realizadas no transcorrer do trabalho.

Como já salientado, o centro do trabalho está na detecção⁴ das minas. Não obstante, a razão do estabelecimento dos conceitos elencados neste tópico reside no fato de que a detecção é uma das etapas (a inicial⁵) em um processo de desminagem.

Como se verá, embora ambos os conceitos a seguir estudados se refiram à atividade de retirada de minas do solo, divergem entre si em razão de suas finalidades e da maior necessidade de segurança na desminagem humanitária (NASCIMENTO, 2013, p. 41)..

2.1. DESMINAGEM MILITAR

A definição conceitual a seguir proposta tem como base o resultado de um apanhado de informações contidas no Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas do Estado Maior do Exército Brasileiro (2000). Conforme a fonte consultada, desminagem militar é aquela realizada em apoio às operações de forças militares, de acordo com padrões militares. Inserida em uma situação de combate, tem como objetivo realizar a limpeza de minas terrestres somente na extensão estritamente necessária para que a tropa continue seus movimentos pelos eixos de progressão ou para ocupar áreas de estacionamento e de trabalho.

Como a desminagem militar serve de apoio para a progressão da tropa em com-

4 De acordo com o Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas do Estado Maior do Exército Brasileiro (2000, p. 5-5), a atividade de detecção “consiste na confirmação da presença de minas, e a sua conseqüente (sic) localização. Pode ser produzida por uma operação de reconhecimento ou por um achado fortuito, como no caso da detonação de uma mina. A detecção e localização de minas pode (sic) ser feita (sic) juntamente com outras operações, como busca de informações, reconhecimento do terreno, além de outras com objetivos específicos.”

5 De acordo com o Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas do Estado Maior do Exército Brasileiro (2000, p. 6-1 - 6-16), o processo de desminagem compreende três etapas: 1ª) Detecção de minas: consiste na confirmação da presença de minas; 2ª) Sondagem: é a operação de tocar o solo com instrumentos pontiagudos, com a finalidade de localizar minas enterradas; e 3ª) Neutralização com explosivos: é a operação de destruição das minas no local em que foram encontradas com o auxílio de explosivos.

bate, é atividade realizada apenas por militares e em um ambiente de conflito. Dentro desse cenário, a desminagem necessita ser rápida, para permitir o desenvolvimento dos militares no terreno, reduzindo o período de exposição frente ao inimigo. Por esse motivo, esta desminagem necessita ser direcionada apenas ao terreno estritamente necessário para o fim almejado.

Em face dos aspectos apresentados, portanto, a prioridade neste tipo de desminagem está em atingir o objetivo planejado, da maneira mais rápida possível, em razão do que eventuais mortes e ferimentos, embora indesejadas, são tolerados.

Embora o EB não empregue mais minas em suas ações, em cumprimento aos protocolos internacionais aos quais o Brasil aderiu⁶, deve conhecer cada uma delas para continuar desenvolvendo as técnicas de desminagem. A tropa deve possuir condições de fazer frente a esse tipo de artefato, já que as minas antipessoal, apesar de banidas nas convenções internacionais, continuam sendo produzidas e comercializadas.

2.2. DESMINAGEM HUMANITÁRIA

A descrição que se verá adiante trata do agrupamento de informações extraídas das IMAS, principal documento internacional no tocante às atividades referentes às minas. Segundo as IMAS 04.10 (p. 9), Desminagem Humanitária são as

atividades que levam à remoção de perigos provenientes de minas e de PND [apetrecho não detonado], que incluem investigação técnica, mapeamento, remoção, marcação, documentação poste-

rior à remoção, ligação comunitária para ações sobre minas e a transferência do terreno desminado. A desminagem pode ser executada por diferentes tipos de organizações, como Organizações Não Governamentais, companhias comerciais, equipes nacionais de ações sobre minas ou unidades militares. A desminagem pode ocorrer em local em emergência ou em processo de desenvolvimento⁷. (tradução nossa).

Ao contrário do que ocorre na desminagem militar, a desminagem humanitária se desenvolve em ambiente em que não há hostilidades, ou seja, em territórios já pacificados. Em razão disso, esta espécie de desminagem tem como finalidade primordial apoiar as populações que vivem próximas a regiões minadas.

Nesse sentido, a desminagem humanitária caracteriza-se pelo apoio ao desenvolvimento econômico do local minado, já que restitui terras que serão utilizadas para o cultivo de culturas e outras atividades. Por essa razão, a retirada dos artefatos deve ser realizada em toda a área definida para a ação (IMAS 09.20, p.v), obedecendo-se às normas internacionais estipuladas para esse fim, de acordo com o princípio da limpeza⁸.

Além disso, a desminagem humanitária pode ser efetivada tanto por militares como por civis (NASCIMENTO, 2013, p. 16). Em seu trabalho, os responsáveis pela desminagem empregam o princípio de segurança, de modo a reduzir ao máximo os riscos. Em virtude desse fator, a progressão no terreno minado costuma ser lenta e gradual. Nesse sentido, o Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas do Estado Maior do Exército Brasileiro (2000, p. 6-5)

6 Em consequência da ratificação do tratado de Ottawa pelo Brasil.

7 “actividades que llevan a la remoción de peligros provenientes de minas y PND, que incluyen investigación técnica, mapeo, remoción, marcación, documentación posterior a la remoción, enlace comunitario para acciones sobre minas y el traspaso del terreno despejado. El desminado puede ser llevado a cabo por diferentes tipos de organizaciones, como ONGs, compañías comerciales, equipos nacionales de acciones sobre minas o unidades militares. El desminado puede ser sobre la base de una emergencia o de un proceso de desarrollo.”

8 Princípio definido pelo Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas do Estado Maior do Exército Brasileiro (2000, p. 6-1) como sendo “a remoção total das minas de uma determinada área.”

determina que os trabalhos sejam realizados com maior “cautela e cuidado”, embora informe que as técnicas empregadas por militares nas ações humanitárias são as mesmas utilizadas para a abertura de brechas.

3. TÉCNICAS TRADICIONAIS DE DETECÇÃO DE MINAS

Para que possamos analisar a evolução dos métodos de detecção de minas, é necessário, antes, conhecer as características e peculiaridades dos métodos tradicionais. Os métodos de detecção de minas consistem na confirmação da presença de minas no terreno e sua localização, para posterior neutralização mediante detonação.

A detecção e a localização de minas podem ser feitas juntamente com outras operações, como busca de informações, reconhecimento do terreno, além de outras com objetivos específicos.

A seguir, serão apresentados os métodos de detecção de minas tradicionais com suas respectivas definições, tudo com fundamento no Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas (2000, p. 5-5 - 5-7).

3.1. DETECÇÃO VISUAL

A detecção visual é um método simples e prático que consiste, basicamente, na observação detalhada do terreno em busca de sinais que podem ser indícios da presença de minas no local. Os sinais mais importantes e comuns a serem identificados são: “solo revolvido, mudanças na cor da vegetação, pilhas de pedras, restos de embalagens de minas ou mesmo algumas das suas marcações de campos de minas” (2000, p. 5-5).

Normalmente, este método inicia a missão de desminagem. Ao ser avistada uma mina ou um indício de presença de mina, a região deve ser imediatamente balizada, isolada e desocupada, a fim de se iniciar a desminagem com a utilização de processos mais eficazes e seguros.

“Deve-se ficar atento aos indicadores da presença de minas. Qualquer sinal não natural, na área vistoriada, pode indicar a presença de minas ou qualquer outro perigo” (2000, p. 5-5). Por esse motivo, em situações de conflito, esta técnica deve ser utilizada, principalmente, no reconhecimento do terreno, a fim de identificar a possível localização de campos de minas.

3.2. DETECÇÃO FÍSICA

Este método de detecção consiste em procurar minas tocando o solo com um instrumento pontiagudo e resistente. A perfuração do solo deve ser fácil e suave, sempre sob um ângulo menor que quarenta e cinco graus com a horizontal, pois, se a sonda for empurrada para baixo pouco inclinada, a sua ponta pode acionar uma mina de pressão.

Devido à natureza da técnica utilizada, este método é conhecido como sondagem, e a principal ferramenta utilizada é o bastão de sondagem⁹. Na falta do bastão, podem ser utilizados faca, baioneta ou, até mesmo, arame resistente, desde que os mesmos atendam às especificações citadas no parágrafo anterior.

O sondador deve usar roupa adequada de proteção individual, “retirar joias e arregaçar as mangas para aumentar a sensibilidade tátil” (2000, p. 5-6). Normalmente, avança-se na posição de joelhos, olhando para baixo, e com as mãos tateando o solo. Caso o bastão encontre alguma re-

⁹ Consoante explicado no Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas do Estado Maior do Exército Brasileiro (2000, p. D-10), é um bastão pontiagudo, podendo ser construído de madeira, acrílico ou metal. A vantagem dos bastões não metálicos é sua utilização na detecção de minas com acionamento eletromagnético. Sua função é entrar no solo, em um ângulo aproximado de 45°, para que se detecte, através do tato, uma mina. É utilizado, normalmente, para complementar a inspeção realizada com os detectores de metais.

sistência, não penetrando facilmente no solo, deve-se retirar um pouco de terra superficial com uma ferramenta pequena (colher ou pincel, dependendo da resistência do solo). Nessa tarefa, retira-se apenas a terra solta para identificar o objeto e, caso se confirme a existência de uma mina, deve-se sinalizar o local com segurança, não tentando desativá-la ou removê-la, sendo esse o trabalho do explosivista.

Os homens designados para desenvolver este método devem ser treinados para resistirem à natural tendência de agirem apressados e descuidarem-se dos critérios de segurança, já que a sondagem é um trabalho solitário e vagaroso. Apesar de demorado, é um processo seguro e eficiente na limpeza de áreas minadas, sendo, geralmente, utilizado como complemento ou para a confirmação das detecções realizadas pelos processos visual e eletrônico, a fim de confirmar a real existência de minas.

3.3. DETECÇÃO ELETRÔNICA

Este processo de detecção é realizado utilizando-se os detectores de metais¹⁰. Apesar de consumir muito tempo, por ser um método lento e cansativo, apresenta bons resultados na detecção de minas, especialmente as metálicas.

Sempre que for empregado, este método deve ser confirmado com a sondagem manual, pois não é tão eficiente quanto a detecção física. “Os detectores eletrônicos podem detectar todos e quaisquer metais existentes no solo, tais como resíduos de combate, o que provoca uma falsa localização de minas” (2000, p. 5-7). Quando isso ocorre, perde-se tempo e expõe-se por maior período ao inimigo, de forma desnecessária.

Apesar de a maioria das minas possuir

pequenos componentes metálicos nos seus dispositivos de segurança e de acionamento, a grande limitação do método de detecção eletrônica é a dificuldade em detectar minas não metálicas. Outro fator a ser observado é que aqueles que realizam a detecção devem ser muito bem instruídos e preparados fisicamente para resistirem ao cansaço excessivo provocado por este processo de localização de minas, além de suportarem exposição ao fogo inimigo numa missão de desminagem militar.

4. TÉCNICAS DE EMPREGO DE ANIMAIS NA DESMINAGEM HUMANITÁRIA PARA DETECÇÃO DE MINAS

Visando a preservar a segurança dos envolvidas no processo de desminagem, substituindo-os em suas tarefas manuais e otimizando a desminagem de áreas poluídas, novos processos para a localização de minas têm sido propostos.

Alguns dos novos métodos utilizados para detecção de minas utilizam animais que, em razão de sua natureza, possuem olfato apurado. Os bons resultados já evidenciados demonstram que tais técnicas necessitam de maior atenção da comunidade internacional e, por que não, dos exércitos.

O presente capítulo abordará, em especial, as técnicas atuais que empregam animais nas ações de desminagem militar, quais sejam, as que utilizam cães e ratos. Além desses dois métodos, pesquisas sugerem o uso de outros animais para a localização dos artefatos explosivos, citando-se, como exemplo, o estudo realizado com abelhas, as quais, segundo matérias veiculadas nos meios de comunicações, podem ser treinadas em menor tempo que cães e ratos e podem sentir odores a qui-

10 Segundo definição do Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas do Estado Maior do Exército Brasileiro (2000, p. D-11), são aparelhos eletrônicos que emitem sinal auditivo, o qual indica a presença de metal na área onde se está fazendo a varredura. O operador de detector deve ser trocado a cada vinte ou trinta minutos de trabalho. O detector deve ser calibrado sempre que for empregado em área minada, mesmo que já tenha sido anteriormente.

lômetros de distância¹¹.

O presente projeto interdisciplinar, entretanto, não abordará o emprego de abelhas, mantendo-se restrito ao uso de cães e ratos, tendo em vista que estes métodos já superaram a fase de estudo e estão sendo efetivamente empregados em campos minados, ao passo que a utilização de abelhas ainda carece de maior aprofundamento.

4.1. DETECÇÃO COM EMPREGO DE CÃES

As primeiras missões de desminagem com uso de cães, conhecidos internacionalmente como Mine Detection Dogs (MDD)¹², remontam ao final da década de 1980¹³ e, desde então, a técnica canina vem sendo cada vez mais utilizada (IMAS 09.40, 2055, p. v), podendo sua aplicação ser verificada em diversos países¹⁴. Este método de localização de engenhos explosivos, mais seguro e mais rápido que os tradicionais, consiste na utilização de cães com a finalidade de farejar os componentes explosivos dos diversos tipos de minas terrestres. Ao contrário dos detec-

tores convencionais, os MDD conseguem detectar não apenas minas com invólucro de metal, mas também as que são envolvidas por plástico¹⁵.

De acordo com as IMAS 09.40 (2005, p. 1), existem três razões para o uso dos MDD: “a) A detecção feita com MDD pode ser mais rápida e ter maior custo-benefício do que a desminagem manual, se implementada corretamente; b) MDD podem detectar minas que contenham pouco metal e em áreas com alta contaminação de metais ou metais próximos, como em estradas de ferro; c) Muitas organizações de desminagem usam uma variedade de ‘ferramentas’ de desminagem, como máquinas de limpeza prévia, limpeza manual e detecção com cachorros, de uma forma complementar.” (tradução nossa)¹⁶.

Os MDD utilizados nessas ações passam por criteriosa seleção, sendo submetidos a treinamento que se desenvolve no período compreendido entre três a cinco meses, quando aprendem a identificar odores de explosivos¹⁷. Dentre os animais que atingem os melhores resultados, alguns são direcionados para a função de detecção de minas.

11 Para maiores informações sobre o assunto, sugere-se a consulta aos seguintes endereços eletrônicos: Informações colhidas em <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI-1805580-EI238,00.html>; <http://www.jmu.edu/cisr/journal/7.3/focus/bromenshenk/bromenshenk.htm>; e <http://www.megacurioso.com.br/armas/36642-cientistas-treinam-abelhas-para-encontrar-minas-terrestres.htm>.

12 Em português, cães detectores de minas.

13 Disponível em: <http://www.nolandmines.com/using_animals_as_detectors.htm>. Acesso em: 16 mar. 2015.

14 Somente a Marshall legacy Institute, organização americana sem fins lucrativos, informa, em seu sítio, que atua com cães em treze países. Disponível em: http://marshall-legacy.org/about-2/where_we_work/. Acesso em: 17 mar. 2015. Além disso, o Informativo Mensal nº 04 da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América do Sul – MARMINAS, de abril de 2011, indica a utilização de uma equipe de desminagem canina formada por oito cachorros de diversas raças em Chiqueiza, no Peru, para apoio à limpeza daquela área

15 Disponível em: <<http://marshall-legacy.org/programs-2/mine-detection-dogs/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

16 “Detection by MDD can be faster and more cost effective than manual demining, if implemented correctly. b) MDD can detect mines with a low metal content and mines in areas with high metal contamination or background, such as on railway lines. c) Many mine clearance organisations use a variety of demining ‘tools’, such as mechanical pre-clearance, manual clearance, and detection by dogs, in a complementary role.”

17 Disponível em: <<http://marshall-legacy.org/programs-2/mine-detection-dogs/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

Além disso, embora se possa supor o contrário, os riscos de um cão que atua no processo de desminagem são quase zero. Nesse sentido, o Marshall Legacy Institute (MLI) informa que nenhum de seus animais já foi ferido ou morto enquanto trabalhava¹⁸.

A ação de localização é realizada da seguinte maneira: os MDD avançam por áreas delimitadas com seus respectivos guias, que podem ser militares ou civis, a fim de realizar a identificação de minas terrestres existentes no local. Nas palavras de Araújo Martinho Nunda, diretor geral adjunto para a área técnica do Instituto Nacional de Desminagem de Angola (INAD), em entrevista realizada em 2012, “o animal anda pelo terreno farejando e, quando detecta uma mina ou outro engenho explosivo, pára (sic) e senta no local, indicando, deste modo, ao seu guia e sapador que no local existe [um artefato explosivo]”¹⁹.

Este método de detecção introduz maior dinamismo ao processo. Nesse sentido, relevante destacar as palavras do assessor técnico para Desminagem Canina do INAD, Manuel Adolfo Chicapa, em entrevista de 2012, segundo o qual “em uma semana fizemos a verificação e controlo (sic) de uma área de sete hectares que se fosse

[realizada] usando somente a desminagem manual, levaria três meses para a conclusão dos trabalhos”²⁰. Ademais, de acordo com o MLI, as buscas com cães são até trinta vezes mais rápidas que as realizadas com a técnica manual²¹.

Como exemplo de alcance de área inspecionada, o MLI indica, em sua página da internet, que, entre os anos de 2013 e 2014, inspecionou mil e setecentos acres com MDD²². Outrossim, os MDD são aptos a detectar minas terrestres com até cinquenta centímetros de profundidade²³.

Deve-se ressaltar, entretanto, que, conforme introdução das IMAS 09.40 (2005, p. v), “ainda existem opiniões contraditórias sobre as capacidades de detecção dos MDD e algumas inquietações têm aumentado a respeito da qualidade e credibilidade das operações desses animais” (tradução nossa)²⁴. Em razão disso, os principais aspectos negativos defendidos por parte dos interessados pelo assunto, os quais podem ser considerados não apenas em relação aos cachorros, mas também quanto ao emprego de ratos (que serão analisados em tópico posterior), devem ser analisados.

Aqueles que contestam o emprego de MDD²⁵ afirmam que é necessário conside-

18 Disponível em: < <http://marshall-legacy.org/programs-2/mine-detection-dogs/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

19 Entrevista concedida ao Angonotícias em 5 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34535/caes-entram-para-desminagem-em-angola>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

20 Reportagem da Agência Angola Press, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2012/5/23/Desminagem-canina-fase-experimental,cacb281b-be45-4f85-9ec2-41a19d2126e1.html>. Acesso em: 18 mar. 2015.

21 Disponível em: < <http://marshall-legacy.org/programs-2/mine-detection-dogs/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

22 Disponível em: <http://marshall-legacy.org/programs-2/mine-detection-dogs/>. Acesso em: 3 abr. 2015.

23 Conforme notícia da Agência Angola Press, de 24 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/1/9/Angola-Brigada-desminagem-canina-sera-reforcada-este-ano,8abe26db-1e56-4024-ab08-70d24ee64750.html>. Acesso em: 18 mar. 2015.

24 “There are still contradictory views about the detection capabilities of MDD and some concerns are still raised about the quality and credibility of MDD operations.”

25 APOPO é um acrônimo que significa em português “desenvolvimento de produtos para detecção de minas antipessoal”. A APOPO é uma Organização Não Governamental belga que realiza pesquisas com ratos treinando-os para detecção de minas e de tuberculose.

rar os custos despendidos para o preparo e manutenção de um cão, os quais podem representar falsa economia ao se analisar o custo-benefício. Nessa conta, incluem-se o preço de compra, a alimentação, o treinamento de adestradores e os gastos com veterinário.

Ademais, segundo as IMAS 09.40 (2005, p. 3), necessário considerar que o animal pode cometer erros por diversos fatores, dentre os quais se destacam: treinamento mal realizado, doença e fadiga. Além dos fatores elencados, deve-se considerar que condições climáticas também podem dificultar o trabalho dos MDD, afinal o frio e a chuva podem impedir que o cão fareje o odor do explosivo.

Considerando-se esses fatores, a inspeção realizada pelo animal no solo não seria completamente confiável, o que exigiria nova inspeção (pelo método tradicional), resultando em desperdícios de tempo e dinheiro.

4.2. DETECÇÃO COM EMPREGO DE RATOS

Da mesma forma que os cães, hoje os ratos são empregados em diversas ações de desminagem humanitária por todo o mundo. A entidade referência no uso dessa técnica é a Anti-Persoonsmijnen Ontmijnende Product Ontwikkeling (APOPO²⁶), a qual, entre outros, desenvolve estudos para a utilização de ratos na detecção de minas terrestres. Há ainda, países que têm investido no treinamento desses animais,

citando-se como exemplos os Estados Unidos da América²⁷ e a Colômbia²⁸.

O rato comumente utilizado para localizar as minas é o rato gigante da África. A formação completa desse animal detector desenvolve-se por cerca de nove meses, em média, e é seguida por uma série de testes²⁹. Logo nas primeiras semanas de vida, os ratos são conduzidos a interagir com pessoas e se acostumarem com os vários estímulos do nosso mundo, sendo treinados por meio de princípios de condicionamento.

O início da formação consiste em associar um som emitido pelo treinador com uma recompensa de alimentos como banana ou amendoim. Uma vez que os roedores aprendem que o som específico significa comida, são condicionados a identificarem um aroma alvo, o trinitrotolueno (TNT)³⁰. Desse modo, os ratos são ensinados que, quando encontrarem TNT, ouvirão o som e, em seguida, obterão a recompensa alimentar. Para isso, são oferecidos diversos aromas colocados em buracos, os quais são farejados pelo rato que, ao parar sobre o TNT, ouve o clique e recebe a recompensa, condicionando-o à resposta correta. O próximo estágio é esconder o explosivo em uma caixa de areia para que o rato continue sua busca e, ao encontrá-lo, retorne ao seu treinador para receber algum prêmio após cada indicação correta.

Depois de vários estágios de formação e rigorosos testes que deverão aproveitar as habilidades aprendidas na etapa anterior,

26 APOPO é um acrônimo que significa em português “desenvolvimento de produtos para detecção de minas antipessoal”. A APOPO é uma Organização Não Governamental belga que realiza pesquisas com ratos treinando-os para detecção de minas e de tuberculose.

27 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/cientistas-desenvolvem-camundongo-capaz-de-detectar-minas-terrestres>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

28 De acordo com matéria da BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120220_ratos_farejadores_bg.shtml>. Acesso em: 31 mar. 2015.

29 A forma de treinamento dos ratos foi obtida no sítio da APOPO. Disponível em: <<https://www.apopo.org/en/mine-action/how/training>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

30 Segundo as IMAS 04.10 (2001, p. 27) o TNT é “um dos poderosos explosivos mais amplamente utilizados pelos militares. O TNT é muito estável, não higroscópico e relativamente insensível ao impacto, fricção, choque e energia elétrica. O TNT é o tipo de explosivo mais amplamente utilizado nas minas e munições.

o rato está pronto para trabalhar em áreas minadas, onde dois ratos fazem a detecção consecutivamente para limpeza total da área, por meio de uma procura sistemática em áreas suspeitas.

Os resultados obtidos com ratos são expressivos. Além de não ativarem as minas, em razão de seu peso reduzido, os roedores podem analisar um terreno minado de trezentos metros quadrados em duas horas. Comparativamente, com os equipamentos tradicionais, seriam necessários dois dias para duas pessoas cobrirem a mesma área³¹. Segundo dados fornecidos pela APOPO, a organização realizou a desminagem de 18.675.295m² de área com o emprego de ratos³².

Assim como os cães, contudo, os ratos também possuem suas limitações. Segundo Bart Weetjens, um dos diretores da APOPO, “é utópico pensar que esses ratos são uma técnica esplêndida, uma bala de prata que resolverá o problema todo”³³. Com o mesmo entendimento, Roger Hess, diretor de operações de campo da Golden West Humanitarian Foundation, afirmou ao site Technology Review, que entende que ainda é necessário o uso de uma segunda técnica para confirmar o trabalho realizado pelos ratos³⁴.

5. A POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS NA DESMINAGEM MILITAR REALIZADA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

O assunto a ser abordado no presente tópico reveste-se de extrema relevância. Embora este esforço acadêmico possua limitado espaço para abordar tal questão, acredita-se ser importante a discussão inicial sobre a possibilidade de emprego de animais por parte do EB em atividades de localização de minas, em razão dos resultados que podem advir dessa atividade, como já evidenciado no capítulo anterior.

Previamente, esclarece-se que se entende que a eventual aplicação das técnicas de detecção com animais no EB estaria restrita aos cães, em razão de fatores como a estrutura atual da força (que já possui veterinários) e sua experiência com esses animais (o que inclui o contato de militares brasileiros com treinamento de MDD em outros exércitos e a existência de uma Unidade Militar especializada no treinamento de cães³⁵). Por esse motivo, este tópico será direcionado à aplicação da técnica canina em missões de combate do EB.

No que diz respeito à aplicação de métodos da desminagem humanitária na desminagem militar, destacam-se as palavras

31 Consoante dados extraídos de matéria da Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/cientistas-desenvolvem-camundongo-capaz-de-detectar-minas-terrestres>>. Acesso em 31 mar. 2015.

32 Disponível em: <<https://www.apopo.org/en/about/results/impact>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

33 Entrevista concedida ao jornal 24 horas news, em 24 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.24horasnews.com.br/esportes/ver/Ratos_farejadores_sao_nova_arma_para_detectar_minas_terrestres_.html>. Acesso em: 2 abr. 2015.

34 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/cientistas-desenvolvem-camundongo-capaz-de-detectar-minas-terrestres>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

35 O Batalhão de Polícia do Exército de Brasília possui o Centro de Reprodução e Distribuição de Caninos, no qual os animais já são treinados para detecção de explosivos, conforme matéria existente no site do EB. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/o-que-vai-pela-forca?p_p_id=noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_Mw89&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&doAsUserId=ELaKQUVM4wU%3D&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_Mw89_journalArticleId=404272&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_Mw89_struts.portlet.action=%2Fview%2Farquivo!viewJournalArticle&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_Mw89_struts.portlet.mode=view#.VSWr6tzF9y0>. Acesso em: 28 abr. 2015.

de Normando Bona do Nascimento (2013, p. 41-42), para quem

os métodos e técnicas aplicáveis na [desminagem humanitária] são perfeitamente coerentes para o emprego operacional em uma atividade de desminagem militar. Algumas adaptações e ajustes são necessários, contudo, [...] todos os conhecimentos e experiências da desminagem humanitária são válidos no desenvolvimento das atividades da desminagem militar [...].

A possível incorporação dos métodos de detecção de minas em que são usados animais em desminagens humanitárias, encontra guarida, ainda, no Manual de Campanha C 5-37 – Minas e Armadilhas. De acordo com o manual (2000, p. 6-1), “[os métodos de desminagem humanitária] poderão ser utilizados por forças em combate, desde que os campos de minas a serem limpos não estejam sob fogos inimigos e se possa trabalhar sem correr riscos desnecessários”. A despeito da permissão, como se observa, o manual traz ressalvas: a inexistência de fogos inimigos e de riscos desnecessários. Contudo, entende-se que o emprego de MDD auxiliaria exatamente a evitar os fogos, já que aceleraria o avanço da tropa. Em relação aos riscos, entende-se que não seriam criadas situações desnecessárias, tendo em vista que a troca do risco pelo tempo ganho pela tropa justificaria a ação com MDD. Em consonância com esse entendimento, o Informativo nº 2 do Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia (GMI-CO), de fevereiro de 2012, indica que o emprego de MDD gera economia de tempo e pessoal, além de aumentar a segurança, já que diminui o contato dos desminadores com as minas.

Não há dúvidas que o emprego de MDD, assim como ocorre nas técnicas tradicionais de detecção de minas, possui aspectos negativos (já salientados previamente), devendo ser analisados apartadamente.

Embora existam custos, cães já são utilizados no EB e poderia haver grande custo-benefício em batalhas. Essa vantagem se justifica pela redução do tempo empreendido na inspeção de setores, o que re-

sultaria em menor exposição ao inimigo. Mesmo que se afirme que os gastos com cães são altos, não se pode desconsiderar que as demais técnicas também possuem seu preço.

No que diz respeito às demais características negativas elencadas, como treinamento mal realizado, doença e fadiga, bem como condições climáticas adversas, acredita-se que esses são fatores que não fazem com que os MDD sejam considerados meios de desminagem menos adequados que os comumente empregados. A justificativa para tal entendimento está no fato de que as características erigidas dificultam, da mesma forma, a desminagem militar realizada pelo combatente, já que o militar está suscetível às mesmas dificuldades.

A despeito de o EB não trabalhar, hoje, com o emprego de cães para a detecção de explosivos em combate, alguns militares brasileiros já tiveram contato com essa técnica. Essa experiência é importante para o desenvolvimento de estudos na área, além de permitir, caso necessário, a adequação da Força Terrestre para adestrar cães e preparar militares combatentes para atuarem como guias dos animais.

Nesse sentido, conforme se observa no Informativo nº 02 do GMI-CO, oficiais do Exército Brasileiro que assumiram função de Monitor de Desminagem naquele país receberam instruções sobre o método de detecção canina, onde puderam verificar a situação atual de preparação para o emprego da técnica canina em operações de desminagem humanitária daquele país. Ademais, a participação de militares brasileiros em atividades que envolvem a técnica de detecção canina também se verifica no Informativo Mensal nº 04-2011, de abril de 2011, da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América do Sul (MAR-MINAS). O Informativo nº 04-2011 registra a realização do 1º Curso de detecção de Minas com Cães no Equador, curso este que formou nove adestradores e cinco cães e que teve duração de três meses, tempo necessário para obter uma relação

de confiança entre o homem e o animal, devido ao perigo do trabalho que realização.

Por fim, ressalta-se que, sobrevivendo a incerteza quanto às áreas analisadas pelos MDD em situação de conflito, em caso de haver tempo disponível, poderia ser realizada ratificação com detectores de metal. Ainda que não seja possível a segunda inspeção com os métodos tradicionais, mesmo assim estar-se-ia em acordo com as ideias de desminagem militar, já que, nessa modalidade de desminagem, mortes são toleradas em privilégio ao avanço da tropa.

CONCLUSÃO

Embora relevante área de terras já tenha sido desminada, há, ainda, muito trabalho a ser desenvolvido para que sejam eliminados todos os artefatos explosivos antipessoais, resquícios de conflitos armados ocorridos em todo o mundo. Essa nobre tarefa da desminagem humanitária tem extrema relevância, surtindo efeitos na segurança das pessoas e na economia dos países que sofrem desse mal.

Em decorrência do esforço internacional para eliminar as minas, diversas soluções inovadoras têm sido propostas, de modo que as missões de desminagem humanitária são importantes mananciais de conhecimento na área. Dentre as ideias surgidas em ações de desminagem humanitária, consideram-se relevantes aquelas que fazem uso de animais para localizar os explosivos no solo, em especial a que utiliza cães. Como destacado em abordagem anterior, o emprego de cães possui aspectos negativos que não podem ser negligenciados. Entretanto, considera-se que o custo-benefício do emprego de MDD suplanta as dificuldades evidenciadas.

Não obstante possuam algumas características divergentes, como a finalidade a que servem e a diferença existente na necessidade de maior segurança, a desminagem militar e a humanitária possuem maio-

res similitudes. Assim sendo, é proveitoso que o EB explore as evoluções oriundas de missões humanitárias de retiradas de minas antipessoal.

Por todo exposto, acredita-se que a técnica que emprega MDD, realizando-se as adequações que porventura se fizerem necessárias, pode ser interessante ferramenta para o EB em suas atividades típicas (desminagem militar). Tal sugestão, entretanto, exige maior estudo para que outros aspectos relativos ao tema sejam avaliados, sendo que os resultados apresentados pelo emprego de MDD, em desminagens humanitárias, justificam esse aprofundamento. A eventual utilização desse método poderia ser importante meio para poupar vidas de militares em combate, pois permitiria uma progressão mais rápida no terreno, evitando elevada exposição aos fogos inimigos.

REFERÊNCIAS

Angola: Brigada de desminagem canina será reforçada este ano. Agência Angola Press, Angola, 25 fev. 2014. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/1/9/Angola-Brigada-desminagem-canina-sera-reforcada-este-ano,8abe26db-1e-56-4024-ab08-70d24ee64750.html>. Acesso em: 18 mar. 2015.

APOPO. **Homepage institucional**. Disponível em: <<https://www.apopo.org>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BRASIL, **Decreto nº 3.128, de 5 de agosto de 1999**. Promulga a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição, aberta a assinaturas em Ottawa, em 3 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3128.htm>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CÃES entram para desminagem em Angola. Angonotícias, Angola, 5 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/34535/caes-entram-pa>

ra-desminagem-em-angola>. Acesso em: 18 mar. 2015.

CIENTISTAS desenvolvem camundongo capaz de detectar minas terrestres. Veja, 23 out. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/cientistas-desenvolvem-camundongo-capaz-de-detectar-minas-terrestres>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

DESMINAGEM canina em fase experimental. Agência Angola Press, Angola, 5 jun. 2012. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2012/5/23/Desminagem-canina-fase-experimental,cacb281b-be45-4f85-9ec2-41a19d2126e1.html>. Acesso em: 18 mar. 2015.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. Manual de Campanha – Minas e Armadilhas (C 5-37). 2 ed. 2000.

GRUPO DE MONITORES INTERAMERICANOS NA COLÔMBIA (GMI-CO). Informativo nº 02, de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.rbjid.com/publicpages/infor_gmi-co_fev_12.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2015.

IMAS 04.10. **Glosario de términos y abreviaciones sobre minas.** Disponível em: <<http://www.mineactionstandards.org/fileadmin/MAS/documents/imas-international-standards/spanish/IMAS-04-10-Ed2-Am4-sp.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IMAS 09.20. **La inspección de terrenos despejados: Directrices para la utilización de procedimientos de muestreo.** Disponível em: <<http://www.mineactionstandards.org/fileadmin/MAS/documents/imas-international-standards/spanish/IMAS-09-20-Ed2-Amd6-sp.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

IMAS 09.40. **Guide for de use of mine detection dogs.** Disponível em: <<http://www.mineactionstandards.org/fileadmin/MAS/documents/imas-international-standards/english/series-09/IMAS-09-40-Ed2-Am3.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MISSÃO DE ASSISTÊNCIA À REMOÇÃO DE MINAS NA AMÉRICA DO SUL (MARMINAS). Informativo Mensal nº 04-2011, ano 4, de abril de 2011. Disponível

em: <http://www.rbjid.com/publicpages/marminas_infomai11.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2015.

NASCIMENTO, Normando Bona do. **A importância da desminagem humanitária para a desminagem militar.** 2013. 43 f. Monografia - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2013/NASCIMENTON.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

NOVO Centro de Reprodução Canina do Exército. Exército Brasileiro, Brasília. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/o-que-vai-pela-forca?p_p_id=noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_Mw89&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&doAsUserId=E-LaKQUVM4wU%3D&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_Mw89_journalArticleId=404272&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_Mw89_struts.portlet.action=%2Fview%2Farquivo!viewJournalArticle&_noticias_WAR_noticiasportlet_INSTANCE_Mw89_struts.portlet.mode=view#.VSqOgtzF9y1>. Acesso em: 28 abr. 2015.

RATOS “farejadores” são nova arma para detectar minas terrestres. 24 horas news, 24 set. 2004. Disponível em: <http://www.24horasnews.com.br/esportes/ver/Ratos_farejadores_sao_nova_arma_para_detectar_minas_terrestres_.html>. Acesso em: 2 abr. 2015.

THE MARSHALL LEGACY INSTITUTE. Homepage institucional. Disponível em: <<http://marshall-legacy.org/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

ARTIGOS DO 5º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DA EASA/2015



A FAMÍLIA MILITAR E UMA MISSÃO NO EXTERIOR

Girlyannie Paz Morais Boniatti¹

RESUMO

O presente artigo é baseado na experiência de um militar e sua família. Os desafios e vivências possibilitando a criação de oportunidades de crescimento, maturidade e superação. Françoise Dolto em seu livro “Quando os Filhos precisam dos Pais” (2008), nos revela que psicólogos constataam que os distúrbios de adaptação pelos quais as crianças são trazidas aos consultórios, geralmente remontam à primeiríssima infância. Dessa forma, um período longo de separação física precisa ser tratado e vivido com uma atenção especial. A partir dessas vivências pessoais, procurarei mostrar como foi trabalhado a decisão de abrir mão da presença física, sem comprometer os laços, mantendo a “presença do pai” no dia-a-dia e como a escola contribuiu nesse processo.

Palavras-chave: Família - Missão - Saúde - Superação

COMUNICANDO A DECISÃO

“Tudo depende da maneira como se fala com elas. Se o pai lhe explicar o que faz quando não está presente, se contar para os filhos (mesmo que a criança pareça não estar entendendo) que dirige um caminhão, que faz televisão ou que é representante... ou qualquer outra atividade profissional, de modo vivo, com

palavras simples, isso ficará no ouvido da criança. Além disso, cabe também à mãe, quando o pai está ausente, lembrar aos filhos que o pai está trabalhando, que está pensando neles, que logo estará de volta. Quando já são bastante grandes, ela pode mostrar-lhes o calendário: “Está vendo, nesse dia ele vai voltar. O que você vai fazer para o seu pai? Um desenho bonito? Ele vai ficar contente”. Deve-se falar do pai quando ele está ausente; depois da terceira ou quarta ausência, a criança consciente – uma criança tem consciência a partir de doze, catorze ou dezoito meses – saberá muito bem que, quando o pai vai embora, ele volta e que, durante sua ausência, todo o mundo pensa nele, já que se fala dele” (DOLTO, 2008).

Dolto, uma Médica Psicanalista, cujos trabalhos tem renovado profundamente o olhar dos adultos em relação às crianças, coloca sabiamente as palavras acima citadas. Observando um contexto histórico da infância, podemos perceber as significativas mudanças no decorrer dos anos em relação ao olhar dos adultos para os pequenos. Antigamente, mais precisamente na idade média, a criança era vista como um pequeno adulto, não havia diferença nas roupas e também não as viam como um ser com necessidades especiais. Nas sociedades agrárias, a infância era rapidamente deixada de lado, pois era necessário entrar no trabalho diá-

¹ Estagiária de Psicologia na Clínica de Psicologia da Unijuí, Assessora em Psicologia Organizacional pela Unigestar. Musicista nas Escolas Adventista de Ijuí e Educare Educação Infantil.

rio juntamente com seus pais, os pais por sua vez não se apegavam muito a seus filhos, tendo em vista que as doenças levavam muitos a morte precoce. A partir da Renascença, acontece uma privatização dos espaços domésticos, diferenciando o público do privado, a criança reconhecida com suas particularidades, passa a ser o centro do grupo familiar. A partir do Século XVII, aproximadamente até o século XVIII, predomina a noção de uma inocência infantil que deveria ser preservada, começava então a preocupação com a educação. Jean-Jacques Rousseau com o surgimento do discurso filosófico iluminista, inspira toda a educação até o século XX. Ele irá colocar o sentimento no centro de sua visão do homem.

Lá pelos séculos XIX e XX, a preocupação passa a se ampliar referente ao estudo da criança e a necessidade de uma educação mais formal. A pedagogia, a pediatria e as especializações em torno da criança se desenvolvem rapidamente. O discurso psicológico destaca-se como capaz de produzir um discurso científico sobre a infância, onde a pedagogia cada vez mais vai se ancorar para produzir práticas educativas. Podemos dizer então, que o desenvolvimento das ciências proporcionou o estudo mais amplo sobre a criança, mas desqualificou a família como aquela que poderia gerir a educação dos filhos com exclusividade.

Deixando de lado esse contexto histórico, depois da decisão individual, é o momento de levar aos filhos a formalização e destacar a ausência temporária do pai como uma necessidade atual. No caso em particular, a missão era no Haiti, país que sofreu um terremoto em 2010 e desde o início da Missão das Nações Unidas para a estabilização do País em 2004, vem sofrendo com problemas básicos e diversos, como falta de moradia, água e alimentação, sem muitas perspectivas de melhora na educação, trabalho e renda.

Segundo Wikipedia, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti ou MINUSTAH (sigla derivada do francês:

Mission des Nations Unies pour la Stabilisation em Haiti), é uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004, por meio da resolução 1542, com a intenção de restaurar a ordem no país, após um período de insurgência e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide. Os objetivos da missão são: estabilizar o país; pacificar e desarmar grupos guerrilheiros e rebeldes; promover eleições livres e informadas; fornecer alimentos para os haitianos e formar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti. Toda essa situação foi agravada em 2010 quando um terremoto devastou sua capital, Porto Príncipe. Entendendo essa necessidade, a ONU e o Exército Brasileiro se uniram para trabalhar em prol daquele país até que ele pudesse seguir sem esse apoio.

A DESPEDIDA

Toda despedida, mesmo dolorida, deve ser encarada com naturalidade pela família. Muita emoção está envolvida quando os militares embarcam para missões como esta, são amigos e familiares deixando o aeroporto com o coração apertado, se despedindo dos soldados que permanecerão fora do país por 6 meses, um ano ou até mais. São heróis sem farda que ficarão no país aguardando o retorno, lutando diariamente para suportar a dor da saudade.

Não rara são as vezes que famílias de militares são realocadas em outras cidades e estados, isso ocorre normalmente devido a transferências ou cursos. Na situação em questão, uma família com dois filhos em idade escolar, havia sido transferida para um estado distante e culturalmente diferente da terra natal, porém, poucos meses antes da missão, a esposa já estava inserida profissionalmente na nova realidade e os filhos totalmente adaptados a escola e ao novo ambiente, fatos esses que foram decisivos para a família permanecer no local durante o período da missão.

APOIO A DISTÂNCIA

A Família estendida, tanto de sangue como a família militar são de extrema importância neste momento. A fé gera uma confiança e certeza do retorno daquele que está longe, bem como a força para se manter de pé sendo pai e mãe ao mesmo tempo.

A tecnologia favorece a família e o/a militar para ter a proximidade virtual a seu dispor durante os meses de 'ausência física'. Porque grifar 'ausência física'? Bem, porque os programas de conversação, vídeo conferência são meios nunca antes utilizados com tanta frequência para a manutenção das relações.

Do outro lado, um militar ansioso e contente ao poder contemplar sua família, acompanhar o crescimento de seus filhos, mesmo que virtualmente, passa a ser uma forma saudável de estar próximo. Mostrar as crianças a maneira que se vive no novo ambiente é importante, é necessário que elas entendam a rotina do seu ente querido para se sentirem seguras de seu retorno assim que a missão terminar.

A Fé também é suporte para ultrapassar as barreiras da distância e superar os medos. Criar rotinas e segui-las é interessante, pois faz o tempo passar mais rapidamente.

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA

A escola ocupa um lugar especial em todo esse processo, assim sendo, no momento novo a escola passa ser um meio muito importante. Participar na própria escola de outras atividades, faz a criança sentir-se útil e às horas passarem mais rápido. Existe também a possibilidade de atividades extracurriculares em escolas especializadas, como por exemplo, música, dança, artes e culinária, possibilitando ampliar a rotina diária.

O excesso de atividades extracurriculares, pode parecer um escape para os pais que não tem muito tempo com os filhos, ocupando o tempo dessa forma, pode-se

pensar que há um investimento naquela criança, contudo, erroneamente, alguns pais preenchem a grade semanal das crianças, tentando dar a elas "o melhor preparo" para enfrentar o social. Julieta Jerusalinsky em seu livro Enquanto o Futuro Não Vem (2002), constata que o laço pais-filhos está permeado pelo sintoma social de cada época. Segundo a autora, em nossa época, a promessa do quando você crescer... fica conjugada à ameaça de um não há lugar para todos, parece não restar tempo a perder na preparação de um bebê para uma inserção social cada vez mais calcada na corrida do triunfo individual. Sendo assim, é possível uma criança ter problemas precocemente, e estes não se restringem, segundo Jerusalinsky, a questões orgânicas de base, mas também podem ser relativos à constituição psíquica e ao modo como tal constituição incide no funcionamento das suas funções orgânicas.

De maneira temporária, ocupar as crianças com essas atividades pode ser uma forma saudável de esperar esse momento passar. Um ponto importantíssimo ressaltado por Françoise Dolto (2008), foi levar a criança a preparar algo para a espera do pai. Desse modo, incentivar as crianças nesse sentido auxiliando-as faz a diferença, pois ela sabe que apesar de o pai estar distante, está sendo lembrado ali.

A SAÚDE UM PROBLEMA CULTURAL

Em um país continental, é natural que exista uma grande diversidade, isso ocorre tanto culturalmente quanto em educação, recursos e investimentos. Alguns estados sofrem mais com a falta de saneamento básico e distribuição de água, enquanto outros tem um índice de violência maior. Quando a família está alocada num desses estados, é necessário tomar alguns cuidados, tendo em vista que problemas físicos podem ser agravados e, adicionados ao estado psicológico, trazer graves danos para a saúde. Dispor de meios que possibilitem um bom acompanhamento médico,

sendo hospitais, clínicas e postos de saúde, é um fator importante na construção de uma saúde saudável, tanto física quanto psíquica.

O REENCONTRO

O reencontro dos militares com suas famílias depois de meses ou mesmo anos a servir seu país é um momento muito intenso, momento esse sempre carregado de emoção. Sites de compartilhamento de vídeos destacam reencontros emocionantes que faz os espectadores se emocionarem ao assistir, são esposas cheias de amor aguardando por meses por um beijo de seu amado, são mães e pais aguardando loucamente o momento de poder pegar seu filho no colo, uma explosão de afeto.

As esposas que passam por um momento assim, vale ressaltar que cada segundo de separação vale a pena, mostrar garra mesmo quando o mundo parece que vai cair, cria em seu lar um Porto Seguro, onde seu amado Militar pode retornar e sentir o amor dos seus que o aguardam. Buscar apoio na família, na família militar, na fé, cria uma possibilidade que em outro momento era descartada.

Momentos de separação temporária por motivos de viagens e missões de serviços, trazem um amadurecimento nas relações. Viver o presente de maneira intensa, guardar momentos simples na memória, unir sonhos por um propósito maior ou um sentimento real, uma vida feita de saudades, de renúncias, sustos, espera, vendo rosas onde só tem espinhos, transformando realidades. Como diz um poema de autor anônimo, corações sem raízes, alma sem fronteiras, uma vida de um misto emocionante.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Teresinha, C876p. *Psicanálise com Crianças* / Teresinha Costa. – 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

- CHAPMAN, Gary. *As cinco linguagens do amor: como expressar um compromisso de amor ao seu cônjuge* / Gary

Chapman; traduzido por Lara Vasconcellos – São Paulo: Mundo Cristão, 2006.

- DOLTO, Françoise, 1908 – 1988. *Quando os filhos precisam dos pais* / Françoise Dolto; tradução Cláudia Berliner, Márcia Valéria Martinez de Aguiar; edição de texto Silvana Cobucci Leite. – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

- JERUSALINSKY, Julieta, 1971 – *Enquanto o Futuro não Vem: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês* / Julieta Jerusalinsky. – Salvador, BA : Ágalma, 2002. – (Calças Curtas ; 3)

- www.wikipedia.com.br

HERÓIS NA SALA DE AULA

Dra. Maria Clara Ramos Nery¹
Rodrigo Amarante²

RESUMO

Uma das grandes dificuldades encontradas hoje nos profissionais que iniciam na jornada pedagógica é o desenvolvimento de práticas pedagógicas que não fiquem estagnadas apenas no ensinar, mas que sobressaltem esse aspecto e, mais do que transmitir, levem seus alunos a viajar. O PIBID pode servir de alicerce para uma prática totalmente diferenciada, levando o aluno a uma nova experiência, dinâmica e de aprendizado. Aliar o conteúdo diário trabalhado pela professora regente à projetos a serem desenvolvidos com as crianças, bem como não ater-se a vários 'planinhos' de aula, mas criar um projeto que mostre o diferencial e potencial do programa, não tornando este apenas uma iniciação a docência, mas toda uma experiência bolsista/aluno onde ambos só tem a ganhar pela transformação dos espaços de formação em uma aprendizagem colaborativa e solidária. O presente trabalho tem então como objetivo incentivar a diferenciação da prática pedagógica usando de materiais concretos visuais no dia-a-dia da ludicidade infantil, para fazer com que todo o decorrer da experiência seja uma viagem de busca do conhecimento. O intuito do trabalho é, mais do que mostrar uma experiência vivida por seu autor na prática, incentivar os demais bolsistas pibidianos a proporem

novas práticas.

Palavras-chave: PIBID, Prática Pedagógica, Metodologia, Transformação

“ao novo educador compete refazer a educação, reinventá-la [...] criar uma alternativa pedagógica que favoreça o aparecimento de novos tipos de pessoas, solidárias, preocupadas em superar o individualismo [...], preocupadas com um novo projeto social e político que construa uma sociedade mais justa, mais igualitária.”.(Moacyr Gadotti)

A vivência no espaço da sala de aula consiste num manancial esplêndido de questões fundamentais geradoras de observações, interpretações e análises fomentadoras de pesquisas. O lidar dia a dia com os alunos, principalmente com os alunos dos anos iniciais, permite questionamentos que levam a profundas reflexões. O objetivo do presente artigo, produzido a quatro mãos, busca a reflexão, advinda das observações e conclusões das experiências do aluno pibidiano em sua prática, orientado por sua coordenadora de área.

O PIBID, como um programa patrocinado pela CAPES, é numa rara oportunidade para a aquisição antecipada de vivências, anteriores aos estágios do curso de Pedagogia-Licenciatura, ao qual está vinculada

1- Professora adjunta com doutorado da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS, do curso de Pedagogia-Licenciatura, da Unidade da UERGS do Município de Cruz Alta/RS, Coordenadora de Área do PIBID/CAPES; 2-Aluno do Curso de Pedagogia-Licenciatura, bolsista do PIBID/CAPES, da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul-UERGS- Unidade de Cruz Alta/Rs, ambos autores do presente artigo.

a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS, em sua Unidade de Cruz Alta/RS, que preparam os alunos e os levam ao contato imediato com a prática educativa e todos os seus desafios, principalmente concernentes aos anos iniciais.

É através deste processo que os alunos podem em sua prática de observação, interpretação e análise da sala de aula levantar questões que se tornam fundamentais para pesquisa em educação. No caso do presente artigo, pela experiência do aluno bolsista do PIBID, participante deste, em seu trabalho de observação, constatou que há a possibilidade de trabalharem-se conteúdos curriculares através dos heróis infantis contemporâneos na sala de aula, pelo processo/atividade de contação de histórias. Esta observação ensina a possibilidade de construir-se inúmeros enfoques de possíveis pesquisas que podem levar a avanços na prática educativa.

Na contemporaneidade há aspectos significativos a serem considerados por todos aqueles vinculados à educação. Observe-se o fato de que na modernidade, o aprendizado se constituía num contexto de linearidades. Neste momento da história humana, com os avanços tecnológicos e com a presença marcante das relações sociais redes digitais, as quais as crianças encontram-se vinculadas em seu cotidiano, o aprendizado não se constitui mais com a característica da linearidade, mas pela pluralidade e pela rapidez da informação e das informações a que as crianças têm acesso. Evidentemente que os antigos heróis têm de ser outros ou reconfigurados os “antigos”, enquanto componentes da ludicidade infantil.

Os heróis infantis da geração contemporânea em formação são ativos, tecnologicizados, incrivelmente ágeis, lidam com as tecnologias mais avançadas, com seus carros supersônicos, etc.. Pode-se questionar: como as crianças na contemporaneidade, vão trabalhar as histórias infantis, os contos, de forma linear? Segundo Bauman (2014), a modernidade líquida se pau-

ta pela rapidez, pela imediatez, das novas tecnologias digitais, constituindo-se numa lógica de relações-rede produtoras de intensa flexibilidade, flexibilidade esta que os heróis infantis contemporâneos manifestam em suas práticas, demonstrando uma alta capacidade de reconfiguração do ambiente. Este aspecto demonstra então, uma nova e intensa construção de novas categorias de pensamento, que não nos permitem mais trabalhar com as crianças com as histórias tradicionais da modernidade. Os tempos são outros e os heróis consequentemente devem ser outros, e o são.

Vigotski (2008) em sua obra “A Construção Social da Mente”, demonstra de forma clara a influência do contexto social na constituição mental dos indivíduos, priorizando a criança. Portanto, o contexto social contemporâneo, sendo outro, envolve que o processo de aprendizagem das crianças deva ser outro, porque o ser humano não está isento das determinações de seu contexto social. Este fato reflete sobremaneira no contexto da aprendizagem dos anos iniciais e neste sentido os elementos lúdicos necessários à formação infantil devem ser modificados, pois caso contrário, estarão em descompasso com as necessidades destes novos sujeitos contemporâneos.

Há a remodelação de um universo de sentidos, que as histórias infantis trazidas para dentro da sala de aula podem contribuir sobremaneira. A presença reconfigurada pela tecnologia dos heróis contemporâneos – Capitão América, Hulk, Homem de Ferro e outros, que estão na capa de seus cadernos, que se constituem em seus ídolos demonstram um universo de mutabilidades e a constante presença do novo, estabelecendo múltiplas mensagens e formas de expressão a serem interligadas, que sendo consideradas podem levar a uma maior eficiência de aprendizagem e apreensão dos conteúdos programáticos dentro da sala de aula, através da contação de histórias. Os novos heróis e ídolos manifestam as novas sociabilidades que estão se constituindo no mundo contem-

porâneo e que influem de forma drástica no espaço educacional.

A heterogeneidade da realidade presente estabelece a existência do variado, do múltiplo, que constituem múltiplas mensagens e formas de expressão manifestando múltiplos conteúdos de sentido, com as quais as crianças estão em contato em sua realidade cotidiana. Este nosso sujeito, esta nova infância, trás para dentro da sala de aula esta vivência cotidiana, para as quais os professores não podem manifestar desconhecimento, pois se assim for, a interlocução encontra-se plena de obstáculos e o espaço da sala de aula, estará na contramão do novo sujeito contemporâneo e, sendo assim o avanço, o desenvolvimento, a aprendizagem que leva ao conhecimento encontrará obstáculos quase intransponíveis, pois a educação é a interação entre o eu e o outro significativo. Este é um elemento novo e instigante para a compreensão dos desafios que estão instaurados para os professores dos anos iniciais e também para os alunos pibidianos em sua prática educacional.

O homem é linguagem, já nos dizem Freud, Lakan e no campo pedagógico Vigotski. É pela linguagem que apreendemos os conteúdos de sentido e significado do mundo humano, que por nós serão internalizados e sendo internalizados transformam-se em agir social. A escola, como instituição social, já nos dizia Durkheim acerca da socialização é o espaço de apreensão do social de caráter formal e nossa subjetividade desde a infância é constituída também por este espaço formal de socialização. São muito significativas, compreendemos nós, as palavras de Esperândio, quando analisa a subjetividade no contexto da modernidade. Compreendemos que vale o mesmo para a contemporaneidade. São as seguintes as palavras da autora:

“[...] a subjetividade não se trata de algo dado ou pré-determinado, como se tivesse uma essência humana universal. A subjetividade, não é algo puramente individual ou genética. É uma construção que se dá a partir do social, mas não é simplesmente um produto deste. Ela se

constitui na complexidade das relações de força e a partir de uma multiplicidade de processos em que o sujeito está imerso, sendo esse, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade. A subjetividade é, portanto, modelada na imbricação de várias instâncias, tais como a família, a escola, trabalho, religião, meios de comunicação, etc., as quais atravessam o indivíduo e este vai significando-as de modo singular. Podemos acrescentar ainda que cada formação sócio-histórica tem algumas formas singulares de “produção de subjetividades” como por exemplo a fabricação do indivíduo da modernidade, a produção de um indivíduo disciplinado no estabelecimento do capitalismo e agora do neoliberalismo, a produção de uma subjetividade flexível. (ESPERÂNDIO, 2007, p: 12).”

O que Esperândio nos permite compreender constitui-se enquanto essencial para o entendimento deste novo sujeito-aluno, quer nos anos iniciais, quer nos demais anos do processo de aprendizagem. Há um novo perfil na contemporaneidade, que deve ser inclusive pesquisado para produzir-se adequados projetos de ensino-aprendizagem e não somente planos de aula, com conteúdos ausentes de significação para os alunos, porque seu universo de conteúdos de sentido é justamente outro. Qual a forma de desvendar os pontos de interesse dos alunos e agregá-los aos conteúdos curriculares? Esta nos parece uma questão de fundo para o trabalho com os anos iniciais. A utilização de seus heróis tecnologizados, reconfigurados pelas relações redes digitais, não seria mais propício aos processos de ensino-aprendizagem? Fazemos enquanto educadores este questionamento quando vamos para dentro dos espaços das salas de aula nos anos iniciais, enfoque do presente artigo/ensaio?

Os autores curriculares pós-críticos, consideram o fato de que o currículo deva ser uma revelação original para mundos não conhecidos, através do estudo de experiências subjetivas. Esta é outra questão instigante, diretamente relacionada com os currículos escolares, pois envolve a análise da cultura como campo de estudos,

nas práticas curriculares para estabelecer as relações e possibilitar a construção de significados e conteúdos de sentidos que a linguagem exige. Ora, isto envolve diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Pensemos neste aspecto em termos da nossa contemporaneidade, com este novo sujeito-aluno dos anos iniciais. Pois, possuímos hoje formas diferenciadas de lidar com a relação espaço - tempo, proximidade – distância, territorialidade - desterritorialização, pertencimento-não pertencimento, geradores de uma subjetividade flexível, que se manifestam nas “subjetividades” dos heróis infantis contemporâneos. Estes mesmos heróis possuem novas formas de sociabilidades, pois refletem as necessidades dos sujeitos reais e é justamente por isso que possuem atração.

Estamos constantemente sob o império do novo. Há a presença de originais formas de expressão da linguagem, de modos de dizer, de lugares de dizer, de conteúdos de sentido, que uma vez compartilhados, estabelecem traços característicos típicos do sujeito-aluno contemporâneo dos anos iniciais e no campo educacional, envolvendo também o sujeito-professor dos anos iniciais. É neste sentido, que a incorporação dos heróis na sala de aula constitui-se como significativa, inclusive como ponto de atração do sujeito-aluno, pois demonstra que o universo escola encontra-se vinculado ao seu mundo vivido. Evidente que a conquista desta nova concepção é um processo e, sendo assim, não se fará de uma hora para a outra, diante do peso do tradicional no universo escolar, enquanto um ambiente marcadamente disciplinar.

Esta defasagem existente é para nós, um elemento significativo contribuinte para a invisibilidade do sujeito-professor por parte do sujeito-aluno que se manifesta no questionamento de sua autoridade, de variadas formas expressa, pois não havendo interlocução pelo fato dos muros da escola não incorporarem o mundo externo do aluno, com seus heróis e ídolos na con-

tação de histórias há o império, repetimos, do descompasso entre o que a escola como instituição quer em seu processo de ensino-aprendizagem e o que vive o aluno em sua realidade cotidiana. Como então a realização de uma relação marcadamente dialógica entre sujeito-professor e sujeito-aluno? Questionemo-nos sobre este fato presente em nossa realidade educacional brasileira, pois, talvez ainda não estejamos preparados para contextualizar a diversidade que a realidade contemporânea da modernidade líquida está a exigir-nos em nossa prática educativa com os anos iniciais.

Karl Mannheim (1987), em sua concepção sociológica, compreende que os modos de pensamento não são adequadamente compreendidos enquanto permanecerem obscuros às suas origens históricas e sociais. Na contemporaneidade pela presença da heterogeneidade, da mutabilidade, da rede como espaço, onde as mensagens circulam livremente os modos de pensamento originam novos conhecimentos e novos conteúdos de sentido que se desenvolvem. Este fato por consequência impulsiona diversas interpretações do mundo, que são internalizadas pelo sujeito-aluno contemporâneo, pela interdependência de sentidos, de significados, necessitando, portanto, o espaço educativo ou de melhor forma dizendo, impulsionando o espaço educativo a uma mudança, a transformações para manter-se cumprindo seu papel social. É necessário entrar em contato com o universo de signos que os heróis infantis contemporâneos expressam, pois os valores sociais, do processo de socialização podem ser dialogicamente trabalhados, através dos conteúdos de sentidos manifestos pelos ídolos das crianças hoje, como também questioná-los no que for necessário questionar.

Há então que compreender-se a relação de interdependência existente entre estrutura social e estrutura mental. No caso dos anos iniciais estrutura mental em formação e, daí a nossa responsabilidade como educadores e pesquisadores da

educação. É necessário salientar que na contemporaneidade há uma nova estrutura de ordem vivida, de caráter objetivo, que convive com as estruturas de ordem concebidas, atinente ao universo das representações sociais. Este fato pode muito bem ser trabalhado pela contação de estórias com enfoque nos heróis infantis contemporâneos, que são reconfigurados, mas que estabelecem um novo universo de representações sociais, que originam por consequência direta novos repertórios de ações individuais e coletivas. A escola como espaço institucional da sociedade, com a função de socialização formal não pode encontrar-se alheia a estes pressupostos da realidade, sob pena de tornar-se um mero espaço de produção de ressentimentos pelas constantes quebras de uma relação dialógica eficaz e profícua.

Pensar a escola hoje, principalmente a escola dos anos iniciais, é desenvolver múltiplos olhares, mas não simples olhares, olhares de águia, que permitem agarrar a presa da realidade com profundidade e sensibilidade para o novo sujeito-aluno com o qual estamos em nosso cotidiano lidando. É necessária a reconstrução da experiência vivida diante da crescente convergência de tecnologias, presente em diversas áreas do saber, que interligadas transformam-se em categorias para as quais nós educadores possamos e devemos pensar, através de nossa experiência cotidiana em sala de aula com os alunos dos anos iniciais. Este ou estes são desafios de caráter ético, cultural e social que estamos a enfrentar em nosso dia a dia, com a prática que envolve indivíduos nos primeiros ciclos de vida, os anos iniciais de estudos, inserindo-os como sujeitos históricos no seu mundo social e em situações histórico-sociais específicas, o qual é o nosso universo contemporâneo, pois não construímos enquanto indivíduos, enquanto seres humanos nossa visão de homem e de mundo fora de nossas elaborações e internalizações do contexto histórico, social e cultural no qual vivemos. Esta é uma particularidade do humano, que determina

uma multiplicidade de condições de possibilidade para nosso desenvolvimento como seres. E, nossa intenção com o presente artigo, foi refletir sobre alguns aspectos que a prática educativa com os anos iniciais pode promover através dos “Heróis na sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se encerram no contexto do presente artigo, escrito a quatro mãos as questões que a realidade vivida impõe. E nem podem se encerrar, por que a realidade é simplesmente infinita e “não fala de si mesma”, ela simplesmente é e precisa ser observada, investigada e analisada, para que nossa presença como sujeitos-professores se justifique e adquira significado na vida do outro que é o nosso sujeito-aluno. Os navegadores portugueses tinham uma máxima: “Navegar é preciso. Viver não é preciso”. Não “se compreenda o ‘preciso’ com o significado de necessidade, mas o preciso enquanto exatidão. E nós professores, educadores, navegamos nos mesmos mares, sem bússolas ou mapas que podem significar receitas, e podemos parafrasear aos navegantes portugueses: Navegar é preciso. Ensinar não é preciso. Envolve múltiplos questionamentos, múltiplos olhares, pois nossas vidas são constituídas de múltiplos sons, gestos, conteúdos de sentido e lugares de dizer, cotidianamente, paulatinamente no contexto da vivência em sala de aula. Não há receitas, há a realidade do vivido, do ato de viver, do estar no mundo.

SEM COMENTÁRIOS!!!!!!



Eduque seus filhos para que eles valorizem
o que realmente tem valor

A COMPREENSÃO FUNDAMENTAL
DESTA FOTO TALVEZ SEJA OUTRA
DO QUE A CONSTANTE ACIMA, MAS
SIMPLEMENTE A CONSTATAÇÃO DE
QUE - CONTEXTOS DIFERENTES –
GERA SERES DIFERENTES.

ção. Curitiba. Editora Ibpex: 2008.

VIGOTSKI, Z. **A Construção Social da
Mente**. São Paulo. Ed. Martins Fontes:
2008.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Sobre a educação e ju-
ventude**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Edi-
tores, 2013.

ESPERÂNDIO, M. **O que é pós-moder-
nidade?** Rio de Janeiro. Ed. Vozes: 2009.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. São
Paulo. Ed. Vozes: 1987.

NERY, M.C.R. **Sociologia da Educa-**

ANÁLISE DE COMO OCORRE A ADAPTAÇÃO E A FORMAÇÃO DE VÍNCULOS NA FAMÍLIA DO MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS

Luciana Vieitas Valente Rovere¹

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade identificar as principais questões que envolvem a adaptação e o vínculo familiar de uma família que possui pelo menos um cônjuge militar e suas necessidades, tendo como objetivo também descrever as características da profissão dos militares das forças armadas, avaliar a adesão dos cônjuges que acompanham as transferências dos militares, criação dos filhos e seus valores na educação e ensino. É importante esclarecer que o termo “Família Militar” tem duas definições no meio militar: a primeira se refere à instituição como um todo e a segunda se refere à família, com grau de parentesco, neste artigo será utilizar a segunda definição. O artigo é caracterizado como exploratório e investigativo,

objetivando também proporcionar maior conhecimento acerca do tema Vínculos na Família Militar, realizado através de um levantamento bibliográfico, fora utilizado na metodologia, livros e artigos científicos nas línguas portuguesa e francesa, também foram consultados materiais não científicos como os documentos eletrônicos e comunidades sociais virtuais pertinentes ao tema.

PALAVRAS- CHAVE: Família Militar, Hierarquia, Transferência, Escola Militar.

ADAPTAÇÃO A CARREIRA MILITAR

O ser humano é fonte de percepção, crenças e necessidades singulares. Na escolha da profissão ele avalia uma série de fatores, alguns buscam informações com a

¹ Graduada em Psicologia pela Faculdades Cathedral, Pós Graduada: Especialista em Psicologia Sistêmica pela IEISSA – Secretária da Comissão da Criança, do adolescente e da mulher OAB Subseção Ponta Grossa – Membro da Comissão de Psicologia Jurídica dos Campos Gerais – Psicóloga Institucional da ABASE CASA do Piá. CRP-08/16584. E-mail: luciana.vie.val@gmail.com

família, amigos e até nos meios de comunicação social, os indivíduos que optaram por seguir a carreira militar, fizeram essa opção avaliando várias dessas informações. Quando um indivíduo decide ser militar, geralmente ele passa por algum processo de adaptação, como por exemplo, a “quarentena”, onde tem pouco ou nenhum contato com o civil e todas as atividades diárias seguem rigorosamente um horário. Durante sua permanência na escola são fornecidos alimentação, alojamento, atendimento de saúde e uma ajuda de custo. A adaptação é usada pelos instrutores militares para pressionar, tanto fisicamente como psicologicamente os futuros militares, com objetivo de selecionar os que têm aptidão para se adaptar à vida que está por vir. Nesse processo de adaptação são ministradas instruções militares básicas como: a ordem unida (movimentos feitos pela tropa em conjunto e a comando), a hierarquia militar, regras de convivência, disciplina, valores, uso de armamento, técnicas básicas de sobrevivência dentre outros(COSTA. S, 2012, p. 119).

No decorrer da sua carreira, o militar vive com a possibilidade de dano físico e risco de morte em toda missão executada (sendo esta uma possibilidade permanente em sua profissão), passa por um sistema de educação continuada, obedece a uma inflexível norma disciplinar, é proibido de exercer qualquer outra atividade profissional (salvo exceções) e deve estar disponível 24 horas do dia para qualquer missão, podendo ser movimentado em qualquer época do ano para qualquer região do país(EXÉRCITO BRASILEIRO, EB. 2012). Segundo Vade-Mécum a carreira militar é:

A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente

para sempre
(VD E.B, 2002).

O reajustamento a novos costumes não é configurado apenas como um simples evento, todavia constitui um prolongado processo do desenvolvimento de ajustamento, que comprometerá os membros da família de modo diferente, dependendo da fase de ciclo de vida no momento da transição (CARTER.B, 2011, p.77)

A ADAPTAÇÃO DOS FAMILIARES À VIDA PROFISSIONAL DO MILITAR.

A família é a primeira organização social em que, supostamente, o ser humano tem seus primeiros relacionamentos e tem com ela o apoio material e psicológico para que se desenvolva, possibilitando-lhe maturidade e condições para descobrir um significado na vida, independente da composição familiar. O sistema familiar passa por transições na vida que requerem mudanças nos relacionamentos e cada transição é marcada por características, desafios, tarefas, conflitos e crises esperadas, algumas variáveis ocasionais como doenças, desemprego, acidentes, separações etc. podem induzir ao desenvolvimento de problemas e mudança no contexto familiar(LAMANNO, V. 1987, p. 21). Em terapia familiar estratégica breve, os problemas são observados como sendo consequência de dificuldades cotidianas não resolvidas, que abrange alguma mudança na vida que não foi bem desempenhada e acabou envolvendo outra atividade resultando o desequilíbrio familiar, assim a família pode ser vista como um sistema que se autogoverna por meio de regras que define o que é e o que não é admitido, estabiliza-se e equilibra-se. Por outro lado, Lamanno. V , 1987 diz que a família pode ser definida como uma entidade evolutiva, capaz de transformações súbitas, assim, são dois paradigmas de esclarecimento do funcionamento da família, um mantendo o Status quo familiar e o outro evolutivo que dirige a família a transformações no seu padrão de interação, sendo ambos aceitáveis em momentos alternantes do funcionamento do

ciclo de vida familiar e, portanto, processos básicos de manutenção da família, respectivamente: Homeostase e Transformação (LAMANNO, 1987, p. 46) que são periodicamente vivenciadas por grande parte dos militares na ativa.

A constituição de um casal requer um amplo investimento por parte do casal, são duas histórias de vida familiar diferente, duas visões de mundo e uma pluralidade de subjetividades. O panorama se torna mais complexo à medida que esse casal, além de lidar com todos esses fatores diferentes, acrescenta a ele encontro entre duas etnias, onde implica diferenciação sociocultural que se reflete na língua, na religião, e na maneira de agir, (OSORIO, 2009, p.74) o que também é uma variável que é encontrada nas famílias militares.

É comum encontrarmos uma família militar onde cada um dos cônjuges nasceu em uma cidade diferente, isso se deve ao fato de algumas vezes o militar sair da escola de formação militar e ser movimentado para outra cidade e construir vínculo conjugal nessa cidade, esses vínculos vão apresentar características específicas, e os casais poderão se deparar com facilidades e dificuldades distintas (ROSSET, 2005, p.51).

Muitas das características da profissão e da família militar são dificilmente compreendidas quando analisadas do ponto de vista dos civis, pois estes muitas vezes ignoram a existência de processos de adaptação que ocorrem de forma natural e não natural, chegando a um equilíbrio do Sistema. Com o fenômeno da Globalização a distância geográfica não constitui tanto quanto antigamente um impedimento para construções de vínculos afetivos, o que por um lado acelera os processos de transformações e conhecimento de outras culturas e por outro instiga e potencializa o sentimento de nostalgia em relação ao passado e sua origem (OSORIO, 2009, P.75).

PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA PROFISSÃO DO MILITAR: AFASTAMENTO DA FAMÍLIA DE

ORIGEM, OS PROJETOS INDIVIDUAIS E SOCIALIZAÇÕES.

O afastamento da família de origem para o militar e sua família é uma variável a qual terão que vivenciar e adaptar-se. De um modo geral os militares de carreira do Exército Brasileiro são transferidos a cada 3 ou 4 anos de organização militar, ou seja, mudam de cidade e o plano de carreira militar, ainda inclui um período para os aperfeiçoamentos da profissão. O afastamento físico da família de origem traz para a família militar um desafio a superar, é natural que o militar se volte para seus pares, seus iguais, as outras famílias que residem nas vilas etc. para suprir a falta de um parente (SILVA C, 2012).

Em muitas organizações militares existe o incentivo formal para unir e proporcionar um ambiente agradável e familiar a todos os membros da família militar. Em Cascavel no Paraná no ano de 2010 alguns militares foram em missão de paz no Haiti, assim o Tenente-coronel daquela organização convidou o curso de Psicologia da UNIPAR para desenvolver um projeto para apoio às famílias dos militares engajados na missão. (UNIPAR, Notícias. 2010) Em outros momentos existem datas comemorativas em que as famílias militares reúnem-se para comemorar juntos com outras famílias de militares com o objetivo de diminuir a saudade da família de origem. (SILVA C, 2012).

É importante também enfatizar sobre as dificuldades para o estabelecimento dos projetos individuais do cônjuge do militar. Realizar uma faculdade, ter um emprego ou realizar projetos locais em longo prazo fica quase impossibilitado pela constante mudança geográfica do militar. Em relação à faculdade, a cada nova mudança de região, há o risco de atrasar a conclusão da graduação, pois algumas transferências de faculdade não implicam na validação total da grade curricular do graduando (EB, Característica da Profissão Militar, 2012).

A questão sobre o emprego é complexa, existe uma comunidade virtual de côn-

juces militares que trocam informações sobre empregos e concursos em diversas cidades, isso ajuda bastante, motivando a mudança e fixando ainda mais o vínculo familiar. Conforme Betty Carter, 2011, em relação ao gênero feminino, a independência econômica das mulheres tem profundas implicações na estrutura familiar tradicional e é crucial para a autoestima feminina (CARTER. B, 2011, p.34).

VÍNCULO: CONCEITO E APLICABILIDADE

Segundo Pinchon, 2008, o vínculo é uma estrutura complexa que inclui um sujeito e um objeto em influência mútua, com composições psicológicas internas e externas que interferem entre si, estando em constante movimento, ainda descreve que o vínculo está relacionado com a noção de papel, de status e de comunicação, ele enfatiza que por meio da relação com outra pessoa, reproduz uma história de vínculos determinados em um tempo e em um espaço com outra pessoa, de forma que as pessoas se relacionam a partir de modelos de vínculos. (Pichon-Riviere. E, 2007) O vínculo de um panorama dinâmico sustenta-se por uma cadeia de estipulações inconscientes como, por exemplo, os acordos, pactos, regras de qualidade afetiva. Assim pode-se dizer que existe vínculo a partir do momento em que a outra pessoa deixou de ser indiferente e passou a ter sentido e despertar sentimentos, principalmente no âmbito dos grupos, famílias, casais e instituições. (OLIVEIRA. D, TERZIS. A. 2009)

Nesse sentido os vínculos formados na instituição militar, além do conceito descrito acima, recebem um reforçador que são os valores inseridos pelo sistema militar. A inserção de valores militares, sobretudo aqueles que ressaltam o espírito de coletividade e os princípios de hierarquia e disciplina, tem influência direta e indireta na vida dos familiares do militar. A família está envolvida no contexto militar, morando em vilas ou PNRs, frequentando clubes

sociais separados por círculos, seus filhos estudando em colégios militares dentre outros ambientes que envolvam militares. A profissão militar por sua natureza coloca a vida do profissional em risco e é desenvolvida como uma atividade coletiva, assim é natural que valores associados à fraternidade, camaradagem, coragem, solidariedade e especialmente o espírito de corpo surjam também nos cônjuges.(EB, Característica da Profissão Militar, 2012).

O vínculo mantido entre essas famílias, muitas vezes é sustentado através da comunicação por meio da internet, redes sociais e até por voltarem a se encontrar noutra região após anos mudando pelo Brasil. Seus filhos se reencontram, e voltam algumas vezes a morar em sua cidade de origem com sua família de origem, portanto há o vínculo formado por indivíduos com projetos e vivências comuns. A compreensão e colaboração do cônjuge é de extrema importância para a manutenção do vínculo familiar do militar. No estudo realizado pela mestrandia Fernanda Chinelli M. Silva, 2012, é de grande relevância ser observado a entrevista dada, onde a esposa do militar diz que não vai ficar fazendo o curso em outra cidade longe do marido e que tem coisas muito maiores na vida, e a família está em primeiro lugar. (SILVA, F. 2012).

O processo educacional dos filhos em geral é influenciado pelo sistema militar. Em vários lugares do Brasil há os Colégios Militares, que oferecem o ensino fundamental e o médio, esses estabelecimentos de ensino proporcionam educação de alta qualidade e as práticas didáticas pedagógicas subordinam-se as normas e prescrições do ensino do Exército, levando os alunos à qualificação para o trabalho e preparando-o para vida como cidadão conforme os valores, costumes e tradições militares(EB Colégio Militar, 2012). O ensinamento naturalmente constrói os comportamentos sociais, as crianças vão aprendendo por meio da vivência no contexto militar (EB Colégio Militar, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do indivíduo integrado ao seu contexto familiar e sociocultural é estudado e pesquisado por algumas abordagens psicológicas, dentre elas encontra-se a abordagem sistêmica que usa a terapia sistêmica como método terapêutico e a complexidade de uma família se estendem dentre os mais variados contextos desde seu supra-sistema até seu subsistema, seja de ordem biológica, genética, psicológica, social, cultural e ambiental. O estudo sobre a família militar das forças armadas, apesar de pouco desenvolvido no Brasil comparado com outros contextos familiares aponta que essa família também passa por todas as etapas do ciclo de vida familiar, crises esperadas e crises não esperadas acrescentando algumas variáveis que é característico da profissão do militar. A atividade da profissão militar é fortemente hierarquizada, organizada com formações, instruções exercício físico, tiro com as mais diversas armas, sucessivas transferências de organização que afastam o militar e suas famílias do convívio de seus parentes e amigos (G. Desjeux, C. Balai-rea, V. Pommier de Santib, et AL, 2009). Após a revisão, a questão da adaptação do sistema familiar militar às mais variadas formas da organização militar exige resiliência por parte de todos, sejam amigos, parentes, marido, esposa, filhos, etc. Por meio da compreensão da homeostase a família vai se equilibrando e adaptando-se aos poucos até por já ter um conhecimento prévio do que pode viver, assim tentam manter vínculos saudáveis durante sua vida. A família do militar muitas vezes motivada pela união da família e pela manutenção de valores, passa por situações que do ponto de vista de alguns civis é uma situação de imensa dificuldade, como por exemplo, se afastar da família de origem que é um dos primeiros passos na vida do militar e sua família, porém nas férias estes se reencontram e quase sempre é motivo para comemorar mais e cultivar seus sentimentos, empregando e intensificando seus

vínculos.

Valores militares como: Patriotismo, civismo, fé na missão, amor à profissão, espírito de corpo, companheirismo, camaradagem, influenciam de forma direta e indireta na formação de vínculos familiares, na convivência com outras famílias é compartilhado suas vivências, qual local se adaptaram mais, qual escola é melhor para seus filhos dentre outros. Durante o afastamento do militar em missão ou cursos de aperfeiçoamento, as famílias se ajudam e o apoio ao cônjuge é essencial para o militar, ambos reforçam o valor de uma família em momentos como esses, eles se unem e passam por experiências de superação. (EB, Característica da Profissão Militar, 2012).

A pesquisa apresentada não tem a pretensão de trazer todas as respostas em relação ao desenvolvimento do vínculo familiar do militar das Forças Armadas, porém, pretende-se trazer à tona discussões que colaborem significativamente no processo de conhecimento do sistema familiar militar. Então, faz-se necessário o conhecimento básico das características e peculiaridades de um militar para uma melhor compreensão de seu sistema, compreendendo cada membro no seio familiar e compreendendo o sistema de valores e seus vínculos.

REFERÊNCIAS

CARTER. B, MCGOLDRICK. M. **“As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma estrutura para a terapia familiar”**. 2.ed. São Paulo: Artmed, 2011.

CASTRO, C. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COSTA, S. **Psicologia Militar, Sob tensão: Estresse e emoção**. 1. ed. Recife: Silva Costa, 2012.

EXÉRCITO BRASILEIRO, EB. **“Característica da profissão militar”**. Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/web/guest/caracteristicas-da-profissao-militar> > acesso em: 18 dez 2012.

EXÉRCITO BRASILEIRO, EB. **“Colégio**

Militares-Ensino Fundamental e Médio". Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/web/ingresso/colegios-militares>> acesso em: 18 dez 2012.

G. Desjeux, C. Balairea, V. Pommier de Santib, et al. "**Médecine et Armées**". 1. ed. Paris: J.E. Touze, 2009.

LAMANNO, V. "**Terapia Familiar e de Casal**." 8. ed. São Paulo: Summus, 1987.

OLIVEIRA. D, TERZIS. A. "**Vínculos e instituição: Desenvolvimentos Teóricos no campo da Psicanálise**". Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/websist/porta/pesquisa/ic/pic2009/resumos/2009824_143355_207337625_reseEE5.pdf> acesso em: 14 Jun.2013.

OSORIO. L, VALLE. M. "**Manual de Terapia Familiar**".1.ed. São Paulo: Artmed, 2009.

PICHON-RIVIÈRE, E. "**Teoria do Vínculo**". 3. ed. São Paulo: Martins, 2007.

ROSSET. M. "**Relações de Casal: Tempo, mudança e práticas Terapêuticas**". 1.ed. Curitiba: Sol, 2005.

SILVA, F. "**Eu adoro ser mulher de militar**". Disponível em: <<http://www.abed-ddfesa.org/page4/page7/page21/files/FernandaChinelli.pdf>> acesso em: 18 dez. 2012.

SILVA. C. "**O QUARTEL E A CASA: Uma etnografia das famílias de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras**". Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/gruposSilva.pdf> acesso em: 18 dez. 2012.

UNIPAR, Notícias "**Cascavel: Curso de Psicologia auxilia militares em missão no Haiti**". Disponível em: < <http://www.unipar.br/noticias/2010/09/17/cascavel-curso-de-psicologia-auxilia-militares-em-missao-no-haiti/>> acesso em: 22 jan. 2013.

VADE MÉCUM "**Vade Mécum do Exército Brasileiro**" disponível em:< <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/86-cerimonial/vade-mecum/119-vade-mecum>> acesso em 14 jan. 2013.

CINOTERAPIA: UMA TERAPIA PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COMO FORMA DE REABILITAÇÃO

Carine Nascimento da Silva¹
Aimê Cunha Arruda²
Candida Elisa Manfio³
Paulo Sergio Felipe Alves⁴
Vaneza Cauduro Peranzoni⁵

RESUMO

No presente artigo, propomos analisar a eficácia da Cinoterapia, como método educacional e terapêutico, que utiliza o cão, a partir de uma abordagem interdisciplinar entre as áreas da saúde e educação, buscando o desenvolvimento global dos praticantes, atendidos pelo Centro de Equoterapia da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas/Universidade de Cruz Alta, no município de Cruz Alta- RS.

A Cinoterapia é uma técnica inovadora,

que visa realizar o desenvolvimento humano e incentivar a relação homem e animal (cão), contribuindo para que os praticantes estimulem suas capacidades físicas, cognitivas, sociais e funcionais necessárias para seu desenvolvimento biopsicossocial, contribuindo assim, para a sua educação.

Essa prática pontua, principalmente, a necessidade de estabelecer vínculos com animais, os quais são conhecidos como objetos transacionais, estabelecendo a segurança do praticante.

1 Carine Nascimento da Silva, Acadêmica do Curso de Fisioterapia- Universidade de Cruz Alta. Bolsista PIBEX-UNICRUZ. kaca_nascimento@hotmail.com; 2 Aimê Cunha Arruda, Acadêmica do Curso de Fisioterapia- Universidade de Cruz Alta. Bolsista PIBIC-FAPERGS. aimecunha4@gmail.com; 3 Candida Elisa Manfio, Pós-Doutora em Melhoramento Vegetal - Professora Adjunta da Universidade de Cruz Alta. cmanfio@unicruz.edu.br; 4 Mestrado em Estado Maior – Coronel de Cavalaria –Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas - EASA (2014-2015). paulosergiofelipealves@yahoo.com.br.; 5 Professora Doutora em Educação , orientadora da pesquisa, pós doutoranda em educação da UFSM. Prof. Da Universidade de Cruz Alta. vaneza.cauduro@terra.com.br

Na Cinoterapia há a atuação de uma equipe multidisciplinar, das áreas da saúde e educação, que usufrui desse instrumento como reforçador, estimulador e facilitador da reabilitação dos praticantes.

Essa técnica utiliza o cão durante as sessões, através do contato, possuindo uma prática educacional e social, buscando a reeducação global de pessoas com necessidades especiais, fobias, dificuldades escolares e transtornos de déficit de atenção com hiperatividade, assim como a incentiva a responsabilidade, melhora a autoestima, autocontrole e propicia o estreitamento ou a realização de relações sociais à medida que facilita o contato físico e verbal.

A descoberta da técnica de Cinoterapia foi realizada por Boris Levinson, no século XVIII na Inglaterra, sendo que em 1953, atendendo seus pacientes no consultório, Boris percebeu que na presença do seu cão, alguns pacientes introvertidos perdiam todas as suas inibições e medos, o que favorecia a comunicação entre o psiquiatra e os seus pacientes. Boris também observou que o convívio com os cães trazia benefícios psicológicos, pedagógicos e sociais.

Mais tarde, no ano de 1966, na Alemanha, foram utilizados cães como terapias, e no ano de 1967, na Noruega, Erling Stodahl, um músico com deficiência visual, fundou o Centro Beitostolen, para a reabilitação de cegos e incapacitados.

No Brasil, nas décadas de 50 e 60, o uso de cães e gatos, como facilitadores no processo terapêutico de pacientes, iniciou com a Psiquiatra e Terapeuta Ocupacional, Dra. Nice da Silveira. Ela notava que esquizofrênicos se relacionavam melhor com o cão, observando que haviam pontos de apoio seguros e os pacientes podiam se organizar psiquicamente.

A primeira experiência objetivando vistas terapêuticas, com animais no Brasil, foi realizada em 1997, pelo Dr. Hannelore Fuchs. No entanto, ele utilizava apenas a presença do cão no espaço hospitalar, não existindo interação entre paciente e cão.

Um animal de estimação sempre dará a atenção e terá tempo para brincar com as crianças, servindo muitas vezes como um refúgio emocional, um ouvinte paciente e um elo, que proporciona à família, sejam quais forem as dificuldades, um senso de propósito e integração.

1. Por que o cão como terapia

O cão é coterapeuta no tratamento físico, psíquico e emocional de pessoas com necessidades especiais e, conseqüentemente, precisa atender a diversos requisitos para que o trabalho tenha êxito, não comprometendo a relação cão-paciente.

Qualquer raça de cachorro poderá ser utilizada como um coterapeuta, inclusive cães sem raça definida, porém a excelência no temperamento e sociabilidade fizeram do Labrador e do Golden Retriever as raças ideais nestas atividades terapêuticas (BUSSOTI, p. 21, 2005).

Os animais utilizados para a Cinoterapia passam obrigatoriamente por uma avaliação, devendo atender os requisitos de saúde animal, o que é praticado por um médico veterinário, sendo reavaliados e monitorados, com frequência.

Dentre as avaliações, estão os testes quanto ao comportamento, obediência, socialização e aptidão. O cão também precisa ter agilidade e ser treinado, no entanto para que o cão seja considerado um coterapeuta, existem 4 (quatro) etapas que precisam ser atendidas: treino de obediência (adestramento), completo diagnóstico do veterinário, teste de temperamento e estar com a vacinação em dia.

Com estas características o cão é um ótimo coterapeuta, pois não dá atenção à idade ou à habilidade física das pessoas, sendo que aceita as pessoas como elas são, sem qualquer preconceito, agindo de modo auxiliar e não trazendo um olhar crítico ao caso do praticante.

O cão não é só um excelente animal de companhia, como também pode ter um papel fundamental no dia a dia de pessoas

com dificuldades motoras, auditivas, visuais. Um cão apto para terapias pode receber treinamento específico, com o objetivo de realizar tarefas que aumentem a autonomia e a funcionalidade de uma pessoa com necessidade especial.

Estas características podem ser adaptadas a necessidades de cada indivíduo, o cão pode ser adestrado para realizar determinadas habilidades, nomeadamente. Assim como há os cães de assistência, que atuam como cão-guia, cão de alerta, cão para surdos e cão de serviço.

O cão-guia auxilia pessoas com deficiência visual a se locomover a qualquer lugar e, por estar a trabalho, costuma ser aceito em locais públicos. Por este motivo o treinamento é rigoroso, pois ele nunca deve obedecer a qualquer comando que possa colocar o seu acompanhante em perigo.

O cão de alerta avisa as pessoas, por exemplo, que possuem epilepsia, da proximidade da ocorrência de uma crise. O cão de alerta é selecionado de acordo com a sua personalidade e temperamento, devendo ser capaz de realizar tarefas como permanecer junto do dono durante o caso de perigo.

O cão para surdos indica fontes sonoras a pessoas com deficiências auditivas, ou seja, é treinado para responder ou alertar para ruídos do dia a dia.

E por fim, o cão de serviço que ajuda pessoas com incapacidades motoras ou com problemas do foro psiquiátrico, podendo executar algumas tarefas como: acender e apagar luzes, abrir e fechar portas, puxar cadeiras de rodas, sacar dinheiros, apanhar objetos caídos e “chamar” ajuda.

Deste modo, o cão aceita as pessoas com as suas características, oferecendo relevante apoio emocional, com um comportamento dócil e adestrado, proporcionando aos praticantes momentos de tranquilidade, alegria e segurança. Além disso, a presença do animal poderá diminuir a pressão sanguínea e o estresse, cativando o praticante e estimulando o psicológico e emocional.

2. Os benefícios da Cinoterapia

De acordo com OLIVEIRA (p.1, 2007) o ritmo frenético atual tem causado grandes problemas não somente aos adultos, mas também às crianças, que têm sido grandes vítimas deste processo.

Por esta razão, e em decorrência dos resultados de pesquisas científicas que mostram que o convívio com animais é altamente benéfico, alguns profissionais pensaram em desenvolver, a partir daí, uma terapia alternativa para auxiliar no tratamento de pessoas que necessitam de auxílio psicológico com o fim de proporcionar-lhes uma melhor qualidade de vida.

Segundo DOTTI (p. 8, 2005) a Cinoterapia proporciona benefícios diversos, dentre eles:

Mentais como, estímulo à memória da pessoa, exercícios de cognição por meio de material usual do animal, da alimentação e de higiene. Dentre os benefícios emocionais, estão o amor incondicional e atenção, espontaneidade das emoções, redução da solidão, diminuição da ansiedade, relaxamento, alegria, reconhecimento de valor e troca de afeto. Benefícios sociais como, oportunidade de comunicação, sentimento de segurança, socialização, motivação, aprendizagem. Benefícios físicos como, exercícios e estímulos variados relativos à mobilidade; estabilização da pressão arterial e reações químicas positivas, bem-estar, afastamento do estado de dor, e encorajamento das funções da fala e das funções físicas.

Segundo BECKER (p.4, 2003) as crianças e os cães estabelecem uma comunicação recíproca que possibilita um desenvolvimento da autoestima, respeito, companheirismo, visão de futuro e ainda estimula a liberação de substâncias que podem ser benéficas ao organismo, como endorfina e adrenalina.

OLIVEIRA (p. 3, 2007) relata que animais de comportamento dócil trazem ao ser humano momentos de tranquilidade e alegria.

As pessoas deixam de lado seus problemas, dores, insatisfações, seus momentos

de solidão e tristeza, sentem-se mais dispostas a falar com os animais, pois estes os retornam um olhar não julgador.

3. O uso do cão como terapia

Alan Entin (1989 apud BECKER, 2003), um psicólogo de Richmond, Virgínia, que estudou os efeitos dos animais sobre a estrutura familiar, acredita que o bicho de estimação da família pode servir como uma tela para a projeção de emoções.

Da mesma forma, Becker (p. 2, 2003) relata que um bicho de estimação pode servir como refúgio emocional, um ouvinte paciente e um elo, que proporciona à família, quaisquer que sejam as dificuldades, um senso de propósito e integração.

Observamos, atualmente, que a vida de pais, ditos contemporâneos, é de muito trabalho, restando pouco tempo para o convívio e a interação diária com seus filhos. Neste contexto familiar, que de maneira geral se tornou acelerado, o vínculo com um animal pode desempenhar um papel vital.

O vínculo afetivo que o paciente logo estabelece com o animal é o primeiro passo para o sucesso da terapia, pois abre caminho para a comunicação com o terapeuta, sendo relatado em estudos de Oliveira (p. 6, 2007), que se o paciente tiver a oportunidade de presenciar a atitude do terapeuta com os animais, isso claramente servirá de exemplo, gerando, por consequência, maior confiança no desenvolvimento da relação com o profissional.

De acordo com David Niven (p.10, 2001), autor do livro "Os 100 segredos das pessoas felizes", um dos fatores que contribui para a felicidade do ser humano é conviver com um animal de estimação.

O amor que os cães oferecem, incondicionalmente, revitaliza aquelas pessoas que muitas vezes se sentem isoladas e abandonadas pelos familiares.

Oliveira (2007) cita que a psicóloga Sandra Salgado, integrante do Instituto de Psicoterapia Comportamental, nos casos de crise de depressão e síndrome do pânico, o paciente

fica obcecado pelo seu problema. A presença do animal desvia o foco da atenção da doença para algo que lhe faz bem.

Para a psicóloga Débora Gil, especializada em crianças, os pequenos aprendem a ter responsabilidade, já que precisam cuidar do cão durante a terapia, sendo assim a criança que tem seu lado afetivo bem explorado e desenvolvido terá grandes chances de se tornar um adulto bastante equilibrado afetivamente.

Observa-se, nesses jovens, o desenvolvimento da capacidade de se colocar no lugar do outro, pois é preciso interpretar as necessidades do cão. O resultado: crianças menos egoístas e mais seguras.

Em reportagem sobre os benefícios da interação com animais, o adestrador Denis Martin, da Universidade de Southamptom, na Inglaterra, enfatiza que o simples ato de fazer carinho em um cachorro ajuda a eliminar a carga elétrica proveniente da tensão e conseqüentemente diminui a agressividade. Os pelos dos animais agem como condutores de energia, e isso não afeta o animal de forma negativa. Ele não absorve essa carga de tensão (OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Becker (p. 13, 2003) os animais oferecem à criança uma maneira de experimentar o mundo físico e social. A compreensão de que há uma criatura com sentimentos diferentes afasta as crianças de seu ponto de vista egocêntrico. A concepção dessa diferença é a base do desenvolvimento da personalidade. Quando convivem com animais as pessoas tornam-se mais sociáveis, interagindo melhor com outras pessoas.

Jerson Dotti (p.4, 2005), fundador do Projeto Cão do Idoso e Presidente da Organização Brasileira de Interação Homem-Animal Cão Coração (OBIHACC), relata em seu livro que idosos através da Cinoterapia melhoram a sua saúde, aceitando outros tratamentos.

Segundo Dr. Boris Levinson, as pessoas geralmente falam com os animais, compartilhando com eles seus pensamentos, sentimentos e lembranças.

Além do mais, quando um animal está entre duas pessoas, ele sem querer as aproxima, pois tem algo de que possam falar. A mera presença de um cão pode facilitar uma interação terapêutica com os pacientes, que possuem

pouca ou nenhuma comunicação verbal ou que tenham dificuldades de socialização.

Becker (2003) relata que os cães podem chamar a atenção das crianças autistas.

Nos autistas, a Cinoterapia proporciona melhora na capacidade de comunicação e na sensibilidade, embora muitos desses pacientes não falem e tenham aversão ao toque.

Johnson (1983 apud GOLDEN, 2004) relatou os benefícios da Cinoterapia no trabalho com crianças com necessidades especiais.

A dependência de um cão permite a criança com necessidades especiais oferecer apoio a outro ser vivo, revertendo o seu papel de sempre ser apoiada. O contato com o cão providencia senso de autonomia e valor próprio, pois a criança passa a se perceber como útil e benéfica.

Segundo Oliveira (p. 18, 2007) a Terapia Facilitada por Cão é benéfica, também, no cenário educacional.

No ambiente escolar os cães podem servir como uma base para o desenvolvimento intelectual de uma criança. Há programas nos quais as crianças lêem para o cão. As crianças não têm preocupação em ler em voz alta para o cão, visto que este não poderia censurá-las ou corrigi-las.

Professores que receberam animais em suas salas de aula observaram um efeito tranquilizante nos alunos, principalmente naqueles com dificuldades de aprendizagem e alterações comportamentais; provocando melhoria na conduta e concentração, reduzindo o estresse e melhorando a autoestima (OLIVEIRA, 2007).

Os cães com treinamento especial auxiliam profissionais da área da saúde a trabalhar a fala, equilíbrio, expressão de sentimentos e motivação dos seus pacientes. Esses cães realizam exercícios buscando estimular o paciente nos sentidos físico e psicológico, trazendo benefícios para o enfermo, providenciando numerosas oportunidades para crescimento pessoal baseado em benefícios educacionais, recreacionais ou motivacionais, a partir do contato com o animal (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Silva (2014) a Terapia Facilitada por Cães é provida de oportunidades, pois permite ao praticante aprender novas tarefas e comportamentos, o que pode levar ao aumento do po-

tencial para a resposta adaptativa necessária na organização das tarefas cotidianas (saúde, lazer e educação).

OLIVEIRA (p. 37, 2007) relata, em muitos estudos, que através da Cinoterapia, os idosos riem mais, se comunicam melhor, sentem menos dor, trabalham a memória, observando-se, também, melhoras nos casos de depressão. Os idosos se sentem úteis ao cuidar do cão, sentem-se mais empolgados e relaxados para realizar o tratamento, possuindo a noção de estar no comando, havendo uma diminuição da dor, do estresse e aumentando a segurança.

Portanto, a Cinoterapia tem inúmeros benefícios e efeitos eficazes, sendo válida para todas as idades e circunstâncias, sendo que em crianças e em pessoas com transtorno global do desenvolvimento, deficiência mental, dificuldades escolares os resultados são mais satisfatórios, oferecendo-lhes benefícios no processo terapêutico, agindo de modo coadjuvante e promovendo uma melhor socialização entre os pacientes e o meio em que vivem.

A Cinoterapia pode não promover a cura do praticante, mas traz tranquilidade, alegria e segurança, reduzindo o impacto e o estresse gerados pela doença.

Quando os seres humanos e os animais estão juntos, num mesmo ambiente, podemos verificar uma gama de benefícios significativos, o que facilita a relação terapêutica, por intermédio das diferentes experiências com esses animais, o que poderá acarretar em novas aprendizagens para todos os envolvidos. A realidade é que as possibilidades se mostram infinitas, em virtude dos diversos benefícios para a humanidade, ou seja, para a comunidade em que o paciente vive.

Através da Cinoterapia, busca-se oferecer uma melhor qualidade de vida para a comunidade, visando desenvolver uma técnica diferenciada aos pacientes, proporcionando uma reabilitação global.

REFERÊNCIAS

BECKER, M. O Poder Curativo dos Bichos. 1a ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

BECKER, M. O poder curativo dos bichos: como aproveitar a incrível capacidade dos bichos de manter as pessoas felizes e saudáveis. R.J: Bertrand Brasil, 2003

BUSSOTI, E. Assistência individualizada: “posso trazer meu cachorro?”. Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo, v.39, p. 21-27, 2005.

DOTTI, J. Animais & Terapia. São Paulo: Editora Noética. FORLENZA, Orestes V. Psiquiatria Geriátrica do Diagnostico Precoce À Reabilitação. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

OLIVEIRA, G. Cinoterapia: Benefícios da interação entre crianças e cães. Teorias e Sistemas no Campo, 2007.

SILVA, D. M.; PENTEADO, R. de V. SANTIAGO, R. S. ; RODRIGUES, V.; SMEHA, L. N. Os benefícios da Cinoterapia para adultos com deficiência mental. Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria-RS, Brasil, 2014.

HISTÓRIA DA MEDICINA VETERINÁRIA MILITAR NO BRASIL

Ana Beatriz Benevides de Freitas¹
Gustavo de Freitas Araújo²

RESUMO

A medicina veterinária militar brasileira surgiu da necessidade imperiosa de se manter as condições de saúde dos efetivos equinos e asininos e impedir a transmissão de doenças aos homens. Em 1810, foi criado o primeiro cargo de veterinário no Exército, no 1º Regimento de Cavalaria. Graças a estudos realizados pelo médico militar João Muniz Barreto de Aragão e com a ajuda de médicos militares veterinários franceses foi criada a Escola de Veterinária do Exército em 1910. Atualmente os médicos veterinários exercem diversas funções no Exército Brasileiro, desde atendimento clínico-cirúrgico a cães e cavalos, inspeção de alimentos, produção de soro antiofídico e até participando de missões de paz no exterior.

Palavras-chave: Medicina Veterinária Militar - Escola de Veterinária do Exército - Exército Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

A cultura científica e literária no Brasil começou a desenvolver-se com a chegada da família real, em 1808. As primeiras instituições de ensino superior no Brasil foram fundadas nesse período, como a Real Academia dos Guardas-Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810). Além disso, foram criadas diversas faculdades, com destaque para a Faculdade de Medicina e Cirurgia (1815), Direito (1827) e a de Engenharia Politécnica (1874) (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA).

Em 1810, através de um decreto, o Conde de Linhares, Ministro do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criou o primeiro cargo de veterinário, no 1º Regimento de Cavalaria do Exército, também conhecido como Dragões da Independência (CAMOLEZE, 2013), sendo um passo decisivo para criação do futuro Serviço de Veterinária Militar (CAMOLEZE, 2014).

1 A autora é graduanda de Medicina Veterinária na Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ;

2 O autor é 1º Tenente do Exército, formado na Academia Militar das Agulhas Negras em 2012.

Entretanto, o interesse pelo início do ensino das Ciências Agrárias no Brasil foi despertado em uma Conferência ministrada pelo Veterinário e Fisiologista Gabriel Colín, na Escola Veterinária de Alfort, assistida pelo Imperador D. Pedro II, ao viajar para França, em 1875. Ao regressar para o Brasil, o Imperador tentou propiciar as condições para a criação de uma entidade semelhante no país (VELLOSO; ÂREAS; MADUREIRA, 20--?).

Este interesse foi reforçado a partir das descobertas do cientista francês Louis Pasteur (1822-1895), que revolucionou a medicina em geral, principalmente em relação à etiologia, atribuindo as causas das doenças aos micróbios. Os animais, então, tornaram-se importantes objetos de pesquisas voltadas para a elaboração de vacinas, que deveriam ser aplicadas neles próprios e nos homens na prevenção de doenças (VELLOSO; ÂREAS; MADUREIRA, 20--?).

A MEDICINA VETERINÁRIA MILITAR

Assim como nos exércitos da França e dos Estados Unidos, a medicina veterinária militar brasileira surgiu da necessidade imperiosa de se manter as condições de saúde e sanitárias dos efetivos equinos¹ e asininos², utilizados como força motriz de logística e combate, para cumprir com os objetivos táticos e operacionais durante as operações (CAMOLEZE, 2014). Dessa forma, foi criada oficialmente no país no início do século XX, no ano de 1908, pela Lei nº 1860, de 04 de janeiro de 1908, pelo então presidente da República, Affonso Augusto Moreira Penna, com base nas reformas militares de reorganização da Força Terrestre implementadas pelo Marechal Hermes, o Serviço de Veterinária como parte integrante do Corpo de Saúde do Exército Brasileiro (CAMOLEZE, 2014).



Figura 1 - Distintivo do Serviço de Veterinária do Exército Brasileiro. (BLOG MEDICINA VETERINÁRIA MILITAR, 2016).

No ano de 1951, o Exército, com o desenvolvimento das atividades veterinárias na instituição, já possuía mais de 50 granjas e nove coudelarias¹ espalhadas por todos as regiões do país. Implantadas nas organizações militares, principalmente nos Regimentos de Cavalaria. As granjas tinham a função de produzir alimentos para a tropa, para funcionários civis e seus dependentes. Cabe destacar, também, o desenvolvimento da produção de carne, de leite, de hortifrutigranjeiros e de carvão vegetal. Para as unidades localizadas na fronteira, eram o principal meio de suprimento de gêneros de primeira necessidade, que, devido à distância e à precariedade das estradas e comunicações, não conseguiam chegar através de estradas (CAMOLEZE, 2014)

A Escola de Veterinária do Exército

A origem da Escola de Veterinária do Exército pode ser atribuída aos estudos realizados pelo médico João Muniz Barreto de Aragão, no Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia no Serviço de Saúde do Exército. As pesquisas tinham como objeto as doenças que acometiam os animais e eram transmitidas aos militares, reduzindo o contingente das tropas. Desta forma, entre os anos de 1904 e 1910, este militar dedicou-se à bacteriologia e à patologia dos animais domésticos, destacando-se seus estudos sobre o mormo no homem e a febre aftosa no município de Cantagalo (RJ) (VELLOSO, ÂREAS, MADUREIRA, 20--?).



Figura 2 - Turma do Curso de Formação de Oficiais Veterinários, em 1972, na Escola de Veterinária do Exército, Rio de Janeiro-RJ (BLOG MEDICINA VETERINÁRIA MILITAR, 2015)

Nesse contexto, o governo brasileiro solicitou ao Instituto Pasteur, na França, a indicação de dois médicos veterinários para orientarem os estudos de instalação de um curso prático de veterinária militar no Brasil. Foram enviados então, a 10 de maio de 1908, os veterinários Tenente-coronel Antoine Dupy e Capitão Paul Ferret, que integraram a primeira Missão Militar Francesa, que se estendeu até 1911. A segunda missão de médicos militares veterinários franceses foi formada em 1913 pelo Capitão André Vantillard e o Primeiro-tenente Henri Marliangeas (da École Veterinaire D'Alfort) (VELLOSO, ÂREAS, MADUREIRA, 20--?).

Em 1910, foram criadas as duas primeiras instituições de ensino de Veterinária no Brasil, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, através do Decreto nº 8.919 de 20 de outubro de 1910, aberta em julho de 1913, e a Escola de Veterinária do Exército, pelo Decreto nº 2.232, de 6 de janeiro de 1910, aberta em junho de 1914, ambas no estado do Rio de Janeiro (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA, 20--?).

O ensino na Escola de Veterinária do Exército constava das seguintes matérias: noções de anatomia e fisiologia indispensáveis à clínica exterior dos cavalos; ferragens e ferraduras; cuidado a dar às patas dos cavalos ou muares; noções de patologia geral, de patologia interna e patologia externa; generalidades sobre moléstias contagiosas, estudo sumário da imunidade e vacinação; emprego e contraprova dos meios de diagnósticos fornecidos pela bacteriologia e parasitologia; profilaxia das moléstias contagiosas, emprego de soros e vacinas; e higiene, inspeção de carnes e conservas (VELLOSO; ÂREAS; MADUREIRA, 20--?).

Em prédios anexos à Escola de Veterinária do Exército, havia um hospital, uma policlínica, um curso de ferradores, um curso prático de enfermeiros veterinários e outro de aperfeiçoamento de veterinários (VELLOSO; ÂREAS; MADUREIRA, 20--?).

Em 1917, foi diplomada a primeira turma de veterinários constituída por cinco militares e dois civis.

A Escola de Veterinária do Exército formou 106 alunos até o ano de 1930 (VELLOSO, ÂREAS, MADUREIRA, 20--?).

Pelo decreto nº 19.155 de 03/04/1930, a denominação da Escola de Veterinária do Exército foi modificada para Escola de Aplicação do Serviço de Veterinária do Exército e o ensino ficou constituído pelos seguintes cursos: Aplicação, destinado a formação militar básica dos médicos veterinários civis recém ingressados no Exército; Aperfeiçoamento, voltado para o aprimoramento profissional dos oficiais veterinários; e Ferradores, visando formar profissionais militares para o exercício desta especialidade (VELLOSO; ÂREAS; MADUREIRA, 20--?).

Em 13 de março de 1975, a Escola de Aplicação do Serviço de Veterinária do Exército foi extinta e o curso de formação de médicos veterinários do Exército passou a ser ministrado pela Escola de Saúde do Exército (VELLOSO;ÂREAS; MADUREIRA, 20--?).

Patrono do Serviço de Veterinária



Figura 3 - Tenente-Coronel João Muniz Barreto de Aragão, Patrono do Serviço de Veterinária do Exército Brasileiro (CAMOLEZE, 2014)

Em 1940, O Tenente-Coronel João Muniz Barreto de Aragão, devido aos excelentes serviços prestados para o desenvolvimento da medicina veterinária no país, foi designado como Patrono do Serviço de Veterinária do Exército Brasileiro (VELLOSO; ÂREAS; MADUREIRA, 20--?). Na data de 17 de junho é comemorado o dia do Serviço de Veterinária do Exército, homenageando ao seu nascimento, ocorrido naquela data, no ano de 1874, em Santo Amaro, Bahia (SINDICATO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS – RJ, 2015).

Entre os muitos feitos de Muniz de Aragão, podemos citar a criação do Serviço de Defesa Sanitária Animal, precursor do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, e a redação do primeiro Código Sanitário Animal, que abriu os frigoríficos do Brasil para a exportação, impulsionando a agroindústria. O Tenente-Coronel Muniz de Aragão faleceu em janeiro de 1922 (VELLOSO, ÂREAS, MADUREIRA, 20--?).

O Médico Veterinário Atualmente no Exército Brasileiro

O médico veterinário civil pode ingressar no Exército Brasileiro por duas vias, como oficial temporário, através de análise de currículo em convocações das Regiões Militares, ou militar de carreira por meio de concurso anual da Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEX). As principais áreas de atuação são: Inspeção de Alimentos, atuando em um dos 18 Laboratórios de Inspeção e Bromatologia (LIAB), responsáveis pela análise físico-química e microbiológica dos alimentos comprados para consumo da tropa e dos animais; Atuação no manejo, reprodução, atendimento clínico-cirúrgico e adestramento dos animais de emprego militar, cerca de 2 mil equinos e 600 cães de guerra, e animais silvestres em alguns zoológicos e criadouros sob responsabilidade militar; Atuação no manejo, reprodução, atendimento clínico-cirúrgico e adestramento dos animais de emprego militar, cerca de 2 mil equinos e 600 cães de guerra, e animais silvestres em alguns zoológicos e criadouros

sob responsabilidade militar; Gestão Ambiental e controle de zoonoses, vetores e pragas, orientando as Organizações Militares (OM) na adequação de suas missões às normas ambientais, promovendo ações de Educação Ambiental, Saúde Ambiental e Bioproteção; Segurança de alimentos, realizando auditorias de boas práticas nas organizações militares nos locais de preparo de alimentos, assim como orientando práticas preventivas para evitar surtos de gastroenterites; Participação em missões de paz para garantir a operacionalidade da tropa desdobrada, evitando a transmissão de doenças infecciosas (LIMA, 2016);

Outras missões diversas como: produção de soro antiofídico no Instituto de Biologia do Exército (IBEx); apoio a atividades esportivas no hipismo, como os Jogos Olímpicos Rio 2016; Defesa Química, Biológica e Nuclear (DQBN), protegendo alimentos, animais e participando das pesquisas no tema; pesquisa científica, entre outras (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA).



Figura 4 - Médica Veterinária atendendo Cão de Guerra. (SOARES, 2014)

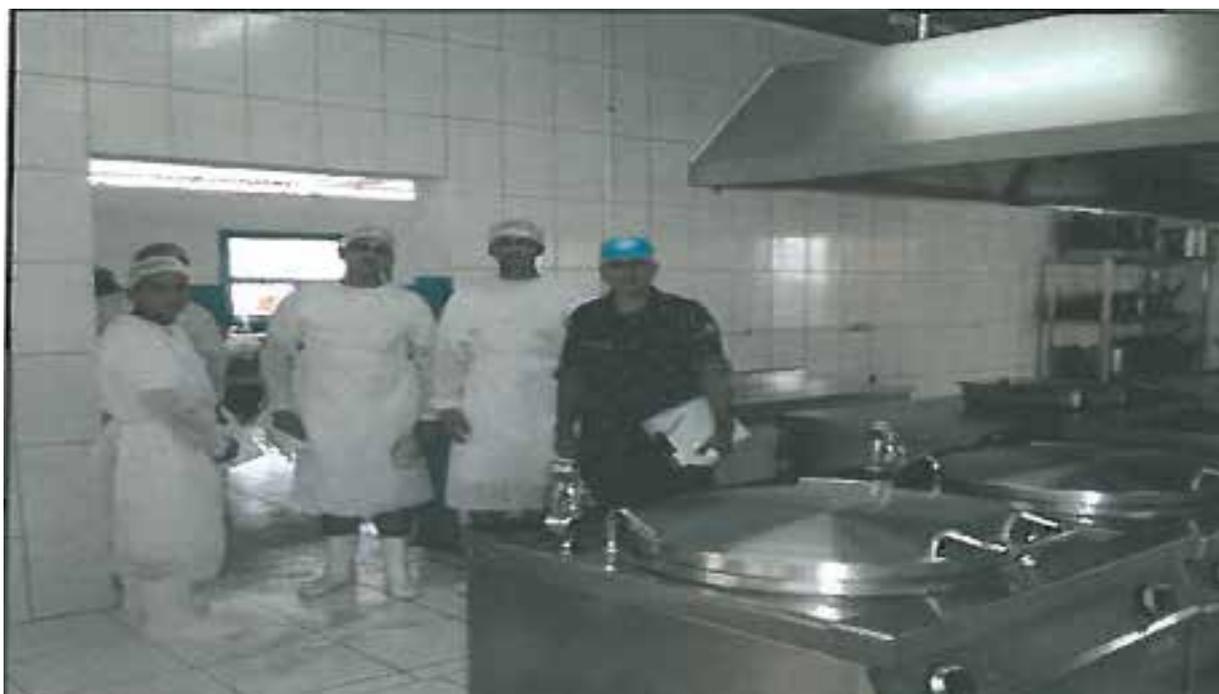


Figura 5 - Veterinário realiza visita de inspeção na cozinha em missão de paz da ONU, no Haiti (LIMA, 2016).

CONCLUSÃO

O Serviço de Veterinária, que teve como seu precursor no Exército Brasileiro o Coronel Médico Muniz de Aragão, vem se mostrando, cada vez mais, indispensável às atividades da Força Terrestre.

O médico veterinário atua na prevenção da transmissão de doenças ao homem, ao atuar na cura e prevenção de doenças animais e impedir a transmissão de zoonoses, ao atestar a qualidade e segurança dos alimentos e água, e ao fazer o controle de vetores de doenças. Também atende clínica e cirurgicamente os animais de emprego militar e atua na reprodução deles para atender as necessidades do Exército Brasileiro.

Os profissionais veterinários têm contribuído, de maneira eficiente e eficaz, para manter a saúde dos homens e animais, deixando-os aptos a realizar as missões da Força tanto no país quanto no exterior.

REFERÊNCIAS

BLOG MEDICINA VETERINÁRIA MILITAR. Foto histórica dos Médicos Veterinários do Exército na década de 1970. Publicado em: 4 jul. 2013. Online. Disponível em: <<https://medicinaveterinariamilitar.wordpress.com/2013/07/04/foto-historica-dos-medicos-veterinarios-do-exercito-na-decada-de-1970/>>. Acesso em: 7 abril 2016.

_____. Comandante do Exército regulamenta o uso do distintivo da veterinária militar para todos os veterinários do Exército. Publicado em: 4 jan. 2016. Online. Disponível em: <<https://medicinaveterinariamilitar.wordpress.com/2016/01/04/comandante-do-exercito-regulamenta-o-uso-do-distintivo-da-veterinaria-militar-para-todos-os-veterinarios-do-exercito/>>. Acesso em: 12 abril 2016.

CABRAL, Dilma; ALVES, Salomão Pon-

tes. Academia Militar e de Marinha. Memória da Administração Pública Brasileira. Publicado em: 22 set. 2014. Online. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6933>>. Acesso em: 7 abril 2016.

CAMOLEZE, Edino. História do Serviço de Veterinária no Exército Brasileiro. Blog Medicina Veterinária Militar. Publicado em: 22 jul. 2013. Online. Disponível em: <<https://medicinaveterinariamilitar.files.wordpress.com/2013/07/veterinc3a1ria-militar-histc3b3rico.pdf>>. Acesso em: 7 abril 2016.

CAMOLEZE, Edino. O Pioneirismo da Medicina Veterinária Militar Brasileira. Animal Bussines Brasil, Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, ano 04, n. 14, p. 34-37, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Síntese da História da Medicina Veterinária. Online. Disponível em: <<http://www.cfmv.org.br/portal/historia.php>>. Acesso em: 7 abril 2016.

_____. Assessoria de Comunicação do CFMV. Médicos veterinários militares atuam na garantia da Saúde Única nas missões do Exército Brasileiro no exterior. Publicado em: 18 jan. 2016. Online. Disponível em: <<http://portal.cfmv.gov.br/portal/noticia/index/id/4511>>. Acesso em: 7 abril 2016.

INSTITUTO DE BIOLOGIA DO EXÉRCITO. Informações sobre atividades. Online. Disponível em: <<http://www.ibex.eb.mil.br/>>. Acesso em: 7 abril 2016.

LIMA, José Roberto Pinho de Andrade. “Saúde Única” e Operacionalidade nas Missões de Paz: O Papel Estratégico do Veterinário Militar. Military Review, EUA: tomo 71, n. 1, p. 29-37, jan-fev. 2016.

MELLO, Luis Eduardo Lethier de et al. La-

boratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Online. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/labmil-bac.htm>>. Acesso em: 7 abril 2016.

SANTANA, Miriam Ilza. A Vinda da corte Portuguesa para o Brasil. Infoescola. Online. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/a-vinda-da-corte-portuguesa-para-o-brasil/>>. Acesso em: 7 abril 2016.

SINDICATO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS – RJ. Alusivo ao Dia da Veterinária. Publicado em: 17 Jun. 2015. Online. Disponível em: <https://simverj.files.wordpress.com/2015/06/dia_veterinaria-militar.pdf>. Acesso em: 7 abril 2016.

SOARES, Otavio Augusto Brioschi. Cães de Guerra do Exército estão prontos para cumprir as mais variadas missões. Publicado em: 9 out. 2014. Online. Disponível em: <http://www.nossamatilha.com.br/mypoint/285011/p_caes_de_guerra_do_exercito_estao_prontos_para_cumprir_as_mais_variadas_missoes_caes_de_guerra_exercito_veterinario_adestramento_policia_5638.aspx>. Acesso em: 7 abril 2016.

VELLOSO, Verônica Pimenta; ÁREAS João Braga; MADUREIRA, Francisco José Chagas. Escola de Veterinária do Exército. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Online. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escvetex.htm>>. Acesso em: 7 abril 2016.

www.easa.ensino.eb.br